

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A METAMORFOSE DOS PARTIDOS COM
ORIGEM NA CLASSE TRABALHADORA:
O CASO DO PT NO BRASIL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Henrique Cignachi

Santa Maria, 2013

A METAMORFOSE DOS PARTIDOS COM ORIGEM NA CLASSE TRABALHADORA: O CASO DO PT NO BRASIL

Por

Henrique Cignachi

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Instituições e Pensamento Político Brasileiro, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais.**

Orientador: Gustavo André Avaline Müller

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cignachi, Henrique

A metamorfose dos partidos com origem na classe trabalhadora: o caso do PT no Brasil / Henrique Cignachi.-2013.

194 p. ; 30cm

Orientador: Gustavo André Avaline Müller

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2013

1. Partido dos Trabalhadores 2. Classe trabalhadora
3. História Social/Política do Brasil 4. Marxismo I.
Avaline Müller, Gustavo André II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A METAMORFOSE DOS PARTIDOS COM ORIGEM NA CLASSE
TRABALHADORA: O CASO DO PT NO BRASIL**

elaborado por
Henrique Cignachi

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA:

Gustavo André Avaline Müller, Dr.
(Presidente/Orientador)

Leonardo Guedes Henn, Dr. (UNIFRA)

Reginaldo Teixeira Perez, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 1 de Março de 2013

Em memória de Sandra Feltrin, que eu tive o prazer de conhecer e compartilhar a amizade e a militância. Espero que sua vida, resumida na incessável luta por uma sociedade mais digna e justa, possa continuar em nós.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, ao professor Gustavo, que como bom orientador, sempre deixou claro as dificuldades que iria encontrar visto minha escolha do tema e abrangência da análise. Sempre demonstrou enorme respeito e liberdade, sem deixar de dar o necessário apoio com indicações bibliográficas e sugestões de pesquisa. Também importante destacar as boas conversas sobre a memória e experiência que teve na militância petista.

Aos demais membros da banca, prof. Leonardo e Reginaldo, por terem aceitado participar da avaliação deste trabalho e pelas corretas sugestões que me indicaram, apesar da limitação temporal e bibliográfica do presente autor em incorporá-las na totalidade.

Agradeço aos amigos e camaradas João Damian e Sandra Feltrin (em memória), cujas histórias e reflexões sobre os tempos de PT acabaram fortalecendo a idéia deste estudo, de compreender os caminhos da classe trabalhadora no Brasil e suas inflexões conservadoras ou radicais durante o período trabalhado.

À minha amiga, amante e companheira, Daiane Antunes Duarte, cujo carinho, atenção e paciência comigo durante este período foram essenciais para a consecução da pesquisa e escrita deste trabalho. Além disto, agradeço a ela pela leitura e revisão do texto.

Aos meus pais, Ivo e Maria da Glória, que embora distante, sempre serão o meu sustentáculo moral e ético. A educação, apoio e abertura ao mundo me possibilitaram poder trilhar com orgulho os difíceis caminhos do magistério e da pesquisa nas áreas humanas.

A Roberto Lisboa, camarada, amigo e colega de pesquisa sobre a temática, pela leitura do texto e indicação de apontamentos críticos e sugestões de leitura/fontes, indispensáveis para que este trabalho fosse possível.

Aos colegas, professores e funcionários do Mestrado em Ciências Sociais da UFSM pela partilha e convivência nestes dois anos. Em especial ao colega Giorgio Forgiarini, com quem pude ter ótimas conversas sobre a temática de pesquisa que nos é comum.

A Demétrio Cherobini, Paulo Montedo, Danieli Büttgenbender e, ao recém-chegado afilhado, Paulo Caetano, que me incentivaram a continuar o trabalho de pesquisa, dando suporte na nova empreitada que iniciarei no Doutorado em Sociologia Política, na UFSC.

Aos demais camaradas do Partido Socialismo e Liberdade e amigos, agradeço enormemente a amizade, carinho, apoio e compreensão da necessidade de afastamento das atividades cotidianas, tanto de militância como de amizade, devido a escrita desta dissertação. Espero que o resultado desta sirva para auxiliar a compreendermos e caminharmos sobre caminhos menos tortuosos e que a selva fechada em que nos encontramos possa ser iluminada por alguns feixes de luz.

Dedico este trabalho também a meu “nono”, Vitalino Gasperin, que infelizmente faleceu na véspera da defesa deste trabalho. Nunca conhecerei alguém que fosse tão áspero quanto a casca de uma árvore, sem nunca perder a ternura de uma flor.

Ninguém derruba a árvore em que subiu.

(autor desconhecido)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

A METAMORFOSE DOS PARTIDOS COM ORIGEM NA CLASSE TRABALHADORA: O CASO DO PT NO BRASIL

AUTOR: HENRIQUE CIGNACHI

ORIENTADOR: GUSTAVO ANDRÉ AVALINE MÜLLER

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 1 de março de 2013.

Este trabalho tem por objeto central o processo de metamorfose dos partidos políticos com origem na classe trabalhadora, com destaque ao processo de metamorfose do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Por meio do emprego metodológico e teórico marxista sobre a política e as classes sociais, buscou-se apresentar as principais interpretações sobre a metamorfose da social-democracia europeia, compreendida enquanto modelo clássico de transformação dos partidos de trabalhadores de uma origem radical para um modelo consensual, pró-sistêmico. Com a análise da história da evolução das organizações políticas da classe trabalhadora brasileira, foi possível diagnosticar que o PT representou sucessivas rupturas com modelos passados (PTB e PCB), apesar de que em sua evolução tenha se aproximado a estes, na leitura estratégica e enquanto governo federal. De partido radical o PT tornou-se um partido de governo, buscando estabelecer um consenso, um “compromisso” entre as classes sociais, o que nos leva a caracterizar o PT como exemplo de um partido social-democrata contemporâneo. Contudo, se o consenso social-democrata europeu se deu pela aproximação com a “pequena-burguesia”, no Brasil ele se deu através da aproximação com o “subproletariado”. Assim, ambos os setores tem características funcionais para a neutralização de propostas radicais na sociedade burguesa, apesar da distância entre ambos.

ABSTRACT

Masters Dissertation
Program of Graduate in Social Science
Universidade Federal de Santa Maria

THE METAMORPHOSIS OF POLITICAL PARTIES ORIGINATED IN THE WORKING CLASS: THE CASE OF PT IN BRAZIL

AUTHOR: HENRIQUE CIGNACHI

ADVISOR: GUSTAVO ANDRÉ AVALINE MÜLLER

Dates and Place of the Defense: Santa Maria, 1 of march of 2013.

This work central object is the process of metamorphosis of political parties originated in the working class, especially the process of metamorphosis of the Workers Party (PT) in Brazil. By employing methodological and theoretical Marxist about politics and social classes, we tried to present the main interpretations of the metamorphosis of the european social democracy, understood as the classical model of transformation of workers party from a radical source to a consensus model, pro-systemic. By analyzing the history of the evolution of political organizations of the brazilian working class was possible to diagnose that PT represented successive breaks with past models (PTB and PCB), although in its evolution it has approached in strategic reading and in the federal government very close of those. From a radical party the Workers Party has become a party of government, seeking to establish a consensus, a "compromise" between social classes, which leads us to characterize the PT as an example of a contemporary social democratic party. However, if the european social democratic consensus was given by the approximation with the "petty bourgeoisie", in Brazil he was through with the approach of "sub-proletariat." Thus, both sectors have functional characteristics for the neutralization of radical proposals in bourgeois society, despite the distance between both.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1 - Organograma dos principais setores e movimentos que confluem para o PT..	101
TABELA 1 - Evolução histórica das principais tendências políticas do PT	116
FIGURA 2 - Gráfico do posicionamento dos partidos políticos na câmara federal	124
FIGURA 3 - Organograma da estratégia da pinça	136

LISTA DE NOMES E ABREVIACÕES

- I Internacional – Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876)
- II Internacional – Internacional Socialista (1889-1916)
- III Internacional – Internacional Comunista (1919-1943)
- IV Internacional – Quarta Internacional (1938-)
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional (1965-1979)
- ART – Articulação dos 113 (tendência interna do PT)
- CEB – Comunidades Eclesiais de Base
- CGT – Central Geral dos Trabalhadores (1962-1964)
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DS – Democracia Socialista (tendência interna do PT)
- MCS – Movimento Convergência Socialista (tendência interna do PT)
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro (1965-1979)
- PRC – Partido Revolucionário Comunista (tendência interna do PT)
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
- PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PCUS – Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1918-1991)
- PSD – Partido Social Democrata (1945-1965)
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PDP – Programa Democrático Popular (PT)
- SPD – Partido Social-Democrata Alemão
- UDN – União Democrática Nacional (1945-1965)
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922-1991)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I – A METAMORFOSE DOS PARTIDOS DE TRABALHADORES	37
1.1 O problema da Social-Democracia: reforma ou revolução	39
1.2 As interpretações da metamorfose	47
1.3 A crítica às interpretações da metamorfose	58
CAPÍTULO II – A HISTÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	65
2.1 Os trabalhadores no Brasil: classe, sindicatos e partidos (1917-1964)	69
2.2 A esquerda e o movimento sindical durante a ditadura militar (1964-1978)	81
2.3 A história do Partido dos Trabalhadores (1978-2002)	93
CAPÍTULO III – A METAMORFOSE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E OS DILEMAS DA SOCIAL-DEMOCRACIA	127
3.1 O PT era radical?	128
3.2 As interpretações da metamorfose do PT	142
3.2.1 Interpretações de agentes situados no PT	143
3.2.2 Interpretações de agentes de rupturas de esquerda	152
3.2.3 Interpretações do campo acadêmicos	162
3.3 A crítica das interpretações da metamorfose do PT: os trabalhadores entre a negação e o consentimento	167
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	187

INTRODUÇÃO

O tema geral e objeto deste trabalho é a chamada metamorfose dos partidos políticos com origem na classe trabalhadora,¹ através da análise da experiência do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. O PT foi marcado na sua fase inicial pelo radicalismo e pela agitação revolucionária e, posteriormente, pelo conformismo e promoção do consenso político na ordem capitalista vigente, estabelecendo mais uma experiência contraditória na trajetória histórica das experiências políticas dos trabalhadores, tema controverso na sociologia política. Cabe para tanto, nesta introdução, uma breve exposição histórica e conceitual do objeto.

O Partido dos Trabalhadores (PT) tem sua ideia e desenvolvimento inicial entre o final da década de 1970 e início de 1980, momento marcado pelo descontentamento crescente de largos setores da classe trabalhadora com a ditadura civil-militar² então vigente, marcado pela redução salarial e repressão sindical-política.³ Tem sua maior expressão nas greves dos metalúrgicos do ABC paulista⁴ e na opção de diversas tendências marxistas, muitas que haviam participado da luta armada contra o regime militar, em formar um partido capaz de ser um instrumento político da classe trabalhadora e da revolução socialista no Brasil. Passa, rapidamente, a ser considerado o partido com maior composição trabalhadora do país, tendo relações orgânicas com a classe a partir de várias categorias e lideranças sindicais.⁵

Contudo, se inicialmente, o PT expressa uma posição política abertamente ou muito próxima do ideário socialista revolucionário ou marxista, com expressão de forças trotskistas⁶

¹ O conceito de classe trabalhadora diz respeito aos movimentos e associações de trabalhadores assalariados dos mais diversos ramos produtivos não apenas aos “operários” no seu sentido fabril, de operador de máquinas. Diz respeito aos movimentos de luta econômica e política do proletariado enquanto “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. Cf. MARX, ENGELS, 2002, p. 45. Diz respeito à sua manifestação enquanto força política capaz de agir sobre a realidade. O PT, enquanto congregação de trabalhadores que reivindicam para si o estatuto de autonomia política e transformação da sociedade (se por vias revolucionárias ou não) atestam a validade do conceito aqui empregado.

² A expressão vem sendo utilizada atualmente por expressiva quantidade de historiadores, visto que a ditadura militar brasileira, além de contar com expressivo apoio social para declarar o golpe de 1964, contou, durante toda sua vigência, com expressivo apoio de setores da sociedade civil. Para uma rápida justificativa, cf. REIS, 2012.

³ Cf. ALVES, 1984; SKIDMORE, 1994.

⁴ Região que compreende as cidades da “grande São Paulo”, Santo André, São Bernardo e São Caetano, principal pólo industrial-metalúrgico de montadoras multinacionais no Brasil.

⁵ Cf. SILVA, 1987; GADOTTI, PEREIRA, 1989; KECK, 1991; ANTUNES, 1991; SECCO, 2011; IASI, 2012.

⁶ Apesar de usarmos o termo para nos referir às correntes ligadas à “4ª. Internacional” fundada em 1939 e ao pensamento do antigo líder do exército vermelho da Revolução Soviética, Leon Trotski, “trotskistas” foi uma designação criada a partir da década de 1920 na URSS e na Internacional Comunista (“a 3ª. Internacional”) pelo grupo dirigente para referir-se à dissidência política ligada à Trotski e como rotulação de teor incriminatório às

e comunistas, é consenso entre vários ativistas, analistas ou pesquisadores políticos que o principal partido da esquerda brasileira, o PT, e a central sindical com maior ligação política a este partido, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), apresentaram várias metamorfoses em seus posicionamentos políticos desde sua fundação até a vitória eleitoral de 2002 e durante os dois mandatos de Lula e com perceptível continuidade no governo Dilma. O PT de uma estratégia política abertamente radical passou, no governo, a uma estratégia claramente reformista e com fortes traços de conservação, inclusive na política econômica ortodoxa.⁷

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) de uma central sindical combativa e autônoma passou a ser considerada por diversos críticos como correia de transmissão de medidas governamentais no movimento operário aproximando-se de uma concepção populista, negada em suas origens, em que buscava afirmar um “novo sindicalismo”, contra a participação em governo e contra a estrutura sindical corporativa do período Vargas. Muitos dos seus ex-dirigentes foram trabalhar em ministérios durante o governo Lula ou em fundos de pensão privados e estatais⁸ e cessaram-se as grandes mobilizações que marcaram sua história. O governo do PT buscou agradar tanto os setores mais pauperizados da sociedade brasileira, passando pela melhoria substancial do salário mínimo a aposentados e trabalhadores como também manteve relações de beneficiamento direto ao empresariado e o mercado financeiro.⁹

Em síntese, o PT em menos de três décadas tornou-se o segundo maior partido brasileiro tendo atualmente o maior destaque na política nacional, estando no terceiro mandato na presidência da República federativa brasileira.¹⁰ Sua transformação de uma

oposições internas nos Partidos Comunistas de todo o mundo. Basta lembrar que nos grandes expurgos da década de 1930 “trotskismo” era um elemento de incriminação muito usado pelos acusadores do Estado.

⁷ Nos referimos aqui ao quadro econômico defendido e propagado que ficou comumente conhecido como “neoliberal”, enquanto um conjunto de políticas baseadas na plena liberdade de mercado, elaborada por um grupo de economistas norte-americanos (Escola de Chicago, tendo como principal liderança Milton Friedman), do Banco Mundial e do FMI, expressadas em seu conjunto no Consenso de Washington (1990). Esta liberalização da economia tem como pré-requisito a drástica redução ou terceirização das funções públicas a serviço das privadas. O fundamento ideológico neoliberal é que a vida social deve ser regulada por leis, impessoais e objetivas, da competição e do conflito. Esta regulação também deve ser compartilhada pelo Estado que deve assumir uma política de manutenção de superávits primários, conceder “liberdade” de administração ao Banco Central, honrar o pagamento da dívida pública e reduzir drasticamente seu papel na sociedade. Este tripé constitui o bojo das políticas de “responsabilidade fiscal” orientadas para o Estado a partir dos órgãos internacionais (FMI e BM). O Partido dos Trabalhadores deu sequência a estes mecanismos apesar de buscar em certas práticas e discursos afastar-se da ortodoxia neoliberal, mantendo as políticas de manutenção fiscal do Estado.

⁸ Sobre a relação entre o sindicalismo e os fundos de pensão privada, cf. JARDIM, 2008; GARCIA, 2011; OLIVEIRA, 2006.

⁹ Aos primeiros, melhorou substancialmente através de políticas compensatórias, tais como o Bolsa Família; para os segundos, foi atestado um aumento de mais de 50% no salário mínimo durante os 8 anos de governo; e, por fim, o apoio e proximidade de figuras como o bilionário Eike Batista e do presidente da FIESP (Federação dos Industriais do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, são sintomáticos desta leitura.

¹⁰ 2003-2010 Luiz Inácio da Silva (Lula); 2011 – Dilma Rousseff.

partido radical, próximo às concepções marxistas, para um partido de feição tradicionalmente social-democrata, buscando melhorias aos trabalhadores sem ser antagonizante com a ordem capitalista é consenso entre atores internos e externos, de posição e oposição política.

Entretanto, as interpretações quanto aos fatores que levaram a este processo acelerado de metamorfose ainda não são claros e ora são descritos como uma tendência inevitável dos partidos que disputam à institucionalidade, de burocratização e autonomização do estrato dirigente frente à base social (no sentido clássico de “oligarquização” apresentado classicamente por Robert Michels),¹¹ ora como um problema que deve ser buscado na análise das oscilações da consciência da classe trabalhadora sob o influxo da chamada “ofensiva neoliberal”.¹²

A justificativa deste trabalho reside, portanto, na força histórica desta organização política advinda dos “de baixo”, bem como pela progressiva crítica de parte de seus promotores e, por outro lado, progressiva aceitação dos seus maiores oponentes. O esforço acadêmico, neste sentido, reside em buscar convergências analíticas que possam esclarecer ou complexificar a questão.¹³ No mínimo, o esforço de sistematização das diversas leituras parece ser válido neste trabalho. Também é importante pesquisarmos sua história para evitar ceder a um anacronismo de julgar toda trajetória do PT apenas pelo que ele se tornou. Por isso o conceito de metamorfose – explicitando uma transformação cujo resultado final contrasta com o organismo que lhe deu origem, tanto em forma como em estrutura – é útil para referendar a leitura deste objeto.

Este processo histórico pode ser descrito como problema sociológico e político geral na medida em que serve para explicitar e se aproximar do movimento de transformações de partidos de trabalhadores de posições geralmente radicais e revolucionárias às posições reformistas e consensuais.¹⁴ Como destaca Mauro Iasi, um dos interlocutores do PT nesta pesquisa, “a experiência do PT é um excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar.”¹⁵

¹¹ Cf. MICHELS, 1982. Na bibliografia sobre o PT podemos destacar a obra de SECCO (2011) como próxima desta leitura.

¹² Na bibliografia sobre o PT o exemplo mais notável nesta perspectiva está em IASI, 2006.

¹³ Considera-se que o conhecimento científico e a prática acadêmica residem não tanto na sua capacidade de esclarecimento racional, mas também na capacidade de por em questão as certezas fundamentadas tanto pelo senso comum como as estabelecidas pela própria ciência.

¹⁴ Problema extensamente trabalhado – no caso clássico/europeu - por PRZEWORSKI, 1898; LIPSET, 1992; OFFE, 1990.

¹⁵ IASI, 2012, p. 359.

Este problema vem sendo estudado tradicionalmente e teve como objeto principal a trajetória da social-democracia europeia (ou de partidos trabalhistas ou socialistas), tomando o caso alemão do início do século XX como emblemático desta situação. O Partido Social-Democrata Alemão (cuja sigla alemã é SPD), criado na segunda metade do século XIX, possuía claras tendências revolucionária/marxistas, sendo o maior partido da então II Internacional dos Trabalhadores do início do século XX, possuindo laços de diálogo com Marx e Engels, os dois grandes nomes do marxismo durante a segunda metade do século XIX. Contudo, a partir de tendências internas e externas, como veremos, o partido permaneceu atônito frente a I Guerra Mundial (fato criticado por Lênin)¹⁶ bem como se absteve em impedir a repressão paramilitar que se seguiu as tentativas revolucionárias no final da Grande Guerra, mesmo após ter assumido o controle da nascente “República de Weimar”, já que a aristocracia alemã cedera o controle da nação derrotada.¹⁷ Assumindo uma postura institucional e conciliatória frente aos conflitos sociais, o partido alemão também não pode oferecer alternativas na década de 1920 (apesar do combate à hiperinflação) e foi derrotado no processo de radicalização da luta de classes e ascensão do nazismo na década de 1930.

No pós-Segunda Guerra Mundial, entretanto, os partidos social-democratas lograram atingir o poder em vários Estados europeus estabelecendo políticas que ficaram conhecidas como “Estado de Bem-Estar Social”, calcadas no keynesianismo e na promoção de uma conciliação social entre proletariado e burguesia e favorecendo a constituição de uma ampla “classe média”, criando uma série de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, legislação trabalhista e previdência social. Assolados pela crise da década de 1970 e paralisados pela agudização das relações sociais – quando seu papel era o de estabilização e conciliação das relações – foram solapados pela ofensiva conservadora dos neoliberais.

Recentemente, assimilados por esta ofensiva, passaram a incorporar parte do receituário neoliberal e tentaram lograr uma “terceira via” que, no entanto, se mostrou muito tímida em resgatar o reformismo clássico da social-democracia.¹⁸ Um processo muito

¹⁶ Um dos fundadores do Partido Social-Democrata Russo e liderança revolucionária na Rússia do início do século XX, tornando-se uma das principais referências teóricas do movimento socialista revolucionário (comunista) do século XX.

¹⁷ Notadamente no caso da repressão às tentativas revolucionárias propugnadas pela dissidência de esquerda do partido, o grupo dos Espartaquistas, liderados por Rosa Luxemburgo e Karl Libdneck, lideranças históricas do SPD, ambos assassinados em 1919, bem como, da República Soviética da Baviera. Era o preço para manutenção de sua organização institucional e poder político no Estado esfacelado que sobrava da Grande Guerra.

¹⁸ O caso do Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB) é exemplar neste sentido, visto que foi o principal promotor de privatizações e atacou a previdência social dos trabalhadores (clássica bandeira dos trabalhistas) a fim de melhorar a competitividade do mercado brasileiro no cenário internacional. Uma justificativa das bandeiras da social-democracia brasileira antes da eleição de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) podem ser encontradas em: PEREIRA; MARAVAL; PRZEWORSKY, 2003. Na crescente polarização com o PT o PSDB passou a ser identificado com uma postura classicamente de direita.

semelhante ao visto no Brasil também foi o caso dos partidos socialistas no sul da Europa, os chamados “modernizadores tardios” por Hans-Jürgen Puhle, promotores de reformas de ajuste fiscal e modernização capitalista distintas de seus programas iniciais (radicais), tornando-se partidos do tipo *catch-all*,¹⁹ notadamente o Partido Socialista Operário da Espanha (PSOE) na Espanha, o Movimento Socialista Pan-Helênico (PSOK) na Grécia e o Partido Socialista (PS) em Portugal,²⁰ ao qual o PT aproximou-se consideravelmente.

Desta forma, articulam-se duas questões que se inter-relacionam sobre o objeto em questão:

1. Quais os principais fatores elencados no processo que levou o PT a operar esta metamorfose política, de uma política radical para uma política reformista?
2. Quais são as principais explicações para o fenômeno de metamorfose dos partidos com origem na classe trabalhadora?

Desta forma pode-se propor, em termos de hipótese, que o PT passou por um processo similar ao da social-democracia europeia do início do século XX, em que passando a participar da disputa institucional e galgando conquistas nesta esfera, passou a abandonar a política radical para se aproximar de uma política de reformas combinadas com traços de continuidade conservadora. Neste processo, a participação na institucionalidade, os influxos conservadores a partir da ofensiva neoliberal dos anos 1990 e as aceleradas transformações no mundo do trabalho foram de forte influência na metamorfose política do Partido dos Trabalhadores. Neste processo, a própria classe trabalhadora sofre influxos ideológicos e apresenta transformações na consciência de classe que acompanha o processo de refluxo do PT.

A fim de responder esta problemática e questionamentos foram estabelecidos três objetivos de pesquisa. Destes objetivos se desprenderá, respectivamente, a proposta de capítulos desta dissertação.

1. Identificar e descrever as principais interpretações clássicas e recentes acerca do fenômeno de metamorfose dos partidos de origem na classe trabalhadora.

¹⁹ Este conceito que traduzido significa “cesto de bugigangas” (literalmente traduz-se como “pega – tudo”), diz respeito a forma como os politólogos classificam os partidos políticos que, com o objetivo de ganhar o maior número possível de eleitores, renuncia a qualquer ideologia ou à uma base social específica.

²⁰ Cf. PUHLE, 2001. Atualmente, na esteira da crise econômica mundial estes partidos, notadamente o PSOE e o PSOK vem enfrentando sucessivas derrotas eleitorais. O estudo destes processos poderá evidenciar as contradições e limites desta “nova” social-democracia.

2. Identificar e descrever a história das organizações e partido com origem na classe trabalhadora no Brasil em suas variadas conjunturas, com destaque à formação e evolução histórica do PT.

3. Discutir aspectos da metamorfose do PT, projetos e documentos, suas principais interpretações e desdobramentos para a contemporaneidade.

O referencial analítico empregado no estudo das metamorfoses dos partidos de origem trabalhadora é variado e obviamente, apesar desta pesquisa ter de circular por várias hipóteses e interpretações distintas, necessita referenciar-se em alguma base analítica. Consideramos que para o marxismo este debate é bastante delicado, pois o fenômeno aqui descrito enquanto problemática é próprio desta corrente metodológica e política,²¹ tendo as respostas à questão sido diversas, da leitura estrutural, à propostas de síntese com o individualismo metodológico, às análises da consciência de classe e ideologia ou leituras políticas de traição ou erro teórico das lideranças destes partidos.

É importante destacar estas múltiplas visões pois elas muitas vezes não são excludentes, tendo de ser lidas processualmente nos múltiplos “condicionamentos-condicionados” que constroem a realidade. Muitas possuem uma carga de resposta política momentânea que apesar de contribuir com as interpretações devem também ser lidas no seu contexto e parcialidades. Além disto, pode-se fazer paralelo entre interpretações marxistas com interpretações provenientes de outros referenciais metodológicos, principalmente provenientes dos clássicos da política (referenciados em Michels) em que se apresentam, mesmo que contraditoriamente, muitas confluências. Primeiramente se faz necessário uma discussão de como a teoria marxista pode contribuir para uma interpretação satisfatória de um fenômeno que atinge, como veremos, esta vertente analítica em sua mesma prática política.

A teoria política marxista, apesar das muitas controvérsias quanto à validade de sua interpretação,²² ou de uma possível negação de uma teoria política de raiz marxista,²³ continua

²¹ Esta conformação dada ao marxismo é clara na grande maioria dos clássicos marxistas: a produção intelectual e o movimento político caminham juntos. Segundo Paul Lafargue, cunhado de Karl Marx, “Marx é um desses raros seres que ocupam, ao mesmo tempo, o primeiro plano na ciência e na vida pública. De tal maneira ele exercia essas duas atividades, que era difícil saber o que se projetava em primeiro lugar: se o homem de ciência ou o lutador socialista.” LAFARGUE, 1891, p. 37.

²² Cf. ARON, 2000; LIMA, 2010.

²³ Atilio Boron destaca este argumento em Bobbio, para o qual Marx nem marxistas subsequentes teriam desenvolvido uma teoria política. Para Bobbio Marx foi expoente de uma concepção “negativa” da política e que sua teorização geral destinava-se quase que exclusivamente aos fatores econômicos. Boron questiona se Bobbio não confundiu “negatividade” com “inexistência”, o que remete a um uso indistinto dos termos, que não são sinônimos. BORON, 2007, p.168-9. A crítica a Bobbio e a defesa da teoria política marxista também pode ser encontrada em COUTINHO, 2008.

a apresentar considerações metodológicas capazes de elucidar a problemática em questão. Segundo o intelectual argentino Atílio Boron o método apresentado pelo marxismo não deixou uma “teoria política” acabada exatamente por que Marx nunca concebeu a esfera política como autônoma das outras esferas. Todas as esferas no esquema materialista-dialético devem ser vistas em suas relações de retroalimentação que fundam a totalidade da realidade social (baseadas no método dialético). Boron, contudo, ao final, recai na afirmação de Bobbio por outros meios. Defende que não deve haver uma teoria “política” marxista exatamente por que há uma incompatibilidade de raiz epistemológica com o marxismo.²⁴

Nos afastamos desta compreensão, pois o conhecimento científico invariavelmente leva a especializações, sendo uma destas a Ciência Política, ou a área conhecida por Sociologia Política, e não há problemas em delimitar o aporte teórico-metodológico marxista enquanto uma “teoria política” como se isto significasse apenas lidar com “variáveis políticas” no sentido contemporâneo da vertente neo-institucionalista. Pelo contrário. Maurice Duverger, um intelectual não marxista, consegue definir melhor este significado ao reconhecer que a maior contribuição do marxismo foi exatamente a de “sociologização” da teoria política. Para Duverger a contribuição de Karl Marx é colocada como “fundadora” da Ciência Política e como promotor de uma nova cosmogonia que “desjuridizou” o Estado, tirou dele seu “poder” e o transferiu para a totalidade das relações sociais, do qual o Estado é parte. Como destaca Duverger, “considerá-lo como o Newton da Ciência Política não será exagero”.²⁵

A teoria política marxista se assenta exatamente em uma nova explicação para o *poder* – objeto principal da Ciência Política – a partir da situação socioeconômica de uma dada sociedade, onde as relações ali operadas tem relação umbilical com o poder. Em outras palavras, “garantem” o poder ao qual nos referimos na política e não podem ser dissociadas da análise. Ou seja, o poder político reflete a situação das classes sociais em luta. “A cosmogonia marxista faz do Estado e do poder fenômenos de força nos quais tenta definir os laços com as outras forças sociais, econômicas e outras: o estudo do Estado e do poder é então orientado para a análise concreta dessas forças.”²⁶

Ou seja, o poder aparente do Estado reside na sua função e orientação para a manutenção do poder da classe dominante e os partidos políticos enquanto representações

²⁴ A saída apresentada pelo autor parece basear-se apenas em um jogo de palavras: não haveria uma “teoria política”, mas uma “teoria marxista da política”. Não compartilhamos deste recurso linguístico dado pelo autor, apesar de compartilharmos de sua leitura da teoria marxista e sua contribuição à interpretação política.

²⁵ DUVERGER, 1981, p.48.

²⁶ DUVERGER, 1981, p. 48-49.

super-estruturais das relações de conflito entre as classes (inclusive as debilidades e fragmentações destas relações). Nesta mesma visão, o poder legítimo e a dominação confundem-se na dinâmica complexa da luta entre as classes em uma dada sociedade. Existem laços entre estas duas noções já que “o poder, em realidade, favorece certos grupos dominantes e desfavorece os fracos”.²⁷

O esquema teórico de Marx, reside na leitura que na sociedade capitalista os indivíduos são divididos entre os que possuem a propriedade efetiva dos meios de produção²⁸ – a classe capitalista - e aqueles que não a possuem – a classe trabalhadora. Assim, os desprovidos de meios de produção necessitam alienar sua força de trabalho aos possuidores dos meios, tornando-se dependentes dos capitalistas que exploram a força de trabalho dos trabalhadores através da extração de mais-valor.²⁹ Assim, no próprio processo de leitura da práxis de cada uma das classes, percebe que elas fundam um conflito fundamental na sociedade, a luta de classes. Deste conflito *infraestrutural* ergue-se variadas formas *superestruturais*, concebidas enquanto os valores, ideias e instituições pelas quais se opera a luta de classes.

Em síntese geral, o esquema marxista simplificado na leitura da infraestrutura e superestrutura parece ser um meio bastante didático de explicar sinteticamente o funcionamento da sociedade. Entretanto, a não validação do método histórico nesta análise (o método dialético) acarreta em um reducionismo economicista deste esquema.³⁰ A infraestrutura e a superestrutura devem ser vistas como uma totalidade integrada em que as esferas não são contrapostas por dualismos do tipo objetivo-subjetivo; economia-ideologia; etc. Pelo contrário, apesar de Marx ter alertado que a infraestrutura poderia ser analisada “objetivamente” (quase como sinônimo de dados empíricos numericamente verificáveis) isto não significa que a leitura da superestrutura fosse menos importante. Seu modo de interpretar estes fenômenos ficou marcado no ensaio “18 Brumário de Louis Bonaparte”. Nesta obra é possível diagnosticar como o condicionamento não opera do “econômico” ao “ideológico” (enquanto esferas condicionantes diagnosticáveis), mas ele é retroalimentado de uma esfera a outra em um processo contínuo e garante à política certa autonomia metodológica.³¹

²⁷ DUVERGER, 1981, p. 18-19.

²⁸ Compreendidos enquanto os meios necessários para produção da vida: terra, fábricas, instrumentos, ferramentas.

²⁹ A “mais-valia”, extraída enquanto sobre-trabalho, na diferença do gasto necessário para a reprodução da força de trabalho (salário) e o preço final do produto, o que garante o lucro do capitalista.

³⁰ Conforme apresentado em grande parte das leituras críticas ao marxismo (ex. SCHUMPETER, 1961, p. 26), em que se nega o emprego do método dialético por Marx, que se configuraria enquanto um desvio filosófico hegeliano ultrapassado.

³¹ Cf. este balanço é encontrado na conclusão da referida obra. MARX, 2000.

O marxista Francês Daniel Bensaïd, em artigo que rebate as teses de Jon Elster acerca do determinismo de Marx, contrapondo-se ao determinismo vulgarizado, afirma:

a necessidade histórica não permite tirar as cartas e fazer predições. Opera em um campo de possibilidades, na qual a lei geral se aplica por meio de um desenvolvimento particular. Lógica dialética e lógica formal não fazem, decididamente, boas migalhas. Alcançando este ponto crítico, a lei ‘extremamente geral’ é muda. Deve passar as rédeas à política ou à história.³²

Ou seja, se a dialética permite perceber tendências e determinações históricas, isto não significa em absoluto que elas se concretizem ou digam respeito a como isto irá ocorrer. Recorre a Engels para exemplificar esta dimensão: “Se subentende que quando digo que o processo que recorre, por exemplo, o grão de cevada desde a germinação até a morte da planta é uma negação da negação, não digo nada do processo especial de desenvolvimento pelo qual passa este grão.” Desta forma, Bensaïd endossa:

Exigir da lei dialética mais que sua generalidade levaria a um formalismo vazio.[...]. Convém exigir neste ponto: nenhuma fórmula substitui a análise concreta da situação concreta, do que *As guerras camponesas na Alemanha*, ou *O Dezoito Brumário* ou *Lutas de classes na França* proporcionam brilhantes exemplos.³³

E este movimento não é exclusivo da teoria da história, como se o marxismo tivesse proposto ser um meio de caminho entre o historicismo e o positivismo. Bensaïd destaca que na história social, tal como na história dos organismos vivos, ela se realiza a partir de um conjunto de eventos perfeitamente lógicos em termos retrospectivos, mas absolutamente impossíveis de prever e até mesmo considerados improváveis.

Para o autor, certos descobrimentos na biologia arruinaram a ideia dominante e vulgar de uma evolução simbolizada por uma escada do progresso de cada vez mais crescente e complexa diversidade. Ao mesmo passo que surgem novas espécies, a história poda ramos e restringe disparidades iniciais. A história por vir não é a meta da história passada, não estão preditos no início. As mudanças não constituem necessariamente em progresso, mas em uma evolução sem plano e direção. Na história social, significa conceber a história e a luta política o espaço decisório destas mudanças, sabendo sempre que esta opera por certas determinações gerais, mas não fatais.

Por isso, os homens geralmente fazem história sem saber que o fazem. Em uma perspicaz síntese da teoria de Marx, Bensaïd conclui

³² BENSAÏD, 2007, p. 247.

³³ BENSAÏD, 2007, p. 248.

O esforço de Marx busca tomar os dois extremos: emancipar-se da abstração da História universal (do “universal que paira”) sem cair no caos insensato das singularidades absolutas (do que “não acontece mais de uma vez”); e, sem recorrer ao curinga do progresso.³⁴

Sob estes fundamentos estaremos nos distanciando de interpretações que ficaram conhecidas como representantes do que Max Weber corretamente chamou de “marxismo vulgar”, ou seja, um marxismo reducionista, dos aspectos econômicos aos sociais, políticos e ideológicos em um esquema mecanicista simples.

Em *O Capital* Marx não analisou a totalidade da “luta de classes”, mas sim a dinâmica apresentada na infraestrutura como chave-mestra explicativa para as relações sociopolíticas de onde se desenvolve esta luta, que deve ser explicitada. Até por que a infraestrutura poderia ser facilmente diagnosticada empiricamente - no melhor espírito científico da época -, enquanto a superestrutura era concebida como espaço não de análise – mas de ação, fato que mobilizou em muito as energias de Marx no seu sentido revolucionário, enquanto organizador e porta-voz político da primeira organização internacional dos trabalhadores. É notável que a obra destinada a análise das classes sociais terminou inacabada, dado o falecimento de Marx.³⁵

Contudo, podemos derivar que se Marx estava evidenciando como interpretar as classes sociais no seu nível infraestruturado - onde opera a dinâmica da necessidade, exploração e antagonismo - a ação consciente das classes sociais opera através dos elementos superestruturais que compõe a sociedade. No caso específico, sindicatos, associações, partidos políticos, Estado; ou seja, todo o conjunto de elementos que remetem ao que chamamos de política. Destes emanam ideologias, a forma como são capazes de subjetivamente conceber a realidade, interpretá-la e responder a suas demandas. E é nesta esfera – das instituições políticas e ideologias - que podemos conceber a riqueza da dinâmica das classes sociais em embate, sem perder de vista sua relação umbilical com as relações infraestruturais.

No prefácio à sua “Crítica da Economia Política” Marx buscou sintetizar seu método de interpretação, numa passagem que se tornou consagrada:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade [...]. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens

³⁴ BENSÁID, 2007, p. 250.

³⁵ Notadamente no inacabado capítulo LII (52) d’ *O Capital*, intitulado “As Classes” (que só ficou conhecido em seu formato de manuscrito).

que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.³⁶

Desta forma, metodologicamente identifica-se o Partido dos Trabalhadores como uma das expressões da superestrutura política da sociedade brasileira que correspondem a certas formas sociais de consciência. Esta consciência diz respeito, por sua vez, a situação social de seus elementos integrantes, a classe trabalhadora.

Sobre o conceito de classe trabalhadora, ou classe operária como foi chamada tradicionalmente, “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”,³⁷ foi objeto de diversas controvérsias e recentemente objeto de forte contestação por parte inclusive de uma geração de (ex)marxistas.³⁸ Consideramos esclarecedora a explicação dada pelo sociólogo francês Michel Löwy acerca da definição da classe trabalhadora (sinônimo também de classe do proletariado, como utilizado pelo autor):

Há várias maneiras de se definir o proletariado. Existe uma que é bastante tradicional, que me parece insuficiente, sobretudo hoje em dia, tanto nos países capitalistas avançados, como nos países do terceiro mundo, é a concepção para a qual o proletariado é igual à classe operária industrial, produtiva, no sentido econômico do termo. Para mim, o conceito marxista do proletariado é muito mais amplo. O proletariado é o conjunto daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. Isso inclui não só a classe operária industrial, como uma série de camadas que tradicionalmente eram de origem pequeno-burguesa (ou da classe média) mas que conheceram ou estão conhecendo no período histórico contemporâneo um processo de proletarização ou de semiproletarização.³⁹

Concorda-se com o autor na definição de proletariado não apenas aquele que é o produtor direto de mais-valia, tal como apresentado pelo marxista grego Nicos Poulantzas em uma tentativa de delimitar o conceito aos termos infraestruturais que determinam quem é proletariado ou não. Neste esquema os indivíduos que não se enquadram nesta definição são “pequeno-burgueses”, “setores intermediários”.⁴⁰

Ironicamente Löwy questiona se alguém iria argumentar que o trabalhador que recolhe o lixo seja pequeno-burguês porque ele não produz mais valia direta. Em última instância, o

³⁶ MARX, 1987, p.29-30.

³⁷ MARX, ENGELS, 2002, p. 45.

³⁸ A tese do fim da centralidade do trabalho – e consequentemente de sua classe – foi promovida por Adam Schaff e André Gorz. Esses autores constatam que, com toda a série de inovações tecnológicas em curso nos últimos 30 anos, a classe trabalhadora estaria fadada ao desaparecimento e, junto com ela, estaria ocorrendo a perda da importância do seu papel histórico de criadora de riqueza no modo de produção capitalista. Dessa forma, a classe trabalhadora estaria inapta a reivindicar a propriedade dos meios de produção por meio da superação positiva do capitalismo. Cf. PRIEB, 2005.

³⁹ LÖWY, 2006, p. 117-118.

⁴⁰ Cf. POULANTZAS, 1971.

critério objetivo e subjetivo para a definição do proletariado é o de classe alienada dos meios de produção necessários a vida material e que por isso realiza a venda da sua força de trabalho. Contudo, esta definição não encerra em si e deve se articular com o conceito de consciência de classe. A objetividade da classe não reside apenas nos seus fundamentos econômicos, mas também e essencialmente em seus fundamentos políticos, na escolha de classe representada pelos indivíduos em seu movimento histórico. Poulantzas, neste sentido complementa que a explicação deve ser assentada em última instância nos termos colocados no processo de “luta entre as classes”:

O que distingue o marxismo é a importância que ele atribui à “luta” de classes como motor da história. Mas a luta de classes é um elemento histórico e dinâmico. A constituição, e portanto definição, das classes, das frações, das camadas, das categorias, não pode ser feita senão tomando-se em consideração o fato dinâmico da luta de classes: tomando pois em consideração suas consequências eventuais sobre a extinção, a restrição, a polarização, a reconstituição sob nova forma, etc., das divisões sociais. A delimitação das classes não se resume assim jamais a um simples estudo “estático” das estatísticas: depende do processo histórico.⁴¹

O conceito de consciência de classe está diretamente ligado ao de classe social. Diz respeito às escolhas ideológicas conscientes presentes nas entidades políticas que são a expressão da classe trabalhadora ou, no mínimo, de estratos desta. Conforme sinteticamente explica Bobbio, acerca das classes sociais:

O momento de agregação, mediante a organização política dos interesses de todos aqueles que foram colocados pelo processo produtivo na mesma posição de domínio ou de subordinação, é o momento verdadeiramente constitutivo da Classe. "Os indivíduos — escrevem Marx e Engels em *Deutsche Ideologie* — formam uma Classe só quando estão comprometidos na luta comum contra uma outra Classe". Mas a luta entre duas Classes — diz ainda Marx — é uma luta política, sendo as Classes algo que se situa no nível político da vida social; é só a este nível que os indivíduos que compõem uma Classe reconhecem, de fato, a comunidade dos seus interesses e do seu destino, e se tornam conscientes da diversidade fundamental e do antagonismo irreduzível desses interesses, em confronto com os da Classe oposta. A *identidade de interesses* não é o bastante para fundamentar a existência de uma Classe, a não ser que, com base nesta identidade, nasça uma comunidade, uma associação ou uma organização política; a não ser que se forme, digamos, uma *consciência de Classe*.⁴²

⁴¹ POULANTZAS, 1971, p. 39.

⁴² BOBBIO, 1998, p. 172. Para um aprofundamento do conceito cf.; LENIN, 2008, 2010; MANDEL, 1975; IASI, 2006; WEBER, 1977;

Desta forma, a consciência de classe diz respeito às escolhas políticas e visões de mundo apresentadas por uma determinada classe social em sua luta política contra outra classe. Prosseguindo na síntese apresentada em Bobbio

(...) para Marx, enquanto a existência das Classes se baseia nas posições diversas que os homens ocupam no processo produtivo, o antagonismo que existe entre elas se situa ao nível político; estes dois níveis estão estreitamente ligados entre si, mas não coincidem. A diferente posição em relação aos instrumentos produtivos faz com que os interesses de uma Classe sejam diversos e contrapostos aos interesses da outra.⁴³

Contudo, conforme classicamente apresentado por Marx, o controle dos meios de produção supõe o controle dos meios políticos (centrada no Estado e de sua força hegemônica coercitiva, tanto culturalmente como fisicamente), ou seja, o controle ideológico e a promoção do consenso social. Antonio Gramsci, o intelectual e político italiano, definia o Estado como uma “hegemonia revestida de coerção” em que a hegemonia se materializa no conjunto de estruturas e instituições – da sociedade civil, os “aparelhos privados de hegemonia” - capazes de gerar consenso social em torno da classe dominante; e se estes não forem eficazes recorre-se abertamente do uso do monopólio da força física. E vice-versa; ou seja, mesmo quando o Estado no seu estrito senso – a sociedade política, ou o “monopólio legal da repressão e da violência” – vê-se ameaçado, as hegemonias materializadas nas instituições da sociedade civil conseguem promover e manter o consenso social. Retomando a compreensão marxista de Estado não como entidade autônoma e neutra que paira sobre a sociedade, “é precisamente mediante a sociedade civil que as classes dominantes obtêm a consolidação sobre o poder, como lugar em que se difunde a “visão do mundo”.⁴⁴

Esta ideologia pode atingir a consciência da classe trabalhadora afastando-a de uma consciência de classe revolucionária ou conflitante com a ordem burguesa, promovendo em oposição uma consciência burguesa ou por uma consciência que defenda a “aliança” entre as classes sociais que em última instância promove a manutenção da ordem social capitalista: eis aqui o espaço da luta política, da construção da “hegemonia”. Este processo é trespassado por uma série de condicionamentos materiais diagnosticáveis, porém não determinantes em si. É preciso descrever o processo e analisar as múltiplas opções abertas e as opções tomadas pelas forças sociais frente às condições apresentadas.

⁴³ BOBBIO, 1998, p. 171.

⁴⁴ CARMO, 2007, p.9.

Por isso, é evidente clarificar que quando nos referimos a partidos com origem na classe trabalhadora não significa que todos “assalariados” dele fazem parte ou apóiam. Se fosse simples assim, não haveria a própria necessidade do instrumento político, ideológico e organizativo para impulsionar uma luta contra a classe dominante e organizar os indivíduos em “classe”. A condição de luta contra a classe que é “dominante” por si só expressa uma luta contra alguém que “domina”, ou seja, detém maior poder material, político e ideológico e com isso, capacidade de promover a força e o consenso sobre os dominados.

Apreende-se que o estudo da conformação à ordem de partidos com origem proletária e radical pode ser explicado através do estudo da trajetória da movimentação desta classe social na sociedade e a conformação de seu(s) partido(s) político(s) e as estratégias e práticas implementadas por estes no contexto de luta mais ou menos evidenciada da sociedade capitalista. Neste sentido, a exposição conjuntural da situação infraestrutural permite enquadrar o processo político em determinadas condições que por sua vez também se encontram modificadas pela ação política. Desta forma, compreende-se que a abrangência das estratégias e práticas dos partidos dos trabalhadores devem ser contextualizados e enquadrados no movimento geral da sociedade em seus múltiplos aspectos.

Por fim, cabe destacar que nos distanciamos da leitura weberiana sobre classes sociais já que esta tende a ser normativa, expressando uma tendência conservadora na sociedade (notadamente próxima ao liberalismo). Vê as classes sociais apenas como agentes de um mercado, em disputa econômica e incapazes de expressar-se politicamente (apesar de historicamente reivindicarem-se em tal intento, onde o PT é sintomático na leitura brasileira contemporânea, tendo sido precedido por outras experiências, notavelmente a do PTB e do PCB⁴⁵). Prepondera a categoria de status social como determinantes nos conflitos, mas tende a ver estes como reminiscências da sociedade feudal em vias de extinção frente à modernidade dominada pelo mercado e pela racionalidade burocrática do capitalismo.⁴⁶ Neste esquema, opções revolucionárias aparecem enquanto domínios da “paixão” (contra a racionalidade da modernidade da sociedade burguesa) e por isso mesmo, anômalas.⁴⁷

Por fim, cabe comentar as etapas de análise – basicamente descritas nos objetivos deste trabalho – e as fontes de leitura. Por ser um trabalho que se inscreve no âmbito conceitual e teórico as fontes provêm da vasta literatura sobre o tema, algumas já supracitadas nesta introdução e outras que serão expostas no desenvolvimento do trabalho.⁴⁸ Inicialmente

⁴⁵ Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Comunista Brasileiro, respectivamente.

⁴⁶ Esta interpretação pode ser vista instrumentalizada na obra de LIPSET, 1992.

⁴⁷ SAINT-PIERRE, 1998, p.173.

⁴⁸ As fontes empregadas na pesquisa estarão referenciadas nas notas de rodapé.

no primeiro capítulo serão trabalhadas obras propulsoras sobre o fenômeno da metamorfose dos partidos de trabalhadores, analiticamente centrado na contradição da social-democracia européia. Para a leitura da metamorfose do PT, segundo capítulo da obra, interessa-nos trabalhos de pesquisa sobre a história do PT, sua trajetória junto à classe trabalhadora, nos movimentos sociais, na atuação parlamentar bem como obras focadas na interpretação de sua metamorfose. Obviamente pelo recorte amplo e pela dificuldade temporal e material de uma dissertação de mestrado, muitas obras de importância serão deixadas a parte e muitas trabalhadas não em sua integralidade. Por fim, a tentativa de problematização e/ou síntese da metamorfose do PT estarão intimamente ligadas ao debate exposto nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO I

A METAMORFOSE DOS PARTIDOS DE TRABALHADORES

O esforço de compreensão do fenômeno “social-democrata”, enquanto exemplo clássico do processo de metamorfose da consciência radical para a reformista da classe trabalhadora é, nas palavras de um dos principais intérpretes do PT e um (ex) militante histórico desta sigla, Mauro Iasi, “algo que assombrou o pensamento marxista durante todo um século: o reformismo.” A questão, parece ter sido insuficientemente desenvolvida detendo-se “nos aspectos da influencia ideológica burguesa e dos benefícios materiais distribuídos à classe operária pelas burguesias do centro do sistema, ou seja, o contínuo trabalho de cooptação”.⁴⁹ Sem falar que se o sucesso da empreitada histórica é creditado a uma conjuntura específica e ao movimento como um todo, geralmente seu insucesso é remetido apenas à traição de certas figuras. Tal como expressa Engels analisando o insucesso da revolução alemã de 1848-9,

quando se inquire das causas dos sucessos contra-revolucionários, é-se confrontado de todos os lados com a resposta de que foi o senhor Este ou o cidadão Aquele que "traiu" o povo. Resposta esta que pode ser muito verdadeira ou não, consoante as circunstâncias, mas que em circunstância alguma explica o que quer que seja — nem mesmo mostra como é que veio a acontecer que o "povo" consentisse, desse modo, em ser traído. E que azar do partido político cuja capacidade de entendimento consiste no fato isolado que o cidadão Tal não é confiável.⁵⁰

Além disto, há a sempre recorrente constatação, já expressa de forma mais acentuada por liberais clássicos e assumido por intelectuais classicamente marxistas de que a classe trabalhadora é essencialmente reformista e que o radicalismo socialista seria derivado de um

⁴⁹ IASI, 2006, p.48.

⁵⁰ ENGELS, 2012, s.p.

aspecto reativo da consciência da pequena-burguesia.⁵¹ Para muitos, a encarnação do socialismo radical da classe trabalhadora, do seu comportamento muitas vezes explosivo e revolucionário terminou sendo interpretado pelo objetivo de apenas atingir fins reformistas. De qualquer modo, como destaca Henri Weber,

contrariamente ao postulado-base do marxismo, o potencial revolucionário das massas populares não cresceu com o desenvolvimento do capitalismo avançado. Aparentemente, foi o contrário que se verificou. Principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, mas já muito antes, nos países anglo-saxões e escandinavos, que o crescimento do capitalismo avançado é acompanhado por uma crescente integração da classe operária.⁵²

Desta forma, identificamos que o problema da social-democracia clássica diz respeito fundamentalmente ao binômio *Reforma ou Revolução*, classicamente exposto por Rosa Luxemburgo no combate ao reformismo no Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) em livro com este título publicado em 1900.⁵³ O problema pareceu tornar-se central – tanto na prática como nas interpretações - na medida em que tornou-se cada vez mais difícil conciliar reformas a partir da institucionalidade (o que pressupõe compromissos eleitorais, constitucionais, legais) com a perspectiva revolucionária clássica (de assalto e derrubada do poder burguês). Além disto, havia uma clara opção política e intelectual de muitos dirigentes na defesa do reformismo como meio de se chegar ao socialismo (final estratégico este que foi posto cada vez mais distante e finalmente excluído).

O SPD, sem dúvida, é o partido que estruturou e colocou como problema central aos revolucionários e aos reformistas, tanto da possibilidade real de “capitulação” da classe trabalhadora ao capitalismo como da possibilidade de construção política conciliatória e melhoria gradual das condições de vida pelo reformismo. Como escrevia Rosa, perplexa na prisão em 1915, “ora, a social-democracia alemã não era apenas a vanguarda mais firme da Internacional, ela era também seu cérebro. Assim é necessário começar por ela, pelo estudo de sua queda; é pelo estudo de seu caso que devem começar o processo de auto-reflexão”.⁵⁴

Desta forma, neste capítulo realizaremos uma revisão bibliográfica da história e das interpretações sobre o fenômeno de metamorfose dos partidos de trabalhadores, notadamente

⁵¹ “...atribuindo às massas o seu próprio conceito de *consciência de classe*, MARX, sem dúvida, falsificou a verdadeira psicologia do trabalhador (centralizada no desejo de se tornar pequeno-burguês, e ser auxiliado pela força política para chegar a tal situação), mas, com os ensinamentos que disseminou, enobreceu-a e ampliou-a.” (SCHUMPETER, 1961, p. 26). Se a tendência pode ser correta nas sociedades centrais onde a social-democracia teve um período de dominância sob os termos de “pequena burguesia”, a falta de uma averiguação estrutural compromete à acusação de “falsificação” de Marx.

⁵² WEBER, 1977, p.10.

⁵³ LUXEMBURGO, 2007.

⁵⁴ LUXEMBURGO, 1915, s.p.

centrados no estudo da social-democracia clássica, especialmente do SPD – o maior e mais poderoso partido da II Internacional. A social-democracia clássica representava e reunia sobre si a grande maioria do movimento operário europeu do final da segunda metade do século XIX e início do século XX e influenciava o nascente movimento operário de países periféricos. O estudo desta trajetória e as interpretações dela derivadas pelos principais interlocutores da época e contemporaneamente – tanto políticos como acadêmicos – servirá de prelúdio para a compreensão e caracterização do processo de metamorfose ocorrido no principal partido de origem operária do Brasil – o PT.

Na primeira parte deste capítulo buscaremos apresentar uma síntese histórica da social-democracia européia, estudando sinteticamente as principais interpretações sobre o processo (historiar implica em determinar as interpretações sobre o processo). Neste momento será importante destacar-se os elementos centrais das interpretações, tais como concepção de classe social, consciência de classe, Estado e política (partido) e suas determinações para a compreensão da metamorfose. Por fim, buscaremos dialogar criticamente com as principais interpretações elencadas.

Cabe advertir, contudo, que o estudo dos partidos de origem proletária não reduz por si só o estudo das expressões política dos trabalhadores. A atuação política dos trabalhadores é diagnosticável desde meados do século XVIII em alguns países, mas sua atuação enquanto classe reconhecida e portadora de instituições específicas claras só em meados do século XIX e na maioria dos países do mundo apenas no século XX. O partido torna-se o espaço central desta análise, pois ele é o espaço em que os trabalhadores estabelecem sua maior formação política, além do notável esforço de criar estáveis instituições internacionais para coordenar e dar coesão ao movimento dos trabalhadores.

1.1 O problema da Social-Democracia: reforma ou revolução

Conforme sintetizado por Henri Weber, para Marx e Engels o processo de constituição do proletariado é visto como o processo de constituição do partido revolucionário. O processo de formação da classe é visto como o processo de auto-organização política da classe – e ela só existe, torna-se classe, neste incessante processo. No *Manifesto do Partido Comunista* de 1847, obra importante pelo seu caráter profético (apesar da efemeridade da organização ao qual ele se destinava), na sua primeira parte (*burgueses e proletários*) é descrita sumariamente as fases da constituição do proletariado em classe social. Da massa disseminada por todo país

e dispersa pela concorrência, à concentração derivada do desenvolvimento da indústria ao contato internacional. Das lutas individuais, locais, à fundação de organizações permanentes, à constituição do partido: “Essa organização do proletariado em classe, e com isso, em partido político (...)”⁵⁵ evidencia a centralidade da organização política na classe social e a centralidade do proletariado enquanto elemento revolucionário da sociedade burguesa.

Neste processo a classe surge (e realmente surgia aos olhos dos pais teóricos do movimento operário no século XIX) como classe essencialmente revolucionária, portadora do fim do capitalismo. Contudo, por mais que se acuse ou se defenda, para Marx a classe operária não é espontaneamente revolucionária. Este radicalismo revolucionário só existe em “estado potencial”. Para explicar isto, Marx a descreve inicialmente como uma classe “em si”, isto é, “a classe tal como é produzida pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, puro objeto econômico, simples matéria a explorar.”

Esta classe “em si” não é revolucionária, pois partilha essencialmente dos valores e concepções de mundo da classe dominante: “não concebe como possível quaisquer outras relações sociais.” É “já uma classe em relação ao capital, mas não uma classe em relação a si própria”. Como no capital as relações sociais e as coisas são reificadas - ou seja, apresentam-se como valor monetário, de troca, as coisas e os seres humanos são constantemente “coisificados” no capitalismo -, a ideologia burguesa possui aí um forte substrato inconsciente. Ou seja, ela apresenta-se fortemente como ideologia dominante que garante a capacidade de tornar, aparentemente, “as coisas como elas são” – no seu melhor valor econômico quantificável – e na aceitação do sistema social como ele se encontra. Contudo,

por muito mais que esteja, esta sujeição ideológica da classe operária não é imutável. A eficácia da dominação ideológica é em larga medida função do dinamismo do sistema. É particularmente forte na sua fase ascendente quando a classe dominante é capaz de desenvolver as suas forças produtivas; quando as contradições do sistema se manifestam sob uma forma embrionária ou atenuada.⁵⁶

Ou seja, nos seus momentos de crise sistêmica, a dominação ideológica da burguesia entra em crise.⁵⁷ A classe “em si” passa a opor-se à classe “para si”, momento em que ela se torna consciente de seu papel anticapitalista: “deixa de ser simples máquina econômica para se tornar sujeito do processo histórico.” Ou seja, a partir da contraditória situação material

⁵⁵ MARX, ENGELS. 2002, p.53-54. “...é incessantemente abalada pela concorrência entre os próprios operários. Mas renasce sempre, cada vez mais forte, mais firme, mais poderosa”.

⁵⁶ WEBER, p. 40.

⁵⁷ Haja vista o cenário político europeu na atual crise do capitalismo aberta a partir de 2008.

apresentada pelo capitalismo é que a classe trabalhadora toma consciência de sua condição e buscar estabelecer organizações que possam superar esta condição ou “amenizá-la”.

“Mas e como a classe em si transforma-se na classe ‘para si’? pelo desenvolvimento da sua prática histórica de luta, responde Karl Marx.”⁵⁸ Neste sentido, a insistência de Marx e Engels no papel central do proletariado – a classe trabalhadora - na revolução que derrubaria a sociedade burguesa e inauguraria a sociedade sem classes, a sociedade comunista, não se apresentava como elemento simbólico ou projetável ao futuro, mas como leitura da prática real da nascente classe trabalhadora do período.

Além disto, Marx e Engels, ainda no *Manifesto*, refutam concepções socialistas que não tomavam o proletariado como central na transformação à sociedade sem classe.⁵⁹ Por isso sua insistência enquanto agente político deste mesmo movimento em combater o desprezo destes socialistas pela luta cotidiana do proletariado, pois é exatamente nestas lutas que a consciência da classe se forja – tanto a reformista como a revolucionária. Como explica Michael Löwy, as características fundamentais do comunismo marxista – a revolução e a auto-emancipação do proletariado – tem por ponto de partida não o chamado “socialismo burguês”, mas grupos e tendências operárias da época.⁶⁰

Contudo, o proletariado, enquanto classe “em si” – parte, componente fundamental da produção do Capital – também é um elemento que pode conformar-se a ordem e reproduzi-la. Desta forma, apesar de comumente afirma-se o contrário, Marx desenvolveu uma teoria que dava respostas à condição reformista da classe trabalhadora. Contudo, a realidade histórica do século XIX torna este elemento (a conformação) desprezível, visto que a classe, quando se tornava classe na sua maior expressão política, os partidos, se tornavam classe essencialmente revolucionária e assim se mantém até início do século XX.

Apesar do fracasso dos comunardos de Paris em 1871 e o precoce fim da I Internacional em 1876, com a fundação do Partido Social-Democrata da Alemanha em 1875 e posterior criação da II Internacional em 1889, a classe trabalhadora mostrava-se crescentemente enquanto classe “para si” – reivindicando em massas a sua tendência rumo à sociedade socialista, pelo caminho da revolução. Sem dúvidas, a fundação do SPD e seu estrondoso desenvolvimento na sociedade alemã, traziam as maiores esperanças ao movimento socialista internacional. Engels se referirá ao SPD em 1895, junto do seu braço

⁵⁸ WEBER, 1977, p. 37-42.

⁵⁹ MARX, ENGELS. 2002, p. 69-79 (Parte III, *Literatura Socialista e Comunista*).

⁶⁰ LÖWY, 2002, p. 110.

sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores, como “o ‘grupo de choque’ decisivo do exército proletário internacional”.⁶¹

Apesar da forte repressão do período do chanceler Otto Von Bismarck e da lei de repressão aos socialistas que levou o partido a sobreviver através de organizações sociais e de lazer e de um jornal impresso no exterior, tornou-se o maior partido político da Alemanha em 1890, chegando próximo a 1,5 milhões de eleitores, 18% do total de votantes. Até 1914, véspera da Grande Guerra, o SPD crescera com o desenvolvimento do capitalismo alemão, chegando em 1912 a 34,8% do eleitorado, elegendo a bancada de deputados mais numerosa. Possuía mais de 1 milhão de filiados, 30 mil quadros profissionalizados, 10 mil funcionários, 203 jornais com 1,5 milhão de assinantes, dezenas de associações esportivas e culturais e a maior central sindical, que reunia sob sua direção 3 milhões de filiados e isto tudo sem abrir mão da retórica radical e reivindicativamente revolucionária. Suas principais lideranças eram notáveis teóricos marxistas, como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Eduard Bernstein, Anton Pannaekok e Karl Kautsky, este último notadamente o principal sucessor teórico de Marx, amigo de Engels. Este último chamara Kautsky e Bernstein de “irrepreensíveis representantes da teoria de Marx”.⁶²

Em 1914, apesar das campanhas e da defesa pacifista contra a guerra que, em lados opostos, levaria à carnificina de trabalhadores nos campos de batalhas, os deputados do SPD no parlamento alemão votam a favor dos créditos para a guerra. Conjunturalmente, o SPD e a II Internacional, junto do movimento anarquista ainda vigente, eram os principais elementos que poderiam evitar a deflagração da guerra. Contudo, como coloca Osvaldo Coggiola,

A aquiescência do SPD foi decisiva para evitar uma crise política interna (e internacional) pela deflagração da guerra. Ela acompanhou a capitulação da Internacional Socialista. A orientação dos dirigentes da Internacional Socialista, nos Congressos realizados a partir de 1907, era que os trabalhadores tentassem ao máximo, em seus países, evitar a deflagração do conflito. Caso isso não fosse possível, como vimos, deveriam aproveitar o momento “para precipitar a queda do capitalismo”.⁶³

Com a falência da II Internacional e o consentimento do SPD no esforço de guerra as perspectivas da revolução proletária tornavam-se menores. Contudo, com a vitória revolucionária russa, há uma mudança no cenário da guerra e a Alemanha torna-se novamente o ponto central da batalha pela revolução socialista. Lenin, em fevereiro de 1918 declarava:

⁶¹ ENGELS, apud LUXEMBURGO, 1915, s. p.

⁶² Sobre a história do SPD, cf. COGGIOLA, 2010; COELHO, 2001; TEIXEIRA, 2011.

⁶³ COGGIOLA, 2011, p.25.

“em qualquer hipótese, sob quaisquer circunstâncias, se a revolução alemã não acontecer, estaremos condenados”. Em Novembro de 1918 este movimento ocorre, e frente a um motim de marinheiros de Kiel e a proposta de armistício do Estado Maior do Kaiser (Imperador) alemão, a Alemanha passou a ter de reconhecer o poder de conselhos de operários e soldados – próximos à experiência dos soviets russos. As principais lideranças da esquerda do SPD foram libertadas das prisões e estavam reunidos e conclamando junto a 100 mil trabalhadores a “República Socialista”. No entanto, poucos meses depois, em Janeiro de 1919, as principais lideranças da dissidência de esquerda do SPD, que haviam formado a *Liga Espartaquista*, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, foram brutalmente assassinados por milícias paramilitares de direita sem a resistência do recém empossado governo liderado pelo SPD sob a presidência do novo chanceler, Friedrich Ebert. Tentativas de reorganização partidária e formação de um Partido Comunista Alemão ligado a então recém criada III Internacional, liderada por Lênin e Trotski, resultaram em fracassos no movimento revolucionário que não conseguiu romper com o novo governo, já claramente anti-bolchevique, do SPD.

O SPD participou dos governos alemães até 1933, quando então foram postos na ilegalidade e caçados pelo recém empossado governo nazista. A Alemanha, Europa e o resto do mundo voltariam anos depois a se despedaçar em uma nova grande guerra mundial. Depois da destruição do SPD pelos nazistas, o Comitê Executivo do partido no exterior, em 1934 admitiu o fracasso do partido em tentar mudar o aparato do Estado:

A revolução política de 1918 ocorreu ao fim de um processo contra-revolucionário que foi determinado pela guerra e pela intensificação das paixões nacionalistas das massas. O regime imperial foi descartado não por uma luta revolucionária organizada da classe trabalhadora previamente planejada, mas pela sua derrota nos campos de batalha. A Social-Democracia, o único poder organizado que tinha permanecido intacto, assumiu a liderança do estado sem resistência e, desde o início, cooperou com os partidos burgueses, com a burocracia e mesmo com o aparato militar reorganizado. Foi um grave erro histórico da classe trabalhadora alemã, traída como fora durante a guerra, assumir a velha estrutura do Estado sem transformá-la.⁶⁴

A Alemanha era o Estado capitalista mais desenvolvido no início do século XX e ali se esperava a primeira grande revolução socialista vitoriosa já que nesta nação se encontrava o maior e mais bem organizado partido que se propunha para tal. Contudo, o binômio reforma ou revolução estava colocado desde sua fundação e na sua trajetória conturbada, enfrentando as leis de exceção e a ascensão capitalista da “Bela Época”, cedeu o seu ímpeto revolucionário para conquistar liberdades democráticas e tornou-se cada vez mais dependente

⁶⁴ SPD apud. COELHO, 2001, p. 40.

da estrutura em torno da qual criara nas perspectivas parlamentares e na burocracia partidária; este processo, no entanto, apesar das expectativas depositadas, principalmente pelos marxistas reunidos na II Internacional, era debatido desde sua fundação e subseqüentemente, até a grande cisão no início da Primeira Guerra Mundial. Reformismo versus radicalismo revolucionário, como já apontamos, é corretamente o binômio que uniu e ao mesmo tempo cindiu o partido até a total oposição entre ambos os setores e clivou o movimento dos trabalhadores durante quase todo o século XX.

Este processo não foi nem linear nem teve sobreavisos de suas limitações e tendências ao reformismo. Politicamente, durante a fusão dos “eisenachianos” (marxistas)⁶⁵ com os “lassalianos”⁶⁶ no Congresso de Gotha de 1875 que deu origem ao SPD, esta tendência já era bastante visível apesar do radicalismo expresso por todo movimento político dos trabalhadores durante o século XIX.

Podemos diagnosticar esta tendência ao reformismo na *Crítica ao Programa de Gotha*, de Marx e na Carta a Bebel de Engels, em que destacam alguns pontos centrais para alertar o “caminho falso” trilhado pela organização criada por Ferdinand Lassale: 1º) a crítica às concepções de que as subvenções do Estado aos trabalhadores podem, por si só, ser consideradas instrumento de emancipação, quando na verdade, pode ser considerado em última instância a permanência da dominação com a aceitação do dissenso. Como dito por Marx: “o movimento operário na Prússia (e em, conseqüência, no resto da Alemanha) só existe por concessão da polícia. Querem, por isso, tomar as coisas com são são e evitar provocar o governo”; ou seja, Marx propunha a negação do Estado como entidade autônoma acima das classes em que basta ser tomada e feita “legalmente” a passagem ao socialismo. Como dito por Engels na carta à Bebel que se seguiu ao envio da crítica ao programa, ele destaca: “antes de tudo, que renunciassem (os lassalianos) à panacéia universal da ajuda do Estado”; 2º) a crítica de fazer do socialismo uma doutrina cunhada não na tomada dos meios de produção, mas tão somente numa melhor distribuição da produção; 3º) a defesa do

⁶⁵ Eram assim chamados pois seu partido havia sido criado em congresso na cidade de Eisenach, em 1869.

⁶⁶ Assim chamados os seguidores de Ferdinand Lassale, socialista reformista alemão que ajudou a criar a primeira organização política de trabalhadores na Alemanha. Foi contemporâneo a Marx e com ele estabeleceu polêmicas. Como um dos principais intérpretes da problemática desta dissertação e intelectual simpático do SPD em sua época colocou: “A primeira organização operária, nascida sob o solo alemão, foi o *L'Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* de Ferdinand Lassale. [...] Criação pessoal de um homem extraordinário, ela continha até nos seus menores detalhes a marca de sua personalidade. Essa estrutura de associação refletia não somente as qualidades pessoais de Lassale, sua indomável ambição pelo poder e o caráter egocêntrico que fazia dele indivíduo de talento, um péssimo conhecedor dos homens, mas também sua concepção teórica do dever que compete a toda organização de partido. Em seu famoso discurso em Ronsdorf, ele disse: ‘Em todos os lugares que fui, eu ouvi da boca dos operários discursos que podem ser resumidos na seguinte frase: Nós devemos, de todas nossas vontades dispersas, forjar um martelo e colocá-lo nas mãos de um homem cuja inteligência, caráter e dedicação nos sejam uma garantia de que com o martelo ele baterá forte!’”. MICHELS, 1982, p.107.

internacionalismo contra o nacionalismo dos lassalianos; 4º) a radical exigência feita por Engels de que a classe revolucionária não pode estar apartada da ciência revolucionária (a teoria crítica do capital), e que só o uso dessa ciência pode fornecer as luzes capazes de orientar a luta revolucionária do novo partido.⁶⁷

Apesar do sucesso dos marxistas na conquista da direção do novo partido, esta mesma crítica é recolocada pela jovem liderança do SPD, Rosa Luxemburgo, no seu já citado *Reforma ou Revolução*, publicada em 1900 em resposta direta às leituras revisionistas apresentadas por Eduard Bernstein. Este se apresentava como ideólogo dos reformistas no seio do partido. Basicamente sua defesa retomava teses já existentes e tornava-se a expressão do socialismo reformista e defensor da democracia parlamentar e do abandono do radicalismo político. Como destaca Osvaldo Coggiola:

A conquista de uma legislação social avançada para a época, um nível considerável de liberdades políticas, a importância da luta legal, das eleições e da atuação parlamentar fizeram brotar no SPD tendências favoráveis à revisão dos conceitos revolucionários de Marx. Os chamados ‘revisionistas’, liderados por Bernstein, argumentaram, a partir de 1896, que os operários haviam-se tornado cidadão. Através do voto, conquistaram a maioria do parlamento e através de uma nova legislação reformariam e superariam, lenta, gradual e pacificamente o capitalismo. Bernstein afirmou que o avanço do capitalismo não estava levando a um aprofundamento das diferenças entre as classes; que o sistema capitalista não iria entrar em crises sucessivas que o destruiriam e abririam caminho ao socialismo; e que a democracia burguesa permitiria que os partidos operários conseguissem todas as reformas necessárias para assegurar o bem-estar dos trabalhadores, sem necessidade de uma ditadura do proletariado. As opiniões de Bernstein não iam, porém, muito além de uma prostração diante do *fait accompli* da expansão imperialista, da melhora da situação econômica da classe operária metropolitana e do caráter mais complexo da dominação política burguesa através de métodos democráticos. Estes ideais seriam derrotados em 1903 no Congresso que o SPD realizou em Dresden, mas continuavam muito fortes no interior do partido, sobretudo entre as lideranças sindicais. Em 1910, Rosa Luxemburgo falava de novas tendências revisionistas que se manifestavam na subestimação da ação de massas e no privilégio dado às reformas parlamentares e às negociações sindicais.⁶⁸

Para Rosa, resumia-se a política dos reformistas como as políticas que “não tendem elas à realização da ordem socialista, mas unicamente à reforma da ordem capitalista, não à supressão do assalariado, mas à diminuição da exploração, em suma, a supressão dos abusos do capitalismo e não do próprio capitalismo.”⁶⁹ Depois de 1910, a social-democracia viu-se dividida em três grandes tendências: os “revisionistas, partidários declarados do imperialismo

⁶⁷ A crítica ao programa de Gotha, apesar de escrita em 1875 e divulgada a algumas lideranças marxistas do novo SPD, apenas foi publicada sob pressão de Engels à Kautsky em 1891 na revista do SPD, *Die Neue Zeit*. Cf. MARX, 1982;

⁶⁸ COGGIOLA, 2010, p. 23.

⁶⁹ LUXEMBURGO, 2007, p. 97.

alemão”, a “esquerda”, ilustrada por nomes como Luxemburgo, Mehring, Liebknecht e Pannaekoe; o “centro”, representado por Kautsky “que se dizia fiel às opções tradicionais, mas que de fato apenas o era no plano da teoria, dado que na prática a social-democracia era obrigada a aceitar o “possível”, ou, noutros termos, a tática preconizada por Bernstein.” Como declarou o dissidente do SPD, Paul Mattick, “uma vez a guerra declarada, a ‘esquerda’ encontrou-se na prisão e a ‘direita’ no QG do Kaiser.”⁷⁰

Teoricamente, além da rejeição ao marxismo expressa primeiramente em Berstein, esta tendência é seguida pela principal liderança marxista da época, Karl Kautsky.⁷¹ Bensaid, liderança intelectual do movimento trotskista contemporâneo, apresenta a estratégia de Kautsky centrada na acumulação de forças e de não-participação governamental, até que a maioria eleitoral do proletariado, juntando-se à sua maioria social, lhe permitisse governar sozinho. Pôde-se qualificar este socialismo de marcha para o poder, confiando na lógica do progresso de que a classe constituiria maioria parlamentar e por sua condição revolucionária traria o socialismo: “tratava-se mais exatamente de um socialismo abandonado ao curso do tempo, de um rebaixamento da luta propriamente política em favor de um determinismo sociológico.”⁷² Ou seja, que a crença na superioridade numérica e na superioridade “racional” do socialismo seriam suficientes para uma transição pacífica ao socialismo, negando à política o seu devido espaço de intervenção.

Para Guilherme Simões Reis, é preciso destacar que Kautsky e Berstein, apesar de antípodas em essência, representam as principais tendências intelectuais representantes do que viria a ser a social-democracia. Kautsky em sua teoria fundada em um “determinismo sociológico” (seu “marxismo ortodoxo”) representaria o ponto “purista” da social-democracia que acabou se unindo ao “pragmatismo” expresso em Bernstein, calcado na luta no “horizonte das possibilidades”, ou seja, no pragmatismo político. Para Reis, “é mais construtivo analiticamente e superior normativamente incorporar como premissa analítica o

⁷⁰ MATTICK, 1988, p.19.

⁷¹ Segundo Mattick: “Kautsky morreu em Amsterdam, no fim de 1938; contava então com 84 anos. Viu-se nele o mais eminente teórico do marxismo após a morte dos seus fundadores, e não se exagerava ao dizer que fora o mais representativo entre todos. Kautsky reuniu em si, e de forma bem clara, não só o lado revolucionário como também o lado reacionário deste movimento. Mas se Engels, perante a sepultura de Marx, se sentia com o direito de declarar que o seu amigo fora, acima de tudo, um revolucionário, ninguém tivera a idéia de dizer a mesma coisa sobre o seu discípulo mais célebre.” MATTICK, 1988, p.15. Além de Kautsky e Bernstein, é importante destacar o economista Rudolf Hilferding, que destacava a existência de um *Capitalismo de Estado*, cada vez mais organizado, o que levaria a uma transição pacífica para o socialismo. O capitalismo era um sistema que se tornara tão organizado ao ponto de banir os conflitos entre as classes e as crises econômicas, tornando a transição pacífica ao socialismo não só possível como necessário. O avanço nazista na década de 1930 mostraria que o “capitalismo organizado” levaria a sociedade para outro caminho. Cf. COELHO, 2001, p. 37-40.

⁷² BENSÁID, 2012, s.p.

comprometimento com a transformação da sociedade, que era um ponto essencial tanto para Kautsky como para Bernstein.”⁷³

Contudo, ao contrário do que defende o autor, historicamente a social-democracia tendeu progressivamente a abandonar o “purismo” moderador de Kautsky para a aceitação cada vez maior do pragmatismo político típico dos partidos políticos burgueses e fora tendencialmente suplantada por estes ou, nos períodos de crise, por novos partidos radicais da classe trabalhadora.⁷⁴

1.2 As interpretações da metamorfose

Iniciamos com destaque às contribuições da crítica marxista aos fenômenos de metamorfose dos partidos da classe trabalhadora, notadamente da leitura de Lênin e compartilhada por Trotski, os principais líderes vitoriosos da dissidência social-democrata da II Internacional, fundadores da chamada III Internacional⁷⁵ e principais lideranças da também contraditória experiência socialista do leste-europeu.

Conforme havíamos exposto, a teoria marxiana da consciência da classe trabalhadora coloca dois momentos: o da *classe em si* (como parte necessária para produção do capital, mão-de-obra subjugada, em competição de mercado e ideologicamente submissa) e o da *classe para si* (enquanto força social organizada, reconhecida para si e para seu opositor, ideologicamente autônoma e propositiva de novos ordenamentos sociais). Lênin, partindo deste pressuposto, percebe que estes momentos não são distintos historicamente, sendo complementares de um mesmo processo em que a classe se apresenta muitas vezes fracionada e dispersa, com apenas alguns indivíduos mais destacado e certas frações da classe formando uma vanguarda organizada, quase que permanentemente mobilizada e intelectualmente atuante.

Apesar disto, reconhece que boa parte da classe trabalhadora não dispõe dos elementos intelectuais necessários para compreender a totalidade das relações sociais no capitalismo e

⁷³ REIS, 2009, p.10.

⁷⁴ Atualmente o acaso da decadência do PASOK e a ascensão da Coligação de Esquerda Radical (SYRIZA) ou do Partido Aurora Dourada (de extrema direita), na Grécia, é expressão deste fenômeno. De um modo geral, os partidos social-democratas ou socialistas da Europa não conseguem captar os novos movimento de distensão social, já que suas formulações estão calcadas nas formulações ortodoxas da década de 1990 (sob a alcunha do “neoliberalismo”).

⁷⁵ Trotski já dissidente da URSS na década de 1930 preconizou a chamada IV Internacional para combater a burocratização expressa pelo Partido Comunista da União Soviética e espelhada aos demais partidos comunistas no mundo.

por isso mesmo fica limitada a uma luta econômica, apesar de compreender que o capitalista é seu inimigo e que de alguma forma ele o explora. Chamou esta consciência de consciência sindical, economicista. A esta consciência, que pode taticamente e conjunturalmente se apresentar de timidamente reformista a politicamente explosiva, realizando greves políticas e revoltas, dificilmente consegue apresentar um projeto societário distinto.

Em uma explicação didática, Lênin propõe que o partido dos trabalhadores, formado pelo setor mais avançado e combativo da classe trabalhadora – sua vanguarda - deve unir-se a uma vanguarda intelectual portadora de uma teoria revolucionária avançada (a teoria marxista, nos termos de Lênin), formando um corpo de “técnicos” da revolução (em analogia ao corpo técnico que a burguesia dispõe para praticar sua dominação).⁷⁶ Ou seja, a consciência econômico-sindical torna-se consciência revolucionária quando os trabalhadores organizam-se no partido revolucionário com o apoio e auxílio dos intelectuais. Analogicamente, e parafraseando Gramsci, se a burguesia possui seus *intelectuais orgânicos* (os “funcionários da super-estrutura”), a classe trabalhadora também deve possuir os seus, advindos tanto das camadas mais avançadas da classe como da intelectualidade revolucionária (formando a “vanguarda” da classe trabalhadora, organizada em partido).

Contudo, subentende-se que neste processo, apesar de Lênin preconizar através dele o partido revolucionário (e ter sido seu principal mentor), a classe trabalhadora pode permanecer em sua consciência econômico-sindical sem atingir uma consciência revolucionária ou a atinge, muitas vezes, sem possuir um projeto revolucionário. Em sua insistente luta política contra a social-democracia, a qual se referirá em *O Estado e a Revolução* como os “traidores-chauvinistas” (nacionalistas), a saída apresentada é política. Ao contrário do determinismo sociológico de Kautsky, para Lênin (idéia compartilhada também por Trotski) apenas através da teoria revolucionária, da organização criteriosa do partido revolucionário e da análise e intervenção nas distintas conjunturas é que poderia haver revolução.

Por isso a referência muitas vezes depreciativa da teoria leninista enquanto portadora de uma “postura voluntarista”, já que tende a ver na metamorfose uma simples “traição”.⁷⁷ Apesar de constantemente criticado por perspectivas tecnicistas e tendências burocratizantes⁷⁸ que sua leitura apresentou ao partido vitorioso na Revolução Russa (que derrotou inclusive os

⁷⁶ Sobre a teoria leninista do partido e da classe trabalhadora cf. LÊNIN, 2010; MANDEL, 1975; WEBER, 1977.

⁷⁷ Como assim utilizado por PRZEWORSKI, 1989, p. 14. Considera-se que a depreciação simplista de um conteúdo político é um tanto vulgar intelectualmente pois esconde as razões que levaram a expressão da sentença “traição” e tendenciosamente cerceiam seus interlocutores de crédito argumentativo.

⁷⁸ Conferir a pertinente crítica de RODRIGUES, 1988.

seus opositores social-democratas, os “mencheviques”), Lênin apresentou uma teoria do tempo da política, do partido, das estratégias e das táticas, para além do simples determinismo sociológico e político muitas vezes compartilhado pelos intelectuais que optaram politicamente pela atuação dos reformistas em oposição aos revolucionários.⁷⁹

Ou seja, para Lênin, a classe trabalhadora sem teoria revolucionária seria apenas economicista; por isso seu embate, como o já fizera anteriormente as lideranças operárias e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, em criar organizações sólidas, fortes e ideologicamente autônomas capazes de, aí sim (e não “automaticamente”, “teleologicamente”) tornarem-se revolucionária.⁸⁰ Portando, se a teoria marxista possibilita a compreensão da racionalidade contraditória do modo de produção capitalista e a contradição perene da prática reformista, hipoteticamente apresenta-se esta à classe trabalhadora enquanto uma teoria revolucionária, além de destacar a necessidade preeminente da sua prática autônoma para adquirir sucesso nesta empreitada. Sem teoria revolucionária a classe fica impossibilitada de ir além do pragmatismo imediatista típico da ideologia burguesa.

Robert Michels, um intelectual inicialmente engajado no avanço do PSD, torna-se já na década de 1910 descrente da capacidade de transformação do principal partido de trabalhadores da Europa. Disto resultou uma obra considerada inaugural para a teoria dos partidos políticos apesar do foco no fenômeno de “burocratização” observado e descrito por ele no SPD em seu livro *Sociologia dos Partidos Políticos na Moderna Democracia*, de 1914. Nesta obra paradoxal, pessimista quanto a própria tese, propõe a inexorável lei da necessidade histórica da oligarquia na política e nos partidos, a “lei de bronze da oligarquia”.

Para Michels, os partidos nascidos com a instauração da democracia política, que eram concebidos como os instrumentos da promoção desta democracia, tornaram-se “inelutavelmente organismos oligárquicos, mesmo os mais democráticos, isto é, os partidos socialistas. Esta seria a dura lição da experiência”. “A organização tem o efeito de dividir todo partido ou sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida”. “Quem fala em organização fala em tendência à oligarquia”.⁸¹ Para Michels, era incompreensível o paradoxo entre a defesa da democracia e a necessidade imperiosa da organização quase militar a que os socialistas constroem em seus militantes e partidos. Seu ceticismo próximo ao anarquismo leva-o a negação dos partidos como meios para a transformação social: “podemo-

⁷⁹ BENSÁID, 2012.

⁸⁰ E a participação de “intelectuais” neste processo não constitui em anormalidade ou influência externa “contaminadora” da experiência “pura” da classe. Conforme já evidenciado em Gramsci, toda classe social, ao constituir-se enquanto tal, aproxima para si elementos da categoria dos “intelectuais” (muitos aparentemente “flutuantes” como defendia Karl Manhein), tornando-se estes “intelectuais orgânicos” das classes sociais.

⁸¹ MICHELS, 1982, p. 21.

nos perguntar igualmente se a cisão aguda que existe no terreno político, entre partidos de classe representando interesses de classes, não é um jogo inútil e condenável.”⁸²

Para ele, as transformações sociais produzidas pela organização levam ao afastamento cada vez maior entre as lideranças (os “chefes”) das bases partidárias. Além disto, descreve o processo de “aburguesamento dos partidos operários”, já que os simples operários ao tornarem-se membros da organização ou ao participarem do parlamento perdem seus condicionantes originais e tornam-se algo que não é mais classe operária e por isso deixam de poder representá-la. Em fundo, Michels destaca uma leitura da classe que o tornaria próximo de leituras liberais sobre a classe trabalhadora: “todo membro da classe operária aspira elevar-se a uma classe superior que lhe garanta uma existência melhor e mais longa. Elevar-se até a pequena-burguesia: esse é o ideal individual do operário.”⁸³

A sua “lei de bronze da oligarquia” é defendida a partir dos preceptores da época da “teoria das elites” (Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto); ou seja, a teoria da necessidade invariável da “classe política” – de uma minoria dominante. Para Michels,

Marx pretende que entre a destruição da sociedade capitalista e o estabelecimento da sociedade comunista haverá um período de transição revolucionária, período econômico, ao qual corresponderá um período de transição política “durante a qual o Estado não poderá ser outra coisa a não ser a ditadura revolucionária do proletariado”; ou, para utilizar uma expressão menos eufêmica, assistiremos, nesse caso, à ditadura dos chefes que tiveram a astúcia e a força para arrancar das mãos da sociedade burguesa agonizante, em nome do socialismo, o espectro da dominação.⁸⁴

O pessimismo de Michels expressa uma tendência conservadora em qualquer movimento. Neste cenário - da teoria da classe política – das “elites” – não há mudança social, apenas mudança de elites e por isso o intento revolucionário organizado tornar-se-ia sempre fracassado de início.

Contudo, a perspectiva dos revisionistas do marxismo, transmutadas e institucionalizadas no reformismo que caracterizou a atuação da socialdemocracia durante o século XX reivindicou com “sucesso” para si a criação do “Estado de Bem-Estar”. Este movimento apresentou, apesar de seu efêmero sucesso (a conhecida “Era de Ouro” do capitalismo, durante as décadas de 1950 e 1960), limites estruturais e contradições claras no seu desenvolvimento histórico. Claus Offe e Adam Przeworski, apesar de suas simpatias e defesa à social-democracia, são os principais nomes a explicar analiticamente estas contradições. Przeworski é sem dúvidas o principal interlocutor da social-democracia para

⁸² MICHELS, 1982, p. 138.

⁸³ MICHELS, 1982, p. 167.

⁸⁴ MICHELS, 1982, p. 230.

explicar, em uma tentativa de retomar a teoria do consentimento (de raiz gramsciana), a aceitação dos trabalhadores ao capitalismo.

Em linhas gerais, para Przeworski a estratégia de participação e defesa da democracia parlamentar do final do século XIX e início do XX levou o SPD a abrir espaço para outros setores sociais – a discutida “classe média” ou “setores médios” – e com isso teve de abrir mão do seu escopo estratégico revolucionário em prol de um escopo reformista, consensual. Por outra via, o próprio processo de vitória eleitoral levava a um incremento da burocracia partidária e a necessidade de defendê-la também levava à diminuição de suas tendências radicais e reforço às reformistas, mais preparados e até mesmo “aceitáveis” ao cenário democrático burguês.

Contudo, é preciso lembrar que a pauta da democracia parlamentar era encabeçada pelo SPD como tática revolucionária, visto que até 1918 o parlamento tinha muito pouco poder sobre o Kaiser e por tanto era visto como um meio de reduzir ou derrotar o poder deste. Rosa Luxemburgo, no seu tratado contra Bernstein, defende que “a sorte da democracia está ligada à do movimento operário.”⁸⁵ E ao mesmo tempo em que combatia o reformismo como fim, as tendências radicais defendiam o reformismo como meio, já que as reformas radicais deveriam preparar e provocar a tomada de poder.⁸⁶ “Em suma, a democracia é indispensável, não porque torne supérflua a conquista do poder político pelo proletariado, mas, ao contrário, por tornar essa perspectiva necessária tanto como a única possível.”⁸⁷

A fática contradição histórica de Rosa se expressa no fato que, apesar da vitoriosa revolução que leva à conquista do poder político da presidência da Alemanha pela primeira vez na história a um proletário (Friedrich Ebert), ela é assassinada meses depois com a conivência surda do novo “governo do proletariado”. Não é a toa que Przeworski inicia o capítulo destinado à análise histórica da social-democracia chamando o processo para o ato da decisão de participar: “a escolha crucial foi entre participar ou não”. Assim, teríamos para todos os partidos de trabalhadores um “dilema eleitoral”.

Przeworski coloca o problema estruturado em três aspectos fundamentais: a) a questão da classe; b) das eleições; c) e dos compromissos institucionais. Cada uma parece derivar condições para a seguinte, resumidamente nesta ordem: a classe operária não foi e não se tornou maioria na população tendo de se aproximar das “classes médias” (funcionários públicos, profissionais liberais, pequeno burgueses) para ganhar eleições (o que para

⁸⁵ LUXEMBURGO, 2007, p. 94.

⁸⁶ Como veremos no II capítulo, uma estratégia claramente próxima a do “Programa Democrático Popular” que balizou a unidade do PT.

⁸⁷ LUXEMBURGO, 2007, p.101.

Przeworski contradiz a predição estratégica marxista e kautskiana que a classe operária tornar-se-ia maioria real na sociedade). Vencendo as eleições neste compromisso social - em que a estratégia revolucionária do proletariado já estaria comprometida -, teríamos também unido a isto o compromisso com a institucionalidade para poder governar e reformar. Nesta trajetória, o compromisso passa prioritariamente a ser com a propriedade privada e com o mercado, mesmo que contraditoriamente buscando tirar concessões destes. Assim, passam a ter de conciliar interesses antagônicos na perspectiva de buscar melhorias substanciais à classe trabalhadora. No processo de conciliação precisam abrir mão totalmente de qualquer perspectiva revolucionária a fim de serem aceitos no Estado burguês. Formalizam o jogo democrático estabilizado em troca da perspectiva revolucionária. Para Przeworski esta fórmula se expressa de modo acabo deste modo:

Defrontando-se com uma crise econômica, ameaçados pela perda do apoio eleitoral e preocupados com a possibilidade de uma contra-revolução fascista, os social-democratas abandonam o projeto de transição ou, pelo menos, fazem uma pausa, esperando por épocas mais propícias. Armam-se de coragem e explicam à classe trabalhadora que é melhor ser explorado que criar uma situação que envolve o risco de ser prejudicial a própria classe. Recusam-se a aventurar seu destino em um agravamento da crise. Oferecem o compromisso, mantêm-no e defendem-no. Permanece apenas a questão da existência ou não de um modo de escapar à alternativa definida para a esquerda por Olof Palme: 'retornar a Stalin e Lenin ou enveredar pelo caminho que segue a tradição da social-democracia.'"⁸⁸

Além disto, como destaca Przeworski, o consentimento é um elemento esquecido por muitos ao se explicar a aceitação dos trabalhadores no capitalismo. Ou seja, de que o capitalismo, enquanto modo de produção, busca incorporar e neutralizar os possíveis agentes que poderiam por em risco o *status quo*, incorporando-os através da repartição da produção social bem como incorporando os trabalhadores à ordem política, aceitando-os como agentes políticos desde que neutralizadas as opções hegemonicamente radicais.

Para Przeworski, a classe trabalhadora abriu caminho para reivindicação de conquistas importantes por dentro da institucionalidade dos Estados burgueses. Frente as crise econômica pós Primeira e pós Segunda Guerra Mundial, a social-democracia inculcou a idéia de que o Estado poderia regular os ciclos econômicos e evitar a intensificação das contradições fundamentais do capitalismo (keynesianismo). Ela tornou-se de inimiga do capitalismo a maior promotora do consenso social neste sistema, buscando promover o consentimento dos trabalhadores quanto às opções políticas que eles poderiam ter. A hipótese desenvolvida é que ao invés do difícil caminho revolucionário, que tem em dúvidas o seu sucesso imediato e sua

⁸⁸ PRZEWORSKI, 1989, p.65.

eficácia, a social-democracia é vitoriosa pois promove o consenso social e a prática de um desenvolvimento capitalista com partilha de riqueza. A idéia geral que norteou o sucesso da social-democrata (calcados no keynesianismo) é que “a sociedade não estava à mercê dos caprichos do mercado capitalista, a economia podia ser controlada e o bem-estar dos cidadãos continuamente intensificado pelo papel ativo do Estado – essa era a nova descoberta dos social-democratas.”⁸⁹ Desta forma, defende o autor, ao contrário do que fora argumentado historicamente pelo marxismo, os trabalhadores puderam participar da política de maneira moderada constituindo políticas socialistas – de melhoria substancial das condições de vida da classe trabalhadora – sem ter de apelar para o que seria estruturalmente inseguro e difícil processo revolucionário:

a nacionalização dos meios de produção revelou-se impraticável pelas vias eleitorais; políticas redistributivas radicais resultam em crises econômicas que não são do interesse dos assalariados; finalmente, a riqueza geral pode ser aumentada se for possível conseguir a cooperação dos capitalistas e a espera disciplinada dos assalariados.⁹⁰

É por isso, defende Przeworski, que a “social-democracia tem sido a forma predominante de organização dos trabalhadores sob o capitalismo democrático”.⁹¹

Contudo, contraditoriamente, em termos de política de classe, a tese de Przeworski é que no processo de competição eleitoral, os partidos socialistas são forçados a solapar a organização dos trabalhadores enquanto classe, diminuir seu poder e autonomia política e ideológica. Em tese, se o objetivo dos partidos social-democratas era o de ser representação máxima da classe, tornam-se pela estratégia eleitoral-reformista, uma das principais antíteses da força da classe quando organizada autonomamente. Passa a abrir caminho para outras classes sociais e se enveredam entre interesses antagônicos. De partidos de trabalhadores tornarem-se partidos de técnicos-administradores do capitalismo. Enquanto administradores do Estado, apesar de poder ser preferido eleitoralmente pela classe trabalhadora - já que são os principais promotores do consentimento destes ao capitalismo (o que em tese explica necessariamente o apoio da classe) -, os partidos social-democratas estabelecem reformas que “não são irreversíveis e cumulativas [no sentido de garantir o avanço ao socialismo ou à

⁸⁹ PRZEWORSKI, 1989, p.53.

⁹⁰ PRZEWORSKI, 1989, p. 61.

⁹¹ PRZEWORSKI, 1989, p. 13.

melhoria geral da condição de vida da classe trabalhadora], proporcionando, portanto, a base para uma crítica da social-democracia”.⁹²

Para Lipset, em uma interpretação, contudo, distinta, este processo é de mão dupla. Alargando corretamente o escopo de análise para a trajetória de todos partidos de origem trabalhadora dos principais países da Europa Ocidental ele busca explicar os limites da explicação marxista para a sociedade capitalista demonstrando que a tendência geral desta sociedade é da criação de democracias estáveis em que os trabalhadores também participem progressivamente enquanto forças reformistas e levem ao afastamento de suas opções radicais/revolucionárias. Ou seja, ao abrir mão do radicalismo os trabalhadores puderam ser aceitos na ordem social e política capitalista. Do mesmo modo, a aceitação das classes dominantes em permitir a participação dos trabalhadores na ordem político e econômica permitiu a redução do poder dos radicais no seio destes partidos bem como o favorecimento dos reformistas conciliadores que poderiam promover o consentimento social dos trabalhadores ao capitalismo.

Esta leitura, calcada em Weber e Schumpeter, recoloca questões de ordem teórica discutidas anteriormente na introdução. A idéia geral é que a luta de classes - no seu sentido marxista - passa a ser diminuída e tende a desaparecer com o arrefecimento das práticas tradicionais de legado feudal de *status* sociais característicos da Europa. Estes resquícios, revalidados no conflito econômico próprio do capitalismo daria corpo a práticas políticas de recorte classista. Ou seja, o recorte político das classes sociais seria um resquício feudal que se tornou progressivamente diminuído com a consolidação do capitalismo contemporâneo e com a instituição democrática. Para Lipset, esta seria a chave argumentativa para explicar por que o socialismo apenas floresceu hegemonicamente na Europa e não nos Estados Unidos.

Assim, para Lipset, tendencialmente o reformismo tornou-se a principal fonte política da classe trabalhadora e a torna agregada ao capitalismo via instituições democráticas, onde o Estado é visto como representante de todos os grupos sociais enquanto entidade neutralizadora do conflito e do radicalismo e promotora do consenso (democrático).⁹³

No pós-Segunda Guerra Mundial os partidos social-democratas lograram atingir o poder em vários Estados europeus estabelecendo políticas que ficaram conhecidas como “Estado de Bem-Estar Social”, calcadas no keynesianismo e na promoção de uma conciliação social entre proletariado e burguesia e favorecendo a constituição de uma ampla “classe média”, criando uma série de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, legislação

⁹² PRZEWORSKI, 1989, p.16.

⁹³ LIPSET, 1992.

trabalhista e previdência social. Assim, a fórmula pacificadora foi encontrada através da criação de “instituições não mercantilizadas” (escolas e hospitais públicos) para a manter as “mercantilizadas” (fábrica, empresa). Assim destaca Claus Offe:

“El Estado del Bienestar ha servido como principal fórmula pacificadora de las democracias capitalistas avanzadas para el período subsecuente a la Segunda Guerra Mundial. (...) En segundo lugar, el Estado del Bienestar se basa en reconocimiento del papel de los sindicatos tanto en la negociación colectiva como en la formulación de los planes públicos. Se considera que ambos componentes estructurales de Estado de Bienestar limitan y mitigan el conflicto de clases, equilibran la asimétrica relación de poder entre capital y trabajo. (...) En suma, Estado del Bienestar ha sido celebrado como solución política a contradicciones sociales”.⁹⁴

É importante destacar, para compreender este processo de limitação e mitigação da contradição social, o delicado e transitório contexto histórico da pós-Segunda Guerra Mundial, que ficou marcada como a “Era de Ouro do Capitalismo”. Sem contar na necessidade proeminente de combater o avanço do comunismo que dominava o leste europeu, a explicação do historiador inglês Eric Hobsbawm sobre o período explica sinteticamente as bases materiais por que os trabalhadores do ocidente optaram pela social-democracia e não pelo comunismo:

Todos os problemas que perseguiram o capitalismo em sua era da catástrofe pareceram dissolver-se e desaparecer. O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a – era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos – sua inteligente administração macro-econômica. Desemprego em massa? Onde se poderia encontrá-lo no mundo desenvolvido de 1960, quando a Europa tinha uma média de 1,5% de sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1,3%? Só na América do Norte ele ainda não tinha sido eliminado. Pobreza? Naturalmente a maior parte da humanidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o “De pé, ó vítimas da fome!” da “Internationale” para os trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha? E se os tempos se tornassem difíceis para eles, não haveria um Estado previdenciário universal e generoso pronto a oferecer-lhes proteção, antes nem sonhada, contra os azares da doença, da desgraça, e mesmo da terrível velhice dos pobres? Suas rendas cresciam ano a ano, quase automaticamente. Não continuariam crescendo para sempre? A gama de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo, e ao alcance deles, tornava antigos luxos itens de consumo diário. E isso aumentava cada ano. Que mais, em termos materiais, podia a humanidade querer, a não ser estender os benefícios já desfrutados pelos povos favorecidos de alguns países aos infelizes habitantes de outras partes do mundo, que não haviam entrado no “desenvolvimento” e na “modernização”?⁹⁵

⁹⁴ OFFE, 1990, p. 135.

⁹⁵ HOBBSAWM, 1995, p. 263.

Entretanto, como explica Claus Offe, com o esvaziamento da influência social-democrata no meio sindical na sociedade civil (já que enquanto governantes precisam mediar os conflitos entre capital e trabalho o que reduzia sua capacidade de articulação com a vanguarda sindical organizada ou reduzia o papel desta a uma postura conciliatória) e com a incapacidade em atender as demandas tanto dos trabalhadores como dos capitalistas em constante conflito, tornaram-se incapazes de manter a conciliação entre as classes sociais frente à crise que se inicia no final da década de 1960 e década de 1970 (tendo o ponto alto e estopim aparente na crise do petróleo em 1973).

Para Przeworski, esta também é a principal limitação da social-democracia. Ao tornar-se promotora do consenso social precisa lutar para garantir condições de lucro satisfatórias para os capitalistas em mercado concorrencial, muitas vezes às expensas dos trabalhadores, para depois tentar garantir a reivindicação salarial destes últimos. Por outro lado, os setores econômicos não rentáveis (e por isso, não desejáveis aos capitalistas) mas que detinham muitos empregos podiam facilmente ser nacionalizados, criando a ilusão de que estariam avançando rumo ao socialismo. Em verdade tornavam os Estados economicamente ineficazes e tendo que arcar com os custos econômicos da (in)conciliação entre as classes sociais⁹⁶ e criando as justificativas políticas empregadas pelos neoliberais na década de 80: que a crise econômica e fiscal era responsabilidade da interferência dos Estados na economia e que esta interferência deveria ser reduzida ao mínimo e dado máxima liberdade ao mercado (e ao programa de privatizações).

Durante a década de 1970 tem-se um momento de crise de acumulação capitalista nos principais países europeus e principalmente nos Estados Unidos. A crise nas taxas de lucros das principais economias centrais pode ser apontada como uma crise decorrente do crescimento dos salários (resultado das lutas por maior repartição da riqueza, uma das bandeiras da social-democracia) somados ao despontar do Japão como potência econômica e industrial (apresentando o novo modelo de estruturação fabril flexibilizado - toyotismo) e à pressão econômica dos Estados ligados à OPEP (crise do petróleo). Em segundo lugar pode-se destacar uma crise de superprodução devido ao acirramento da concorrência no mercado mundial o que aumentou a produção sem contrapartida na demanda que no momento diminuía no processo de desemprego decorrente da crise.

Identificado o problema, a fim de retomar as taxas de lucro – garantia da acumulação em um mercado cada vez mais competitivo – desencadeou-se uma ofensiva contra o Estado de Bem-Estar, retomou-se uma taxa de desemprego “normal” (na comunidade Européia as

⁹⁶ PRZEWORSKI, 1989, p. 55-59.

taxas de desemprego subiram de 2,4% em 1973 para 9,0% em 1989)⁹⁷ e reduziu-se o poder dos sindicatos e dos salários (a luta de Margareth Thatcher na década de 1980 contra o sindicato dos mineiros é exemplar deste fenômeno). O avanço desencadeado pela chamada 3ª Revolução Industrial – da informática e da robótica – aliada ao desenvolvimento do sistema toyotista de produção também permitiram a intensificação desta ofensiva sobre os sindicatos bem como resultaram em um aumento na taxa de lucros. Acompanhando este processo, tem-se a desregulamentação financeira que garantiu ao capital o movimento e circulação necessária para garantir taxas de especulação frente às dificuldades da estagnação produtiva.⁹⁸

Frente a esta crise e frente à falta de alternativa radical à crise por parte da classe trabalhadora (que continuava majoritariamente sob influência ou ligada à social-democracia, apesar do crescimento de movimentos radicais espontâneos ou até mesmo de movimentos de rebeldia com pouca orientação política)⁹⁹ os Estados europeus passaram na década de 1980 por uma onda conservadora, conhecida por neoliberal, que ficou marcada nos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos EUA bem como pela grande maioria dos Estados latino-americanos na década de 1990.

Recentemente, assimilados por esta ofensiva, os social-democratas passaram a incorporar parte do receituário neoliberal e tentaram lograr uma “terceira via” que, no entanto, se mostrou muito tímida em resgatar o reformismo clássico da social-democracia. No sul da Europa, notadamente o PSOE, na Espanha, o PSOK na Grécia e o PS em Portugal, partidos que haviam se destacado na luta contra ditaduras militares e que em origem possuía tendências radicais de grande expressão política na classe trabalhadora tornaram-se os principais promotores de reformas de ajuste fiscal e modernização capitalista (neoliberal), tornando-se progressivamente partidos do tipo *catch-all*, sem ligação com organizações de massa e progressivamente tornando-se partidos de lideranças pessoais.¹⁰⁰

1.3 A crítica às interpretações da metamorfose

O sentido de crítica aqui ensejado não é meramente de negação ou aceitação das interpretações, mas sim buscar suas confluências, limitações e evidenciar seus fundamentos

⁹⁷ TUMOLO, 2002, p. 91.

⁹⁸ CHESNAIS, 2003

⁹⁹ Sem falar na crescente falência do movimento comunista – ligado à URSS – em estabelecer-se enquanto alternativa a estes movimentos.

¹⁰⁰ PUHLE, 2001.

sociológico-políticos, o que em parte já foi realizado acima (ponto 1.2). A crítica neste sentido possibilita a formulação de um marco metodológico mais específico, um corpo conceitual necessário para descrição do processo histórico. Além disto, desta apreciação poderemos expor de forma aprofundada os fundamentos gerais da análise da metamorfose dos partidos de origem trabalhadora, dando acabamento à metodologia que deve ser empregada para a análise do objeto principal deste trabalho: a metamorfose do PT no Brasil.

É necessário que estabeleçamos condições endógenas e exógenas para a metamorfose, (apesar de esta separação ser virtual, útil apenas para a exposição interpretativa, mas dificilmente distinguível na experiência cotidiana e aos atores participantes). Aos fatores endógenos buscaremos analisar a tendência à burocratização e as tentativas de combate a esta tendência (expressa na própria multiplicidade de tendências e correntes no interior da social-democracia, desde tendências radicais às mais pragmáticas, e as estratégias por estas adotadas); aos fatores exógenos, buscaremos compreender a dinâmica societária do capitalismo nos últimos trinta anos e as condições para a crise ou criação de consentimento na sociedade brasileira e, conseqüente a isto, as bases para a formulação da consciência de classe radical e para a consciência de classe reformista tendo em vista as estratégias adotadas pelo movimento dos trabalhadores através da sua atuação no PT.

A explicação por nós proposta deve retomar a teoria da classe social marxista. A metamorfose torna-se metamorfose enquanto movimento aparente, mas teoricamente ambos processos – de radicalidade e reformismo – estão presentes constantemente na ação da classe trabalhadora e refletem às condições gerais em que ela se encontra na luta de classes, como vimos na exposição anterior. Em última instância, a determinação será política e esta não pode ser mecanicamente pré-determinada nas estruturas econômico-sociais ou em gráficos.

Neste sentido, Przeworski parte de um “determinismo-relativista” para definição da classe social. O argumento central de sua teoria sobre as classes sociais é que a organização da vida política em termos de classe deve ser considerada um resultado histórico dependente de conflitos contínuos, no decorrer dos quais as classes são organizadas, desorganizadas e reorganizadas – e onde se apresenta aos indivíduos uma estrutura de escolhas disponíveis (escolhas resultantes das estratégias políticas desenvolvidas anteriormente). Contudo, quando se aproxima da teoria utilitarista da escolha racional para explicar o processo, esta tende a estabelecer um padrão ideal e universal de comportamento que não se enquadra totalmente aos movimentos históricos, mas sim à teoria da escolha fundamentada na ideologia burguesa.

É importante lembrar, neste sentido, da crítica de Ângela de Castro Gomes ao utilitarismo expresso em Olson, que enquadra todo movimento sindical a uma lógica

utilitarista baseada no cálculo do ganho econômico individual. Esta tendência interpretativa tende a não compreender a lógica da ação coletiva quando expressa em termos de experiência coletiva e formação de valores e idéias compartilhados – que não são simplesmente fenômenos superestruturais pré-determinados. Ao empregar o conceito de experiência (baseada no historiador inglês Edward Palmer Thompson), a historiadora distingue a ação coletiva, baseada no compartilhamento das lutas econômicas e na formação de idéias norteadoras do movimento, da ação individual baseada no utilitarismo liberal (que tende a expressar um fundamento ideológico burguês): “O problema é que os homens se relacionam com estas circunstâncias, experiências, realidades, enfim, com estes cálculos racionais, sempre segundo um esquema de representação que não é o único possível.” Apesar de não empregarmos o conceito de “experiência” nesta pesquisa, compartilhamos da crítica que afasta a pesquisa histórico-sociológica do mecanicismo baseado na teoria dos jogos ou no cálculo utilitarista, que fundamentam o chamado “individualismo metodológico”.¹⁰¹

Na política, o cálculo não é meramente econômico, matematicamente possível, já que a disposição para a formulação de projetos societários alternativos também se impõe enquanto racionalidades contrapostas que possuem um peso político estimável na disputa ideológica (apesar dos aparentes descompassos econômicos). As condições econômicas se expressam ideologicamente e estas condições ideológicas podem levar a modificação das condições econômicas (o movimento não é simplesmente mecânico, mas dialético). Por isso, não podemos tratar a luta da classe trabalhadora apenas ao nível salarial, apesar deste ser o centro do chamado “conflito distributivo”, ao qual aqui nos referiremos como um movimento mais geral, a *luta de classes*.¹⁰²

O chamado “voluntarismo” marxista (notadamente em sua leitura leninista), expressa a explicação de que se podemos saber que o capitalismo é igual a exploração e que ele comporta contradições explosivas, isso também significa que se faz necessário organizar-se e

¹⁰¹ GOMES, 2005, p.21. Como veremos, a hipótese que Ângela C. Gomes parte é a de que o sucesso do projeto político estatal – do “trabalhismo” – pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a Primeira República, elementos-chave de sua auto-imagem e de tê-los investido de novo significado em outro contexto discursivo. Assim o projeto estatal que constituiu a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores. Apesar da fragilidade do argumento quando contrastada com a força da coerção exercida por Vargas sobre setores do movimento operário, ela imprime questionamentos às teorias clássicas do populismo, que careciam de uma análise sobre o que levava a amplos setores do movimento da época a aceitar e coadunar-se e ressignificar o projeto trabalhista.

¹⁰² O conceito de conflito distributivo parece referir-se unicamente às disputas econômicas parciais e tendem a apaziguar a análise das estratégias de longo prazo que são em última instância balizadoras do conflito societário no capitalismo. Por isso, luta de classes passa a ser o conceito de emprego de maior alcance, enquanto o de conflito distributivo tende a ser provisório e expressar uma condição de análise economicista.

propor esta organização e ações que tendem a superar a sociedade do conflito de classes, através da ação política consciente. Desta forma, fogem de uma explicação pré-determinada para expor a lógica do tempo da política, da estratégia, da tática e da ação expressas no estudo da conjuntura e da estrutura total que representa o capitalismo. Na teoria marxista é possível encontrar, em suas múltiplas derivações teóricas, a sempre presente tensão entre a *estrutura* e a *experiência*. Conforme evidencia Sidnei Munhoz,

Faz-se necessário lembrar, todavia, que a questão do homem como sujeito da história é uma questão controversa em Marx e que, portanto, aqueles que gostam de retomá-lo, poderão encontrar respaldo nesta empreitada, quer para defenderem o desenvolvimento das forças produtivas como sujeito da história, bem como o homem como sujeito. Diga-se de passagem em algumas obras esta tensão aparece claramente, tendo-se a impressão de que a história possui dois "únicos" sujeitos. *A Ideologia Alemã* constitui-se em minha opinião no melhor exemplo desta tensão.¹⁰³

Considera-se importante também “contrabalancear” a perspectiva política com uma perspectiva sociológica expressa no conceito de consentimento. De forma distinta da estratégia vitoriosa da Revolução Russa, de tomada do poder diretamente pela insurreição revolucionária por um pequeno grupo organizado com apoio popular, Gramsci percebeu que no Ocidente a sociedade burguesa criou uma série de “trincheiras” além da sociedade política (tomada como o espaço da coerção, do monopólio da força bruta, do Estado em sentido estrito). Para ele, a real compreensão do Estado burguês deveria ser a soma da sociedade política (o Estado, a burocracia e o exército) com a sociedade civil (com suas entidades ideológicas). O Estado, portanto, não é só executor da coerção, mas também promotor do consentimento.¹⁰⁴

Como corretamente destaca Przeworski, através da leitura de Gramsci, “a democracia é o Bonaparte moderno”. Apesar de sujeitos a dominação permanente da burguesia, a indeterminação do jogo democrático proporciona a possibilidade (mesmo que aparente) de realizar alguns dos interesses materiais dos subordinados. A democracia por si só apresenta-se enquanto a “concessão” da burguesia aos trabalhadores e não apenas benefícios materiais diretos:

Essa correlação objetiva entre a organização de uma sociedade como um sistema capitalista e os interesses dos capitalistas abre a possibilidade para o estabelecimento de um sistema hegemônico no qual a classe dos capitalistas passa a ser concebida como a personificação dos interesses universais e no qual os conflitos políticos tornam-se estruturados como conflitos acerca da realização de interesses materiais dentro dos limites do capitalismo. Organizado como uma democracia capitalista, o

¹⁰³ MUNHOZ, 1998, nota n.34.

¹⁰⁴ CARMO, 2007.

sistema hegemônico estabelece uma forma de **compromisso de classes**, no sentido de que nesse sistema nem o agregado dos interesses capitalistas individuais nem os interesses dos assalariados organizados podem ser violados além de limites específicos.¹⁰⁵

O conceito de consentimento é empregado para evitar uma pré-disposição psicológica que poderia ser associada ao conceito de legitimidade, pois não se apresenta como estado de espírito individuais, mas enquanto “características pertinentes ao comportamento de organizações”. Não é uma predisposição automática, mas um consentimento das organizações de trabalhadores que “agem como se fossem capazes de melhorar suas condições materiais dentro dos limites do capitalismo”.¹⁰⁶ Neste sentido, o emprego do conceito de “compromisso de classes” ou “conciliação de classes” é pertinente para explicar este processo.

Consideramos aqui que a teoria da consciência de classe marxista em seu sentido clássico (“classe em si” e “classe para si”) expressa a dialética geral da situação política da classe trabalhadora na sociedade capitalista. Mas esta lei, quando não disposta no estudo das relações concretas, não deixa de ser uma lei geral, “muda”. Como afirmamos na Introdução, é necessário antes de tudo descrever o processo do qual a lei procede, buscando evidenciar os assensos e descensos na consciência de classe (ou seja, de sua organização enquanto classe), tentando identificar as razões pela qual foi possível ou não haver a manifestação de consciência radical ou da consciência reformista.

Neste sentido a teoria fundamentada no conceito de consentimento nos parece útil para explicar o processo. Contudo, rejeitamos que seja possível equacionar com exatidão as condições para a realização do consentimento tal como realizado por Przeworski (apesar de teoricamente apresentar uma explicação que dá conta da instabilidade estrutural do capitalismo, em oposição à leitura “teleológica” apresentada em Lipset). Apesar de apontar condicionantes e hipóteses gerais do processo,¹⁰⁷ ele deixa de lado uma série de variáveis gerais (como a própria concorrência exponencial entre os capitalistas no mercado mundial que leva a queda geral na taxa de lucros mesmo sem a existência de conflito distributivo e as transformações técnicas-gerenciais no mundo do trabalho que levam ao aumento da exploração da força de trabalho através da extração de mais-valia relativa).

¹⁰⁵ PRZEWORSKI, 1989, p. 174. Grifo meu.

¹⁰⁶ PRZEWORSKI, 1989, p. 175.

¹⁰⁷ No capítulo IV, *Bases materiais do consentimento*, Przeworski evidencia através da teoria dos jogos (empregando equações com variáveis de grau de militância, taxa de lucros e nível de salários) o predomínio das estratégias moderadas de luta econômica por parte da classe trabalhadora o que leva também a uma maior estabilização do capitalismo, uma redução das incertezas.

Além disto, fatores políticos exógenos e endógenos ao movimento – apoio interno/externo, modelos de organização, leituras e estratégias de intervenção na sociedade – são difíceis de serem determinados tão somente pelas condições materiais do conflito distributivo, mas sim podem ser compreendidos no contexto geral da luta de classes. Influências externas e o poder institucional ideológico (apesar de firmemente ligado às condições materiais) imprimem constantemente as condições mínimas e máximas para a reprodução da força de trabalho bem como as condições para a reprodução da taxa de lucro. Por isso, Marx corretamente afirmou que as condições salariais mínimas não são apenas uma condição “econômica” – mas sim, uma condição considerada antes de tudo enquanto condição “moral”; e, por isso, em constante disputa que não reflete tão somente as condições “mínimas” de reprodução da mão de obra num sentido estrito e positivista que a palavra pode denotar possuir.

Considera-se que a principal contribuição da teoria marxista-leninista de classe social é que sem esforço intelectual, organizacional e ideológico – no sentido da constituição do instrumento revolucionário -, a classe trabalhadora, que pode vir a ser a classe revolucionária, tende a permanecer no economicismo e evidenciar tendência burocratizantes. No contexto da luta de classes, a classe oposta opta muitas vezes – ao invés do emprego da coerção – a aproximar-se e reforçar tendências pragmáticas na classe trabalhadora, aceitando sua participação no cenário político ao passo que tende a excluir as tendências radicais.

Neste sentido, a contribuição gramsciana da teoria do consentimento, quando empregada para evidenciar as pressões gerais da luta de classe e sua tendência para o apaziguamento mútuo sobre a dominação burguesa, tende a evidenciar como a burguesia oferece acordos de “paz” à classe trabalhadora - através da concessão de certos direitos e melhorias, apesar de sob contínuo domínio burguês sob a democracia capitalista. Dependendo das condições apresentadas, a tendência é reforçar a tendência reformista que é a que consegue compactuar com o domínio burguês, permanecendo as organizações revolucionárias em uma condição minoritária e atingindo pequenas parcelas da classe trabalhadora. Contudo, quando, por razão das crises cíclicas do capital (que expressam de maneira objetiva o movimento mais amplo de crise estrutural) esta “conciliação” é quebrada, as condições para emergência da consciência radical se manifestam – e onde a convergência ou oposição entre as opções de reforma ou revolução atingem seu ápice.¹⁰⁸

¹⁰⁸ A situação mundial em distintos momentos e em distintos cenários geográficos tende a expressar esta tendência (como o período de crise de 1917; 1929; 1945; 1968 e como atualmente vemos se expressar a partir de 2008, notadamente nos Estados do sul da Europa e revoluções no mundo árabe).

Por fim, é necessário destacar que a resposta não está em fundamentos endógenos à classe trabalhadora – dela ser “naturalmente” reformista ou “naturalmente” revolucionária – mas sim de como, no embate, a classe dominante enfrenta as pressões organizadas ou disformes dos dominados (não só com coerção mas também com a criação do consentimento) e como os dominados vão se organizar e superar ou retomar as tendências disformes e burocratizantes presentes no movimento.

Além disto, retornando a Michels, seu pessimismo revela-se também aqui enquanto uma teoria que expressa uma das tendências presentes no movimento reformista (ou até mesmo no pólo revolucionário quando este se torna estacionário), o da burocratização. Contudo, ao cair na teoria da classe política – de elites – quando empregada de forma universal e invariável (a “lei de bronze”), revela um pessimismo político habilmente utilizado pelos opositores do movimento revolucionário ou pelos teóricos da conservação político-social: a explicação de que não há mudança social, apenas mudança de elites, troca de elites e por isso o intento de mudança sempre parece fracassado de início. Trotski, o inimigo da burocracia soviética, em oposição, destaca que a burocracia não é e nunca será uma nova classe social. Ela existe, opera, e há acordo nesta operação e nos mecanismos de auto-preservação e domínio, conforme descritos em Michels, mas sua dinâmica é consideravelmente diferente da de classe social e depende em última instância desta dinâmica.¹⁰⁹

A incompatibilidade com a teoria marxista não é o da preposição “que os membros da classe trabalhadora aspiram a classe superior” mas a colocação parte de uma premissa teórica naturalizante de fundo liberal – basicamente ideológica - que torna este fenômeno em lei a-histórica e normativa, como se este fosse o “natural” caminho da classe operária. Para o marxismo, retomando a teoria da classe trabalhadora, esta é uma das possibilidades de consciência da classe trabalhadora, quando dominada materialmente e ideologicamente (consentimento).

Por isso se considera que a teoria marxista das classes sociais (consequentemente, da luta de classes), somada à contribuição gramsciana da teoria do consentimento, tendem a teoricamente apresentar as condições necessárias para a explicação do processo de metamorfose presente na organização política dos trabalhadores, no caso deste trabalho, os partidos políticos. Cabe agora descrever o processo, ou seja, colocando em metáfora, *dar voz à lei que parece muda*.

¹⁰⁹ TROTSKI, 2005, p. 223-226.

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Conforme apreciamos no primeiro capítulo desta pesquisa, na experiência dos trabalhadores Europeus durante o decorrer do século XX, com destaque ao caso do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), foi possível diagnosticar-se processos de constituição e atuação política por parte dos partidos políticos com origem na classe trabalhadora que sofreram profundas metamorfoses em sua ideologia e prática política. Este processo foi estudado tendo em vista dar sustentação teórica à leitura da metamorfose do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil.

A transformação de ambos partidos, de uma origem radical, com bases marxistas, para um partido de feições reformistas pró-sistêmicas, próximas do escopo keynesiano, é consenso para atores políticos e acadêmicos. Os fatores que levaram a este processo de metamorfose são descritos como uma inevitável tendência de burocratização e autonomização dos estratos dirigentes sobre as bases quando estes partidos passam a disputar eleições e a participar da institucionalidade do Estado, bem como com problemas na própria caracterização do papel da classe trabalhadora no capitalismo e de suas oscilações políticas e de consciência, ora radicais, ora reformistas. Como destaca Ricardo Musse, o argumento central de Marx sobre o proletariado, é que ele é tanto elemento estrutural do capital como também sua negação. O “consentimento e a negação são, por conseguinte, possibilidades em aberto, sujeitas às mediações da prática social”.¹¹⁰

Apontamos neste sentido a necessidade de estudar-se a atuação da classe sob a sua prática e constituição histórica, apreciada na formação de sua “comunidade de interesses” em oposição à outra classe, a da burguesia. Nesta luta, contudo, ambas as classes podem buscar “conciliar” interesses, apresentar “acordos de paz”, apesar de muitas vezes provisórios. A classe trabalhadora optou politicamente pela conciliação e lutou para manter esta como um meio de evitar o “difícil caminho da revolução”. Esta opção, inclusive, foi dificultada pelo fato da classe ter aceitado participar do “dilema eleitoral” (conforme apreciamos nos argumentos de Michels e Przeworski, no 1º capítulo) e, por isso, deteriorou a organização política autônoma, e conseqüentemente, sua organização enquanto classe.

¹¹⁰ Ricardo Musse, “Prefácio”, In. IASI, 2006.

Politicamente os processos de metamorfose dos partidos políticos – mesmo que crescentemente afastados das bases sociais originárias na classe trabalhadora – levam a influenciar decisivamente os rumos políticos da classe e nas estratégias políticas destas na disputa política na sociedade capitalista. Os partidos reformistas são notadamente lembrados como organizadores de acordos para estabilização capitalista, da criação de Estados de Bem-Estar Social, mas incapazes de manter a conciliação de classes em situações de crise identificadas pela reestruturação da dominação e da produção capitalista, tal como na crise de 1970 que levou ao avanço neoliberal. A própria tentativa de estruturação do consenso social-democrata no capitalismo – através da manutenção de altos salários, baixas taxas de desemprego e de setores econômicos ineficientes - foi uma das razões da crise econômica e de sua reação conservadora.

Neste sentido, neste capítulo serão apresentadas as bases históricas para o surgimento e evolução do PT no Brasil. Tal como no capítulo anterior, faz-se necessário realizar uma narrativa histórica capaz de triangular a teoria e a prática deste objeto. Desta forma, iniciaremos com uma exposição histórica do desenvolvimento organizacional e política da classe trabalhadora e dos grupos de esquerda no Brasil capaz de identificar e situar a inovação e a continuidade do PT frente a este desenvolvimento. Por isso, no segundo momento esboçaremos o desenvolvimento histórico do PT, dando destaque à suas transformações, para então, no último capítulo, apreciarmos algumas interpretações de sua metamorfose.

Neste sentido, o esforço de realizar um balanço historiográfico sobre a formação e atuação política da classe trabalhadora é hercúleo, dado por dois fatores contraditórios: de um lado o volume crescente de novas produções que a cada ano surgem; do outro, a falta de documentação que caracteriza estas pesquisas, já que grande parte das fontes são escritas não pela palavra dos próprios trabalhadores, mas pelos órgãos de repressão ou da classe dominante. Desta forma, a breve exposição aqui apresentada não visa realizar este balanço, tão somente visa estabelecer um esboço geral desta história, capaz de evidenciar continuidades e rupturas no surgimento do PT em 1980. A breve apreciação metodológica que iniciaremos apenas visa clarificar e dar sustentação à exposição em torno da história da classe trabalhadora e das organizações de esquerda no Brasil. As indicações bibliográficas foram limitadas às obras centrais sobre os determinados períodos e por isso dispensamos maiores comentários.

Quando tratamos de estudos sobre a formação e atuação da classe trabalhadora, marcos temporais nem sempre são úteis, já que a classe em si é um elemento em constante formação e transformação de sua condição. A classe, se existente como situação nas relações

de produção, precisa se manifestar pelos seus sujeitos determinados estruturalmente. Esta manifestação pode ser vista, aparentemente, em suas percepções culturais, de *status*, bem como, em suas manifestações econômicas e políticas formais – em que se reconhece como classe distinta das outras e cria mecanismos – greves, sindicatos e partidos – para atingir seus objetivos. Desta forma, a classe trabalhadora “se faz” em seu movimento de reivindicação de sua própria existência e contra certa condição apresentada. Assim, as organizações que criam-se em torno ou a partir da experiência da classe trabalhadora são objeto central de sua análise e atuação.

Como destaca Emília Viotti da Costa, na atual historiografia é possível ver-se duas tendências de pesquisa sobre a classe trabalhadora, que criam contraposições falaciosas e perniciosas para a interpretação materialista da História. De um lado os “estruturalistas” que se colocam em nome de um marxismo clássico, em que a classe aparece como determinação estrutural do desenvolvimento capitalista, e a partir do qual tentam equacionar seu tamanho e composição “produtiva”; do outro, os “culturalistas”, de inspiração thompsoniana, que buscam ver a classe em seu próprio fazer, para além de determinações estruturais, como sujeito criador de sua própria História.¹¹¹

Diga-se que estas duas leituras são falsamente contrapostas, pois o estudo da classe trabalhadora deve ser encontrado na “síntese” entre estas duas tendências, conforme defendido por Costa. Na teoria derivada de Marx, a tensão entre a “ação” e a “estrutura” forma um programa de interpretação da realidade fundada na leitura dos condicionamentos gerais para os indivíduos formadores da sociedade e que não tem um fim em si. Servem, sim, para entender o leque de opções dispostos para estes, enquanto promotores da ação social que podem transformar estes mesmos condicionamentos conforme a apreciação da correlação de forças apresentadas, que de maneira alguma são naturais, mas históricos – ou seja, em constante transformação.¹¹²

¹¹¹ Ver COSTA, 1998, 2001. Edward Palmer Thompson é um dos mais destacados nomes da história social das últimas décadas. Sua apreensão acerca do “fazer-se” da classe o levou ao embate com o estruturalismo francês representado por Althusser. Para Thompson, a classe só existe em suas manifestações coletivas, tanto políticas como culturais. Por isso, irá destacar que a classe pode reivindicar espaços a partir da lógica da classe dominante, subvertendo esquemas culturais como a religião e a própria lei. Suas principais obras foram “A Formação da Classe Operária Inglesa” e “A Miséria da Teoria”. Contudo, o uso generalizado de suas considerações críticas levaram a muitos de seus adeptos a romper com boa parte dos preceitos teóricos marxistas e se aproximar enormemente de teorias antropológicas relativizantes. Cf. MUNHOZ, 1997.

¹¹² Conforme exposto em nossa introdução, na apreciação de BENSÁID, 2007. Para o autor, há um paradoxo na explicação naturalista enquanto uma evolução linear e pré-determinada, já que esta é questionada na própria teoria evolutiva contemporânea, onde, se o quadro natural de evolução anterior pode ser explicado e decodificado, o quadro futuro apenas pode ser esboçado, já que a *indeterminação* das múltiplas opções não pode ser decodificada *a priori*.

Assim, consideramos como profícua a pesquisa que concebe contrabalancear – mesmo que contraditoriamente – a ação e a estrutura, a opção e a condição em que os sujeitos se encontram. Concretamente falando, não basta interpretar-se os condicionamentos estruturais para “adivinhar” a ação da classe; por outro lado, é impossível entender a ação da classe sem entender onde ela se dá, como se dá, e contra quem se dá. Devemos entender a História como um processo, no qual os homens fazem a si mesmos sem muitas vezes ter plena consciência de como o fazem. Como diz Lênin, temos que ter a compreensão, na análise da História e da sociedade, que:

todas as classes e todos os países não podem ser considerados de modo estático, e sim, dinâmico [...], em movimento. O movimento, por sua vez, é tomado não só do ponto de vista do passado, mas também do futuro; além disso, não com o critério vulgar dos “evolucionistas”, que só percebem modificações lentas, e sim dialeticamente: “Nos grandes processos históricos, vinte anos equivalem a um dia” – escrevia Marx a Engels – se bem que possam ocorrer dias nos quais se condensem vinte anos.¹¹³

Neste esquema metodológico, fundado na leitura materialista-histórica da realidade, torna-se importante destacar os fundamentos gerais – as condições, os condicionamentos gerais, o que chamamos aqui de “condições estruturais” – da formação da classe trabalhadora brasileira. Considerar-se-á classe trabalhadora, pois apesar de classe operária ser muitas vezes tratada como seu sinônimo, acaba limitando a leitura ao trabalhador fabril, legítimo operário, mas que não engloba toda a classe trabalhadora. A classe trabalhadora é a do proletariado, do conjunto de pessoas que desprovidas de meios de produção próprios, precisando alienar (vender) sua própria força de trabalho a um proprietário de meios, um burguês, um capitalista, um empresário (tomados aqui como sinônimos da manifestação da mesma classe). Neste sentido, setores até então considerados “pequeno-burgueses” (pequenos proprietários, trabalhadores autônomos com controle sob seus meios de produção) vivem em constante ameaça ou em processo de proletarização e, por isso, muitas vezes somam-se como integrantes das organizações políticas de trabalhadores.

Além disto, como destaca Silvia Petersen, objetiva-se constantemente uma separação entre “classe trabalhadora” e “movimento operário”. Uma separação que deve apenas ter demarcações didáticas, mas não teóricas. Seria extremamente prejudicial colocar o “movimento político” como fruto “externo” da classe, o que certamente iria ao encontro do discurso conservador de vários períodos.¹¹⁴ O movimento é o resultado das opções da classe,

¹¹³ LENIN, 1979, p. 6.

¹¹⁴ Na história é possível diagnosticar várias falas neste sentido. Na Primeira República os anarquistas foram responsabilizados pelos governos pela onda de greves; décadas depois, os comunistas, que se “infiltravam no

de seus sujeitos participantes; entre outras palavras, é onde ela se manifesta politicamente da melhor maneira possível. Decorre daí que o trinômio *greves, sindicatos e partidos* devem ser entendidos como elementos formadores da classe social.¹¹⁵ Sem esta manifestação – não apenas econômica, mas essencialmente política - podemos compreender as classes sociais para além da ideologia liberal, fundamentadora da sociedade capitalista. Além disto, devemos superar os marcos regionais e nacionais e entender a relação internacional de certas conjunturas e o peso destas na conformação de eventos “nacionais” (e vice-versa).¹¹⁶

A partir destes marcos, podemos traçar o desenvolvimento histórico da classe trabalhadora no Brasil. O objetivo de síntese acaba por estabelecer uma “teoria”, uma narrativa, o que pode deixar de fora muitas variáveis e possibilidades abertas na história. Inclusive historiograficamente não temos como aprofundar debates, hipóteses e apreciações factuais dadas às limitações e foco de pesquisa deste trabalho. A ênfase na apreciação das organizações políticas neste estudo tende a destacar sua importância para com o processo de lutas sociais que ocorreram no período.

2.1. Os trabalhadores no Brasil: classe, sindicatos e partidos (1917-1964)

O desenvolvimento político da classe trabalhadora brasileira pode ser inicialmente percebido ainda em fins do século XIX, mas é durante o cenário revolucionário de 1917-1919, com irrupções revolucionárias em vários pontos da Europa no final da Primeira Guerra Mundial e a consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que destaca-se como marco para compreender a ascensão política da classe trabalhadora brasileira nas greves gerais que atingiram as principais capitais industriais do Brasil durante os anos de 1917 e 1919.

Nestes anos, os trabalhadores conseguiram paralisar quase que totalmente cidades como São Paulo (Maio de 1917) e Porto Alegre (Agosto de 1917) - através das greves nos serviços básicos como energia, transporte e indústria de alimentos. Apesar de boa parte das greves serem dirigidas por líderes sindicais com tendências moderadas (reformistas ou socialistas), o movimento anarquista organizado conseguiu capitanear e dirigir boa parte das

movimento para causar a luta de classes”. Mesmo na Nova República pós-ditadura militar, é constante a percepção do discurso, que terá por principal alvo a atuação do PT, principalmente na sua primeira década.

¹¹⁵ PETERSEN, 2001, p. 15.

¹¹⁶ Um bom exemplo é pensar o impacto da Primeira Guerra Mundial na Rússia, à crise que leva à queda do Imperador, à Revolução Bolchevique de 1917 e, desta, o impacto para o fim da Primeira Guerra na Europa e, posteriormente, para a formação de uma nova polarização mundial.

pautas econômicas e políticas do movimento grevista, bem como da imprensa do movimento, que possuía interessante destaque para época dado a carência de meios de comunicação de massa. Centenas de militantes são deportados e contrapõe-se um nascente nacionalismo por parte dos órgãos governamentais e de imprensa a fim de atacar o ideário anarquista.¹¹⁷

Dado que o Brasil passou a ter de substituir alguns produtos de importação (notavelmente a têxtil e de processamento de alimentos e bebidas) e passou a exportar diversos gêneros alimentícios (encarecendo o custo destes no mercado interno), tivemos um duplo aumento: nos integrantes da classe trabalhadora, como no custo de vida desta. A dificuldade de importação de maquinário e tecnologia também mantinha as condições de trabalho em situação precária e o agravamento nas condições de vida, aliada às notícias de revolução social em outros países, levou à emergência de greves nas principais capitais brasileiras e cidades industriais do interior.¹¹⁸ Obviamente, a correlação de forças destas greves era limitadíssima, dado que a grande maioria da população ainda vivia no campo e a indústria se concentrava nos novos centros urbanos.

É preciso também entender a situação brasileira e as condições para a atuação da classe trabalhadora brasileira na Primeira República. Segundo Boris Fausto,¹¹⁹ o Império Brasileiro relegou ao Brasil uma economia agro-exportadora (baseada na exportação de café e algodão, principalmente). Desta, derivaram-se fortes investimentos em portos e ferrovias (serviços, transportes), o que resultou na formação de concentrações urbanas e mercado consumidor em cidades litorâneas e algumas no interior (graças à ferrovia), trazendo a emergência de pequenas fábricas, inicialmente descentralizadas. Com a crise do sistema escravista e seu fim, em 1888, houve a substituição pela mão de obra hegemonicamente livre e a constituição de relações de produção capitalista dominantes, com política ligada à imigração massiva de contingentes europeus.

Desta forma, viu-se no Brasil o aprofundamento de centros urbanos, com industrialização e utilização de mão de obra livre, constituindo-se relações de assalariamento. Destas condições, viu-se o surgimento de associações de trabalhadores, tanto de caráter recreativo, cultural, mutual e político. Das relações desiguais, entre patrões e operários, se deu o surgimento de mobilizações e estratégias políticas por parte das agremiações operárias em torno de projetos alternativos de sociedade. Fundaram-se partidos políticos com tendências

¹¹⁷ Cf. GOMES, 2005.

¹¹⁸ Como pudemos averiguar em pesquisa sobre a Greve dos Ferroviários de 1917 no Rio Grande do Sul. Cf. CIGNACHI, 2011.

¹¹⁹ FAUSTO, 2000, p. 13-37.

socialistas, trabalhistas (após 1945)¹²⁰, comunistas (em 1922), e um destacado movimento anarquista (que perde força após o ciclo de greves de 1917-1919, já que muitos militantes migraram para o Partido Comunista do Brasil – o PCB - em 1922).¹²¹

Mas de qualquer forma, como adverte Fausto, o processo de industrialização foi lento; o mundo rural, no Brasil, continuou sendo dominante, e com ele, as relações de produção capitalista tendo dificuldade de se delinear. Mesmo onde se delinear, foi difícil ao proletariado rural mobilizar-se, visto que os senhores rurais controlavam o aparato estatal. Historicamente, em várias regiões do mundo, o campesinato teve sérias dificuldades em se organizar.¹²²

Assim, apesar da produção concentrar-se no mundo rural, foi nas cidades e no setor de serviços que as manifestações radicais tomaram corpo. Mas sua luta, no entanto, tornava-se “ilhada nos muros ideais das cidades, com escassas condições de alterar a correlação entre as classes”, visto o predomínio das relações de produção no mundo rural – bem como, do controle do aparato estatal.¹²³ Temos uma modificação crescente desta situação quando ocorreu a Greve de 1917, momento chave para a compreensão da formação da classe trabalhadora brasileira, momento em que ela vê a si mesma e é vista pelos outros como uma classe distinta e “perigosa” – por sua capacidade e poder para alterar o *status quo*. Não é a toa que boa parte das políticas de Vargas, menos de duas décadas depois, tenha sido focada na superação da “questão social” brasileira.¹²⁴ Ou seja, a classe trabalhadora tornava-se “classe para si”; para as classes contrapostas as suas mobilizações causavam espanto.

De maneira geral, os condicionamentos nacionais, por sua vez, precisam ser compreendidos na totalidade de relações condicionantes globais, ou seja, de como se estruturava o capitalismo no mundo. A *teoria do desenvolvimento desigual e combinado*, bem como a *teoria do imperialismo como fase superior do capitalismo* nos ajudam a compreender

¹²⁰ Contudo, diagnosticada enquanto processo constituído desde as políticas dos sindicalistas “amarelos” ou “socialistas” durante a Primeira República por CASTRO, 2005.

¹²¹ Cf. ZAIDAN FILHO, 1985. O “PCB” muda seu nome para Partido Comunista Brasileiro apenas em 1962 visando legalizar o partido. Um racha político neste ano leva à criação de um novo partido, o “PC do B”, que busca manter a denominação original do partido (Partido Comunista do Brasil). Cf. SILVA, 1987, p. 88-89.

¹²² Tanto Marx, como Lênin e Trotski, consideravam o campesinato uma classe social pequeno-burguesa, impedida de enxergar-se enquanto classe social de trabalhadores e de se organizar como tal. Marx irá expor esta compreensão em seu famoso “18 de Brumário de Louis Bonaparte” (MARX, 2000) em que demonstra que a base de sustentação do regime do sobrinho de Napoleão Bonaparte fundava-se no pequeno e médio produtor rural. Apesar das linhas teóricas ajudarem a compreender certas realidade e limitações, as teses clássicas do marxismo sobre o campesinato não significam que fundam verdades históricas absolutas. No Brasil, o movimento das Ligas Camponesas na década de 1960, e recentemente, a partir da década de 1980, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), demonstraram o contrário.

¹²³ FAUSTO, 2000, p. 22.

¹²⁴ Cf. GOMES, 2005.

esta dinâmica em que o Estado brasileiro e sua condição socioeconômica são parte condicionada e condicionante desta totalidade de relações.

De forma sintética, o modo de produção capitalista deve ser entendido enquanto um modelo de *desenvolvimento desigual e combinado*, fórmula apresentada por Leon Trotski, o revolucionário russo, para superar o “etapismo” explicativo do “marxismo burocrático”. Isto fica mais claro no estudo de sua fase imperialista, quando as economias centrais se tornam cada vez mais distantes das periféricas (pela industrialização) e, nestas últimas, acentua-se a produção no setor primário, imprimindo um aprofundamento da divisão internacional do trabalho. Desta forma, o desenvolvimento capitalista reserva para países como o Brasil um *status* de desigualdade frente ao epicentro capitalista, ao mesmo tempo em que ele é combinado, já que os interesses da burguesia imperialista se coadunam com os interesses das oligarquias agro-exportadoras dos países periféricos.¹²⁵

Desta forma, partindo desta compreensão, devemos evitar um julgamento evolucionista sobre as burguesias nacionais, de “atrasadas” ou “evoluídas”, como se cada nação tivesse que passar pelo desenvolvimento capitalista clássico das revoluções burguesas européias.¹²⁶

Isto nos leva a ter que entender melhor o significado de “burguesia” (tomado aqui enquanto conceito clássico da “classe empresarial”) para o contexto nacional. A burguesia não é um *status*, um sentido cultural, mas sim uma posição nas relações de produção tomadas em sua totalidade – o mercado mundial. Inserido nas relações desiguais do mundo capitalista, a burguesia brasileira, no período histórico aqui estudado, foi representada principalmente pela oligarquia rural. Esta, apesar de incompleta e por manter relações de produção muitas vezes arcaicas, é coerente com o mercado mundial, já que pensa sua produção e destino na exportação – um meio de garantir excedentes necessários para a manutenção e ampliação de suas propriedades. A garantia de excedentes não se dá apenas pela clássica extração de sobre-trabalho, mas também pelo controle do Estado e de seu aparato, mesmo que isto se dê por relações oligárquicas e através do clientelismo.¹²⁷

¹²⁵ Relativo à esta leitura é o fato de que no Brasil uma das bancadas parlamentares mais organizadas e atuantes é a chamada “bancada ruralista” e do braço civil, a União Democrática Ruralista.

¹²⁶ Cf. NOVAK, 1968.

¹²⁷ Por esta, entre outras razões, a reforma agrária – realização do capitalismo avançado – torna-se um inimigo terrível, um inimigo “vermelho” para a burguesia brasileira (até para a industrial, extremamente coadunada com o latifúndio e com o imperialismo). Por esta razão, o campesinato pôde apresentar dinâmicas revolucionárias nestas condições – mesmo que não fosse sua intenção estratégica. O mesmo vale para o movimento trabalhista brasileiro, através do PTB, que almejava conquistar um Estado de desenvolvimento nacional a fim de superar o conflito de classes no país. Nas circunstâncias delineadas no período, mesmo sem portar um projeto revolucionário, consegue imprimir tal dinâmica pela radicalidade das propostas (mesmo que reformistas) em um

Isto não significa que estas economias, como a brasileira, sejam relegadas a uma situação de “celeiro mundial”. Conforme exposto por Lênin, em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, a necessidade de exportação de capitais e abertura de novos mercados levou a condição de que países periféricos adquirissem infraestruturas tecnológicas, como as ferrovias e as indústrias.¹²⁸ Mesmo possuindo parques industriais modernos, a burguesia industrial de nações periféricas encontrava-se “espremida” entre a oligarquia rural – detentora do poder político - e o capital e tecnologias do epicentro capitalista. Por outro lado, pela radicalização crescente do nascente movimento operário, a burguesia nacional optou por acordos com os seus próprios algozes, imprimindo por diversas vezes uma “modernização conservadora” através de ditaduras, aliando-se ao latifúndio e ao imperialismo.¹²⁹

O espaço da luta de classes tornava-se fortemente agravados por estas circunstâncias. O nascente movimento operário brasileiro era uniformemente excluído do liberalismo proferido pelas elites da Primeira República. Contudo, frente à crescente organização e radicalização apresentadas durante as greves de 1917, algumas tendências políticas nas classes dominantes passam a incorporar a constituição de um “consenso”, ao invés da imposição da simples coerção, como veremos no pós-1930.

As tendências políticas do movimento operário vistas na Primeira República e, subsequentemente, durante o período Vargas, como anarquistas, comunistas, socialistas (reformistas) e os “trabalhistas”, devem ser compreendidas nesta estrutura geral, para podermos avaliar o peso de suas estratégias, dos meios empregados e dos resultados obtidos. Uma interpretação da formação da classe deve privilegiar todas estas “palavras operárias” em disputa entre si, ao mesmo tempo em que formam um corpo de leque de opções e ações da classe, em seu movimento incessante de “fazer-se”.

cenário geopolítico de avanço da hegemonia anti-comunista na América Latina e contra-revolucionário (combate a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã e a repressão aos levantes anti-coloniais da África).

¹²⁸ Cf. LENIN, 1985.

¹²⁹ Para Pedro Roberto Ferreira, em sua leitura acerca da contribuição trotskista para análise do Brasil, “o capitalismo monopolista na sua determinação imperialista é compreendido como obstáculo/avanço nas relações de produção internas de países capitalistas não desenvolvidos. No Brasil, se por um lado a industrialização emergente decorre de novos e vultosos investimentos, a burguesia que a gera e se gera neste processo, não provém de uma competição intra-capital. Assim, o capitalismo brasileiro não permitirá as chamadas condições democráticas burguesas, em contrapartida, assumirá a construção de uma sociedade civil sob brutal autoritarismo, cujos direitos civis e políticos mais elementares, que lhe deveriam ser pertinentes, são ab-rogados na prática. O que lhe inviabiliza a predominância de uma cidadania burguesa sob os auspícios de um Estado liberal-democrático”. “O sistema capitalista aqui efetivado pedia uma estrutura estatal com características bonapartistas, altamente centralizado no seu funcionamento político, procurando fechar, na medida do possível, os espaços para a movimentação do proletariado”. Cf. FERREIRA, 2005, p. 25 e 27. Isto também explica, em parte, o insucesso da estratégia de revolução democrática popular preconizada pelo PCB na década de 1950 e 1960.

Contudo, da mesma forma que surge, a conjuntura “revolucionária” é cessada com o movimento contra-revolucionário que acompanha a Revolução. Se há mais de cem anos antes da Revolução Russa o príncipe Meternich liderara a contra-revolução feudal contra os movimentos burgueses e o expansionismo napoleônico em meados do século XIX, o coveiro da Revolução Socialista Mundial no início do século XX, para o principal dirigente da Revolução Russa Vladimir Lênin, seria a social-democracia europeia. Para o líder revolucionário, ela capitulara à Primeira Guerra Mundial, às burguesias e ao reformismo, e depois se mostrou incapaz de enfrentar o emergente movimento nazifascista – versão de extrema direita da política burguesa para os países derrotados na Primeira Guerra.

A democracia, ideal do liberalismo clássico, era enterrada em troca da manutenção da ordem social, da promoção da unidade entre as classes sociais em torno de regimes autoritários. Sintomático desta situação foi o caso do líder revolucionário russo, Leon Trotski, banido da URSS em 1929, e que tivera também proibida sua entrada na Europa para asilo político, inclusive por governos trabalhistas e social-democratas, como na Alemanha e Inglaterra.¹³⁰

A experiência revolucionária europeia ficava relegada a Rússia Soviética, com todas suas deficiências econômicas e sociais, tendo enfrentado anos de guerra civil, enquanto o Partido Comunista da Nascente União Soviética enfrentava seu próprio embate no isolacionismo em que se encontrara. Apesar do sucesso em realizar uma “Revolução Industrial” na década (1930), o fizera a um preço político e social altíssimo. A burocratização levava a impasses estratégicos para o movimento comunista internacional, reunido em torno da III Internacional Comunista, que lideranças bolcheviques haviam promovido no final da década de 1910.

Frente a estas circunstâncias, a Crise de 1929 levou ao fortalecimento de saídas conservadoras por parte da burguesia. A social-democracia permaneceu atônita e os comunistas, de uma posição que primava pela aliança com setores da “burguesia nacional” em países periféricos,¹³¹ levaram a cabo uma política de “ultra-esquerda” fracassada, cujo resultado no Brasil foi o malfadado levante de 1935. Apenas ao final da Segunda Guerra Mundial é que revoltas contra o colonialismo e revoluções na periferia do mundo trariam novamente a esperança de alternativa para as massas trabalhadoras. Enquanto isso a classe trabalhadora Europeia buscou na social-democracia a criação de um Estado de Bem-Estar,

¹³⁰ Cf. DEUTSCHER, 2006.

¹³¹ O caso chinês é emblemático desta trajetória, quando a III Internacional ordenou que o Partido Comunista Chinês (PCC) dissolver-se no Kuomintang (partido nacionalista), que terminou por massacrar os militantes do PCC.

vivendo durante quase duas décadas em pleno emprego, com alto poder de consumo e quase universalização de serviços sociais públicos.

Neste meio tempo, no Brasil se produziu transformações que abalaram as estruturas políticas anteriores. A disputa interoligárquica patrocinada contra a hegemonia da “política do café com leite” e a Crise de 1929 levaram ao Movimento de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas à presidência. O grupo político que girou sobre Vargas, composto por muitos membros oriundos do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) – de formação positivista¹³² - buscou estabelecer a idéia que “antecipou” a “questão social” tornando-a um “caso de política”, promovendo a “harmonização” das classes sociais. O novo ministério criado em 1931 – o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – seria o “Ministério da Revolução”, mas a partir de uma política controlada de cima, regulada e limitada. Decorreram deste processo o sindicalismo corporativo e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que apesar de encontrarem respaldo de parte do movimento operário organizado e de terem sido objeto da luta de classes do período posterior a Ditadura de Vargas, serviu como importante instrumento de controle e repressão de lideranças sindicais combativas ou ideologicamente ligadas aos comunistas, anarquistas ou trotskistas.¹³³

O conceito de populismo, apesar de controverso e de ter sofrido questionamentos nas últimas décadas, parece ainda ter considerável substância para explicar a história posterior a 1945.¹³⁴ O sucesso do projeto varguista combinou a repressão ao movimento sindical combativo e a agregação do movimento sindical reformista ou “pelego”, como era chamado pelos opositores de esquerda; criava-se assim uma forte base de apoio social no operariado urbano através do PTB e mantinha-se o PCB aliado da estrutura legal do sindicalismo ligado ao Estado. Este sindicalismo mantinha-se sob a tutela e barganha do Estado, criando-se uma base social de sustentação dos governos “desenvolvimentistas” pós-1945 (com destaque aos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart).

Desta forma, a experiência varguista do pós-1930 foi exemplar na construção de um consenso social em torno da incorporação tutelada da classe trabalhadora. Através do paternalismo constituído entre a classe e o “pai dos pobres” e do sindicalismo corporativo,

¹³² Importante destacar como proposto por Diorge Konrad (2004), que Vargas (bem como Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho) teve uma formação diferente da elite política do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Seus escritos de estudante de Direito evidenciavam uma forte tendência a se aproximar de Saint-Simon, considerado um socialista utópico nos escritos de Marx e que fora precursor e orientador de Auguste Comte. Este último inverteu sua lógica societária corporativa – que visava benefício dos trabalhadores – para a lógica de defesa da burguesia. Sobre a influência do positivismo no PRR, cf. PINTO, 1986.

¹³³ Cf. GOMES, 2005 e ARAUJO, 1998.

¹³⁴ A obra Angela de Castro Gomes (2005), “A Invenção do Trabalhismo” é fundadora na crítica ao conceito, que terá por principal expressão a coletânea “O populismo e sua história”, organizada por Jorge Ferreira (2001). Para uma crítica da revisão do conceito, cf. FORTES, 2007, p. 77-83.

formavam-se estruturas de consenso. O resultado político expresso no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e no “pacto trabalhista” – conforme defendido por Angela de Castro Gomes¹³⁵ – é sintomático desta construção. Para a historiadora Angela Araújo, pode-se estudar “a construção do consentimento”, enquanto políticas voltadas para estabelecer na classe trabalhadora uma política de aceitação e colaboração. A ideologia de “harmonia social” selava esta construção.¹³⁶ Isto, contudo, não significou passividade por parte da classe trabalhadora, que se utilizou fortemente deste arcabouço construído para imprimir suas reivindicações dentro da “ordem” e do “pacto”.

Durante os anos de 1945 a 1962 o movimento sindical fortaleceu suas posições políticas entre o trabalhismo e o comunismo. Houve importantes ciclos grevistas durante os anos de 1945, 1946, 1947, 1949, 1951-1954, 1959-1960 e 1962-1964, voltadas tanto para a defesa de benefícios da legislação trabalhista bem como manutenção e aumento do salário mínimo frente à inflação galopante. Neste sentido, é importante destacar que a experiência sindical “independente” que será reivindicada pelo “novo sindicalismo” já se mostrava presente naqueles anos graças à constante atuação das chamadas comissões de fábrica que dirigiam e buscavam negociar as greves por fora da estrutura do sindicato legal e de lideranças tanto do PTB e PCB (este último no período de “unidade nacional” e legalidade entre 1945-1947).¹³⁷

Sem dúvidas o fracasso do governo Jango em 1964 e de sua tentativa de “reformas de base” foi que ele esbarrava em uma crescente oposição à qualquer movimento que buscasse se legitimar em alguma forma de “massas” – principalmente a sindical – identificada com o perigo vermelho (ideia esta calcada profundamente nos ideais conservadores da ditadura de Vargas); além do insucesso econômico da conjuntura, o que agravava as condições de consumo dado os altos índices de inflação, o que levou a um forte descontentamento de setores médios; bem como pela fraca base de apoio social que consistia na fraca relação entre os líderes sindicais ligados ao governo e às massas operárias. Além disto, o que havia de esquerda encontrava-se fragmentada.

O segundo governo Vargas também é apontado como modelo da debilidade do bloco populista na tentativa de neutralizar o conflito de classes. Frente às pressões udenistas e às

¹³⁵ GOMES, 2005.

¹³⁶ ARAÚJO, 1998.

¹³⁷ Neste sentido destaca-se os estudos de John French sobre a independência e atuação das “comissões de fábrica” durante as décadas de 1950 e 1960, percebendo nelas uma continuidade de agremiações sindicais-políticas independentes, motivadas tanto por militantes independentes como militantes ligados ao PCB. Estas seriam de fundamental importância para a emergência das greves de 1968 e para o “novo sindicalismo”. Cf. SILVA, Fernando T., COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In. FERREIRA, 2000.

pressões do movimento operário, o governo não conseguira estabilizar uma base de apoio social. No próprio governo, esta tensão era apresentada “na contradição entre a política trabalhista de mobilização e a política econômica de estabilização”:

Se a tarefa de Osvaldo Aranha [Ministro da Fazenda] consistia em estabilizar para revitalizar a economia, a de Goulart [Ministro do Trabalho] percorria uma linha oposta: dar maior consistência e apoio às pretensões do movimento operário, procurando ao mesmo tempo, neutralizar suas ações mais radicais.¹³⁸

Neste sentido, o esforço da intelectualidade de esquerda sobre o “populismo”, como as realizadas por Francisco Weffort e Otavio Ianni,¹³⁹ era uma tarefa histórica que prescindia a necessidade de superação do legado trabalhista/varguista. A explicação do golpe consistiria que o reformismo de Jango imperrava nas próprias bases do projeto corporativo sindical – a estrutura conservadora de Getúlio, que não garantia condições para a manifestação política autônoma da classe trabalhadora, presa ao clientelismo estatal e à burocracia sindical. Além disto, a classe trabalhadora que cresceu com o impulso da industrialização após 1930, era ainda demasiadamente ligada às suas origens rurais/clientelistas do sistema coronelista, sendo considerada endemicamente frágil ideologicamente.

As tentativas de superação da teoria populista, se acertam em criticar o “teleologismo marxista” que imperava nos teóricos do populismo - na busca constante pela “autonomia” da classe trabalhadora (frente a “heteronomia” do populismo) -, contudo não consegue contradizer os elementos centrais da explicação. A célebre obra sobre “A construção do Trabalhismo” de Angela do Castro Gomes não consegue convencer facilmente com sua hipótese de “pacto trabalhista” pois não havia como negar os instrumentos do governo ditatorial varguista para “forçar” a construção do “pacto” de “cima para baixo”. Neste sentido, de maior capacidade analítica é a pesquisa de Angela Araújo, que defende que o que ocorreu foi a adesão voluntária de muitos setores ao sindicalismo corporativo como uma estratégia de buscar legitimidade na sua luta num contexto de extrema repressão política, mesmo que críticos à ditadura e à ideologia trabalhista de harmonia social. Progressivamente o que se vê na doutrina trabalhista é que ela – no desenvolver das pressões das lutas de 1945 a 1964 – vai

¹³⁸ DELGADO, 1989, p.145.

¹³⁹ WEFFORT, 1989; IANNI, 1994. Como destaca Leandro Konder sobre o papel destes intelectuais: “Naqueles anos, por outro lado, os comunistas passavam a ter outros interlocutores até na leitura e interpretação do pensamento de Marx. O próprio pensador maior do comunismo deixava de ser monopólio de qualquer organização. Estudiosos independentes, no mundo universitário, passavam a lê-lo e a aproveitá-lo de acordo com critérios pessoais, que não dependiam de nenhuma sanção, de nenhuma aprovação político-partidária. Em São Paulo, por exemplo, um grupo de intelectuais passou a ler e discutir *O Capital*, a obra mais importante de Marx. Do grupo faziam parte pessoas que mais tarde vieram a desempenhar papéis importantes na vida cultural brasileira, como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Francisco Weffort (KONDER, 2003, p. 71).

deixando de ser uma teoria conservadora visando a “solidariedade social” para tornar-se um instrumento que visava legitimar a luta dos trabalhadores por uma maior participação política e melhoria nas condições de vida.

Esta parece ser a hipótese trabalhada por Lucilia de Almeida Neves Delgado, que no seu estudo sobre o PTB de 1945 a 1964 percebe dois evidentes recortes: o PTB de 1945 a 1954, “getulista”, pragmático, liderado pelos “pelegos”, personalista e clientelista; e o PTB de 1954 a 1964, “doutrinário”, anti-personalista, esquerdizante e ideológico. De Vargas à Jango (e Brizola, líder mais radicalizado do trabalhismo brasileiro) o PTB sofreu as inflexões do período e do próprio avanço e organização crescente do movimento de trabalhadores urbanos e inclusive rurais, sem falar nas organizações de esquerda comunistas. Neste sentido, a autora concorda com Rene Armand Dreifus, que o confronto aberto a partir da ascensão de Jango à presidência resumia-se numa “tríade”: 1) um bloco histórico-populista X um bloco de poder multinacional e associado emergente; 2) um bloco histórico-populista X classes subordinadas e um popular-trabalhista; 3) um bloco de poder multinacional associado X classes subordinadas. No ponto 2 temos o conflito que apresentava a própria fraqueza de Jango, impossibilitado de se vincular e se associar a qualquer um dos projetos em conflito que representavam o legado trabalhista-varguista - tanto do bloco populista quanto do bloco popular-trabalhista.

Além do PTB, outra experiência política ligada aos trabalhadores no Brasil e que merece destaque no estudo à formação do PT é a do Partido Comunista do Brasil (PCB). O PCB, além da experiência populista do trabalhismo de Getúlio à Jango, foi um dos principais quadros de referência da história da esquerda organizada no Brasil no período pré-1964. Fundado em 1922, boa parte por ex-militantes anarquistas inspirados no sucesso bolchevique na Rússia, tornou-se progressivamente um partido com destaque no movimento sindical brasileiro. Da difícil construção em meados da década de 1920, ao fechamento pela política “obreirista”¹⁴⁰, o PCB cresceu enormemente com a incorporação do líder tenentista Luis Carlos Prestes em 1931. Em 1935, buscou criar uma organização civil de massas, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), uma frente anti-fascista e democrática, aos moldes das frentes populares defendidas no mesmo período na Europa. Reprimida por Vargas, o núcleo duro do PCB decide pela insurreição armada em Novembro de 1935. Esta é rapidamente derrotada e

¹⁴⁰ Política anti-intelectual que primava por uma leitura ortodoxa da organização comunista, defendendo que apenas trabalhadores operários poderiam ocupar cargos de direção no partido. Esta política levou à cisão de quadros intelectuais com o partido, como o caso de Astrogildo Barata, que fora secretário-geral do partido. Cf. ZAIDAN FILHO, 1985.

deu justificativas ao governo Vargas de reprimir todos os focos de radicalismo no movimento sindical e criar as bases para o golpe de 1937.¹⁴¹

Em 1941, frente à invasão da URSS, a política do PCB, reorientou-se pelo PCUS numa política de “união nacional” em que o PCB primou pela política de buscar a legalidade institucional e passou a primar por uma aliança cada vez maior com setores do PTB, principalmente no movimento sindical. De 1945 a 1947 lutou na legalidade, evidenciando um crescimento enorme o que o fez, pela primeira vez na sua história, a se tornar um partido de massas. Contudo, politicamente, passou por um intenso giro político, o que levou o partido a entrar em conflito inclusive com o movimento sindical, já que defendia o apaziguamento das relações entre o capital e trabalho. Muitos militantes do PCB que haviam sobrevivido à repressão da ditadura Vargas através da atuação clandestina e nos pequenos núcleos operários e comissões de fábrica, ficaram surpreendidos com o giro:

O período de legalidade do PCB é marcado pelo crescimento extraordinário do partido; pela política de “coexistência pacífica” e de “União Nacional”; pela política em relação aos sindicatos, pedindo aos operários para “apertarem os cintos” e não fazerem greves e defendendo organismos sindicais dentro da estrutura do governo, sem romper com o Ministério do Trabalho. A política de “apertar o cinto” é rejeitada pelos trabalhadores. Em certos casos – como na greve da tecelagem da Crespi – os militantes do PCB tiveram que correr para não apanhar dos operários.¹⁴²

A direção do PCB teve suas expectativas frustradas quando em 1947 o governo Dutra pôs o partido na ilegalidade. No início da Guerra Fria, o Brasil – estando ao lado do bloco norte-americano - rompeu relações com a URSS e conseqüentemente negou direitos políticos ao PCB apesar da insistência deste na unidade. O PCB rompeu com o governo Dutra e realizou uma auto-crítica em 1949. O retorno às fábricas levou o PCB a reforçar as comissões de fábrica como organizações paralelas aos sindicatos oficiais. Ao assumir uma política esquerdista, manteve-se na oposição política ao Governo Vargas (1950-1953), apesar da radicalidade que assumiu o presidente nas bandeiras nacionalistas e anti-imperialistas, bem como pela política de reforço do salário mínimo. Contudo, no seu IV congresso em fins de 1954, o partido retomou uma linha de construção de revolução brasileira tendo como aliado a “burguesia nacional”.¹⁴³

¹⁴¹ O golpe teve por base a divulgação do “Plano Cohen”, um suposto plano de golpe pelos comunistas, que foi forjado pelo Serviço Secreto de Vargas para justificar o seu golpe de Estado.

¹⁴² SILVA, 1987, p.72.

¹⁴³ “A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária anti-feudal”. “No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido, não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações, de caráter progressista, em particular, o desenvolvimento da indústria nacional”. “(...) a burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por

O PCB passou por crises internas em 1957 dado o processo de “desestalinização” que se processou no XX Congresso do PCUS, ao questionamento da estrutura interna (pela falta de democracia e tutela à política do PCUS) por um lado, e os que continuavam a defender Stálin do “revisionismo” de Nikita Krushev, de outro. Nas “declarações de Março”, em 1957, o PCB reafirmou a luta por uma “frente única” e pelo caráter “pacífico” que deveria ter a revolução brasileira. Contudo, o racha só se processou quando em 1961 o partido buscou mudar o nome para ser aceito como partido legal na estrutura política brasileira. De *Partido Comunista do Brasil*, passou a ser *Partido Comunista Brasileiro*, a fim de não ser considerado uma “seção” de um partido mundial. Os “stalinistas”, contrários ao revisionismo e à mudança de nome e já afastados da direção do partido, fundam o PCdoB, mantendo o nome original da agremiação, apesar de ambos reivindicarem o partido fundado em 1922.

Além deste racha, formaram-se diversas organizações políticas de esquerda no início da década de 1960, momento de radicalização de movimento de massas no Brasil. Em 1961 surge a POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), da junção de ex-militantes do PCB e PSB (Partido Socialista Brasileiro); em 1962 a AP (Ação Popular), uma agremiação de militantes oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC) que passou a hegemonizar o movimento estudantil ligado à UNE.

O fracasso da política pacífica através da unidade com o PTB em 1960 a 1964, bem como o não encontro da “burguesia nacional” com a revolução preconizada pelo PCB deixa seus militantes atônitos frente ao golpe militar de 1964. O Comando Geral dos Trabalhadores – a CGT, a primeira e autêntica organização nacional dos trabalhadores no Brasil -, apesar de liderar as greves no período, não consegue impor-se programaticamente e superar os dilemas do governo Jango. Também merece destaque a formação da Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, defendendo à reforma agrária e à extensão dos sindicatos e direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Contudo, frente a fragmentação política da esquerda, entre o apoio ao governo Jango e à radicalização, tornou o governo insustentável frente às pressões conservadoras da União Democrática Nacional (UDN), dos militares, governo norte-americano e organizações sociais como a Igreja Católica e a OAB.

Apesar de renunciar à luta armada durante a ditadura, o PCB é também desarticulado pela repressão. Na década de 80 passa por diversas crises até o seu quase perecimento com o fim da URSS em 1991, tornando-se o Partido Popular Socialista (PPS) – partido

determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais” (Projeto de Programa 1953/PCB apud. SILVA, 1987, p.78).

progressivamente identificado com o centro político.¹⁴⁴ O legado do PCB por ter se ligado à estrutura sindical corporativa e defendido táticas políticas de unidade com a “burguesia nacional” e o PTB e depois pela inoperância política durante a ditadura militar, levou os fundadores do PT – tanto do bloco sindical, como de militantes egressos da luta armada, dos grupos trotskistas e de intelectuais – a verem o PCB como integrante do “bloco populista” que deveria ser superado pelo novo partido nascido no novo sindicalismo.

Dada a influência da política do Partido Comunista da União Soviética nos partidos comunistas do resto do mundo, destacou-se ainda na década de 1920, o surgimento de uma “oposição de esquerda” no interior do PCB, nos moldes da oposição de esquerda na URSS, liderados por Leon Trotski, que denunciavam o excessivo centralismo e o crescimento da burocracia partidária e estatal na nascente União Soviética. Destacam-se entre estes a liderança de Mario Pedrosa (que irá se tornar um dos primeiros filiados do PT) e Ermínio Sachetta. Os “trotskistas” como ficaram reconhecidos, por se aliar às políticas preconizadas por Trotski na 4ª Internacional, tornam-se conhecidos publicamente pelo destaque na organização da chamada “Batalha da praça da Sé”, em 1937, quando houve um conflito aberto com as forças integralistas inspiradas no fascismo europeu. Apesar de eclipsados pela preponderância do PTB e PCB no movimento sindical durante as década de 1940 a 1960, os trotskistas tiveram sua importância renovada no período final da ditadura militar no processo de formação do PT, em fins de 1970 e início de 1980.¹⁴⁵

2.2 A esquerda e o movimento sindical durante a ditadura militar (1964-1978)

Vai ser de primordial importância para a fundação do PT a experiência dos agrupamentos políticos de esquerda que surgem no Brasil logo antes e depois do golpe militar de 1964. A avaliação das estratégias e a orientação política dos militantes destas organizações que sobrevivem à ditadura são de vital importância para entendermos a formação do PT, suas estratégias, bem como de suas disputas internas (e de suas transformações). Muitos destes grupos oriundos da luta contra a ditadura ingressam no PT e se mantêm enquanto organizações internas com certa autonomia – que irão ser chamadas de “correntes”. Além disto, a ruptura da experiência sindical pré-1964 e a política da ditadura militar para com o

¹⁴⁴ Contudo, uma parcela de militantes e lideranças dá continuidade ao partido apesar da disputa jurídica que se seguiu ao racha de 1992 a 1994, quando conseguem reaver a sigla e símbolo.

¹⁴⁵ Sobre o “trotskismo”, cf. COGGIOLA, 1990.

movimento sindical e condições salariais para a classe trabalhadora, terá condicionamentos decisivos para a compreensão do surgimento do “novo sindicalismo” e, conseqüentemente, do próprio PT.

Conforme descreve Thomas Skidmore, o golpe militar de 1964 – a “Revolução de 1964” como foi defendida pelos seus agentes – pode ser descrito por alguns fatores que confluíram para este resultado. O conturbado período de 1962-1964, criou as justificativas e legitimou para consideráveis parcelas da população que o perigo de um golpe comunista existia (e que seria apoiado pelo então presidente João Goulart) e que o regime democrático estava ameaçado. As tentativas de golpe que fracassaram nos anos anteriores (contra Vargas em 1954, contra a posse de Kubitchek em 1955-1956 e contra a posse de Jango em 1962) puderam se realizar em 1964.

A crise do início da década de 1960 possui uma série de fatores, tais como o crescente déficit comercial, o grande crescimento industrial sem infraestrutura (e dependente de importação de maquinário), e a alta inflação (em Março de 1964 chegara a 125%), que somada à crescente agitação social tanto de esquerda como de direita, acabaram garantindo a legitimidade ao golpe. Como já descrito anteriormente, o governo Jango não conseguiu articular uma base de apoio sólida na classe trabalhadora, dividida entre o reformismo do PTB, as disputas com o PCB e o radicalismo de novas organizações políticas e sociais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a CGT e as Ligas Camponesas do Nordeste. O professado nacionalismo econômico expresso nas “reformas de base” possuía limites de apoio no próprio empresariado nacional, dependente das importações de maquinário, bem como nas empresas multinacionais recentemente instaladas no país (ameaçados com a proposta de limitação de remessas de lucro ao exterior). A proposta de reforma agrária levantava a oposição da tradicional classe rural, baseada nas grandes propriedades.

Desta forma, os militares doutrinados na ESG - Escola Superior de Guerra - na chamada Doutrina de Segurança Nacional,¹⁴⁶ acompanhados por instituições civis como IPES e o IBAD, e politicamente pela UDN e setores dos PSD, bem como pelo apoio direto do governo norte-americano (um dos principais interessados na ação), conseguiram atingir seu

¹⁴⁶ “Os conspiradores sustentavam ideias marcadamente anticomunistas desenvolvidas na ESG (Escola Superior de Guerra), segundo o modelo do National War College dos Estados Unidos. No Brasil, a ESG já era um centro altamente influente de estudos políticos através de seus cursos de um ano de duração freqüentados por igual número de civis e militares destacados em suas áreas de atividade. Da doutrina ali ensinada constava a teoria da “guerra interna” introduzida pelos militares no Brasil por influência da Revolução Cubana. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários. Todas essas categorias representavam séria ameaça para o país e por isso teriam que ser todas elas neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas” (SKIDMORE, 1994, p.22).

objetivo sem grandes resistências, tendo estabelecido um forte imaginário anti-comunista em setores de classe média, Igreja Católica e classes empresariais. Como destaca Maria Helena Moreira Alves, a coalizão civil-militar que chegara ao poder “não dispunha de um modelo pronto para todas as estruturas do novo Estado; contava apenas com uma elaborada doutrina, ou ideologia, em que se baseava seu pensamento político”.¹⁴⁷ Para Eder Sader, o golpe militar no Brasil e os que se sucederam no restante da América Latina eram produto de uma “crise de hegemonia”: “as classes dominantes se revelaram incapazes de legitimar-se através dos aparelhos ideológicos, que perdem sua importância ou são absorvidos em benefício dos aparelhos repressivos, em particular das Forças Armadas”.¹⁴⁸ Assim é possível explicar como um elemento do aparelho estatal pôde apropriar-se tão fortemente para si uma ideologia política e social fortemente arraigada nas ideias da classe dominante, em defesa do “mundo democrático”, contra o comunismo e em defesa da economia capitalista, tratando de empenhar-se com tanto fervor na caçada à sindicalistas e “marxistas”.

Já nos primeiros meses o novo regime estabelece uma “operação limpeza” visando políticos da oposição, funcionários públicos e militares contrários ao golpe. Além disto, inicia uma série de prisões e tortura à militantes políticos ligados à grupos de esquerda e à líderes sindicais e sociais que ameaçassem a estabilidade do novo regime (com destaque às ligas camponesas, à CGT e à UNE). O aparato sindical varguista, neste sentido, longe de ter sido entrave ao novo regime, possibilitou realizar uma limpa nos sindicatos combativos e garantiu à ascensão de líderes sindicais brandos ao novo regime. Como a revolução não procurou legitimar-se através do Congresso, ela institui os chamados Atos Institucionais, capaz de ditar normas e diretrizes para o novo governo e órgãos de repressão. Cada ato foi acompanhado de maiores poderes de controle, censura e repressão. O sistema político foi reduzido a um bipartidarismo e à eleições indiretas em várias esferas, onde o partido de oposição – o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) cada vez mais tinha diminuídos seus mecanismos de oposição e o partido do governo – a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) era fortalecido via estrutura autoritária. Frente a qualquer possibilidade de vitória da oposição, o governo decretava alguma medida capaz de evitar seu sucesso.

O Programa Econômico do novo governo, liderado pelo presidente-militar Castelo Branco, serviu de modelo para os anos de 1964 a 1968. A equipe formada por Octávio Bulhões – economista formado na Escola de Chicago - e Roberto Campos – ex-embaixador em Washington tendo ligação com os interesses das multinacionais sediadas nos Estados

¹⁴⁷ ALVES, 1984, p.53.

¹⁴⁸ SADER, 1982, p.33.

Unidos, estabeleceu um programa monetarista, concentrado em estancar a inflação e criar bases para facilitar o investimento estrangeiro, à livre iniciativa e aumentar a taxa de acumulação do capital.¹⁴⁹ Além disto, mitigaram pressões dos setores agrícolas favorecendo os setores exportadores. O regime manteve-se até o fim com a característica de uma bem-sucedida aliança entre militares e tecnocratas. Na verdade, os objetivos de cada grupo “profissional” complementavam o outro: os militares estavam no poder para poder dar garantias coercitivas necessárias à execução das políticas dos tecnocratas, dificilmente executáveis em um regime democrático sob intensas disputas sociais e políticas nacionais e internacionais.

No que tange à classe trabalhadora, um dos pontos centrais da nova política era a de controle salarial. Ou seja, combatia-se a inflação reduzindo o capital circulante – como justifica-se a teoria ortodoxa. Em verdade impôs-se uma progressiva redução salarial, garantiu-se o aumento na taxa de acumulação de capitais. Como destacava o Ministro Roberto Campos, era necessário aumentar o bolo antes de dividi-lo. Isto se deu através da Lei de Greve de 1º de Junho de 1964, que definia as condições de greve, quase nulas, bem como pelo afastamento de lideranças combativas. Além disto, a política de arrocho salarial foi decretada pelo Ministério da Fazenda através da Circular n.10, que fixava a fórmula a ser utilizada no cálculo dos níveis salariais. Maria H. M. Alves comenta: “durante todos estes anos, a política salarial tem reiteradamente subestimado o resíduo inflacionário e os aumentos de produtividade, fazendo cair consideravelmente, em termos reais, os níveis de salário”.¹⁵⁰ A luta contra a Lei de Greve e a fórmula dos cálculos salariais serão uma das principais pautas do novo sindicalismo de 1978.

Contudo, o novo governo não consegue garantir uma redução da inflação conforme as metas dispostas, nem garantir o crescimento econômico capaz de fazer valer a possibilidade de “repartir o bolo”. Assim, no ano de 1968, uma série de movimentos colocam o regime em dúvida. A oposição política organizada em torno do MDB e composta inclusive de ex-apoiadores do golpe (como Jucelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que viam cada vez menos possibilidades de retorno ao sistema democrático), e o retorno às ruas do movimento estudantil e sindical, fizeram o regime retroceder em seu objetivo público de “reestabelecer a democracia”, fato realçado pelo presidente general Artur da Costa e Silva na posse em 1967. Particularmente, as greves de 1968, como a de Contagem em Minas Gerais e a greve dos metalúrgicos de Osasco, com destaque à da metalúrgica Cobrasma, evidenciaram ao regime

¹⁴⁹ ALVES, 1984, p.74.

¹⁵⁰ ALVES, 1984, p.78.

que o objetivo de disciplinar a classe trabalhadora através dos sindicatos oficiais era limitado pela atuação independente e das “comissões de fábrica”. As passeatas estudantis no Rio de Janeiro chegam a reunir 100 mil pessoas, evidenciando a possibilidade de distensão do regime. No Parlamento, o deputado Mario Moreira Alves defende que as mulheres de militares e policiais façam greve de sexo contra às torturas dos presos políticos.

Frente a estas movimentações, o governo recrudesce a repressão através do chamado “golpe dentro do golpe”, o Ato Institucional n.5. O AI-5 fechou o Congresso, acabou com as imunidades parlamentares (o deputado acima citado teve que “fugir” do Brasil), cassou direitos políticos, afastou juízes contrários ao regime, professores universitários (na USP, mais de 70, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique e Otavio Ianni), cessou o recurso de habeas corpus e regularizou a censura sobre a imprensa. Depois de 1968, o regime recrudesciu a prática do sequestro, tortura e assassinato de opositores ligados a movimentos sociais e políticos de esquerda. Membros da oposição política, inclusive que foram apoiadores e promotores do golpe – como Carlos Lacerda -, foram silenciados publicamente.

Contudo, após 1968, o governo também realiza um giro econômico que garantirá a estabilidade e aceitação ao regime, apesar da intensa repressão. Da política ortodoxa de Bulhões e Campos, tem-se orquestrado uma política econômica heterodoxa, de apelo nacionalista, pelo Ministro da Fazenda Antonio Delfim Neto. O crescimento econômico apresentou uma média anual de 10,9 por cento entre 1968 e 1974 e a inflação havia diminuído (apesar de posteriormente ter-se comprovado que os órgãos oficiais manipularam os números, apresentando uma taxa menor que a real a fim de reduzir ajustes salariais). Como descreve Skidmore:

Juntamente com o porrete, oferecia-se a cenoura. O rápido desenvolvimento econômico levou ao paraíso os brasileiros situados no vértice da pirâmide salarial - os profissionais, os tecnocratas, os administradores de empresa. Aliás, os salários dessas categorias ultrapassaram os dos seus colegas de igual categoria dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Os salários mais baixos podem não ter subido muito, mas 10 por cento anuais de crescimento econômico criaram novos empregos em todos os níveis. Muitos trabalhadores receberam promoções que representavam mais cruzeiros em seus contracheques mensais, enquanto outros tantos, desempregados, conseguiram encontrar ocupação. Finalmente, as universidades federais, embora sob rigoroso controle político, receberam verbas recordes. A tirada de Médici de que o destino do Brasil era se tornar potência mundial feriu uma corda sensível no íntimo dos brasileiros eufóricos com o aumento cada vez maior de suas rendas. Por isso, muitos deles alistaram-se fervorosamente na defesa do regime.¹⁵¹

¹⁵¹ SKIDMORE, 1994, p. 215.

Os grupos guerrilheiros de esquerda que surgiram após o AI-5 – apesar da valentia e até sucesso de algumas ações - foram sumariamente perseguidos, desarticulados e destroçados. No período de maior bonansa econômica e aceitação do regime os militantes de esquerda que defendiam a revolução socialista no Brasil eram perseguidos, torturados e assassinados sumariamente. Em 1974, grande parte da oposição guerrilheira – tanto urbana como rural – estava desmantelada. Foi nestes anos que a estrutura repressiva funcionou a todo vapor, inclusive com fortes tendências paramilitares, alçando-se fora da estrutura estatal (ou simplesmente esta permitia e incentivava estas ações). O famigerado DOI (Destacamento de Operações de Informação)/ CODI (Centro Operações Defesa Interna), em conjunto à Operação Bandeirantes, expressavam o nítido caráter de classe que a ditadura possuía. Empresários apoiavam voluntariamente, financiando a estrutura paramilitar da repressão, alguns participando diretamente de atos de tortura de militantes presos. Alguns destes foram vítimas da reação dos grupos de esquerda, como o dinamarquês presidente da Ultragás e fundador do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), Henning Albert Boilesen, que era um dos principais financiadores da Operação Bandeirantes e amigo íntimo dos agentes da repressão, tendo inclusive participado de sessões de tortura.

Somado à repressão e à censura (ou, muitas vezes, “autocensura”) dos órgãos de comunicação, o governo orquestrou uma gigantesca peça publicitária. Diferente do estilo reservado de Castelo Branco e Costa e Silva, Médici aparecia em público várias vezes e dialogava com os jornalistas – o que só aumentava a dimensão no paradoxo entre repressão/censura e o milagre econômico aos olhos do observador contemporâneo. Através da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que produziu centenas de peças publicitárias os militares propagandeavam a ideia do Brasil enquanto potência mundial, bem como para justificar a perseguição à oposição – como no lema “Brasil, ame ou deixe-o”. Conseguiram com isto canalizar as conquistas econômicas à política do governo e justificar com isto a sua “linha-dura”. Além da publicidade nos jornais, revistas e adesivos distribuídos, as peças eram exibidas em cinemas e TV.

Neste quadro, do início da década de 1970, a classe trabalhadora “contava pouco em termos de força coletiva”:

Os sindicatos eram rigidamente controlados, e as tentativas de protestos espontâneos, como em 1968, eram facilmente esmagadas e limitavam-se a ações ocasionais. A possibilidade de atuação coletiva no campo ainda era mais sombria, em virtude da longa e eficiente repressão ali exercida. Isto não significa que os trabalhadores individualmente não se tenham beneficiado dos anos em que a economia mais se expandiu. Alguém tinha que ocupar as novas posições criadas

pelo desenvolvimento acelerado. Sobretudo na região Centro-Sul, que se industrializava rapidamente, os trabalhadores se beneficiaram com promoções e com a definição de novos empregos. Mas esses ganhos resultavam do crescimento econômico e da mobilidade individual da mão-de-obra, não da ação coletiva.¹⁵²

Ou seja, se nas greves de 1968 a classe trabalhadora havia voltado à cena enquanto agente coletivo, como inimigo do empresariado e o que justificava o regime a fechar-se ainda mais, em 1970 ela já se encontrava reprimida, controlada e retornava, como descrevia Marx, a um patamar de “classe em si”, enquanto agentes dispersos e disputando na concorrência do mercado em expansão, favorecido pelo crescimento, aumento de empregos, censura e intensa propaganda governamental.

Contudo, o milagre econômico contrastava com o aumento gigantesco das desigualdades sociais, como destaca Skidmore, manifestado, da pior maneira, na proliferação de crianças de rua em São Paulo em fins de 1970, enquanto os executivos ganhavam os maiores salários do mundo.¹⁵³ No final da década o crescimento dá sinais de saturação. A industrialização realizada, abarcando amplos setores da economia, dependia exclusivamente da importação de maquinário estrangeiro, o que pesava na balança comercial. As gigantescas obras, como a barragem de Itaipu, a Usina de Energia Atômica em Angra, a ponte Rio - Niterói e à Transamazônica, desviaram importantes recursos necessários a investimentos sociais (com destaque no caso da Transamazônica em relação ao Nordeste, assolado pelas constantes secas e secular improdutividade das *plantations* da oligarquia nordestina). Já no final do governo Médici, em 1974, o tamanho da dívida pública já começava a preocupar, tendo crescido 90% desde 1971. Somado à crise do Petróleo de 1973 e à reorganização mundial do capitalismo seguida a esta crise, a dívida pública cresceu enormemente, tornando-se, junto à inflação, um dos maiores problemas da década de 1980.

¹⁵² SKIDMORE, 1994, p. 283. Contudo, é importante questionar a opinião de que as greves de 1968 foram “espontâneas”. Deve-se argumentar que esta leitura dá a impressão de que a greve é algo “espontâneo”, fruto de uma reação econômica e desprezível politicamente; segundo, pois esta leitura é contestada pelas evidências, principalmente pelo relato de uma das maiores lideranças da greve em Osasco, o presidente do sindicato da Cobrasma e posteriormente fundador do PT, José Ibrahim: “Ao contrário do que afirmam muitos intelectuais que fizeram e publicaram estudos e detalhes a respeito, afirmando que ela foi um movimento “espontaneísta”, não foi nada disso. Osasco sempre teve uma tradição de luta. Isso ocorreu no período de emancipação, quando se tornou município, desmembrando-se da Capital, época em que também o sindicato tornou-se autônomo desmembrando-se do sindicato metalúrgico de São Paulo. Com o golpe de 64, a repressão se abateu duramente sobre Osasco. A repressão ao movimento sindical e operário foi desigual. Na Baixada Santista foi muito forte porque tinha tradição - e Osasco está neste perfil. Muitos companheiros foram presos e o de Osasco foi um dos primeiros sindicatos a sofrer intervenção. Na época, o presidente do sindicato era o Conrado Del Papa. Ele era do antigo Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas tinha uma aliança muito forte com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partidão, na cidade.” IBRAHIM, José. **José Ibrahim**. Entrevista concedida à Aristeu Moreira e Adriana Serafim, 2008. Disponível em: http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3638&Itemid=106, acesso Jan 2011.

¹⁵³ SKIDMORE, 1994, p. 392. O autor aponta um estudo que mostrou que no ano de 1976 os executivos brasileiros atingiram os maiores salários de todo o mundo.

Os setores que haviam apoiado (e “promovido” social/politicamente o golpe junto aos militares) na segunda metade de 1970 já evidenciavam claro desconforto com os militares e passaram a articular uma oposição social. A burguesia brasileira e internacional que havia promovido e defendido o golpe, tinha agora sobre suas cabeças a “espada de Dâmocles”¹⁵⁴ e os agentes profissionais da repressão, que haviam sujado demasiadamente suas mãos de sangue não estavam dispostos a assumir as responsabilidades do regime – ou melhor, pagar conta alguma. O anticomunismo servia, depois de desmembrados todos os focos guerrilheiros, também para taxar qualquer oposição de comunista ou marxista. Por exemplo, Dom Helder Câmara, crítico do regime, foi taxado pelo governador de São Paulo, Paulo Sodré, de “Fidel Castro de batina”, que pertencia a “máquina de propaganda do Partido Comunista”.¹⁵⁵ Depois de 1968, quando o bando do delegado Sérgio Fleury¹⁵⁶ ganhou liberdade de atua o, “eram raros os advogados que atendiam aos desesperados apelos das famílias e amigos de presos políticos”.¹⁵⁷ A classe dos advogados e juristas que tradicionalmente haviam compactuado com os regimes ditatoriais, na segunda metade da década de 1970 já encenavam na oposi o (com destaque   OAB), na defesa do Estado de direito e em defesa dos direitos humanos. A classe empresarial também evidenciava seu descontentamento (contudo, não em rela o   política salarial), já que o regime parecia beneficiar mais os setores ligados às multinacionais do que a indústria nacional. Juntos ao MDB formariam o bloco de oposi o ao regime

¹⁵⁴ Me refiro aqui a uma célebre cita o de Karl Marx: “A burguesia tinha uma no o exata de que todas as armas por ela forjadas contra o feudalismo voltavam-se contra ela mesma, que todos os meios de cultura que criara rebelavam-se contra sua própria civiliza o, que todos os deuses que tinha inventado a abandonavam. Compreendia que todas as chamadas liberdades civis e os órgãos de progresso atacavam e ameaçavam, ao mesmo tempo, na base social e no v rtice político, sua domina o de classe, e tinham, portanto, se convertido em “socialistas”. [...] Portanto, quando a burguesia excomunga como “socialismo” tudo o que anteriormente exaltara como “liberal” confessa que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do seu autogoverno; que para poder impor a tranquilidade no país tem que imp -la em primeiro lugar ao seu parlamento burguês; que, a fim de preservar intacto o seu poder social, tem que enfraquecer seu poder político; que o burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a gozar pacificamente da propriedade, da família, da religião e da ordem sob a condi o de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras,   mesma nulidade política; que, para salvar a bolsa, deve abrir mão da coroa; e que a espada que a devia proteger tem que pender ao mesmo tempo sobre a sua própria cabeça, como a espada de Dâmocles.” (MARX, 2000, p.72 e 74). Dâmocles era um cortesão bajulador na corte do rei Dionísio de Siracusa. Ele dizia que Dionísio era verdadeiramente afortunado. Dionísio ofereceu-se para trocar de lugar com ele por um dia, para que ele também pudesse sentir o gosto de toda esta sorte. Dâmocles tomou o trono e adorou ser servido como um rei. Somente ao fim da refei o olhou para cima e percebeu uma espada afiada presa por um único fio de rabo de cavalo, suspensa diretamente sobre sua cabeça. Imediatamente perdeu o interesse pela excelente comida e belos rapazes e abdicou de seu posto, dizendo que não queria mais ser tão afortunado. Assim “a espada de Dâmocles”   uma alusão que representa a insegurança do poder e o sentimento de dana o iminente.

¹⁵⁵ SKIDMORE, 1994, p. 306.

¹⁵⁶ Delegado do DOPS, histórico agente da repressão conservadora no Brasil, tanto na ditadura de Vargas como na ditadura de 1964, com destaque em sua atua o a partir do AI-5, em que recebeu carta branca do regime. Participante da Opera o Bandeirantes, se gabava da riqueza que acumulara das doa o dos empresários para a repressão aos militantes de esquerda. Morreu em 1979, depois de ter caído – possivelmente alcoolizado - de sua lancha e afogado.

¹⁵⁷ SKIDMORE, 1994, p. 364.

visando um retorno consensual à democracia – desde condicionados a afastar a radicalização que haviam enfrentado em 1964.

A Igreja Católica, outra instituição que havia apoiado abertamente o golpe, agora também precisava lidar com os ataques da ditadura às suas próprias fileiras. Apesar de permeada por distensões, da esquerda à direita - se a cúpula apoiou o golpe de 1964 e participou das marchas em defesa da “Família, Deus e a Liberdade”, a Ação Popular (AP), movimento radicalizado e próximo ao marxismo, era formado por jovens cristãos -, a Igreja Católica progressivamente tornou-se opositora do regime, em defesa dos direitos humanos e contra as desigualdades sociais e miséria dos mais pobres. A razão não é difícil de ser encontrada:

O ano de 1976 assistiu a um surto de violência direta contra o clero. Em julho o Padre Rodolfo Lunkenbein, missionário alemão junto aos índios na Amazônia, foi assassinado por fazendeiros. Em outubro a polícia da mesma região assassinou o Padre João Bosco Penido Burnier, que vinha protestando contra a tortura de mulheres locais. Mas a violência não se limitou à fronteira menos povoada do país. Em setembro houve um revoltante incidente no coração do moderno Centro-Sul do Brasil. Bandidos não identificados sequestraram Dom Adriano Hypolito, bispo de Nova Iguaçu (na periferia do Rio de Janeiro), espancaram-no, despirm-no e o lançaram à beira da estrada. Para dar mais ênfase à sua mensagem, os seqüestradores dirigiram o carro até à sede da CNBB, onde o deixaram. É este tipo de atitude que parece ter incentivado a Igreja a agir mais abertamente contra o regime e encaminhado muitos dos seus elementos religiosos ou leigos ao radicalismo da teologia da libertação.¹⁵⁸

A cúpula da Igreja passou então a pender para a opinião dos “progressistas”, na medida em que davam centralidade ao exame das políticas sócioeconômicas do regime e pela cada vez maior desigualdade de renda entre os mais ricos e mais pobres. A Igreja sofreu assim um “dupla radicalização”. Em primeiro lugar, foi forçada a assumir a pauta dos direitos humanos (desde a década de 1960 jovens cristãos foram presos e torturados – com destaque ao caso do Frei Tito), tornando-se assim também defensora dos presos políticos. E, em segundo, de denunciar “radicalmente o tipo de capitalismo que os tecnocratas e seus mentores militares construíram no Brasil” e apostar no trabalho pastoral junto aos necessitados. Tornou-se assim a Igreja Católica “mais progressista do Mundo”.¹⁵⁹

Assim, a posição crescentemente assumida pela direção da Igreja por membros “progressistas”, garantiu a esta instituição um caráter de central importância para compreender o retorno dos movimentos sociais em fins de 1970 e início de 1980 e particularmente à fundação do PT. Ela serviu, assim, de “guarda-chuva” – uma guarida segura

¹⁵⁸ SKIDMORE, 1994, p. 360.

¹⁵⁹ SKIDMORE, 1994, p. 362.

e com credibilidade pública – para a ação dos militantes sociais, muitos dos quais que nunca compartilharam a crença cristã. Desta relação surgiu uma interessante síntese entre o radicalismo ateu dos marxistas com o radicalismo cristão: a teologia da libertação. Esta basicamente pregava que os ensinamentos de Jesus não levavam à defesa de uma vida reclusa na Terra, mas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária na Terra, na luta contra todas as injustiças sociais, econômicas e políticas. Para tanto, professavam o uso metodológico do marxismo para poder se compreender, explicar e transformar a sociedade capitalista. Foi representada no Brasil por membros do clero como Leonardo Boff (que acabou sendo expulso) e Frei Betto (que teve profunda ligação ao PT e ao próprio Lula, afastando-se contudo do governo logo depois).

Particularmente, o papel de formadora e patrocinadora dos movimentos sociais por parte da Igreja Católica teve destaque pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs. O objetivo delas era reunir o público cristão das comunidades para discutir problemas relativos à comunidade, o que deu impulso à práticas de autogestão e dando espaço para organização social e política destas. Longe das intenções moderadas que levaram à criação destas instituições, elas tornaram-se progressivamente a “igreja popular”, movimento ligado à Teologia da Libertação. As CEBs tiveram destaque no surgimento do Movimento do Custo de Vida – uma forma de protesto iniciado em 1973 e que teve pico em 1977-1978 – e que expressava o descontentamento popular com a alta dos preços dos insumos básicos da alimentação (o foco do governo era nos setores exportadores de grãos e não na produção interna de alimentos, o que inflacionava o preço dos alimentos).¹⁶⁰ Inclusive, foram de central importância – através da Pastoral da Terra - para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST – na década de 1980.

Além disto, é necessário se retomar o papel das esquerdas durante a ditadura. Para compreender a atuação desta – cuja boa parcela sobrevivente da ditadura irá adentrar posteriormente no PT – é preciso se compreender a conjuntura da época da esquerda mundial. Se já em 1962 os rachas do PCB – que levaram a formação do PCdoB e a POLOP -, bem como, a AP, já tinham por política a necessidade de pensar mais ativamente e radicalmente o projeto de revolução brasileira – após o golpe de 1964 e, particularmente, em 1968, este sentimento torna-se maior.

Em 1949 a Revolução Chinesa traz à tona um novo modelo de luta dos comunistas dos países periféricos – a centralidade da guerrilha rural e ligada aos camponeses. Em 1959, em Cuba, Fidel e Che Guevara derrubam o ditador Fulgencio Batista através da luta armada de

¹⁶⁰ SKIDMORE, p. 359.

Guerrilha, iniciada com um pequeno foco de militantes que, com apoio popular, foi crescendo até a vitória. Che Guevara torna-se propagandeador deste método, o chamado “foquismo”. No Vietnã os vietcongues combatem o Império norte-americano. As manifestações estudantis de Maio de 1968 são dominadas por maoístas e trotskistas. A notícia da morte de Che Guevara em 1967 na Bolívia, longe de desmentir o foquismo, leva mais jovens à acreditar na luta armada. A repressão que se segue junto do AI-5 às greves de 1968 e manifestações de rua do movimento estudantil, leva a grande parte dos agrupamentos de esquerda a assumir abertamente na luta armada – tanto na guerrilha urbana como na rural – o papel central na luta contra a ditadura e pela revolução socialista no Brasil.

Do PCB, PCdoB, POLOP e AP formam-se uma série de outras organizações menores, algumas com maior ou menor destaque.¹⁶¹ Nomes como de Carlos Mariguela¹⁶² e Carlos Lamarca,¹⁶³ bem como dos militantes da Guerrilha do Araguaia, tornam-se lendários nos movimentos armados. Sequestros de embaixadores estrangeiros tornam-se frequentes e bem-sucedidos na libertação de presos políticos e os assaltos aos bancos eram justificados para financiar a revolução no Brasil. A Guerrilha do Araguaia sem dúvida foi a experiência de maior duração e que concentrou o maior número de militantes. Inspirada no maoísmo, os militantes do PCdoB se empenharam desde 1968 no trabalho social de base no interior de Goiás, em uma região de fortes conflitos em torno da terra, entre camponeses e proprietários rurais. Descobertos em 1972, embrenham-se nas matas e resistiram por dois anos até liquidação total em Outubro de 1974, o que mobilizou mais de 25 mil soldados do Exército e Aeronáutica contra o pouco mais de 70 guerrilheiros.¹⁶⁴

Contudo, o fracasso dos militantes da esquerda armada foi evidente. As ações ocorreram em um momento de crescimento econômico e repressão intensa ao movimento social de rua iniciado em 1968, garantindo assim que as massas urbanas ou rurais não

¹⁶¹ Para uma apreciação mais detalhada dos agrupamentos da esquerda durante o período da Ditadura Militar, cf. SILVA, 1987, p. 102-154.

¹⁶² Membro destacado no PCB em 1950 e 1960, conhece a China Comunista em 1953 e 1954 e em viagem para Cuba em 1967 participa da conferência da OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade – de inspiração guevariana, o que o leva a romper com o PCB que era contra a luta armada. Carlos Mariguela funda a ALN – Ação Libertadora Nacional e em ações como o sequestro norte-americano torna-se o “inimigo número um” da ditadura. Foi morto em Novembro de 1969 em uma emboscada da polícia em São Paulo.

¹⁶³ Lamarca era um capitão do exército que liderou uma pequena deserção do exército em 1969, que fora parcialmente frustrada no plano de desviar armas e obuseiros do exército para iniciar um foco de guerra popular. Já era conhecido publicamente por treinar funcionários de bancos no manejo de armas de fogo em 1968 – exatamente para enfrentar a ação das guerrilhas urbanas que ele mesmo participaria um ano depois. Tornou-se um dos dirigentes da VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, formada a partir da POLOP. Em 1970, liderou o seqüestro do embaixador suíço que foi trocado por 70 presos políticos. Pelo fato de ter sido do exército e conhecido publicamente, isso fez dele outra figura com destaque no cenário nacional e particularmente para o exército. Perseguido, foi morto no interior da Bahia em Setembro de 1971.

¹⁶⁴ Cf. FELIPE, 1993.

participassem ou apoiassem os movimentos – cuja militância era formada em boa medida por estudantes, profissionais liberais e apenas alguns operários. Boa parte dos sobreviventes desta experiência passam a defender o retorno democrático através do movimento de massas e muitos, por esta leitura, vão ao encontro do sindicalismo que retornou à cena em 1978 e participam da fundação do PT em 1979, participando geralmente da “Articulação” que iria se tornar o “setor majoritário” do PT. A esquerda “reformista” do pré-1964 durante a ditadura vai perdendo espaço ao PT. O PCB perdeu força pelos sucessivos rachas que levaram militantes à luta armada, não abandonou a política pacífica (tentou manter uma vida política sem sucesso através do MDB e na defesa de uma frente ampla democrática) mas mesmo assim sofreu dura repressão. Em finais de 1970, não vai ao encontro do novo sindicalismo (e estes também surgiram na negação do que eles consideravam ser o legado do PTB-PCB, considerados “pelegos” e “burocratas”), defendendo o grande bloco democrático liderado pelo MDB (depois, PMDB). O PTB desaparece, tendo boa parte de suas lideranças exiladas e a continuidade do legado “trabalhista” só iria voltar com Brizola, que regressou em 1979. O PCdoB, apesar de vangloriar a guerrilha, revisa a linha maoísta e termina também por adotar uma linha de defesa do retorno democrático.¹⁶⁵

Os trotskistas, que no pré-1964 organizavam-se em torno do POR – Partido Operário Revolucionário - também vão sofrer uma série de rachas durante a ditadura. Iremos aprofundar estas organizações na sua participação na formação e construção do PT. Contudo, os grupos trotskistas serão os mais bem articulados na fundação do PT já que boa parte deles não participou da luta armada e defendiam que a luta contra a ditadura só poderia ocorrer com movimentos de massas nas ruas. Muitos, que utilizaram de métodos de segurança para proteção dos militantes ou que se exilaram (e continuaram organizados no exterior), sobrevivem à repressão da ditadura. Como destaca Roberto Lisboa em sua pesquisa sobre a história da formação do Movimento Convergência Socialista – o MCS - corrente que vai ter destaque na esquerda petista por produzir o primeiro grande racha do PT em 1993 (que levou à formação do PSTU):

Para o PP [grupo “Ponto de Partida”, que dá origem à CS], o marxismo já havia assinalado, ao desenvolver do Século XX, o papel determinante das massas para avançar historicamente e que a postura de um setor da esquerda brasileira de substituir esta verdade pela vontade de algumas dezenas de homens era um equívoco. Reivindicavam Lenin que “decia que los narodniks eran la pequenã burguesia armada de bombas y revolveres”.¹⁶⁶

¹⁶⁵ SILVA, 1987, p. 155-166.

¹⁶⁶ LISBOA, 2011, p. 47.

Além disto, como sugere o historiador:

é importante salientar que o MCS foi uma das primeiras organizações políticas a se localizar no processo de lutas que eclodia no movimento operário em São Paulo. Desde as greves de maio de 1978, o MCS expandiu seu movimento pelo Partido Socialista e abriu o diálogo com diversos setores populares. Em 1979, seu projeto de PS perdia força, mas a organização identificara corretamente onde iria surgir o embrião do novo partido e buscava incidir no movimento pró-PT. Embora, não tenha sido o pólo catalisador do descontentamento no movimento operário e popular, foi a partir dele que sua organização fora construída e buscara responder a realidade vigente. O jornal Versus fora sua ferramenta, ora indireta, ora direta de divulgação e militância política. Sua participação no movimento pelo PT fora importante para a construção do novo partido.¹⁶⁷

Por isso, vão ao encontro do “novo sindicalismo”, que veem como o ressurgimento do movimento dos trabalhadores desvinculados da tutela do Estado e do legado trabalhista-comunista, apesar de grande parte destes agrupamentos manterem-se distantes e receosos da figura e do poder do grupo sindical formado em torno da Lula. Já o período histórico que se abre a partir do movimento grevista que se inicia em 1978 já pertence diretamente ao surgimento do PT, que se dará em 1980.

2.3 A história do Partido dos Trabalhadores (1978-2002)

Com o crescimento da oposição democrática capitaneada pelo MDB soma-se ao movimento de luta contra a ditadura o principal fenômeno social que surge a partir da segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980: o chamado “novo sindicalismo”. Tendo por principal liderança política o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (SP), Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, que posteriormente se tornará a principal figura pública e primeiro presidente eleito pelo PT, o novo sindicalismo se destacou como o retorno dos trabalhadores à cena política nacional.

Para Thomas Skidmore, um observador externo desta experiência (um historiador norte-americano), o “novo sindicalismo” emergia no interior da estrutura sindical tutelada ao Estado que os militares deram continuidade. O arcabouço sindical era operado principalmente para destruir qualquer tentativa de articulação sindical como a ocorrida no pré-1964, como no caso da CGT.¹⁶⁸ No entanto, não sobrava outra alternativa aos trabalhadores do que influir no

¹⁶⁷ LISBOA, 2011, p. 74. Sua participação na CUT era minoritária, mas frente à quantidade de outros grupos, era expressiva. Em 1986, no II Congresso da CUT, a chapa formada pela Convergência Socialista teve pouco mais que 11% dos votos.

¹⁶⁸ Era expressamente proibida pela legislação qualquer articulação nacional ou internacional centralizada que congregasse membros de diversas categorias profissionais.

interior desta estrutura, mas também buscando criar mecanismos paralelos capazes de suprir as deficiências – propositais – da representação sindical na estrutura sindical oficial. Como destaca o historiador:

Não obstante, a atividade sindical criou uma convergência que algumas vezes fizera muita falta nas relações trabalhistas: o elo entre o trabalhador e o representante sindical. A ausência desse elo não era casual. A estrutura corporativista definira os locais dos sindicatos geograficamente, isto é, por município, o que fragmentava o sindicato horizontalmente. Havia, por exemplo, quatro sindicatos metalúrgicos na Grande São Paulo - nos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e São Paulo. A atividade sindical forçada dentro do ambiente de trabalho estimulou a emergência de uma nova geração de líderes, principalmente em São Paulo, que começaram a denunciar a estrutura corporativista das relações de trabalho e a construir um novo movimento sindical independente (novo sindicalismo) pela rejeição dos velhos prepostos do governo (pelegos).¹⁶⁹

A partir da estruturação das chamadas “oposições sindicais” – ao qual as CEB’s católicas davam suporte – estes novos líderes operários buscavam disputar o movimento a partir do interior da estrutura sindical, como meio de legitimar-se, mas ao mesmo tempo optando pela confrontação a esta estrutura. Como destaca Margaret Keck:

Lula acreditava que a tarefa mais importante dos militantes operários era conseguir ganhar o controle institucional dos sindicatos, afirmando que as “organizações de base” nas fábricas tinham pouca representatividade e não faziam sentido em uma situação autoritária. Qualquer líder de fábrica que fosse reconhecido correria um sério risco de ser despedido do emprego; tentar criar uma organização clandestina iria contra a reivindicação de uma maior participação e de democracia sindical.¹⁷⁰

Em 1978, estes novos líderes iriam contestar frontalmente a estrutura de arrocho salarial criada pelo regime militar, bem como a lei de greves e conseqüentemente toda estrutura sindical autoritária legada pela ditadura de Vargas e que servira para os militares de 1964. A questão central do arrocho salarial tinha relação direta com a fórmula empregada pelos governos militares para decretar os aumentos salariais, e que haviam levado à uma perda salarial durante o período de 1973 a 1977 de 1/3 nos salários (34,1%)¹⁷¹ – principalmente dos trabalhadores industriais -, em grande parte pela falsificação dos dados relativos à inflação no ano de 1973 e 1974, o que acabou sendo desmentido em 1977.¹⁷² Além disto, o regime militar havia substituído a estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia

¹⁶⁹ SKIDMORE, 1994, p. 398.

¹⁷⁰ KECK, 1991, p. 65.

¹⁷¹ Índice calculado pelo DIEESE solicitado pelo Sindicato de São Bernardo (de Lula) em 1977.

¹⁷² Como destaca Lincoln Secco (2011, p. 38): “Em 1977 a *Folha de São Paulo* revelou que a variação dos preços internos e por atacado em 1973 havia sido de 22,6% (acima da versão governamental que divulgara 11,9% e 12,6% respectivamente). Mario Henrique Simonsen admitia confidencialmente que o custo de vida havia subido 26,6%.”

por Tempo de Serviço (o FGTS), o que levava aos trabalhadores a se sentirem inseguros e a buscar fortalecer organismos capazes de os proteger de perseguições e demissões injustas. Tornara-se prática comum demitir velhos empregados para manipular os níveis salariais. Antes de renovar-se os contratos, os trabalhadores eram demitidos para contratação de outros com salários iniciais mais baixos. Os demitidos eram contratados por outras empresas com salários inferiores aos que tinham e vice-versa.¹⁷³

Assim eclodia em 1978, o maior ciclo grevista e sindical da história brasileira, até 1980, culminando com o surgimento do PT. Em Maio de 1978 Lula decretaria uma “greve branca” que durou 12 dias, ou seja, os trabalhadores entraram nas fábricas, bateram cartão, mas se recusaram a ligar as máquinas. O movimento que se iniciou na fábrica da multinacional Saab-Scania (2.500 operários) logo se espalhou pela grande São Paulo, contabilizando mais de 500.000 grevistas. A direção das empresas não iria querer que a polícia tentasse desmobilizar os trabalhadores no interior das fábricas – o que poderia ser facilmente realizado se tivessem ocorrido os tradicionais “piquetes” na entrada das fábricas. Apesar de não conquistarem o reajuste de 34%, conseguiram em média 11% e uma nova base salarial para o cálculo da inflação.

O germe, o movimento de base, de massas, que daria origem ao PT estava sendo gestado. Lula, já contradizendo anteriores declarações que dera negando o papel político da luta sindical, declarou:

Eu acho que o econômico e o político são dois fatores que a gente não pode desvincular um do outro. A luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária, ao brigar por salário, teve um resultado político na sua movimentação. Por isso, afirmo que a primeira lição da greve é que não se pode subestimar a capacidade de luta do trabalhador brasileiro.¹⁷⁴

Além disto, o germe do PT nascia estreitamente vinculado com o coração industrial do Brasil – o ABC paulista – onde residiam as principais empresas multinacionais ligadas ao setor metal-mecânico e automobilístico, profundamente beneficiadas pelo regime militar. Como destaca Mauro Iasi:

A ditadura acreditava ter derrotado seu oponente revolucionário pelo fato de ter prendido os comunistas, expulsando do país os militantes de esquerda, proibido os professores progressistas de dar aulas, tolhido os currículos, imposto disciplinas das mais saudáveis como “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira”, criado um poderoso sistema de terror e opressão armado e financiado pela maior potência militar do planeta, prendido, torturado e matado jornalistas e

¹⁷³ ALVES, 1985, p. 255.

¹⁷⁴ Lula apud. KECK, 1991, p. 81.

operários distribuindo panfletos. Mas o que uma ditadura não pode impedir é que as relações sociais de produção, que constituem a base real de sua existência, se encontrem com os valores ideais que as representam e que tão faticamente e zelosamente a ordem reproduziu e espalhou para todos os lados.¹⁷⁵

Ou seja, o principal foco de desenvolvimento industrial brasileiro¹⁷⁶ era o foco de suas contradições inerentes, o que levava os trabalhadores a se organizarem e reagirem à exploração. Além disto, estes trabalhadores iriam ser a expressão do que Marx chamou de consciência de classe “para si” – os trabalhadores não só lutavam economicamente como passaram a reivindicar um instrumento político capaz de canalizar suas lutas para toda sociedade, para a transformação de toda sociedade. Como destaca Alves, “os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (...) estavam perfeitamente conscientes de sua capacidade de “paralisar o sistema”.¹⁷⁷ O que não significava que a greve apenas paralisara a produção da fábrica, mas com ela todo sistema de dominação que se erguia a partir do chão de fábrica, cujo governo militar era sua maior expressão.

Em 1979 um novo esquema de organização dos empresários levou os trabalhadores a tomarem as ruas. Tiveram que organizar piquetes e enfrentar a polícia. Neste movimento grevista o papel da Igreja Católica foi significativo para servir de “guarda-chuva” aos militantes, já que as reuniões públicas eram proibidas e acabaram sendo realizadas nas dependências da Igreja, o que também aprofundou os laços desde setor com o movimento sindical e conseqüentemente com o partido que viria a surgir.

Neste ano, 1979, mais de três milhões de trabalhadores entrariam em greve em todo Brasil, destacando-se nestas o surgimento de novas lideranças, como a de Olívio Dutra, do sindicato dos bancários do Rio Grande do Sul.¹⁷⁸ Margaret Keck destaca que as greves, mais que a inspiração econômica, “pareciam inspiradas mais pela necessidade de testemunhar as

¹⁷⁵ IASI, 2012, p. 365.

¹⁷⁶ “Houve época em que se acreditou, após o nascimento da indústria automobilística no pós-[19]55, que houvesse sido gestado no Brasil um novo contingente operário símile ao norte-americano e europeu, por que melhor remunerado e estável. Teríamos, então, um pólo assalariado, beneficiário do novo padrão de acumulação fundado na indústria automobilística oligopólica, contrapondo-se aos enormes contingentes de trabalhadores sub-remunerados que proliferam pelo país. Imaginava-se uma Suécia submersa num continente africano...E o operariado que alí aflorasse, tudo teria para constituir-se num segmento aristocratizado, nos moldes das elites operárias exigentes em certos países do ocidente avançado. Esquecia-se que nossa industrialização nascia sob um universo distinto daquele vivenciado pelo Primeiro Mundo”. “E, ao contrário do salário de suas matrizes, as múltis inserem-se na prática que particulariza o nosso capitalismo intermediário: industrialização e tecnologias importadas, produto competitivo e salário arrochante. Esse é o ‘discreto charme’ da periferia./ Cito os dados abaixo: em pesquisa elaborada pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, revelou-se que o custo (incluindo salários e benefícios) de uma hora de um operário médio da indústria brasileira era, em 1987, de 1 dólar e 49 centavos, enquanto do norte-americano era de 13 dólares e 46 centavos, portanto quase dez vezes mais.” ANTUNES, 1991, p.97, 98-99.

¹⁷⁷ ALVES, 1985, p. 247.

¹⁷⁸ Olívio Dutra que viria a se tornar governador do RS foi deposto do sindicato e ficou preso por mais de duas semanas. Além dos bancários, outras categorias sofreram duras intervenções do Ministério do Trabalho.

aspirações operárias de liberdade, autonomia e direito a uma cidadania plena”.¹⁷⁹ Conforme Alves, houve 27 greves de metalúrgicos (quase 1.000.000 paralisados), 19 de transportes urbanos, 8 de construção civil, 16 de professores primários e secundários e 4 de professores universitários, e que além de outras categorias somaram 3.207.994 grevistas.¹⁸⁰

Contudo, apesar de amplamente noticiado e de contar com apoio da “oposição de elite” (que já se encontrava na oposição ao governo que ajudaram a erguer em 1964 mas cuja espada já balançava demais sobre suas cabeças), vários líderes sindicais foram afastados ou presos e um líder sindical ligado à Igreja foi morto. Como destaca Alves, “ao mesmo tempo em que negociava a questão da anistia política com os partidos e instituições civis dos setores de elite, o governo deixava claro que a liberalização não se aplicava à classe trabalhadora”.¹⁸¹ Mas frente ao aumento da tensão social, o que abalava a legitimidade do regime, o movimento conquistou um reajuste semestral dos salários (não mais anual) e maior liberdade para negociação direta com os empregadores a respeito de um percentual adicional de reajuste dos salários, sob um “índice de produtividade”, além de conquistarem maiores aumentos entre os trabalhadores de um a três salários mínimos.¹⁸² Estas greves reagiam ao enorme aumento na desigualdade social do Brasil patrocinado pelo regime militar, que aumentou a renda dos setores mais abastados. Entre 1960 e 1980, os 50% mais pobres passaram de 17,4% a 12,6% de participação na renda nacional enquanto os 10% mais ricos passaram de 39,6% para 50,9% no mesmo período.¹⁸³

Em 1980 a greve dos metalúrgicos mostrou os claros limites da abertura política do governo militar, sendo intensamente reprimida, com líderes sendo sequestrados nas ruas, assembleias dispersas e os líderes presos e mantidos incomunicáveis durante boa parte da greve. A greve já não era considerada pelo regime como movimento salarial, sendo enquadrada como “grupo de pressão”, ou seja, um “inimigo interno” que deveria ser destruído. O governo proibiu que as empresas negociassem com os empregados, ameaçando corte de créditos e subsídios fiscais as que não cumprissem e cedessem aos grevistas.¹⁸⁴ Apesar da forte repressão, até no meio rural surgiram greves, como a dos cortadores de cana, mobilizando mais de 240.000 trabalhadores em Pernambuco. Contudo, naquele ano, apenas 664.700 trabalhadores entraram em greve. Somado a repressão, havia o medo que a crescente

¹⁷⁹ KECK, 1991, p. 81.

¹⁸⁰ ALVES, 1985, p. 254.

¹⁸¹ ALVES, 1985, p. 256.

¹⁸² Cerca de 64% dos assalariados ganhavam entre meio a dois salários mínimos e 23,6% de dois a cinco salários. ALVES, 1985, p. 257-258 e 335.

¹⁸³ Dados relativos à população economicamente ativa. Cf. ALVES, 1985, p. 335 (tabela de Distribuição de Renda entre a população economicamente ativa no Brasil – 1960-1980).

¹⁸⁴ ALVES, 1985, p. 261.

recessão da economia levasse ao desemprego – medo agravado pelas demissões de vários grevistas em 1979. Contudo, como assevera Alves:

Finalmente, os trabalhadores preocupavam-se cada vez mais com a organização política e o fortalecimento dos partidos de oposição. Compreenderam que a questão da liberdade sindical estava ligada à da participação política nas decisões do governo.¹⁸⁵

Lula saía destes movimentos como líder incontestável dos trabalhadores grevistas, simbolicamente significado com representante nacional do ressurgimento do movimento dos trabalhadores. Havia sido preso por mais de 31 dias no DOPS de São Paulo e foi processado pela Lei de Segurança Nacional do regime militar e acabou destituído do seu cargo enquanto presidente do sindicato de São Bernardo. Como destaca Iasi sobre a importância e projeção da figura de Lula no Brasil e para com os trabalhadores:

Não é um líder populista se passando por trabalhador sofrido, é antes de tudo um trabalhador, migrante, que partilha com eles o trabalho na produção, vive com o mesmo salário, fala com o mesmo sotaque, veste-se da mesma maneira, utilizando os mesmos valores e expressões. No entanto, o mais importante de tudo no interior desta equivalência é que ocorre uma disparidade sem a qual o processo de liderança não seria possível: o líder faz, ou acredita-se que faça, algo que os liderados gostariam, mas não fazem.¹⁸⁶

A severidade com que o governo reagia às greves, correndo em defesa do setor privado, aumentava a consciência política dos agentes sindicais e trabalhadores individuais, que já se reconheciam enquanto classe trabalhadora, o que gerou a necessidade de um órgão político próprio, um partido, o Partido dos Trabalhadores.

A descrição de Marx sobre a formação da classe trabalhadora classicamente apresentada no Manifesto Comunista apresentava-se em linhas gerais no movimento sindical brasileiro do final da década de 1970.¹⁸⁷ Iasi compreende como central a percepção de que estas greves levaram à “fusão de classe”; de explicar que a identidade que surge com o movimento possibilita a fusão, de diversos indivíduos ou grupos dispersos, em classe – que agora reivindicam para si a necessidade de um órgão político de expressão nacional.

A ideia que já vinha sendo discutida pelas direções sindicais do “novo sindicalismo”, é lançada em Janeiro de 1979, pela diretoria do sindicato de Santo André no congresso dos metalúrgicos do Estado de São Paulo (ocorrido em Lins). A “Tese Santo André-Lins”, declarava:

¹⁸⁵ ALVES, 1985, p.265.

¹⁸⁶ IASI, 2012, p.370.

¹⁸⁷ Descrita no subtítulo 1.1 desta dissertação.

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingí-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter esta exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existem neste país, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político. A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político, por isso os trabalhadores têm que organizar os seus partidos, que englobando todo proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade com o peso de sua importância se faz sentir.¹⁸⁸

A tese aprovada neste congresso, com o texto fortemente influenciado por militantes do MCS, foi considerada precipitada para o ano conturbado que se abria com a perspectiva de várias mobilizações e até mesmo alguns sindicalistas acusaram a tese de ter envolvimento direto com “organizações clandestinas” (o que era o caso do MCS), o que poderia comprometer a “legitimidade” do movimento por um “partido de trabalhadores” dada a situação de repressão (sem falar no latente anti-comunismo incrustado pela ideologia do regime, ou pelo anti-trotskismo das lideranças com influência do PCB).

Mas a tese fundamentava a necessidade de um “partido de trabalhadores” como uma reação contra os “partidos tradicionais” que cobiçavam o novo movimento. Ainda não havia condições para a criação de um novo partido político. Além disso, a tese era uma reação às posições do presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade (o “Joaquinzão”) que defendia a criação de um partido de tipo “social-democrata” no estilo do SPD alemão, e onde não estariam excluídos políticos provenientes da ARENA e do MDB que defendessem os trabalhadores.¹⁸⁹

A tese “Santo André-Lins”, desta forma, descrevia a necessidade de um partido de trabalhadores que lutasse não pela reforma do capitalismo, mas de sua superação pelo socialismo. De qualquer forma, em vários locais surgiam manifestações de apoio ao surgimento de um partido para os trabalhadores. Para Secco, “o que importa é que ela estava em muitas cabeças”,¹⁹⁰ o que resume a confluência de lideranças, intelectuais e movimentos sociais que se somavam à defesa da constituição de um partido de trabalhadores para os trabalhadores (Figura 1).

Como destaca Secco, “era difícil em 1978 separar radicalmente sindicalistas do PCB e do futuro PT”. Apesar disto, haviam mais duas posições entre líderes sindicais: uma que

¹⁸⁸ A tese na íntegra está disponível em GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 32-33.

¹⁸⁹ GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 28-29.

¹⁹⁰ SECCO, 2011, p. 41.

defendia a necessidade primeira da construção de uma central sindical única (o que se daria em 1983, apoiado principalmente pelo PT, na fundação da CUT), e uma outra que privilegiava que os trabalhadores deveriam atuar em apoio ou participando de partidos já existentes, como o PTB, PMDB e ou no ainda ilegal PCB, cujos dirigentes retornavam ao Brasil com a anistia aos opositores políticos. Muitos dos que defendiam a última posição eram provenientes da esquerda pré-1964 (PTB e PCB); a fim de se diferenciar, o grupo sindical que iria para o PT seria chamada de “os autênticos” (em referência a uma espécie de “sindicalismo autêntico”, não “pelego”, dependente do Estado), já que não dependiam ou defendiam a estrutura sindical legada por Vargas.¹⁹¹

Em Maio de 1979 foi lançada a “Carta de Princípios do PT”, impressa nas gráficas ligadas ao MCS. Mas como o momento era de greve, muitos líderes sindicais não concordavam com o lançamento do PT naquela época, o que poderia diminuir a solidariedade ao movimento. Mas já em Outubro de 1979, em um restaurante em São Bernardo do Campo, foi lançado “oficialmente” o movimento pró-PT, aprovando normas para funcionamento, uma declaração política, a “Carta de Princípios”, e uma Comissão nacional Provisória, composta majoritariamente por sindicalistas, os que se reivindicavam “autênticos”.

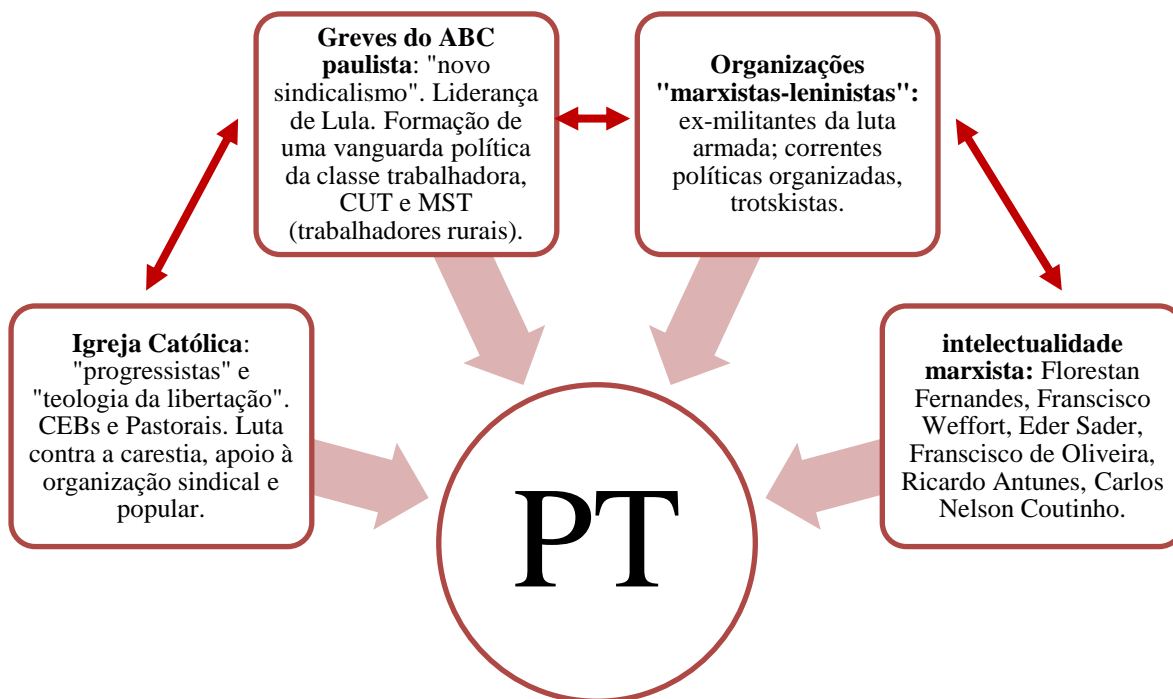
Estes, apesar de muitos terem tido laços ou influência de distintos agrupamentos de esquerda, formariam o núcleo duro do PT – posteriormente identificados com a “Articulação dos 113”, ou simplesmente “Articulação”, defensores da unidade partidária contra as organizações consideradas paralelas, e que mais tarde será identificada como “Campo Majoritário” do partido. Já no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Cion na cidade de São Paulo, na presença de 1200 pessoas, era fundado o Partido dos Trabalhadores, o PT. O seu manifesto de fundação declarava que “o PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados”.¹⁹²

Nele confluíram os sindicalista “autênticos”, membros da Igreja – ligados às CEBS ou à teologia da libertação -, ex-militantes da esquerda armada, intelectuais de esquerda (muitos marxistas), estudantes e organizações políticas “marxistas-leninistas”, muitas das quais trotskistas e/ou críticas ao “estalinismo” (Figura 1) .

¹⁹¹ SECCO, 2011, p. 40. Ao mesmo passo, o PCB opunha-se à fundação do PT (que iria disputar o que deveria ser sua natural base social e lhe tiraria o direito de ser o “legítimo” partido da classe trabalhadora). Já os autênticos “consideravam [o PCB] uma burocracia desacreditada e enfadonha cuja rigidez dogmática o incapacitava de falar pelos trabalhadores” (SKIDMORE, 1994, p. 430).

¹⁹² Partido dos Trabalhadores. **Manifesto de fundação**. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br>, acesso em jan 2012.

FIGURA 1.

Organograma dos principais setores e movimentos que confluem para o PT¹⁹³

Além disto, importantes setores médios, como advogados ou servidores públicos aderiam ao partido, mas com uma leitura radicalizada e reivindicante do proletariado (distante de uma concepção “pequeno-burguesa”, como poderia se imputar). Além disto, como destaca Secco:

Uma abordagem especificamente marxista das classes sociais em sociedades complexas é difícil. O conceito de “classe média” é de origem funcionalista. Decerto, uma estratificação por renda é insuficiente. Proletários de colarinho branco, como professores estaduais (não das universidades) por vezes auferem rendimentos muito inferiores a operários qualificados de empresas multinacionais.¹⁹⁴

De qualquer forma, como explica Mauro Iasi, sobre o papel do partido para o que ele chama de “processo de fusão da classe trabalhadora”:

¹⁹³ Contudo, é preciso ressaltar que apesar da caracterização dos setores, boa parte deles possuía uma atuação conjunta em torno da formação do PT e agiam enquanto expressão de uma classe trabalhadora unificada. Para uma caracterização aprofundada desta relação, cf. SILVA, 1987; GADOTTI, PEREIRA, 1989; KECK, 1991; SECCO, 2011.

¹⁹⁴ SECCO, 2011, p. 62. Mas, como destaca o autor, “é claro que nenhum outro partido brasileiro teve tantas pessoas de classe média baixa ascendendo socialmente pela militância política. Nenhuma outra agremiação tinha tantos sindicalistas (portanto, antigos trabalhadores) em suas bancadas parlamentares.”

São histórias que se desenrolam sem nenhuma ligação, em distintos lugares do Brasil e que recebem a notícia da criação do PT como uma tarefa pessoal. Com se suas trajetórias de vida particulares, em certo momento, encontrassem uma estrada maior para qual deveriam confluír, na qual “se sentem em casa”, na qual encontraram uma identidade que tem o poder estranho de explicá-los a si mesmos. Passam a desenvolver um sentimento de pertencimento mais amplo e estranhamento não presencial. Mais uma vez a raiz é a vivência de uma injustiça, de uma opressão particular e concreta (as condições de trabalho numa grande multinacional do ABC, numa fábrica calçadista de Novo Hamburgo, numa tecelagem de Porto Alegre, em uma pequena cidade do interior do Piauí na qual uma criança pobre é barrada porque se veste como pobre, ou no interior de São Paulo, onde um seminarista, filho de catadores de laranja, descobre a injustiça).¹⁹⁵

O PT, expressão de uma consciência de classe “para si”, surgia em um momento que para Marx poderia ser descrito como “crise sistêmica”, em que as contradições do capital se tornam evidentes. Além da falsificação dos índices de inflação, o que levou a uma redução salarial (para os tecnocratas do governo era uma medida necessária para reduzir a inflação, cujos dados eles falsificaram para fazer valer a redução salarial[!]) -, o modelo baseado no “milagre econômico” apresentava seus limites. No ano de 1981 o país deixa de crescer (na verdade acusou um declínio de 1,6%) e a inflação voltou maior que a inflação de 1964 (e que em parte havia justificado o golpe militar). O ministro do “milagre”, Delfim Netto, agora tornava-se o ministro da recessão.¹⁹⁶ A balança de pagamento passou a acumular déficits e a dívida externa passava a se tornar um problema central. Em 1983 o PIB decresceria 5%. A conjuntura internacional era desfavorável, desde o choque do petróleo em 1973 e 1979, depois a subida dos juros do mercado do eurodólar, o que causou mudanças na política econômica dos Estados Unidos. A recessão mundial decorrente reduziu a demanda de exportações do Brasil e os países credores aumentavam a pressão sobre os países periféricos. Toda América Latina e Terceiro Mundo mergulharam em uma crise de pagamentos da dívida externa.¹⁹⁷

A ditadura militar, que já tinha aberto o programa de distensão gradual em 1979, acumulou enorme desaprovação e, em 1984, foi lançado o movimento das Diretas Já, exigindo eleições diretas no Brasil. Nos comícios de rua que reuniam milhares de pessoas participaram os líderes políticos dos novos partidos surgidos com o fim do bipartidarismo, Lula teve destaque entre outros oradores como Tancredo Neves, Brizola, Mario Covas e Ulysses Guimarães. Contudo, as primeiras eleições diretas só aconteceriam em 1989 e sob uma intensa polarização, onde o PT foi um dos principais envolvidos. Em 1985 Tancredo Neves é

¹⁹⁵ IASI, 2012, p. 372.

¹⁹⁶ Delfim Netto se tornaria assessor particular de Lula quando este último estave na presidência. Atualmente acompanha de perto o trabalho do Ministro da Fazenda de Dilma, Guido Mantega.

¹⁹⁷ SKIDMORE, 1994, p. 458-465.

eleito indiretamente presidente pelo PMDB (a ditadura estava representada na candidatura de Paulo Maluf),¹⁹⁸ mas a sua morte prematura deixa o governo nas mãos de José Sarney, seu vice. A ditadura se esfacelava e os militares, apesar do “estado de espírito que raiava pela esquizofrenia”,¹⁹⁹ entregavam o poder aos civis. Em 1984 a inflação chegou a taxa recorde de 222%.²⁰⁰

O PT neste processo se diferenciava enormemente dos outros partidos, mas teve pouca projeção nas eleições de 1982 (onde elegeu apenas três deputados federais), apesar da conquista de uma capital em 1985 (Fortaleza). Contudo, o PT concorreu em chapa única e com um discurso ideologicamente ligado ao socialismo e reivindicando a classe trabalhadora como agente político, e com uma inserção ainda bastante localizada e incipiente em termos eleitorais.

O resultado eleitoral convenceu muitos líderes a voltarem ao esforço de organização do movimento sindical e social e em 1983 é fundada a principal e maior central de trabalhadores do Brasil – a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1984, em Cascavel, PR, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento defendido pelo PT (que tinha como uma das suas bandeiras centrais a reforma agrária). A central sindical, apesar de não anteceder o partido, bem como o MST, consistiram nos principais e maiores movimentos cujos militantes do PT estavam inseridos e garantiam legitimidade e base social ao partido.

O PT então configurava-se e defendia-se como partido de massas, com um discurso e documentos políticos com teor radical para a conjuntura (erradicação do latifúndio, reforma agrária, nacionalização e estatização de empresas estrangeiras, de grandes empresas e bancos, da energia, indústria extrativa e de infraestrutura e controle popular dos fundos públicos, pela auditoria e suspensão do pagamento da dívida externa), defendendo o socialismo e reformas radicais para a sociedade capitalista.²⁰¹ Para Mauro Iasi, apresentavam-se assim no partido com base de trabalhadores e forte participação de organizações de esquerda marxista um caráter fortemente “classista” e “anticapitalista”: “se tratava de um partido de composição operária (...) em torno de um programa radical de reformas democráticas com um objetivo

¹⁹⁸ Político conservador cujo nome esteve envolvido em vários escândalos de corrupção e que tinha boa relação com os militares. Em 1980, enquanto governador de SP não poupou esforços no combate às greves do ABC (SKIDMORE, 1994, p. 476-477). Em 2012 Maluf, a convite de Lula, apoia o candidato do PT à prefeitura de SP (eleito), o ex-ministro da Educação de Lula e Dilma, Fernando Haddad.

¹⁹⁹ SKIDMORE, 1994, p. 524.

²⁰⁰ SKIDMORE, 1994, p. 540.

²⁰¹ Cf. GADOTTI, PEREIRA, 1989.

socialista”.²⁰² Corroborando com esta leitura, é importante destacar a Resolução do 2º Encontro Nacional do PT em 1982, cuja meta socialista é reafirmada nos seguintes termos:

Desde sua fundação, o PT afirmou o seu compromisso com a construção de uma sociedade sem exploradores. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista. É isto porque, tendo nascido da luta dos trabalhadores, o PT, desde o início, percebeu que os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário. Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro.

Tal objetivo exigia uma estratégia – uma consecução de diferentes caminhos (táticas) para se chegar ao objetivo final – ou seja, uma estratégia de transição ao socialismo, capaz de trazer a ruptura com o capitalismo e possibilitar a construção daquela sociedade almejada. Tal idéia se desenvolveria posteriormente, de uma “estratégia gradualista” para o chamado “Programa Democrático e Popular” (PDP), que sofreria múltiplas interpretações pelas várias posições do partido, apesar de garantir sua unidade mínima. A leitura do PDP que tornou-se “vitoriosa” no decorrer dos congressos e governos petistas se deu pela “direita” do partido. Nem levou a cabo os pontos centrais ou mínimos do referido programa quando chegou ao governo, apesar dele servir como constante justificativa para atuação do partido e reafirmação de sua diferença frente aos outros partidos de esquerda. Pontos centrais, como a ruptura com o mercado financeiro nunca foram levados a cabo. Analisaremos melhor o papel deste projeto no terceiro capítulo.

Além disto, no plano teórico, o PT buscava definir-se contra a experiência da Social-Democracia europeia – que “reformava” o capitalismo, mas para cumprir o papel de mantê-lo – e da experiência comunista ligada à “burocracia soviética”. Mas em relação à Cuba esta crítica inexistia. Para Secco, isto “espelhava” três tendências no interior do PT: a presença de trotskistas e católicos na crítica à burocracia soviética (e apoio ao sindicato “solidariedade” na Polônia); a presença de ex-militantes maoístas, castristas, leninistas, que buscavam intercâmbio com a experiência cubana; e os “sindicalistas”, que defendiam a unidade partidária em torno da “plataforma de lutas econômicas”.²⁰³

Na escolha de Tancredo Neves em 1985 – pelo colégio eleitoral – os deputados do PT que não seguiram à linha do partido de “autonomia” frente ao “pacto das elites”, acabaram sendo expulsos. Isso evidenciava um partido que ainda se mantinha independente ao poder e influência dos parlamentares, algo que mudará radicalmente no decorrer dos anos e de cada

²⁰² IASI, 2012, p. 378; 381; 382.

²⁰³ SECCO, 2011, p. 74.

eleição. Apesar de alguns conflitos, os parlamentares constituíam a principal base de sustentação financeira do novo partido, obrigados a doar 30% dos seus salários ao partido e sua dependência se tornaria cada vez maior.²⁰⁴ No decorrer do período que vai até as próximas eleições o PT também dedicou boa parte dos seus esforços aos movimentos sociais em que participava. Mas a necessidade de ampliar o leque eleitoral de alianças justificou uma leitura de unidade do “campo popular” – que resultou na aliança “Frente Brasil Popular”, junto ao PCdoB e PSB nas eleições de 1989.

Em 1989, o PT, apesar da vasta quantidade de candidatos concorrendo à presidência da república na primeira eleição direta após a ditadura militar, torna-se o principal partido à polarizar com o candidato egresso do campo conservador da política nacional, Fernando Collor de Melo, até então pouco conhecido, mas que vai reunir diante de si o apoio do empresariado nacional, internacional e dos principais meios de comunicação.

Sofrendo constantes ataques e contando com a conjuntura desfavorável das mobilizações que levaram à queda do muro de Berlim – o que aumentava a legitimidade do discurso conservador e liberalizante do sucesso do capitalismo sobre o socialismo – acabam sendo derrotados na eleição. Os empresários ameaçavam com uma fuga de capitais em massa do Brasil e setores de classe média se assustavam frente à acusação que o PT faria dividir suas residências com as pessoas mais pobres ou que Lula iria confiscar suas poupanças (o que Collor acabou fazendo). Além disto, o principal meio de comunicação – a Rede Globo, beneficiária do regime militar²⁰⁵ - iria apoiar dissimuladamente o candidato do bloco conservador, editando o último debate televisivo entre os candidatos e dando grande favorecimento em tempo e discurso ao candidato de sua preferência.²⁰⁶

Lula perde as eleições, fazendo perto de 31 milhões de votos contra os quase 35 milhões de Collor. De qualquer modo o PT impactou na primeira eleição direta da nascente democracia brasileira, destacando-se ainda pelo teor radical dos seus discursos e até mesmo nos programas televisivos (apresentados enquanto a “TV Povo”). Apesar disto, as eleições

²⁰⁴ GADOTTI, PEREIRA, 1989; KECK, 1991; SECCO, 2011.

²⁰⁵ Cf. **Muito Além do Cidadão Kane**. Documentário. Produzido por Simon Hartog. Chanel 4 (Inglaterra), 1993.

²⁰⁶ José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (Boni), declarou em recente entrevista sobre o debate e a edição deste veiculada no “Jornal Nacional”, favorecendo o candidato Collor: “Eu achei que a briga do Collor com o Lula nos debates estava desigual, porque o Lula era o povo e o Collor era a autoridade. Então nós conseguimos tirar a gravata do Collor, botar um pouco de suor com uma ‘glicerinazinha’ e colocamos as pastas todas que estavam ali com supostas denúncias contra o Lula – mas as pastas estavam inteiramente vazias ou com papéis em branco. Todo aquele debate foi produzido.” A história da TV brasileira nas palavras de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho. In. **Programa Dossie Globo News**. Globo News, Brasil, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/dossie-globo-news>, acesso dez 2012.

“pareciam decepcionantes”,²⁰⁷ já que tal como a crença original da social-democracia alemã, o PT esperava que o crescimento dos movimentos sociais repercutissem em ganhos eleitorais. O impacto deste sentimento trouxe as mudanças próximas às operadas pela social-democracia conforme descritas no “dilema eleitoral” de Przeworski. Ou seja, a partir daí, o desejo de um setor pela ampliação da base social do partido e das alianças eleitorais iria operar para a moderação.

Contudo, a questão e mudança do foco da “classe trabalhadora” para o “povo” no Brasil não pode ser analisada estreitamente enquanto rebaixamento estratégico. Em um país com intensas desigualdades sociais o “povo” concentra-se abaixo da “tradicional classe média” (formada por pequenos empresários, profissionais liberais, funcionários públicos do alto escalão e assalariados da administração das empresas privadas) e é identificado enquanto trabalhadores manuais, pobres ou miseráveis e no máximo abarca assalariados de baixo escalão de serviços ou funcionários públicos ou estratos médios em acelerada “proletarização” ou perigo de demissão (como foi em relação aos bancários).

Desta forma, através do sentido de popular que era dado – não de toda sociedade, mas do setor que “trabalha” e é baixo assalariado – pode-se afirmar que havia ainda uma forte identificação de classe - apesar de amplos setores desta, compostas pelos seus estratos mais baixos e desorganizados, o “subproletariado”, não chegarem ao encontro do PT. Veremos este ponto mais adiante em uma das interpretações sobre o PT.

As lutas sociais durante 1981 a 1989, apesar do pico com as Diretas Já, e da “greve geral” de 1987, passaram progressivamente a diminuir apesar de ainda constantes. As greves do proletariado do setor privado sofriam forte resistência do governo civil, cujos governantes anteriormente apoiaram as greves para atacar o governo militar. Passaram a diminuir frente à rearticulação empresarial internacional e nacional – através da chamada reestruturação produtiva – e política – através do avanço das teses “neoliberais”, que provinham da experiência inglesa e norte-americana.

Objetava-se que a economia brasileira necessitava participar do intercâmbio mundial (“globalização”) e a indústria precisava ser competitiva (para isso deveria perder proteção do Estado) e o Estado deveria ser reduzido e a maioria de suas funções produtivas deveria ser privatizada, reduzindo-no apenas para funções “essenciais”, para tornar-se eficiente e responder aos anseios do mercado. Neste sentido, o discurso radical era apontado na contra-mão da história que agora chegava ao seu “fim”, já que a experiência comunista desabava no leste europeu e o “mercado livre” e a “democracia” triunfavam. Um verdadeiro bloco

²⁰⁷ SECCO, 2011, p. 142.

histórico, que o cientista político Paulo Fonseca chamou de “ultraliberal”, constrói a nova hegemonia dominante, com destaque no papel dos meios de comunicação – verdadeiros “aparelhos privados de hegemonia” no Brasil - na criação deste novo “consenso”.²⁰⁸ Este discurso se tornará dominante no governo Collor e posteriormente nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso. Por fim, foi incorporado – mesmo que não explicitamente - ao PT durante as eleições de 2002, como expressa a “Carta ao povo brasileiro” e durante seus governos, com destaque à atuação do Ministro Palloci e do presidente do Banco Central, Henrique Meireles.

Como destaca Ricardo Antunes, o “conservantismo civil” da Nova República, contrastando com a atuação paradoxal do governo Figueiredo nas greves dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 1984, desembainhou as banhoneiras dos soldados contra os grevistas em 1988, matando três destes.²⁰⁹ Esta seria a primeira grande empresa a ser leiloada em 1993, abrindo caminho para as privatizações das grandes empresas de indústria de base pertencentes ao Estado. No governo FHC, além desta e outras menores, seriam leiloadas a viação férrea federal (RFFSA) e a Vale do Rio do Doce, maior mineradora do mundo.

Desta forma, a maioria das greves no fim da década de 1980 e década de 1990 passavam para o setor público, ameaçado com o discurso crescente privatista e efficientista. Particularmente, uma das categorias do funcionalismo a ter maior dimensão nas greves eram os trabalhadores do magistério, pois eram os que mais viam seus rendimentos diminuírem conforme a educação básica era universalizada. Garantia-se a díade de uma educação pobre para os pobres.

Com a abertura econômica de Collor em 1990, os trabalhadores de pequenas e médias empresas vêem seus empregos e salários serem levados junto dos seus empregadores, não aptos a disputar na forte concorrência do mercado internacional, dominado já não pelo capital produtivo, mas pelo capital financeiro que dita as regras de onde haverá investimentos no setor produtivo.²¹⁰

Frente às denúncias de corrupção e à impopularidade do governo Collor (decorrente do forte impacto da abertura econômica e do confisco das poupanças o que desagradou estratos médios e aposentados), o PT junto de outros partidos e principalmente do movimento

²⁰⁸ Cf. FONSECA, 2003 (artigo estudos históricos). O autor, pesquisando os editoriais e reportagens dos quatro principais periódicos do Brasil (Jornal do Brasil, O Globo, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, constatou que estes se assumiram como defensores e disseminadores da ideologia “ultraliberal” e coibindo o estabelecimento de alternativas à falta de crescimento e inflação.

²⁰⁹ ANTUNES, 1991, p. 104-106.

²¹⁰ Cf. CHESNAIS, 2003.

estudantil estabelecem o movimento Fora Collor. Collor sofre impeachment e seu vice – Itamar Franco – assume em seu lugar em um amplo governo de coalização. Dentro do PT houve figuras como de Luiz Erundina, a primeira prefeita do PT na capital São Paulo, saem do partido para participar do governo Itamar (pois o PT descartava rejeitava a participação em um governo de coalização pluriclassista). Neste governo, através do Ministro Fernando Henrique Cardoso (FHC) é estabelecido um forte programa anti-inflação que culmina com a adoção da nova moeda, o Real, que se tornará o carro chefe para a projeção de FHC enquanto candidato natural da coalização governamental. Junto ao Partido da Frente Liberal (PFL – criado a partir de lideranças da antiga ARENA), e tendo a legitimidade de ter combatido a inflação, FHC vence as eleições de 1994, ainda no primeiro turno.

Lula havia apoiado o antigo intelectual (ex)marxista FHC quando este concorreu ao senado em 1978 e até chegaram a conversar sobre o surgimento de um novo partido. FHC apostava na unidade do campo democrático enquanto que Lula queria um partido de e para os trabalhadores. FHC seguiu ao novo PSDB no final de 1980, o Partido da Social-Democracia Brasileira – que até as eleições de 1994 era considerado pelo PT um partido cujo setor de “esquerda” era “disputável”. A linha programática do PSDB, afinada com a guinada ao neoliberalismo por parte da social-democracia europeia – com destaque ao Partido Trabalhista inglês, exemplo de “terceira via” política – defendia que para se retomar e manter o crescimento e os empregos era necessário realizar o penoso ajuste liberal, a fim de manter o Estado eficiente, a economia em funcionamento e com isso, minimamente os empregos e serviços sociais. Não havia questionamento sobre as razões para a crise ou ao o receituário neoliberal. Defendia-se a sua necessidade quase “científica” e por isso os questionamentos eram mínimos. A justificativa é que as reformas teriam que acontecer e defendia-se que a social-democracia seria muito mais “preocupada com a questão social” do que os liberais conservadores.²¹¹

Em 1994, FHC se candidata em coligação ao PFL – o partido dos liberais conservadores - e será o responsável pela reforma gerencial do Estado brasileiro, pela privatização de várias empresas estatais a baixo custo,²¹² pela reforma da previdência, da legislação trabalhista (queria terminar com a “Era Vargas”, não só com a estrutura tutelada, mas com os direitos trabalhistas). Se o PT metamorfoseou-se posteriormente para teses

²¹¹ Uma apresentação do programa da social-democracia ou do “social-liberalismo” é defendida em PEREIRA, MARAVAL, PRZEWORSKI, 1992.

²¹² O que gerou rumores e evidências sobre favorecimento de empresário, blocos financeiros e ex-ministros, o que caracterizaria crimes no processo de privatização, processo descrito como a “privataria Tucana”, decorrente da junção das palavras “pirataria” e “privatização”. Cf. RIBEIRO JUNIOR, 2012.

conservadoras, o primeiro movimento foi realizado pela “oficial” social-democracia brasileira, transmutada para o conservadorismo tipicamente tecnocrata dos neoliberais. O PT durante a década de 1990, e seus braços no movimento, como a CUT e o MST se tornariam os principais opositores e antagonistas do programa de reformas e privatizações.

O PT torna-se assim um partido de oposição parlamentar e ao mesmo tempo articulado com as pressões sociais dos movimentos organizados. É interessante destacar que se o PT adquiriu sua feição mais radical durante as lutas na década de 80 – em que a própria direção partidária rejeitava o predomínio da participação institucional – foi durante a década de 90 que o PT ficaria consolidado como um verdadeiro partido institucional de oposição, apesar do diminuto tamanho deste bloco, contando em 1995, com 22,6% da bancada parlamentar. Do bloco opositor ao governo FHC após as eleições de 1994, o PT garantia 6 de cada 10 falas na tribuna do parlamento federal.²¹³ O discurso de unidade das oposições era anti-reformas e pró-estatismo. E o debate entre oposição e governo deu-se entre a defesa de um Estado interventor *versus* Estado regulador, identificado politicamente como pró-mercado.²¹⁴

Por outro lado, o PT sofre uma série de transformações, principalmente com a repressão às greves e ao ideário “anti-petista” – identificado como uma radicalidade na contra-mão da história derrubado com o “socialismo real” - que se consolida na reação conservadora ao susto de 1989 (em que Lula “quase” se elege). Como destaca Margaret Keck, quando fora entrevistada por uma jornalista que perguntou a ela se não acreditava que o PT representava uma força política “anacrônica” naquelas circunstâncias do desmoronamento do socialismo do leste europeu. Apesar da negativa da autora, já que as situações não eram comparáveis, é evidente que a questão persistiu “não apenas entre jornalistas e políticos que não têm simpatia pelo PT, mas também para o próprio partido e para a esquerda em geral, e em especial, para a esquerda no Terceiro Mundo.”²¹⁵

Além disto, ocorrem a reestruturação produtiva, as demissões em massa e o ideário liberal que desmobilizam e tornam inseguros aos trabalhadores, levando-os a diluir a classe para preocuparem-se com sua dimensão de indivíduos; bem como, somando-se a isso, processa-se a queda do muro de Berlim em 1989, abrindo caminho para o fim do bloco socialista do leste europeu, até que a URSS é dissolvida em 1991.

A chamada reestruturação produtiva foi um movimento do capitalismo em nível mundial para estabelecer uma nova forma de organização da produção e para intensificar a

²¹³ MORITZ, 2006, p.16.

²¹⁴ MORITZ, 2006, p. 18.

²¹⁵ KECK, 1991, p. 281.

exploração da mão-de-obra, a fim de superar a crise de lucros da década de 1970. Ou seja, se estabelecia um novo padrão de acumulação para superar a estagnação do modelo fordista-keynesiano que tinha balisado o capitalismo do pós-1945, atingindo sua “época de ouro” com os Estados de Bem-Estar, até a crise de 1970. A reestruturação baseada no modelo toyotista, tinha por base uma quebra da rigidez do modelo fordista e estabelecia uma produção variável conforme a demanda, sem criação de estoques, forçando os trabalhadores a realizar múltiplas tarefas (ao invés das tarefas únicas do fordismo), com intensa terceirização de serviços e crescente uso de material robótico.²¹⁶

Aliado às teses neoliberais, este novo ciclo de acumulação trazia definições interessantes ao mundo do trabalho. O desemprego tornou-se maior (no Brasil principalmente no final de 1980 e início de 1990) e grande parte das massas assalariadas foram transferidas para empregos “precarizados” em empresas terceirizadas, de serviços ou informais – sem estabilidade ou garantia de carreira.²¹⁷ Aliado pela ideologia individualista do neoliberalismo, que destituía a diferenciação de classes e tarefas do modelo fordista-keynesiano, para a caracterização de indivíduos dispersos no “mercado” em disputa, viu-se importantes mudanças na classe que vive do seu trabalho. Tumolo, sintetizando as observações do sociólogo Ricardo Antunes, destaca alguns pontos centrais desta mudança, desta verdadeira “metamorfose no mundo do trabalho”:

1. “Um processo de desproletarização do trabalho fabril”, ou seja, uma redução dos trabalhadores operários industriais, manuais, gerando um aumento “monumental” na taxa de desemprego estrutural.
2. “Uma tendência de suproletarização do trabalho”, através da precarização, da terceirização, da informalidade.
3. “Um enorme crescimento do contingente de mulheres”, o que também aumenta a exploração da força de trabalho e a ocupação das mulheres em setores de baixo rendimento (o que também aumenta a concorrência no mercado de trabalho e reduz a pressão dos salários).
4. “Um intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrente da expansão do setor de serviços”.

²¹⁶ Cf. PINTO, 2007; TUMOLO, 2002.

²¹⁷ Estudos de caso sobre os impactos destas medidas no Brasil, cf. ANTUNES, 2006.

5. “Uma alteração qualitativa da forma de ser do trabalho”, que gera o paradoxo de que impulsiona, de um lado, por uma maior qualificação do trabalho, e do outro, por uma maior desqualificação.²¹⁸

Além disto, destaca o autor, um dos aspectos funestos da reestruturação foi a estruturação de dois grandes grupos de trabalhadores, os do “centro” e os da “periferia” (não necessariamente pensados geograficamente). Os de centro são empregados de tempo integral, com maior segurança e vantagens e o de “periferia”, é empregado em tempo parcial ou integral (mas cujas habilidades são facilmente disponíveis no mercado), geralmente em empregos casuais, temporários, subcontratados e com menor segurança de emprego.²¹⁹

Tumolo indica que o “modelo japonês” (toyotismo) nada mais é “do que a forma histórica encontrada pelo capital de intensificação da exploração, o que exige uma constante reposição/recriação/readequação da luta contra a classe trabalhadora”, ou em outras palavras, “da estratégia burguesa com vistas à hegemonia do capital”. Assevera desta forma: “embora se justifiquem por motivos técnico-econômicos, sua implementação obedece muito mais uma lógica *político-econômica*”.²²⁰

Assim, o impacto nas organizações dos trabalhadores se processou em uma crise do sindicalismo. O autor assim resume as dimensões e contornos desta crise:

1. Uma queda na taxa de sindicalização.
2. Um abismo que se cria entre trabalhadores estáveis de um lado e precarizados em outro, “o que enfraquece o poder sindical e questiona o sindicalismo vertical”.
3. “Avanços na organização sindical de assalariados médios”.
4. “Intensificação da tendência *neocorporativa*, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado ao sindicato, contra os segmentos que compreendem o trabalho precarizado”.
5. “Fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores afetando as ações grevistas, que diminuíram significativamente”.
6. “Em razão dos itens anteriores, obstaculizam-se as possibilidades de desenvolvimento e consolidação de uma *consciência de classe* dos trabalhadores”.²²¹

²¹⁸ TUMOLO, 2002, p. 88.

²¹⁹ TUMOLO, 2002, p. 89.

²²⁰ TUMOLO, 2002, p. 95.

²²¹ TUMOLO, 2002, p. 103.

A Central Única dos Trabalhadores, a CUT, central sindical criada em 1983, apesar de não ter garantido a unificação de todas as tendências políticas brasileiras, tornou-se a principal central de trabalhadores no país, intensamente ligada ao PT. “Pelegos” e “burocratas”,²²² apesar de participarem do 1º Congresso da Classe Trabalhadora – o CONCLAT – que resultou na fundação da CUT, por divergência com os “autênticos”, fundam a CGT (Central Geral dos Trabalhadores). A CUT reafirmava-se pelo seu caráter “anticapitalista” e “classista”, onde se buscava negar a possibilidade de qualquer pacto social entre a classe trabalhadora e a empresarial, o que contrastava com as leituras de harmonia social ou de aliança democrática entre classes dos que reivindicavam o antigo trabalhismo ou de militantes do PCB. Além disto a CUT defendia um sindicalismo de base, livre do Estado, com democracia interna, sem alinhamentos internacionais e com o “socialismo” como objetivo da luta sindical.²²³

A CUT, que liderara a maioria das grandes greves da década de 1980, frente a pressão da reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal, vê-se na defensiva e tendo que reavaliar teses e modelos de luta. Além disto, com a criação da Força Sindical (ligada ao PDT) a CUT via-se tolhida frente ao chamado “sindicalismo de resultado”, cujos efeitos econômicos diretos pareciam ser mais plausíveis do que o radicalismo cutista cada vez mais na defensiva e combatido.

As teses da Força Sindical aceitavam o mercado e reconheciam o papel dos sindicatos apenas como instrumentos de luta econômica para um melhor acordo entre o capital e trabalho. Através desta leitura, defendiam que era papel dos sindicatos buscar a harmonização do conflito através da negociação, levando à constituição de práticas de cooperação entre o capital e o trabalho e, com isso, um maior crescimento econômico. Assim, a defesa dos interesses dos trabalhadores estaria na luta por uma maior divisão dos lucros com os empresários. Esta leitura remete diretamente à tendência *neocorporativista* acima mencionada. Desta forma, o “sindicalismo de resultado” da Força Sindical, no embate entre classes, era beneficiado nos acordos com os empresários que também buscavam diminuir o papel radicalizante da CUT nos sindicatos.²²⁴

A CUT então terminou apresentando uma crescente burocratização de suas esferas, seus militantes cada vez mais ligados e dependentes da estrutura sindical oficial, passou a ter relações internacionais com organizações social-democratas (com viagens, cursos,

²²² Como eram chamados pelos militantes petistas os sindicalistas do PTB/PDT/PSB ou PCB, respectivamente.

²²³ Cf. ANTUNES, 1989; TUMOLO, 2002 (destaque ao 3º capítulo).

²²⁴ BOITO JR, 2000.

financiamento), e maior participação em órgãos de “concertação nacional” (câmaras setoriais, de entendimento nacional, etc.). Apesar da retórica diferenciada e disputando ferozmente com a Força Sindical, a CUT aproximou-se muito do “sindicalismo de resultado”. Para Tumolo:

A atual estratégia da CUT tem sido a resposta política construída pela Central para a realidade presente. Partindo do pressuposto da vitória do capital no plano mundial, através da consolidação do novo padrão de acumulação, cuja manifestação aparente são as metamorfoses no mundo do trabalho, e tendo em vista o fracasso da construção do socialismo, a estratégia tem sido, em linhas gerais, a de conviver com o capitalismo, buscando oferecer alternativas por dentro dele, baseada na crença de que é possível reformá-lo estruturalmente e, dessa forma, arrancar, através da negociação, benefícios para os trabalhadores.²²⁵

Como se poder ver, este profundo impacto infraestrutural, das condições diretas da luta e organização sindical, são centrais para a compreensão dos caminhos que tomou o Partido dos Trabalhadores. Além disto, o impacto ideológico da queda do socialismo do leste europeu nos “comunistas” foi evidente. Apesar de ter sido constante a crítica destes ao estalinismo, a revolução que levou as sociedades do leste europeu a alguma forma de socialismo (mesmo que burocratizado) era ainda reivindicada.

Com o fim da URSS em 1991, esta reivindicação começa a ser diluída e teses tipicamente “social-democratas”, próximas às defendidas por Berstein e Kautski no início do século XX, voltam à cena (apesar de não reivindicarem a totalidade da experiência social-democrata). Além disto, muitos intelectuais marxistas com influência do chamado “eurocomunismo” – uma expressão “social-democrata” dos partidos comunistas do ocidente europeu (com destaque ao Partido Comunista Italiano – PCI) também vêm na queda do muro de Berlim à reafirmação de suas teses de aceitação das regras do Estado de Direito como um caminho progressivo e pacífico para a revolução social.

Desde a fundação do PT, tendências internas como a Democracia Socialista (DS)²²⁶ e intelectuais como Carlos Nelson Coutinho,²²⁷ defendiam que através da radicalização da idéia

²²⁵ TUMOLO, 2002, p. 131-132.

²²⁶ Cf. DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1987; SILVA, 2002.

²²⁷ Neste sentido algumas publicações tiveram impacto no PT desde sua fundação e posteriormente. Neste sentido, destaca-se o polêmico artigo de Carlos Nelson Coutinho, *A Democracia como Valor Universal*. Ele asseverou que certas correntes e personalidades possuíam uma “errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa.” E prosseguiu defendendo que as tarefas que cabiam as forças populares no Brasil “não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação de pressupostos político, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso país”. Para ele, a “renovação democrática” do país “não deve ser encarada apenas como objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira” (COUTINHO, 1979, p. 34-35). Tendo revisto ou não as suas teses, Coutinho irá sair do PT em 2004 para participar da fundação do PSOL, um

e prática da “democracia” – não sendo identificada com o Estado de direito “burguês” (ou seja, o Estado que legitima a exploração fundamentada nas relações de produção – base da reprodução humana) – poderíamos estabelecer a “transição” ao socialismo, a radicalização democrática possibilitaria a ruptura com as relações de produção capitalista, sendo substituídas por outras comunitárias, cooperativas, sob as quais se eleva o socialismo.²²⁸

Tempo depois, em fins de 1980 e início de 1990, o Partido Revolucionário Comunista, o PRC, acompanhou esta tendência radicalizando-a progressivamente para a disputa do “Estado de direito”, não mais “burguês”, mas representante de toda sociedade e pairando sobre ela, garantindo assim que sua disputa poderia trazer maior democracia à participação política das massas e com isso, menores desigualdades sociais.²²⁹ Como destaca Skidmore, sobre este movimento em relação à democracia:

Há também uma diferença de atitudes em relação a democracia eleitoral. Muitos da esquerda, que antes de 1964 desprezavam a "democracia burguesa", agora a elogiam como pré-condição indispensável para a derrota do autoritarismo. Os chefes militares participam deste ponto de vista, apesar das críticas dos dissidentes, cujo número futuramente dependera da estabilidade política da Nova Republica. Virtualmente todos aqueles que em 1964 consideravam a democracia pouco mais do que um obstáculo a conquista de metas mais altas hoje defendem a necessidade de se consolidar a nova ordem democrática.²³⁰

Neste sentido, é importante destacar que os ex-militantes da esquerda armada e que agora participavam do PT – geralmente na Articulação – defendiam abertamente a luta democrática, não entendida enquanto radicalização social a partir de instituições próprias da classe trabalhadora, mas enquanto renúncia à qualquer tipo de luta armada.

Havia um certo erro teórico (ou arrogância) que baseia-se no fato de que não reconheciam que “eles” haviam errado no “cálculo” da luta armada no período de 1970-1974 – que era exatamente o período de maior aceitação social do regime devido ao crescimento econômico e melhora na inflação – mas sim que o problema estava fundamentado na “luta armada”. Havia de fundo uma simplificação crassa da estratégia de luta armada, entendida (e talvez o problema era que assim a entendia) apenas como uma estratégia de tomada direta do poder político pelas armas, sem necessidade das bases sociais mobilizadas, organizadas e articuladas, justificando, no caso de reação, a luta armada. Como destaca Adelmo Genro

partido que buscava reivindicar as teses fundacionais do PT de um socialismo com liberdade (polarizado principalmente por forças trotskistas).

²²⁸ IASI, 2012, p. 425.

²²⁹ SILVA, 2008.

²³⁰ SKIDMORE, 1994, p. 594.

Filho, antigo dirigente do PRC falecido em 1988, sobre esses “ex-comunistas”, em polêmica com Wladimir Pomar e José Dirceu, dirigentes da Articulação:

...a herança morta de Stalin e seus seguidores oprime o cérebro dos vivos, transformando o marxismo numa escolástica naturalista, na qual as fórmulas lógicas do inevitável condensam, misticamente, toda a riqueza do porvir. Partindo dessa premissa, não há mais do que um passo para a autoproclamação das "vanguardas proletárias" que, mesmo fora do movimento político real ou dentro dele, mas a reboque da política burguesa, consideram suas posições sempre "justas e corretas". Não é de estranhar, portanto, que alguns que tenham, por desventura, passado por tais maçonarias sintam uma irresistível tentação de "começar tudo outra vez", partir de uma suposta "estaca zero" na qual o socialismo seria apenas o luzir de uma esperança imaculada e o proletariado uma criança inocente balbuciando palavras puras. No entanto, embora a história não se repita, exceto como farsa, os recomeços nunca são absolutos. [...] Da mesma forma, mal começou a nascer em nosso país um marxismo antidogmático, uma postura leninista anti-sectária, já nasceram o reformismo e o legalismo entre os setores da esquerda que, bem ou mal, foram revolucionários.²³¹

Desta forma, a miopia da luta armada levava à outra, a da contemplação e disputa sobre o “Estado de Direito”. Esta é exatamente a estratégia de aceitação da dominação burguesa (em sua forma democrática) e de pré-disposição à negociação, que Lipset destacou como fundamental para a própria realização da democracia. O fundamental é reconhecer e diferenciar como fez Gramsci, que a ditadura burguesa pode se realizar, mesmo sob formas democráticas, o que necessita da pré-disposição dos dominados a aceitar a dominação em troca da possibilidade de ganhos (consentimento).

Já os trotskistas, que não haviam participado da luta armada e que passaram imunes à queda do muro de Berlim, permaneceram como baluartes da tradição de esquerda socialista fundamentada no marxismo-leninismo interpretado por Trotski.

Este momento torna oportuno um aprofundamento sobre o que eram e quais eram as “correntes” e “tendências” ou “campos” do PT (Tabela 1). Correntes e tendências são quase sinônimas de agrupamentos organizados que participam do partido, mas que mantêm uma autonomia interna, principalmente de formulação teórica e política. Os “campos” geralmente são tendências amplas e heterogêneas de indivíduos ou unidade entre organizações, geralmente para disputa dos congressos e encontros do partido, formulação de teses ou para divisão de cargos políticos.

²³¹ GENRO FILHO, 1987, p. 31.

TABELA 1.

Evolução histórica das principais tendências políticas do PT²³²		
TENDÊNCIA	DESENVOLVIMENTO	POSICIONAMENTO POLÍTICO²³³ E LIDERANÇAS
Articulação dos 113 (ART) (ou “Articulação”, ou “Tendência Majoritária”)	Em 1993 há uma ruptura dos setores mais identificados ao marxismo-leninismo, formando a “Articulação de Esquerda” (1993). A continuidade da Articulação é expressa na “Articulação-Unidade na luta” (1993) e atualmente pelo “Campo Construindo um Novo Brasil” (2005), mas continuam sendo referidos como Articulação ou Tendência Majoritária.	Ex-marxista, social-democrata, neo-desenvolvimentista/centro-direita, direita. Lula, José Dirceu, Ricardo Berzoini, Rui Falcão, Aloizio Mercadante.
Articulação de Esquerda (AE)	Derivado de ruptura com a “Articulação” em 1993.	Marxista-leninista/Esquerda. Valter Pomar
Causa Operária (CO)	Expulso do partido por não se enquadrar nos requerimentos de tendências (1991). Fundam o PCO.	Trotskista/ Esquerda. Rui Costa Pimenta.
Democracia Socialista – (DS)	Em 2004, Heloísa Helena (senadora expulsa) juntos de setores da militância da DS ingressam no PSOL, formando o “Enlace”.	Influência afastada do trotskismo/ Centro-Esquerda. Raul Pont, Miguel Rosseto, João Machado, Heloísa Helena (os dois últimos para o PSOL em 2004).
Força Socialista (FS)	Em 2004 sai do PT e ingressa no PSOL, passando a se chamar “Ação Popular Socialista”	Marxistas/Esquerda. Ivan Valente, Edmilson Rodrigues.
Movimento Convergência Socialista (MCS)	Expulsa em 1992 por ter antecipado o movimento “Fora Collor”. Formam o PSTU. Os que permanecem no PT formam a “Corrente Socialista dos Trabalhadores” e desta, posteriormente, o “Movimento Esquerda Socialista”. Ambas correntes tiveram deputados expulsos em 2003 e formaram o PSOL.	Trotskista/Esquerda. PSTU: Valério Arcary e José Maria Almeida. CST: “Babá”. MES: Luciana Genro e Roberto Robaina.
Partido Revolucionário Comunista (PRC)	Dissolvido em 1989. Forma-se de seus principais quadros a “Nova Esquerda”, posteriormente “Democracia Radical” que se dilui na “Articulação” em 2001. Alguns participam do campo “Mensagem ao Partido” após 2005 (Tarso Genro).	Ex-marxistas, esquerda democrática/de esquerda (PRC) para centro-direita (NE/DR). Adelfo Genro Filho (falecido em 1988), Tarso Genro, José Genoíno.

²³² Muitas tendências e derivações destas não estão contidas neste organograma. Para uma visualização mais abrangente das tendências e de suas origens e posicionamentos cf. LISBOA, 2011; SECCO, 2011; SILVA, 1987, 2002, 2003, 2007, 2008, 2009.

²³³ O posicionamento deriva-se dos apontamentos disponíveis na bibliografia consultada, tanto no posicionamento de ocupação de direção partidária ou oposição interna e espectro ideológico, mais próximo do revisionismo e pragmatismo ou mais próximo de teses de ruptura (marxistas). Dá-se preferência ao espectro contemporâneo de seus posicionamentos, conforme própria designação ou referência bibliográfica.

Além disto, haviam os “núcleos de base” (de bairro, categoria profissional, pauta específica, etc.), cuja idéia originária era o de garantir o PT enquanto partido ligado às “massas” e que estas pudessem ter participação ativa na vida partidária e controle da direção partidária e mandatos públicos. Apesar de recorrentes nos discursos internos, os núcleos perderam força frente à imposição da norma legal sobre a organização partidária (onde os órgãos de direção são a executiva e o diretório).²³⁴

O mais interessante em se destacar as correntes no interior do PT é que são agrupamentos organizados de militantes socialistas/marxistas, tanto de ex-militantes dos PC's ou de organizações trotskistas. Silva se referiu a estas organizações simplesmente como “marxistas-leninistas”. Isso porque a grande maioria destas é devedora e reivindica o modelo de organização leninista, baseadas no centralismo democrático de militantes marxistas – formada geralmente por líderes sindicais, estudantes e profissionais liberais - e geralmente girando em torno de algum órgão de publicação - um jornal ou revista - que publica as idéias e debates da organização. Sem falar no condicionamento da ditadura em forçar os militantes a se organizarem em pequenos grupos disciplinados, o que acabou reforçando este modelo.

Pela excessiva centralidade e profundidade dos debates realizados, permanecem formados apenas por dezenas, centenas ou poucos milhares de indivíduos. Geralmente contam com grupos organizados no Movimento Estudantil e no sindical, e mesmo apesar do pequeno alcance numérico, conseguem garantir força devido à organização e competência dos militantes. Seu objetivo é servir de “vanguarda” organizada da classe trabalhadora, a fim de poder participar e buscar dirigir efetivamente quando surgem movimentos de massa. Contudo, as dificuldades ideológicas – permeadas por disputas constantes entre estas pequenas forças – e a base social - geralmente oriunda de meio externo ao das massas trabalhadoras – dificultam a inserção efetiva destes agrupamentos no movimento de trabalhadores.

Apenas intelectuais e militantes que decidiram efetivamente abandonar as correntes marxistas-leninistas conseguiram ter um destaque maior ao participar do grupo hegemônico do PT e com isso disputar suas diretrizes políticas. Como destaca Lincoln Secco, um historiador do PT que fora militante do partido (citando a posição do Núcleo de Estudos da Capital, um núcleo de base que participava):

O núcleo seguia duas diretrizes que eu sempre achei corretas. Que o marxismo no Brasil sempre foi abstrato e daí provinha a dificuldade da esquerda do PT dialogar com a base social do partido. E que nós deveríamos aceitar a direção operária e

²³⁴ Cf. KECK, 1991.

intervir nos seus debates internos para levá-la a posições marxistas. Mas essa era a esperança de um pequeno grupo quando deveria ser da esquerda partidária.²³⁵

Mas como destaca o mesmo historiador, o PT deve muito a estas correntes, muitas que continuam atuantes no PT e impediram que o PT se tornasse um “partido da ordem” tão rapidamente. Para Keck, a “esquerda organizada” garantiu recursos e militantes ao partido em vários locais do Brasil (já que se tratavam em grande parte de organizações com alguma dimensão nacional) e “criou nas estruturas do partido uma base mais forte do que o pequeno número de seus integrantes nos faria esperar, em outras condições”.²³⁶ Ou seja, criou uma tradição de método de debate, consulta e deliberação coletiva nas bases partidárias, onde sua pequena força poderia se fazer valer mais. Mas ao mesmo tempo:

O papel dos militantes de organizações clandestinas em geral só se sobreelevava na elaboração teórica, onde seu jargão e alguns procedimentos se impuseram nos primeiros dez anos da história partidária. Mas na prática concreta dos movimentos sociais e campanhas eleitorais o jargão não encontrava ressonância maior. Havia uma relação inversamente proporcional entre a importância interna da linguagem radical e a influência na sociedade.²³⁷

Já a “ala sindical”, surgida através das lideranças do novo sindicalismo – apesar de muitos dirigentes participarem ou terem participado de organizações de esquerda – tem por característica seu apelo político pragmático em torno de questões que mobilizem as massas trabalhadoras no seu cotidiano de trabalho, como questões salariais, sindicais, de custo de vida, ou de apelo econômico nacionalista/socializante a partir de uma ótica estatizante e menos pelo aspecto ideológico/teorizante, apesar da também defesa difusa, mas recorrente (ao menos na primeira década) do “socialismo” (que não era identificado nem com a “social-democracia” nem com o “comunismo burocrático”, mas que também não encontrava uma fundamentação original).

A organização majoritária do PT criada deste “novo sindicalismo” é a “Articulação dos 113”, ou simplesmente “Articulação” (ART), posteriormente identificada apenas como “Campo Majoritário”. Grande parte dos seus militantes “independentes” que se filiavam ao PT viam este campo como o verdadeiro partido, enquanto os militantes dos outros grupos organizados (correntes) geralmente referiam-se ao PT publicamente mas internamente se diferenciavam nas suas organizações (muitas como sede, jornal e financiamento próprios).

²³⁵ Entrevista a Lincoln Secco, autor de *história do PT*. Por Daniel Golotavy e Alexandre Carrasco. **Revista Fevereiro**. n.4, jan 2012. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com>, acesso em dez 2012.

²³⁶ KECK, 1991, p. 142.

²³⁷ SECCO, p. 48.

Contudo, seria errôneo identificar nestes apenas “operários e sindicalistas”, já que deste campo sempre participaram figuras políticas e intelectuais de peso, mas que já não participavam de nenhum agrupamento político específico. É importante destacar que a heterogeneidade deste “campo” pressupõe que nela haviam diversos posicionamentos políticos e ideológicos. Diversos indivíduos históricos que haviam militado em organizações “marxistas-leninistas” participaram da Articulação.

Além disto, as transformações de militantes provenientes das organizações marxistas também modificavam as relações de forças. Se Olívio Dutra em 1987 viria a se digladiar com a Convergência Socialista e o com o PRC, acusando estas organizações de usar o PT como “campo de recrutamento”,²³⁸ é possível diagnosticar que no aspecto ideológico Olívio Dutra teve seu governo situado à esquerda de membros do antigo PRC, como o ex-ministro da Justiça e atual governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, ou dos deputados federais Paulo Pimenta e José Genoíno.

Ou seja, o Campo Majoritário e as correntes marxistas não se diferenciavam apenas pelo espectro ideológico, mas pela forma de ver o PT e o construí-lo. Além do mais, a tese professada pelo grupo de intelectuais ligados ao Centro de Estudos Contemporâneos (onde encontravam-se Fernando Henrique Cardoso, Mario Covas, Francisco Weffort e Luis Carlos Bresser Pereira)²³⁹ de criar um Partido Socialista de tipo europeu era negada pelo grupo dos sindicalistas “autênticos”. De qualquer forma, como destaca Silva,

Tendência majoritária, a Articulação (ART) é a face do PT. Sua política, suas teses, sua prática social e partidária dão o tom ao partido. Detentora do controle da direção partidária, com o domínio da máquina burocrática, a maioria dos parlamentares e dos prefeitos, a ART é a principal responsável pela práxis petista, por suas formulações estratégicas, concepção de socialismo e modelo de partido. Não é exagero afirmar que a evolução do PT se confunde com sua trajetória.²⁴⁰

Seu objetivo no PT era “duplo”: primeiro o de combater as posições que ameaçassem o PT tornar-se uma frente democrática como o PMDB ou de seduzir o partido com a idéia de social-democracia sem trabalhadores (como no PDT); em segundo, de combater as correntes organizadas que para a ART tinham uma prática ambígua no PT, sendo configurados como “partidos dentro do partido”. Desta forma, ela criou no PT uma polarização interna caracterista: a ART “sinônimo” de petismo, e a outra, a frente composta pelos setores minoritários (correntes). Como destaca Silva,

²³⁸ KECK, 1991, p. 139.

²³⁹ Nomes que viriam a compor o PSDB anos depois.

²⁴⁰ SILVA, artigo sobre ART.

Desde que existe, convivem no PT diferentes concepções defendidas por diversas tendências, as quais podemos dividir em dois blocos: as que se organizam em moldes marxistas-leninistas e os que se organizam com outras características. Há ainda quem afirme que existe tendência secreta dentro do PT. No Encontro Nacional de 1984, em São Caetano-SP, chegou a circular um panfleto que acusava a existência de uma organização secreta, cujos membros deteriam postos chave no PT e na CUT. Esse panfleto foi rapidamente recolhido e, apesar de muitos continuarem batendo na mesma tecla, ainda não provou-se tal acusação.²⁴¹

Como destaca Secco, “a Articulação se via como uma reação popular ao elitismo e ao vanguardismo da esquerda partidária”, cujos quadros provinham geralmente de “proletários de colarinho branco” e estudantes, e sempre agiam e falavam de maneira intelectualizada. Assim a Articulação estabeleceu no PT “uma espécie de cultura operária ‘basista’ e anti-intelectual, embora desde a sua fundação tivesse atraído muitos intelectuais.”²⁴²

Apesar de sofrer um racha em 1993, em que foi formado de sua dissidência a chamada “Articulação de Esquerda”, progressivamente a ART foi se tornando o bloco majoritário do PT – que ao controlar a maioria dos cargos públicos executivos – tornou-a identificada com a metamorfose do PT. Seus dirigentes foram os que tiveram que assumir publicamente e na prática as mudanças operadas no partido. Lula e a maioria de seus ministros eram da Articulação e processaram no governo um programa muito afastado das teses básicas do Programa Democrático Popular. Atualmente, após o “escândalo do Mensalão” (a que Secco se refere como “escândalo midiático” visto que não houve significativas mobilizações de rua),²⁴³ o “Campo Majoritário” tornou-se após 2005, o chamado campo “Construindo um Novo Brasil”.

A Articulação sempre venceu os encontros e congressos partidários, com excessão do breve período em que a “esquerda” esteve na direção na metade da década de 1990. Nela se mostrava predominantemente uma penetração de quadros de origem “comunista” (tanto do PCB, PCdoB, castristas, ex-militantes da luta armada) na sua direção. Apesar disto, houve a tentativa (ainda que frustrada) de quadros trotskistas na Articulação, como evidenciou o apoio da corrente “O Trabalho” no primeiro encontro estadual do PT de São Paulo, em 1983 e posterior tentativa (repelida) de diluir seus militantes na Articulação.²⁴⁴ Esta corrente hoje permanece no PT, apesar de diminuta e tendo uma postura de “extrema-esquerda” no interior do PT.

²⁴¹ SILVA, 1987, p. 172.

²⁴² SECCO, 2011, p. 94.

²⁴³ SECCO, 2011, p. 215.

²⁴⁴ SECCO, 2011, p. 95.

Mas, ao mesmo tempo, a tensão na ampla e heterodoxa Articulação criou a necessidade de se imprimir uma direção, um núcleo dirigente, circulando em torno de Lula, a principal figura do partido. Este grupo criará os “chefes” do PT (como destacou Michels em relação à social-democracia), deslocados das bases e ao mesmo tempo com poder sobre estas já que as necessidades organizativas centralizavam-se neles. Aloizio Mercadante seria um dos primeiros a destacar e impulsionar este “núcleo dirigente”, justificando que o PT não tinha um núcleo de direção, que pudesse refletir e decidir os rumos do partido: “um partido como esse não dirige a si mesmo”. E prosseguia: “Para mim, o centro da crise é a inexistência de um núcleo dirigente. Temos que ser capazes de montar uma articulação no partido capaz de equacionar esse diagnóstico e aprofundá-lo, reconstruindo a direção do partido”.²⁴⁵

O conflito com certas correntes no interior do PT levou à expulsão da Causa Operária (que iria formar o Partido da Causa Operária – PCO) e do Movimento Convergência Socialista (que formou o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU). Os militantes do MCS que permaneceram no PT seriam identificados pela Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e o Movimento Esquerda Socialista (MES). Sairam do PT em 2004 para fundar o PSOL junto de outras forças.

Também é oportuno dissertarmos sobre a evolução “centrista” nas teses e formulações decorrentes dos Encontros e Congressos Nacionais do PT, os quais são importantes também para compreender as disputas no interior do PT e as bases “teóricas/ideológicas” para sua atuação externa.

Iasi desprende sua leitura da metamorfose petista a partir desta documentação. Em síntese, é importante destacar que os documentos assinalam progressivamente a necessidade da ampliação no leque da composição social de apoio ao projeto democrático e popular, na mesma proporção em que o partido vai elegendo prefeituras, governos e bancadas parlamentares, que vai dos partidos de esquerda (como PCdoB, PSB e PDT) para disputa de outros segmentos sociais, como de microempresários, de industriais (consumado simbolicamente na aliança com o empresário José de Alencar, do PL, que seria vice-presidente nos dois mandatos de Lula), sem falar no apelo – até 2002 não correspondido - aos estratos mais baixos historicamente excluídos da classe trabalhadora sindicalizada (subproletariado).

Contudo, este processo não foi sem sobressaltos, inclusive na figura de Lula. No 7º Encontro Nacional do PT, se reconhece que, “via de regra, as prefeituras não conseguem implementar a política do partido e estabelecem uma prática administrativa burocrática e de

²⁴⁵ MERCADANTE, apud. SILVA, 1993, p.14.

caráter capitalista, onde os programas pelos quais foram eleitas tornam-se peças decorativas.”²⁴⁶ O próprio Lula questionava o crescente eleitoralismo que crescia na Articulação e no PT como um todo, como em uma entrevista em 1991, em que declara:

não podemos deixar que o eleitoralismo tome conta do PT. Nós percebemos, nessas eleições, que em alguns lugares o comportamento de certos companheiros na disputa maluca por um cargo não se distanciou da atitude de membros de outros partidos, tanto nos conflitos internos quanto no tipo de campanha.²⁴⁷

Apesar dos questionamentos ao eleitoralismo, Lula já em 1998 ameaçará não ser candidato do partido se não fossem ampliadas as alianças eleitorais.

Além disto, democracia, popular e cidadania foram conceitos que passaram a sobrepujar o de socialismo e de classe trabalhadora. A aliança com o empresariado nacional retomou as leituras nacionalistas e desenvolvimentistas do pré-1964, apesar de em contextos diversamente distintos.

Em 1998 o PT sofre outra derrota eleitoral para FHC, que havia segurado a paridade entre o real e o dólar até o fim das eleições, o que havia beneficiado enormemente à classe média que pôde então viajar para a Europa e Estado Unidos e comprar artigos importados como nunca antes no Brasil. Depois, contudo, a situação se agravava com a crise asiática e pela balança comercial, pela inflação e pela dívida pública, que ameaçaram o Brasil de retornar a uma recessão, o que trouxe instabilidade ao bloco dominante.

Em 2002 o PT consegue vencer as eleições, e apesar de que muitos avaliarem que o PT deste ano já era muito diferente do PT das origens, acreditava-se que seria possível incidir e disputar por reformas estruturais (muitas ainda constando nos documentos oficiais e programa governamental). Através destas reformas, se poderia garantir a realização do Programa Democrático-Popular e através deste modificar a correlação de forças e garantir mobilizações que poderiam resultar em uma ruptura com o capitalismo. A visão de muitos era como a de Carlos Nelson Coutinho: esperava-se que o governo não se propunha a “decretar” o socialismo, mas ao menos que havia a possibilidade de implementar um “reformismo forte”.²⁴⁸

A “carta ao povo brasileiro” – apelidada pelos militantes da esquerda como a “carta aos banqueiros” – foi um dos elementos centrais daquela campanha, já que neste documento se asseverava a necessidade de dar continuidade à estabilidade do mercado e se davam

²⁴⁶ SILVA, 1993, p. 12.

²⁴⁷ LULA, apud. SILVA, 1993, p. 16.

²⁴⁸ Entrevista com Carlos Nelson Coutinho, **Revista Caros Amigos**, n.153, dez 2010. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/politica/2513-carlos-nelson-coutinho-leia-entrevista-na-integra>

garantias ao mercado financeiro, ao investidor estrangeiro, bem como ao empresariado nacional, de que não haveriam reformas abruptas. O acordo visava garantir que Lula daria continuidade a ortodoxia liberal, mas superando as deficiências geradas pela manutenção artificial do câmbio por FHC: a crescente dívida pública que ameaçava os investidores, que tinham receio da capacidade do Estado em “honrar suas dívidas”; bem como a ameaça de retorno à inflação, o que levaria novamente o Brasil ao caos financeiro, e o baixo crescimento da economia. Ou seja, condicionava sua vitória à aceitação da agenda da “hegemonia neoliberal” contra a qual o PT se consolidou como oposição.²⁴⁹

Como Gaudêncio Frigotto, outro intelectual ligado ao PT (havia participado da formulação do programa para educação de 2002) declarou, em meados de 2004, “que o medo já havia superado a esperança”.²⁵⁰ O PT no governo realizou a reforma da previdência que havia tanto combatido durante o governo FHC e na linha econômica foi garantida a continuidade do governo anterior, através da destacada atuação do Ministro Palocci e da presidência do Banco Central, com o ex-presidente de bancos norte-americanos, Henrique Meirelles. Com a reforma da previdência, ocorre a expulsão de parlamentares que haviam se negado a votar o projeto e que iriam então formar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Em 2005 estoura o escândalo do “mensalão”, cuja acusação residia na continuidade pelo PT de um mecanismo de compra de votos, uma “mensalidade” paga para garantir maioria nas votações dos projetos do governo. Contudo, buscando a garantia da estabilidade econômica os mercados reduziram a pressão ao impeachment e a maioria da população permaneceu atônita frente os acontecimentos (apesar de que os acontecimentos acabaram garantindo o já tradicional anti-petismo). A economia dava sinais de que poderia crescer e medidas como a política do “fome zero”, do “bolsa família”, a perspectiva de acesso ao ensino superior através do PROUNI e de um gradual (apesar de lento) crescimento do salário mínimo garantiram a base de apoio nas eleições de 2006.

Desta forma, apesar do racha da esquerda (PSOL) e do estabelecimento da principal pauta que iria unificar a oposição liderada pelo PSDB nas eleições de 2006 - exatamente o “mensalão” (já que não tinham como discordar muito da política governamental aplicada, muito próxima de seu próprio programa original) – o PT vence e Lula é reeleito.

Em 2006, após sua reeleição, Lula declararia ter se tornado amigo pessoal do ex-ministro dos militares, Delfim Neto (ao qual havia enfrentado enquanto dirigente sindical), e

²⁴⁹ Luiz Inácio Lula da Silva. **Carta ao Povo Brasileiro** (2002). Disponível em: <http://www2.fpa.org.br>, acesso em jan 2012.

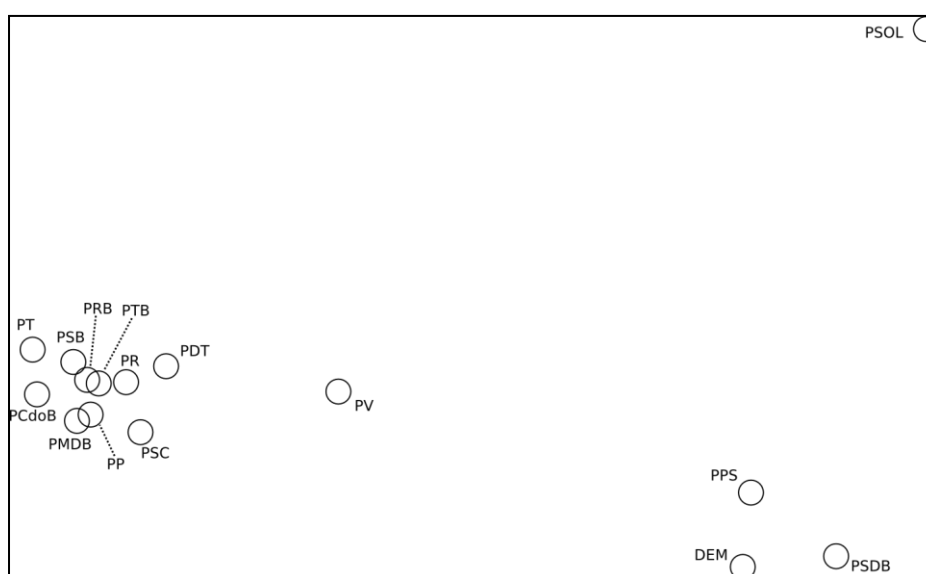
²⁵⁰ FRIGOTTO, 2004.

que era “natural” que indivíduos esquerdistas amadurecessem ao centro político conforme envelheciam. Sua manifestação agradou a muitos presentes – dos quais antigos oponentes – mas fortaleceu a oposição de antigos companheiros, que no entanto se viam tolhidos frente ao crescimento na popularidade do governo durante seu segundo mandato.

No espectro ideológico, o PT apresenta-se enquanto o segundo partido mais à esquerda, mas muito mais distante do partido resultado do racha mais recente do PT, o PSOL, e muito mais próximo dos partidos da base aliada, como PSB, PCdoB, PDT, PMDB, posicionados no centro-esquerda, centro. Neste grande blocos de partidos não há grandes distancias ideológicas (Figura 2).

FIGURA 2.

Gráfico do posicionamento dos partidos políticos na câmara federal²⁵¹



André Singer, um dos intérpretes da experiência petista, com destaque ao fenômeno do “lulismo” – ou seja, da identificação popular das massas mais pobres com Lula, que poderia se legitimar para além do próprio partido – defende a idéia de que o PT, apesar de ter sofrido intensas transformações, não teria rompido totalmente com suas origens, já que garantiu uma guinada política e estabeleceu um programa que subjugou a política macro-econômica à

²⁵¹ **O eixo horizontal está relacionado ao apoio ao governo**, indo da situação (lado esquerdo) para a oposição (lado direito). **O eixo vertical está relacionado à ideologia**, indo da esquerda (cima) para a direita (baixo). Este gráfico foi realizado tendo por base as votações na Câmara Federal através da análise da votação de 27 proposições votadas em 2011 (Cf. LEITE, TRENTO, 2012).

“questão social”. Por isso, elementos importantes, mesmos que sublimados, da “Tese de Lins” (1979) teriam permanecido no partido e garantido a eleição do primeiro presidente brasileiro provindo dos setores mais pobres da população brasileira, um nordestino, torneiro-mecânico, que havia se tornado o líder sindical a liderar as maiores greves já vistas no Brasil e a implementar um governo cujo foco reside no atendimento dos setores mais pobres.²⁵²

O quanto este objetivo foi atingido ou não durante os dois mandatos de Lula na presidência é controverso. É evidente que foram criadas várias políticas de assistência social, tal como o fome zero e o bolsa família, além de um sensível aumento no salário mínimo, mas o “fraco reformismo” do PT no governo passou a ser contestado inclusive internamente, visto que este reformismo não é acompanhado de mudanças substanciais no modelo econômico, político e social vigentes. Em verdade, realiza-se e tende a se expressar através do modelo vigente, não se realizando enfrentamentos com o mercado no processo de implantação das políticas sociais. Apreciaremos este ponto no próximo capítulo.

O fato é que o PT tornou-se, em muito, o que negou em sua origem. Ao completar 30 anos em 2010, o PT é um caso de “radicalismo engavetado” como se referiu um periódico nacional: “ao longo de três décadas, o partido migrou da esquerda para o centro, ganhou flexibilidade e optou por dar continuidade à política econômica moldada em anos anteriores pelos tucanos.”²⁵³

²⁵² Cf. SINGER, 2012.

²⁵³ Correio Braziliense. Radicalismo engavetado. 01 jan 2010. Disponível em:

CAPÍTULO III

A METAMORFOSE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E OS DILEMAS DA SOCIAL-DEMOCRACIA

No primeiro capítulo pudemos realizar o balanço das interpretações sobre a metamorfose da social-democracia clássica, com especial atenção ao caso alemão. O esforço de exposição teórica dos processos de metamorfose dos partidos políticos com origem na classe trabalhadora foi, desta forma, realizado através da exposição dos argumentos centrais de três modelos distintos de interpretação: 1. a teoria das elites apresentada em Michels; 2. a sociologia política weberiana em Lipset; e, mais extensamente, 3. a teoria marxista, a partir de Marx, Lenin, Gramsci e Przeworski.

No segundo capítulo realizamos uma síntese histórica das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores no Brasil, desde a Primeira República até o golpe militar de 1964 que cessou com o desenvolvimento do populismo-trabalhista, com origem em Vargas e radicalizado em João Goulart; da história e destaque do PCB enquanto alternativa (mesmo que contraditória) à ruptura socialista no Brasil; do período da ditadura militar, resistências dos trabalhadores, estudantes e guerrilheiros, de setores da “esquerda católica” (CEB e Teologia da Libertação) e a germinação de várias correntes políticas “marxistas-leninistas” críticas ao legado do PCB-PTB; bem como, o destaque dos trotskistas na leitura em torno da necessidade de um novo movimento de massas.

Por fim, destacamos como estes movimentos confluíram, com o surgimento do “novo sindicalismo”, para a formação do Partido dos Trabalhadores. Este, apesar de seu caráter “anticapitalista” inicial, com objetivo “socialista”, desenvolverá um projeto “Democrático e Popular” para o Brasil – que servia para unificação partidária e enquanto projeto que possibilitasse o acúmulo de forças sociais para a ruptura ao socialismo.

Contudo, vimos como o novo ciclo de acumulação capitalista impactou no Brasil, na sua dade neoliberal e reestruturação produtiva, que colocaram as organizações de trabalhadores na defensiva e limitaram as possibilidades de organização da classe trabalhadora. O PT, frente a esta defensiva, tornou-se um partido crescentemente identificado à oposição parlamentar ao governo de Fernando Henrique Cardoso, e crescentemente dependente da estrutura parlamentar e de governos municipais/estaduais. Além disto, após o

fim da URSS se aprofundam leituras reformistas e que buscavam disputar a hegemonia do Estado enquanto mecanismo de atingir reformas.

Por fim, para chegar ao governo federal, realizou um acordo com o “mercado” (Carta ao Povo Brasileiro), onde deu continuidade à ortodoxia neoliberal, apesar de ter impulsionado políticas sociais que o levaram à vitória novamente em 2006.

Desta forma, o objetivo deste capítulo será o de apresentar leituras sobre a metamorfose do PT, com destaque às leituras de agentes políticos e de intelectuais identificados ao partido ou que com este romperam. O recorte proposto é o de privilegiar as leituras dos posicionamentos de centro e esquerda petista e da oposição de esquerda providas de rupturas com o PT, além de algumas interpretações situadas no campo acadêmico. Neste processo será importante aprofundar as leituras sobre o PT, da sua origem à sua adequação sistêmica, e os elementos de destaque, como o papel dos projetos e leituras do partido. As interpretações apresentadas constituem sínteses ou extratos das leituras; a seleção destas segue o recorte acima descrito, mas é uma leitura que não deixa de ser arbitrária pelo presente pesquisador. Por isso, muitas interpretações podem ficar excluídas desta leitura e as analisadas podem sofrer simplificações e reducionismos.

Obviamente já percorremos algumas destas no esforço de leitura histórica do PT, onde a narração e a interpretação se misturam. Mas com a exposição sumariada das principais interpretações sobre a metamorfose do PT poderemos realizar um balanço crítico destas e da exposição histórica, ao qual se buscará retomar as interpretações identificadas à social-democracia clássicas apresentadas no 1º capítulo e buscar estabelecer ligações e superações.

Neste processo, serão esboçadas as possibilidades e limitações de projetos de ruptura com o capitalismo, da constante metamorfose das posições políticas da classe trabalhadora e das limitações da social-democracia – com destaque ao PT no governo federal - enquanto agentes que garantam a elevação permanente e substancial das condições de vida dos explorados sob o capitalismo, bem como da difícil equação de harmonizar os conflitos sociais.

3.1 O PT era radical?

É importante iniciarmos a reflexão retomando uma questão primordial, que possibilite estabelecer o paralelo da experiência petista com a experiência dos trabalhadores identificada à social democracia clássica (pesando, evidente, os diferentes contextos): O PT era um partido de trabalhadores? Era um partido radical?

A história estudada corrobora para responder positivamente esta questão. Citam-se alguns elementos:

1. a diferenciação com o legado da esquerda nacional identificado ao populismo (PTB) ou ao socialismo etapista do PCB;
2. Primeiro partido brasileiro estabelecido essencialmente por trabalhadores como base social/direção e por correntes firmemente identificadas com a revolução socialista (dos “marxistas-leninistas” até os setores da “teologia da libertação” reivindicantes do marxismo);
3. Discurso radical e negação da institucionalidade e metodologia política burguesa (contra o personalismo; clientelismo; alianças pragmáticas);
4. Inicial submissão dos mandatos ao partido;
5. Defesa do autofinanciamento (contra o financiamento de grandes empresas, fonte da política de classes e da corrupção);
6. Contrários ao sindicalismo tutelado pelo Estado, buscavam a liberdade sindical e fundam a maior central de trabalhadores do Brasil, a CUT, para dirigir as lutas sindicais a fim de conjugar objetivos econômicos com os políticos. No campo, estimulam e defendem o MST.
7. Defesa do objetivo estratégico socialista não identificado nem ao reformismo social-democrata - que acaba por manter o capitalismo - e também contrário à experiência soviética que perpetuou uma classe burocrática e dirimiu liberdades individuais.

A metamorfose do PT ocorreu por que boa parte destas diretrizes se encontravam no PT e eram defendidas arduamente por seus agentes, apesar do insucesso em realizar seus objetivos iniciais e até mesmo os pensados moderadamente. De qualquer forma, se impõe a reflexão das razões para que se tornasse exatamente o que negou em suas origens.

Para isso, também é necessário problematizar os objetivos com a estrutura histórica em que o PT surgiu e as limitações da auto-proclamada “inovação” histórica para qual se apresentava.

Frente à esquerda, particularmente a comunista, Antonio Ozaí da Silva destaca que a leitura de ambos Partidos Comunistas (PCB e PCdoB), da necessidade de primeiro se apoiar “uma revolução burguesa” – e por isso os partidos democráticos da burguesia – e depois esperar “amadurecer” as condições da sociedade burguesa para realizar a revolução proletária,

ficou conhecida como uma estratégia “etapista”, devedora da doutrina marxista soviética que influenciou a tradição política destes partidos.²⁵⁴

O PT surgia, então, inovador pois a princípio negava a necessidade desta aliança e reafirmava a independência que a classe trabalhadora deveria ter no processo de redemocratização²⁵⁵ e para o processo de transição ao socialismo. Isso também dava o “caldo” que garantia a unidade de tantas forças no interior do PT, a grande maioria proveniente da crítica à esquerda antecedente e ao mesmo tempo tributária desta.

Como destaca Keck, era necessário distinguir as contradições que se encarceravam no “bloco democrático” que iria realizar o retorno à democracia, mas na sociedade burguesa e por isso comportando a contradição entre classe trabalhadora X burguesia. Para a autora, expressando o sentido do PT na construção da democracia:

O Partido dos Trabalhadores desafiava o senso comum dominante e insistia em afirmar que a construção de uma instituição política capaz de representar uma visão distinta sobre o que a democracia deveria significar no Brasil era um componente necessário no processo de democratização. Para os fundadores do PT, o que de mais importante ocorreu nos anos 70 não foi o crescimento da força de oposição ao regime, tal como podia ser medida pelo sucessivos triunfos eleitorais do PMDB (embora estes também fosse importantes), mas antes o surgimento de uma grande variedade de movimentos que reclamavam mudanças substantivas e pretendiam expressar-se por seus próprios meios no campo da política. Assim, a transição tinha que criar um espaço dentro do qual esses novos atores pudessem participar; o reconhecimento das diferenças não era o fim do processo, mas seu começo.²⁵⁶

Contudo, também é necessário pesar a inovação do “novo sindicalismo” e a crítica à auto-imagem criada e propagada por estes. Como destaca Antonio Ozaí da Silva, na crítica à fundação da CUT, as resoluções do PCB na época (1980) indicavam as forças do “novo sindicalismo” de serem divisionistas e a partidarizarem o movimento sindical “instrumentalizando suas entidades para implementar projetos partidários”; Como destaca nas resoluções, sobre esta nova corrente que surge em 1978:

Deve-se mencionar ainda que danos sofridos pelo movimento sindical e operário também radicam nas formas de atuação de uma parcela de novos dirigentes sindicais, formado no recente período de ascensão. A sua falta de compromisso com a experiência do movimento, *a sua falsa idéia de que a história do movimento operário começa com eles*, a ausência de uma concepção crítica e madura, *os interesses políticos partidários*, com que se envolveram e as correntes que passaram a catalisar a organização política que criaram, o Partido dos Trabalhadores (PT), levaram-nos a *superestimar sua própria força, a menosprezar o arco de alianças necessárias às lutas da classe operária, ao desenvolvimento de uma política*

²⁵⁴ SILVA, 1987, p. 155.

²⁵⁵ Como destaca Antonio Ozaí da Silva, em relação à participação do Movimento Convergência Socialista, “defende o PT por ser um partido operário e de oposição à “nova república” e que o constrói a partir de sua intervenção no movimento sindical”. SILVA, 1987, p.188.

²⁵⁶ KECK, 1991, p. 49.

*divisionista e a uma inclinação pelo basismo e pelo espontaneísmo. O PT tem representado o pólo aglutinador, embora não o único, desses dirigentes sindicais bastante heterogêneos entre si e que se aproximam das Pastorais Operárias e das Oposições Sindicais, com o fim de realizarem articulações políticas para interferir de modo muitas vezes *sectário e paralelista* no movimento sindical.²⁵⁷*

A transcrição deste trecho é interessante, tanto pela caracterização dos militantes do grupo sindical, dos chamados “autênticos”. As críticas apresentadas, apesar de não retirar o caráter de radicalidade do movimento e sua tarefa de enfrentamento/superação da esquerda tradicional no Brasil, revelam as debilidades que enfrentavam e que pareciam não atentar.

Contudo, a radicalidade impingida contrasta com o que se tornou, com destaque à “Articulação”, tendência dominante no PT e o setor apontado como responsável pelas mudanças rumo ao “endireitamento” do partido, como o setor “pragmático” e “eleitoreiro”. Mas seria equívoco identificar o grupo sindical como, desde sua origem, identificado a ser pragmático e economicista, avesso à teoria e ao socialismo. Neste sentido, é interessante destacar o recorte de Silva sobre o discurso de encerramento de Lula à Convenção Nacional do PT realizada em 29 de Setembro de 1981 e o seu inquestionável caráter socialista:

No discurso de encerramento, o Presidente Nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, afirma: “mesmo com a legislação partidária sendo restritiva como é, provamos, a toda a nação, que não existe lei capaz de impedir a organização e a prática democrática da classe trabalhadora”. Apontando o limite do sindicalismo que “é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho”, Lula conclui que não se trata de “melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista”, mas sim de “mudar a relação entre capital e trabalho”, de forma que os “trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho”. “E isso – afirma Lula – só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir a outra”. Entre uma série de temas levantados, Lula não deixaria de falar sobre o socialismo: “Nós do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo (...). Os trabalhadores são os maiores exploradores da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne, e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz nosso programa, terá que ser uma sociedade sem explorados e exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista? (...) Não basta a alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? (...) sabemos que não nos convém nem está em nosso horizonte adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema se encontra. Sabemos também que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados do que aos trabalhadores e ao povo. O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. (...) O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém”.²⁵⁸

²⁵⁷ SILVA, 1987, p. 215.

²⁵⁸ SILVA, 1987, p. 171-172.

Quanto às indefinições presentes na fala de Lula, é importante destacar a leitura de Mauro Iasi sobre este processo, que é exatamente um processo em que a classe se forma e se evidencia com uma radicalidade imprevista. Para tanto, defende que não é possível que o analista histórico ou do próprio movimento não perceba o “salto de qualidade” e da consciência da liderança de Lula no processo constitutivo da classe para uma radicalidade anticapitalista.

Destaca que “aqueles que acreditam na correspondência entre a situação da classe proletária e a consciência proletária” e que “não aceitam outra forma de expressão senão uma formulação especificamente ‘marxista’”, acabam a não reparar “nos elementos substanciais que estão formando no interior mesmo do processo de entificação da classe” e de como esta classe irá afirmar “um partido político de corte classista, afirmar uma meta socialista baseada numa clara radicalidade anticapitalista”. Para ele não é possível ver este momento, em que a “classe” se encontra, mesmo que difusamente, com a leitura marxista da história, como uma mera expressão de “reformismo ou economicismo” já que a fala de Lula não é a “materialização de Lenin”.²⁵⁹ E assevera na crítica (constantemente usada pela direita ou esquerda):

É fácil condenar um líder proletário por não definir claramente “que tipo de socialismo” nós queremos. Mas esta seria uma dúvida apenas dele? Não teria a classe trabalhadora, ao empreender, mais uma vez, o processo de formação de seu partido, encontrado certo contexto cultural, ou universo simbólico, nos termos de Bourdieu, que indicava uma grande, rica e complexa polêmica com os impasses da alternativa socialista? Não estaria na forma do discurso captado exatamente o impasse prático e teórico da cultura revolucionária de uma certa época, ou seja, o impasse entre o amoldamento social-democrata, sem superar a ordem do capital, e a superação revolucionária que conduziu à deformação burocrática? Não se trata aqui de nenhuma afirmação benévola a respeito da “intuição” de classe, ao contrário, a classe apenas redescobriria caminhos que parte de sua consciência ingênua acreditava que eram novos, daí a pretensão, que muitas vezes se confundiu com arrogância, de estar criando algo absolutamente original. Esta pretensão de originalidade ainda cobraria um preço alto nos fatos que se seguiram.²⁶⁰

Deste modo, concordando com Iasi, Antonio Ozaí da Silva, historiador que havia feito parte do “novo sindicalismo” enquanto operário na Saab-Scania, “é preciso relativizar o caráter de *novidade absoluta* que lhe foi impingido”.²⁶¹

Além deste destaque, é importante somar um trecho importante e que evidencia o contraste da metamorfose petista nas próprias falas de Lula: “O Partido dos Trabalhadores não

²⁵⁹ IASI, 2012, p. 389.

²⁶⁰ IASI, 2012, p. 390.

²⁶¹ SILVA, 2010, p. 177.

poderá, jamais, representar os interesses do capital”.²⁶² Ou, como declarado no 6º Encontro Nacional em 1989: “O governo PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do país”.²⁶³ Desta forma, é evidente que Lula não era durante a fundação do PT e durante a primeira década, um líder sindical pragmático e meramente reformista. Lula torna-se expressão de uma inflexão muito maior e que não pode ser buscada meramente em sua figura.

A referência também constante na história da responsabilidade da “Articulação” como o grupo que encaminhou o partido para uma leitura pragmática, para suas mudanças pró-sistêmicas, se deve simplesmente ao fato de que a “Articulação” era o grupo dominante – se muitas vezes não numericamente, encontrava-se sempre em vantagem frente à fragmentação dos micro-grupos. Isso lhe dava o status principal de agente da mudança, mas não foi o único.

Objetar-se apenas a ela a responsabilidade – através de caracteres “genéticos” desta corrente - seria uma simplificação que tenderia a se explicar apenas pelo resultado. Simplifica, mas não explica o processo. Ou seja, mesmo que aquele bloco se torne o bloco dirigente e com isso mais identificado ao pragmatismo que passou a dominar o PT, é importante destacar que vários agrupamentos se deslocariam para o centro do partido e politicamente participariam da evolução da “Articulação”, o chamado “Campo Majoritário”, ou defensores de um revisionismo das teses marxistas e socialistas. Como destaca Antonio Ozaí da Silva (em entrevista com Valter Pomar que fora membro da Articulação e posteriormente dirigiu o racha que formou a Articulação de Esquerda em 1993), haviam diversos membros defensores do “marxismo” até fins da década de 1980:

O depoimento de Valter Pomar ilustra bem o peso e a importância política das lideranças políticas vinculados ao marxismo [na articulação]: “Há as mais variadas pessoas que tinham influência sobre Lula ou que tinha um papel importante na estrutura do partido. Paulo Vannuchi, que teve um papel importante como assessor do Lula; o José Dirceu, que cumpriu um papel importante como organizador da própria Articulação durante um bom tempo; Wladimir Pomar, cumpriu um papel importante como ideólogo, autor de textos de resolução, secretário de formação política; e ‘n’ outras figuras. O próprio Rui Falcão. Essas pessoas não eram marxistas apenas porque utilizavam como fundamento as referências marxistas, eram marxistas do ponto de vista militante. Elas buscavam de maneira coerente e lógica e declarada, estabelecer uma hegemonia dentro da Articulação por um conjunto de idéias referenciados na prática comunista, materialista e marxista. Com essa prática plural, cabia, já na época, muita coisa lá dentro. Citei estes três nomes. Não é que eles fossem o núcleo dirigente. Mas o núcleo dirigente da Articulação era um núcleo marxista. Só que isso combinado com aquilo que tem peso dentro do PT

²⁶² Para a conferência das citações de Lula na Convenção de fundação do PT, o discurso completo está disponível em GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 63-72.

²⁶³ Disponível em: IASI, 1987, p.442.

como um todo: o sindicalismo e o movimento popular. Exemplo disto, foi a criação do Cajamar [Instituto para formação política dos militantes sociais]: de 86 a 89, a linha hegemônica dos cursos era nitidamente marxista”²⁶⁴

Uma destas forças a metamorfosear-se foi o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que em meados da década de 1980 viam o PT como “um partido de reformas, que se aferra ao economicismo e prega a ascensão das massas trabalhadoras ao poder passo a passo, por dentro da ordem burguesa, sem o enfrentamento com o regime militar. Dentro dele estão ideologicamente submersas todas as correntes trotskistas”.²⁶⁵ Ou seja, uma corrente muito distante do que se tornaria posteriormente, em sua leitura de “esquerda democrática” fundamentada nos ex-comunistas italianos (os “Democratas de Esquerda”) e socialistas franceses, exatamente partidos timidamente reformistas.²⁶⁶

Ou também como a Democracia Socialista, que já fora representante do “mandelismo” (corrente trotskista internacional), do “Secretariado Unificado da Quarta Internacional”, no Brasil.²⁶⁷ Esta corrente, que defendia a radicalização de espaços democrático, através da construção de diversos movimentos sociais que levassem a ruptura socialista (e assim com força para enfrentar e possivelmente dirimir a necessidade de luta arma e posteriormente estabilizar o regime sobre bases democráticas e evitar a burocratização vista no leste europeu),²⁶⁸ tornou-se progressivamente situada também no centro partidário, particularmente após as eleições de 2002 (em parte pela conquista de cargos públicos, o que exigia uma moderação discursiva e aceitação da hegemonia da Articulação no PT).

Além disto, há agrupamentos que racharam da “Articulação” para situar-se no campo de esquerda do PT e manter a reivindicação do marxismo-leninismo, como a “Articulação de Esquerda” (em 1993), além de disputas por forças situadas à esquerda, como foi o caso da tendência “O Trabalho” na década de 1980, que acreditava que o projeto Democrático-Popular era próximo do projeto de transição de Trotski.²⁶⁹ Ou seja, o caminho não era tão facilmente diagnosticado apenas em um agrupamento, em uma corrente. Foi um movimento com múltiplas consequências e inter-relações.

Mas, é importante salientar que o espectro ideológico nas disputas internas do PT também foi perdendo força, passando a ser dominado pelo aspecto pragmático dos acordos

²⁶⁴ SILVA, 2003, p. 14. Sobre o Instituto Cajamar e a formação política na CUT, cf. TUMOLO, 2002.

²⁶⁵ SILVA, 1987, p. 196.

²⁶⁶ Cf. IASI, 2012.

²⁶⁷ A DS foi afastada do Secretariado Unificado da IV Internacional. Atualmente este é identificado ao Enlace, corrente interna do PSOL.

²⁶⁸ DEMOCRACIA SOCIALISTA, 1987; SILVA, 2002.

²⁶⁹ SILVA, 2003, p.6.

institucionais e do poder político conquistado pelos mandatos parlamentares ou pelos ocupantes de cargos em executivos (prefeituras, governos estaduais, até chegar ao governo federal).²⁷⁰ Neste sentido seria possível escrever um novo tratado sobre a “sociologia dos partidos políticos” aos moldes de Michels (trabalhado no 1 capítulo), onde a história do PT apareceria como repetição da trajetória do SPD.

É interessante destacar que o PT cumpria minimamente os requerimentos de Lenin para a constituição do “partido revolucionário”: o encontro da “vanguarda proletária” com a “vanguarda marxista”. Contudo, esta mesma “vanguarda marxista” que encontrou os sindicalistas radicalizados, vai, no decorrer da década de 1980 e início de 1990 abandonar, aos poucos ou totalmente, o marxismo como referencial teórico e prático. Se a história seria diferente, é difícil brincar com esta hipótese. Mas as variáveis apresentadas, de qualquer modo, vão ao encontro da trajetória da social-democracia alemã. Neste sentido, as correntes que se mantêm marxista-leninistas no PT serão “O Trabalho”, trotskista, e a “Articulação de Esquerda”. As outras organizações, majoritariamente trotskistas, romperam com o PT criando o PSTU e o PSOL.

É também necessário destacar a confluência de uma leitura marxista no grupo hegemônico, o que dava justificativas formais de discurso de esquerda aos caminhos que estes tomavam. A disputa e construção da “hegemonia” passava por uma leitura calcada no que ficou conhecido como “estratégia da pinça”, em analogia à garra de um caranguejo.²⁷¹ Ou seja, que era necessário criar uma grande “pinça”, uma garra, entre o partido no movimento sindical e popular e o partido na institucionalidade (Figura 3). O partido seria o elo capaz de sustentar a consecução da garra, capaz de fechar e romper com a dominação capitalista. Como destaca Iasi:

O acúmulo no movimento de massas e na ocupação dos espaços institucionais produziria uma alteração na correlação das forças e tornaria possível pôr na ordem do dia as mudanças sociais profundas do Programa Democrático Popular. [...]. O desfecho estratégico do plano se daria quando este acúmulo de forças produzisse uma alteração tal na correlação de forças que tornaria possível uma vitória nas eleições presidenciais, ponto institucional a partir do qual seriam iniciadas transformações democráticas e populares no sentido de uma ruptura socialista.²⁷²

Contudo, como destaca Lincoln Secco, a “pinça” não só não se “fechou” para realizar a revolução como também a ala de disputa institucional acabou reduzindo o poder e cooptando para si muitos membros da dos movimentos. Na verdade, as distâncias cresceram a

²⁷⁰ SECCO, 2011.

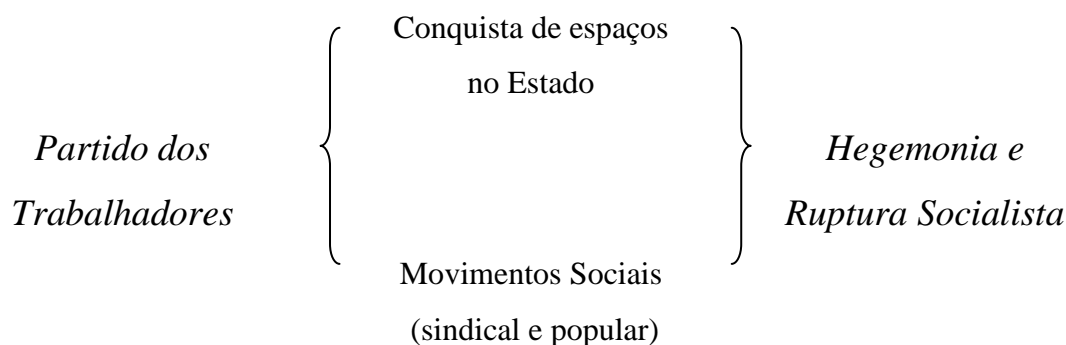
²⁷¹ Cf. IASI, 2012; SECCO, 2011.

²⁷² IASI, 2012, p. 443.

um ponto que já não havia mais a unidade do movimento inicial e a disputa pela hegemonia se reduziu a uma disputa pela institucionalidade do Estado. Bem diferente da proposta inicial.

FIGURA 3.

Organograma da estratégia da pinça



Para Iasi, no 3º Encontro Nacional em 1984 o PT esboçava uma “estratégia gradualista”, que pregaria que não basta chegar ao “poder”, mas era necessário “construí-lo”; ou seja, através do diversos movimentos sociais ao qual o partido estava inserido, “acumulando forças” para alterar a “correlação de forças a favor dos trabalhadores, permitindo ações mais decisivas”.²⁷³

Já, no 5º Encontro Nacional, em 1987, vemos uma maior influência do que Iasi chamou de uma “mal digerida tradução do conceito gramsciano de hegemonia”, muito influenciada pelo Eurocomunismo e “por uma certa leitura da obra de Gramsci, fundamentalmente pela contribuição de Carlos Nelson Coutinho”.²⁷⁴ Lincoln Secco também destaca a grande influência de uma leitura de Gramsci para a formulação estratégica petista.²⁷⁵ Mas era uma leitura que destituía crescentemente o Estado de seu “caráter objetivamente burguês”, como “mero balcão de negócios da burguesia” e o objetivava como instrumento de exercício da hegemonia. Aí teríamos os germes da leitura cada vez mais fundamentada na disputa do Estado. Contudo, a questão na era tão simples.

²⁷³ IASI, 2012, p. 343.

²⁷⁴ IASI, 2012, p. 425.

²⁷⁵ Secco relata uma história interessante: “Quando alguns ‘capas pretas’ [dirigentes políticos] petistas da própria esquerda do partido começaram a falar em Gramsci pela primeira vez, um desabusado militante de base de São Paulo disse: ‘Esta coisa vai dar em reformismo’. Ele estava certo porque mais tarde, ele mesmo se rendeu à moderação e fez sua carreira assim.” (SECCO, 2011, p. 251).

Para averiguar a complexidade desta determinação, é interessante nesta passagem que a influência é direcionada a um dos principais interlocutores de Gramsci no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, que paradoxalmente foi um dos defensores da linha de “disputa de hegemonia” e da centralidade da “democracia” (contra a caracterização autoritária do “socialismo real”), contudo, não identificada exclusivamente ao “Estado estrito” (sociedade política), mas sim ao “Estado ampliado”, (concentrando esforços na “sociedade civil”). Este intelectual, falecido em fins de 2012, rompe com o PT em 2003 para participar do PSOL e produzirá avaliações pessimistas do governo Lula, marcado pela continuidade da “hegemonia regressiva do neoliberalismo”.²⁷⁶

Ou seja, a estratégia de pinça, que ficou melhor conhecida através das formulações do Projeto Democrático e Popular (PDP), comportava distensões em seu próprio seio e em sua leitura, inclusive em um dos intelectuais que subsidiaram boa parte das diretrizes estratégicas e discursivas. Desta forma, não podemos reduzir a tendência ao reformismo nacionalista a mera expressão de formulações intelectuais ou retóricas.

A fim de compreender o PDP, Mauro Iasi caracteriza neste uma leitura de Brasil que busca fundamentar a estratégia:

Resumidamente, o problema seria que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, apesar de uma acelerada expansão, mantém o latifúndio, subordina-se ao imperialismo, é incapaz de incorporar “milhões de pessoas” em seu desenvolvimento, o que impede a burguesia de hegemonizar a sociedade fazendo com que o fator repressivo mantenha-se em destaque no último período histórico.²⁷⁷

Prossegue o autor, desta maneira:

a ideia central da alternativa democrática e popular seria, então, contrapor a impossibilidade da burguesia em oferecer um projeto para o conjunto da sociedade – entendido aqui como o conjunto destes setores que teriam em comum o fato de serem “explorados pelos monopólios” -, com um projeto capaz de unificar estes setores [inclusive setores da “pequena-burguesia”], em outras palavras, contrapor à impossível hegemonia burguesia uma possível hegemonia popular.²⁷⁸

Apesar de subsidiar leituras também da esquerda petista, para Iasi, esta leitura, a do PDP, guarda impressionante semelhança com a leitura que o PT visava negar: a estratégia “etapista” da revolução democrática do PCB. A diferença para os petistas seria a manutenção do “socialismo” enquanto objetivo estratégico (o que sem dúvidas não guarda muitas diferenças, já que também qualquer militante do PCB poderia ter respondido que este

²⁷⁶ COUTINHO, 2012.

²⁷⁷ IASI, 2012, p. 427.

²⁷⁸ IASI, 2012, p. 429.

elemento também constava em seu programa). Mas sem dúvida, como objeta João Machado em relação ao PDP,

O PDP foi aprovado em 1987, no 5º Encontro do PT, como parte da suas Resoluções Políticas. Ora, em 1987, a URSS e seu antigo bloco ainda não haviam desmoronado; o governo sandinista estava à frente da Nicarágua, e em outros países da região (especialmente El Salvador) estava em curso um grande processo de lutas. O “socialismo cubano” permanecia uma grande referência política para a maior parte dos militantes do PT. Ou seja, a referência dos petistas no socialismo era muito forte. Neste contexto, não é surpreendente que as Resoluções Políticas do 5º Encontro do PT tenham sido as mais à esquerda de toda a história deste partido.²⁷⁹

Contudo, no decorrer dos encontros a leitura de disputa de hegemonia enquanto a construção de um grande bloco popular se aprofundava para a moderação. No 7º Encontro Nacional (1990) e no I Congresso (1991) apresenta-se uma inflexão à “direita”, fruto da queda da URSS e da derrota eleitoral de 1989; no 8º Encontro Nacional, em 1993, a “esquerda” partidária, identificada nas correntes “marxista-leninistas” (AE, DS, OT e FS) adquire a maioria dos cargos de direção. Ela mantém as diretrizes do Projeto Democrático Popular em um leitura que fundamentasse um governo que “inicie um programa de reformas estruturais capazes de produzir uma ruptura – onde poderiam chegar ao objetivo socialista”.²⁸⁰

Contudo, a centralidade do Estado enquanto “elemento-chave da disputa da hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira” mantém-se e quem a operou da melhor forma e já dispunha da maior parte da base social do partido (já constituído na época de lideranças atuantes no parlamento ou governo municipais) era o “grupo majoritário”. A “esquerda” do PT, assim, seria responsável pela derrota eleitoral de 1994, já que não defendeu a ampliação programática e o leque das alianças.

Ocorre é que no decorrer dos Congressos e Encontros do PT, as formulações originárias daquela “certa leitura de Gramsci” deixaram em aberto a possibilidade de leituras justificadoras da disputa institucional e, finalmente, para a passagem das eleições do plano tático (como meio de disputa) para o plano estratégico (como fim da disputa). Assim, o conceito de hegemonia foi utilizado para justificar fatos e movimentos daquilo que não poderia ser dito. Para Iasi, a crítica se faz necessária a “estes entusiastas citadores do conceito

²⁷⁹ MACHADO, 2011.

²⁸⁰ Para citar um exemplo destas medidas, é interessante lembrar que “os princípios de planejamento da economia nacional” e da “ampliação da democracia com intensa participação popular”, constantes do PDP, ficou limitada, contudo, às experiências dos Conselhos e Orçamentos Participativos, quando nas administrações municipais, mas que “apresentaram-se flagrantemente ausentes quando da administração federal. O planejamento da econômica nacional acabou virando monopólio do exercício autocrático do ministro, fiel e servil interpretador das demandas do ‘mercado’.” (IASI, 2012, p. 391).

de hegemonia”, que progressivamente romperam com a leitura centrada na construção do poder paralelo ao Estado institucional:

esquecem-se que Gramsci afirmava que a hegemonia burguesa nasce no chão de fábrica. A ordem do capital, em tempos de subordinação real, pode emprestar seu Estado para os trabalhadores e pequeno-burgueses tomarem conta por um tempo, desde que o devolvam sem alterar a substância da ordem de classe que o fundamenta, ou seja, as relações sociais de produção e as formas de propriedade a elas associadas.²⁸¹

Além disto, em forças como a Nova Esquerda (NE), provenientes do recém extinto PRC, a revisão do marxismo e a crítica ao “dogmatismo” é levada a cabo por um intenso e forte giro intelectual onde Gramsci é utilizado para justificar e criticar o marxismo-leninismo (apesar de Gramsci ter se reivindicado como tal). Como descreve Silva, sobre este processo na NE:

Esta revisão levava a NE ao extremo oposto do dogma, isto é, ao abandono não só daqueles elementos negativos em seu passado, mas também da própria positividade que pudesse ser recuperada e mantida a partir da sua trajetória. Para Guimarães, os teóricos desta corrente “usam Gramsci contra Lênin e até mesmo contra Marx”. Ele observou que vários conceitos identificados como marxistas pela NE eram, na verdade, “aspectos do stalinismo ou visões impregnadas de sua influência.”²⁸²

Daí em diante as inflexões à moderação foram cada vez maiores no bloco majoritário formado pela Articulação e a Nova Esquerda (depois, Democracia Radical). No Encontro Nacional de 2002, às vésperas da eleição, esta leitura se transmutou para a construção de um “novo pacto social” em que a burguesia nacional também faria parte (e daí a aliança com o industrial José Alencar).²⁸³ A “carta ao povo brasileiro”, lançada durante as eleições daquele ano, expressou em sua maior dimensão este “novo pacto” dirigido às elites que outrora o PT combatera de forma vigorosa:

O que se fez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.²⁸⁴

²⁸¹ IASI, 2012, p. 475.

²⁸² SILVA, 2008, p. 3

²⁸³ A leitura dos encontros e congressos, aqui sumariamente apresentadas, encontram-se fartamente analisada em IASI, 2012.

²⁸⁴ SILVA, Luiz Inácio Lula. **Carta ao povo brasileiro**, 2002, p.2. Disponível em: [HTTP://www2.fpa.org.br](http://www2.fpa.org.br), acesso em jul 2012.

Particularmente, a mensagem endereçada ao mercado visando “acalmá-lo” é clara:

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação./ À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.²⁸⁵

Por fim, uma síntese do programa de governo:

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.²⁸⁶

Assim, da classe trabalhadora, ao apelo popular contra a pobreza, e ao “novo contrato social” direcionado ao que “preocupa os investidores” e “mercado financeiro”, o PT metamorfoseou-se radicalmente. A “nação” e o “crescimento com justiça social” sobrepõem-se definitivamente à “classe trabalhadora e ao socialismo”. O “povo” aí, então, tal como na social-democracia clássica, surge para evidenciar a aliança de classes, mas não com setores médios, da pequena burguesia, mas com a própria burguesia, transmutada em seu sentido contemporâneo: o “mercado financeiro”, o “investidor”.

Outro documento que indica certas mudanças no PT é o “Socialismo Petista”,²⁸⁷ resultante do Primeiro Congresso do PT, e que foi um exemplo das inflexões que o partido sofria e sua “indefinição estratégica”. Apesar de se distanciar da experiência social-democrata (reformista do capitalismo, que via o Estado como “neutro”) ou do socialismo real (cuja expressão era o controle político por uma burocracia), ele não define qual a democracia que defende nem o que é exatamente o socialismo como fim.

Obviamente, um texto comportando tantas tendências históricas – desde a Igreja, aos marxistas-leninistas, aos antigos guerrilheiros, aos sindicalistas e a progressistas reformistas – não poderia ter um caráter fechado e acabado tal como em um manual doutrinário. Além disto, a recorrente defesa da liberdade e da democracia visa contrastar com as experiências

²⁸⁵ Ibid., p.2.

²⁸⁶ Ibid., p.3.

²⁸⁷ Disponível em: <http://www.dmpstsp.org.br/partido/documentos/87-o-socialismo-petista.html>, acesso Out 2012. Uma análise do documento está disponível em SILVA, 2003.

autoritárias que haviam se abatido na América Latina nas últimas décadas, bem como, evitar ser identificado com as contradições da experiência soviética.

Os termos por si só podem expressar um espectro liberal de fundo, o que não deixa de ser verdade. Porém, forças marxistas críticas à experiência soviética – como os trotskistas – sempre se utilizaram destas bandeiras (democracia e liberdade) e continuam as defendendo, como propostas de radicalização pensando as contradições do capitalismo na periferia. Exemplo disto, é que o nome do partido nascido de um “racha” à esquerda do PT – O PSOL – tem em seu nome “Socialismo e Liberdade” e este termo nasceu de um coletivo provindo do PSTU – o Coletivo SOL (Socialismo e Liberdade) – que defendia a criação de um partido radical à esquerda que servisse de contraponto à capitulação petista à ordem (originalmente era para impulsionar uma hegemonia de esquerda no novo governo).²⁸⁸ Não há como questionar o radicalismo e discurso ideológico destas forças, apesar da limitação deste pólo em agregar movimentos sociais ou maiores rupturas com o petismo.

Porém, é também evidente que esta indefinição doutrinária deixou em aberto questões centrais para uma experiência que inicialmente se afirmou enquanto ruptura. Esta indefinição permitia a disseminação de leituras que justificassem a crescente adesão às práticas políticas “burguesas”, da vitória das eleições como fim estratégico e não como tático e ao mesmo tempo justificava a unidade partidária. Por fim, o “Socialismo Petista” é um documento ainda reivindicado, mas cuja leitura é situada para subsidiar a disputa do PT enquanto governante do Estado brasileiro ou para a esquerda do PT reafirmar o objetivo do PT e, inclusive, justificar sua permanência no partido.

Outro ponto que merece atenção é a questão do “povo” no Brasil, uma palavra que passa a substituir a “classe trabalhadora” como conceito central dos documentos. Uma leitura estreita poderia identificar alí o rebaixamento estratégico, tal como identificado por Adam Przeworski na experiência alemã enquanto mecanismo de ampliação eleitoral. Porém, em um país com intensas desigualdades sociais o “povo” concentra-se abaixo do que se convencionou chamar de “classe média tradicional” (formada por pequenos empresários, profissionais liberais, funcionários públicos do alto escalão e assalariados da administração das empresas privadas) e é identificado enquanto trabalhadores manuais, pobres ou miseráveis e no máximo abarca assalariados de baixo escalão de serviços ou funcionários públicos. Desta forma, através do sentido de popular que era dado – não de toda sociedade, mas do setor que “trabalha” – era possível uma identificação de classe. Como exemplifica Secco, “o nosso

²⁸⁸ DEBATE SOCIALISTA, 2005; GENRO; ROBAINA, 2006.

‘povo’ incluía mais os setores excluídos da economia formal do que as classes médias. Enquanto na Europa isto significava ir em direção à burguesia e à pequena burguesia”.²⁸⁹

Apesar disto, devido às fortes redes de clientelismo político, o PT dificilmente conseguia sair do assalariado formal-urbano e, com exceção do movimento organizado, não conseguia chegar nos “grotões” do Brasil, como a população pobre do nordeste, onde encontra-se a maior parcela do “povo” a que se remetia. Esta “limitação” estrutural será central para a compreensão de uma das interpretações de maior destaque da experiência do PT, como veremos adiante.

Assim, torna-se compreensível e certo que o conceito de “povo” discursivamente amplia e faz perder a referência da “classe trabalhadora”. Ironicamente, “a carta ao povo brasileiro” não era dirigida a este “povo” acima descrito – mas sim ao “povo” do mercado financeiro e empresariado nacional.

Respondendo às questões iniciais, sim, o PT era um partido radical nas suas origens e formado por trabalhadores. Contudo, suas inflexões e caminhos os levaram a assumir bandeiras que inicialmente lhes eram opostas. Cabe agora, então, aprofundarmos esta através de seus principais intérpretes para, por fim, visualizarmos com maior profundidade os elementos dispostos até agora.

3.2 As interpretações da metamorfose do PT

Já foram apresentados diversos elementos e leituras sobre a metamorfose do PT, dando destaque a leitura de seu projeto de transformação da sociedade brasileira e de como esta leitura foi se distanciando dos objetivos iniciais até tornar-se o que negava nas origens. Neste momento cabe perceber como diversos agentes políticos e intelectuais identificaram esta metamorfose, de dentro e de fora do PT. Desta forma, para simplificar e torna didática a exposição, iremos apresentar estas leituras em três momentos: 1. Interpretações de agentes situados no PT; 2. Interpretações de agentes de rupturas de esquerda com o PT; 3. Interpretação de agentes acadêmicos.

²⁸⁹ SECCO, 2011, p. 257.

3.2.1 Interpretações de agentes situados no PT

Emir Sader é um intérprete posicionado no centro político do PT. Ele mesmo, é expressão da metamorfose do PT. Um radical provindo da intelectualidade marxista, antigo crítico da leitura gradualista em Gramsci e defensor de um leninismo ortodoxo.²⁹⁰ Atualmente, apresenta-se como interlocutor e defensor de uma leitura do “centro-esquerda” petista e tendo por principal alvo de seus comentários os críticos à esquerda do PT.²⁹¹

Sua interpretação da metamorfose é interessante, pois ela mesma expressa a metamorfose do PT a partir de um intelectual provindo do campo marxista, mas atualmente afastado consideravelmente. Em uma tentativa de justificar a metamorfose do PT e ao mesmo tempo justificar a continuidade do seu papel histórico, Sader aponta para uma analogia e continuidade em Lula e Dilma da tradição “progressista” do legado de Vargas e Jango:

O governo Lula representa uma nova expressão do campo popular, que teve nos governos de Getúlio e de Jango, seus antecedentes mais próximos. Governos de coalizão de classes, pluriclassistas, que assumem projetos de unidade nacional, com forte peso das políticas sociais. De Getúlio a Lula transcorreram décadas fundamentais, com elementos progressivos e regressivos, contraditórios, que chegam até o começo dos século XXI vivendo um circunstância nova, que pode se fechar, como marcante parênteses ou como ponte para a ruptura definitiva do modelo herdado e a continuidade em um novo patamar da construção de um país mais justo, democrático, soberano.²⁹²

Se a caracterização é correta, contudo, Sader parece evitar julgar o passado do PT para o papel que assumiu: de dar continuidade ao que negava – o trabalhismo/populismo e a conciliação de classes, exatamente o que impossibilitava a classe trabalhadora de ser um ator com autonomia e combativo. Mas indica aspectos importantes e centrais para a metamorfose do PT – indicando na sua leitura a própria “aceitação” do caminho trilhado.

Para ele, o desempenho de Lula em 1989 se baseava no sucesso das bandeiras de “ética na política e justiça social”, que constituíram “as propostas fundamentais da esquerda”. Contudo, “o tema da crise fiscal do Estado e da luta contra a inflação começava a projetar-se, pegando desprevenida a esquerda”.

Apesar do impeachment de Collor e das Caravanas da Cidadania realizadas pela campanha de Lula no interior do país – centrado no tema da justiça social – “a hegemonia neoliberal crescia de forma avassaladora” e a “esquerda foi pega de surpresa”: “Lula foi

²⁹⁰ Cf. SADER, 1998.

²⁹¹ Conferir Blog do Emir, no site do periódico digital “Cartamaior” (www.cartamaior.com.br).

²⁹² SADER, 2012, p. 10.

atropelado pelo Plano real e pela candidatura de FHC, que conseguiu impor como tema central a luta contra a inflação”.²⁹³ Alí pode-se identificar o giro do PT para o autor:

A esquerda ficou presa à sua plataforma tradicional – políticas sociais e ética na política -, sem atacar os temas da crise de um Estado historicamente esgotado e sem propostas para um novo modelo econômico. A direita deu a sua solução para a crise, colocando o Estado como alvo das transformações no Brasil, centradas na desregulamentação da economia: privatizações, abertura econômica, precarização das relações de trabalho, enfraquecimento do Estado, substituição do tema do desenvolvimento pelo da estabilidade monetária, entre outros./ Os movimentos populares passaram à diretamente à defensiva. (...) deixaram à esquerda o dilema de defender um Estado falido ou somar-se às políticas do mercado. Uma situação claramente defensiva, deslocada, com perda de iniciativa, centrada na resistência a um projeto que se apresentava como modernizador e ofensivo contra privilégios, enquanto a esquerda ficava relegada a defender um modelo esgotado, a resistir às modernizações, a resistir, sem dispor de projetos alternativos./ Foi uma virada regressiva de proporções históricas, de alguma forma tão regressiva quanto o golpe militar. (...) A defensiva significa, ao mesmo tempo, que uma situação de confessa inferioridade, assumir a agenda do campo inimigo, ao qual nos opomos, a perda da iniciativa e de uma agenda própria.

Assim, apesar do destaque em representar um “campo popular” que propunha limites à ortodoxia neoliberal, por fim o PT acabou tendo que assumi-la, já que havia perdido a iniciativa política e a sua própria agenda política. Isto explica em parte o que Mauro Iasi se referia ao “não dito” nos documentos políticos petistas na segunda metade da década de 1990: uma aceitação inglória da agenda inimiga, uma aceitação de derrota que ao mesmo tempo foi o que possibilitou a vitória em 2002.²⁹⁴

Emir Sader assim consegue explicar que a vitória de Lula, acompanhada pelo refluxo dos movimentos sociais, é o produto do fracasso e rejeição do governo FHC, mas não de retomada de iniciativa e capacidade de apresentação de uma agenda própria. Desta forma, deu-se continuidade à agenda ortodoxa no primeiro governo, e com a ampliação das políticas sociais se constituiu a base social de apoio ao segundo mandato, apesar da “crise de 2005”.

Assim, o governo Lula, tanto pela representatividade advinda do passado ligado aos movimentos sociais, como pelas políticas sociais que estabeleceram a base de apoio ao governo, tornou-se representante do “campo popular” no Brasil, cuja polarização se processa – diga-se de passagem, como defendiam os trabalhistas na polarização populista do pré-1964 - contra as “elites tradicionais” do Brasil.

Valter Pomar, outro interlocutor do campo petista, é secretário de relações internacionais do Partido e dirigente da Articulação de Esquerda (AE), atualmente corrente da

²⁹³ SECCO também dá destaque a falta de opções por parte do PT para responder aos temas centrais da oposição.

²⁹⁴ IASI, 2012.

esquerda petista cuja origem se encontra na “Articulação dos 113”. A sua leitura é importante, pois também analisa o PT diretamente sobre o prisma de sua “metamorfose”, conforme o título da tese em que trabalha esta questão: “A Metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005”. Ou seja, para este dirigente, é evidente que o PT transmutou-se para formas distantes e opostas às suas originais, principalmente ao atingir o governo federal.

A forma como apresenta esta leitura é compreendida levando em conta as relações do partido com sua época, diretamente ao conflito entre as diferentes forças políticas, sociais e econômicas, em escala nacional e internacional, quanto externa e internamente ao partido. Para analisar este conflito, empregou o conceito de disputa hegemônica na sociedade, no qual o conflito capital vs. trabalho supera as portas das fábricas e abarca toda a sociedade e ambas as classes buscam convencer outros grupos sociais para fortalecer seus projetos. Não deixa de ser evidente aqui, a leitura gramsciana que foi referida no debate das formulações internas do PT.

Contudo, o PT nasce em um Brasil onde a hegemonia da classe dominante está estruturada, e apesar das crises com o processo de redemocratização e ascensão rápida do PT para antagonista da classe dominante em 1989, ele não consegue criar uma contra-hegemonia forte. Além disto, o PT, na sua indefinição doutrinária, acabou adaptando-se fortemente às teses desenvolvimentistas da tradição da esquerda no Brasil. No esforço da construção desta hegemonia não restou muito que fazer frente à defensiva dos trabalhadores sobre o influxo do neoliberalismo e da reestruturação produtiva e a leitura do “campo majoritário” do partido adaptou-se a esta hegemonia, acabando por reproduzi-la, apesar de buscar apresentar-se enquanto uma variável que combine o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. Como destaca Pomar, sobre a leitura dos membros do campo majoritário do PT:

Para os partidários desta corrente de opinião, a chegada do PT ao governo federal seria *em si* um progresso para o Brasil, no sentido da superação do neoliberalismo e, quiçá, um sinal de que o Brasil estaria, finalmente, caminhando em direção ao Estado de bem-estar social. Nesses termos, a *social-democratização do PT* seria apenas uma coerente adaptação a uma nova situação estratégica: tanto no Brasil como nos países capitalistas avançados, a revolução e o socialismo estariam totalmente fora da agenda política.²⁹⁵

Tendo em vista a proposta inicial do PT, ele se metamorfoseou para uma leitura timidamente próxima da social-democracia clássica. Já para a “esquerda petista” – ao qual Pomar se inclui e é, talvez, o principal representante - a leitura é a seguinte:

²⁹⁵ POMAR, 2005, p. 257.

Parte desta intelectualidade manifesta posturas profundamente críticas, mas partilha a tese de que se trataria de um governo em disputa, ou pelo menos de um partido em disputa. Ou seja: o governo poderia vir a mudar de posição, a depender da pressão que sofra do Partido e dos movimentos sociais. E, mesmo que o governo não venha a mudar de posição, seria possível preservar o Partido dos Trabalhadores. Mais que possível, necessário, pois do contrário ocorreria uma dispersão e conseqüente enfraquecimento da esquerda brasileira, com o retorno dos partidos de direita ao controle do governo federal.²⁹⁶

Decorre desta leitura, já que para ele continua a haver uma “esquerda” (“que defende o socialismo e a revolução) que as medidas governamentais em boa parte não foram gestadas no partido, e nem aprovadas por este, mas sim pelo planalto:

Isso sugere que o processo de transformação, de conversão, de metamorfose das posições originárias do PT possui uma importante peculiaridade: ele *não conseguiu se completar dentro do PT*, tendo que se concluir fora dele (ou seja, no e através do governo).²⁹⁷

Para o autor, o processo de “adaptação do PT” foi uma construção histórica com dois movimentos: um externo, através das pressões da burguesia; e outro interno, a partir de setores do próprio PT. Este setor interno teria se transmutado para uma “classe pequeno-burguesa”, refletindo uma leitura de “aristocracia operária”. Esta, identificada ao campo majoritário teria levado adiante, no governo, a hegemonia burguesa no Brasil – que buscou “cooptar e derrotar simultaneamente”, o partido de trabalhadores. Este teria perdido então parte das bases sociais construída inicialmente. A rejeição e o pouco debate teórico sobre o socialismo foram centrais para chegar a este ponto. Mas esta cooptação e transfiguração não teria ainda atingido o PT ao todo. Como adverte o autor:

Nada impede, ainda, que as posições hoje hegemônicas no governo possam vir a se tornar hegemônicas no PT, não da forma passiva como ocorreu em 2003 e 2004, mas de uma forma ativa: o Partido assumindo *em toda linha* as teses liberais ou “desenvolvimentistas” (na prática, um subdesenvolvimentismo ou “desenvolvimentismo adequado a hegemonia neoliberal”).²⁹⁸

E ainda:

O que torna difícil a interpretação da situação é que parte da burguesia está no governo, parte do governo apóia a burguesia, parte do PT critica a política do governo, parte do governo ataca o PT. As cartas estão sobre a mesa, mas estão todas embaralhadas.²⁹⁹

²⁹⁶ POMAR, 2005, p. 254-5.

²⁹⁷ POMAR, 2005, p. 254.

²⁹⁸ POMAR, 2005, p. 279.

²⁹⁹ POMAR, 2005, p. 282.

Independente de respondermos o questionamento e os dilemas apresentados por este interlocutor da esquerda petista, pelo fato de permanecer ainda no PT, os dilemas ainda parecem ser sustentados por ele. Como o texto não abarca as leituras sobre o segundo mandato de Lula e nem de Dilma, marcados por um maior “desenvolvimentismo” frente ao primeiro, as polarizações apresentadas ainda parecem ganhar sustentação para a leitura apresentada. Mas o dilema da social-democracia, de construtora a desconstrutora da classe trabalhadora, de promotora de reformas que levem a melhoria da sua situação material à impossibilidade de manter a conciliação de classes frente ao capitalismo, fica claro na impossibilidade de conclusão por Pomar.

E do ponto de vista teórico, parece concordar com uma leitura de classe próxima a apresentada nesta dissertação: “a classe trabalhadora não é naturalmente reformista, nem espontaneamente socialista.” Tal como declarava Lenin, “Ela é *potencialmente* socialista, ela é *historicamente* a base social do socialismo”. Assim, “sua organização em partido político de massas, não obrigatoriamente resulta num partido socialista”.³⁰⁰ Lula, então, seria representante desta leitura e desta inflexão da classe trabalhadora no Brasil, que atua da luta “sindical” (economicista, que busca ganhos “privados”) para a luta política (visando rupturas e pensando no “público”) e retornando a uma leitura “sindicalista”, mesmo que enquanto presidente do Brasil:

Entendo que o Lula presidente da República *pensa e atua como se fora um dirigente sindical*, para quem a expansão dos negócios da *empresa Brasil* amplia as chances de “remuneração” da classe trabalhadora, cabendo ao governo atuar como uma diretoria de sindicato, arbitrando conflitos. Noutras palavras: a transformação de um sindicalista em dirigente partidário e deste em presidente da República o metamorfoseou... num dirigente sindical.³⁰¹

Para “retomar” o PT seria então necessário um regresso do campo de “centro-esquerda” do PT aos debates fundamentais da estratégia socialista pensada para a situação da atual correlação de forças, que para o autor, apesar do PT no governo, ainda muito desfavorável. Mas dependendo da conjuntura poderá haver possibilidades de rupturas e o PT poderá ainda se radicalizar. Contudo, “no terreno atual, da conjuntura imediata, o socialismo não é necessariamente uma alternativa, mas pode vir a ser”.³⁰²

Uma possibilidade de questionamento ao autor poderia ser formulada da seguinte forma: se a correlação de força no governo pende para a hegemonia burguesa, quais seriam as

³⁰⁰ POMAR, 2005, p. 284.

³⁰¹ POMAR, 2005, p. 285-6.

³⁰² POMAR, 2005, p. 295.

possibilidades deste se encaminhar para medidas que possibilitariam uma ruptura? Ou mesmo, que intenção teria de apoiar esta? E os partidários da esquerda petista defensores do socialismo e da revolução, mas também disputando o governo, como poderiam se posicionar contra o governo no caso de uma mudança conjuntural? Não ficariam eles no constante (e talvez insuperável) dilema de não radicalizar para não enfraquecer o governo frente a uma conjuntura adversa, o que iria na contramão da tentativa de acumular forças participando de um governo sob hegemonia burguesa ou multiclassista? A não ser que a possibilidade imediata de ruptura esteja colocada, o dilema continua e estas forças continuam a o sustentar.

Visto as interpretações acima, iremos passar para a leitura de dois intelectuais e assumidamente participantes do partido. Iniciaremos pelo historiador **Lincoln Secco**, cuja obra já foi referenciada vários momentos nesta pesquisa e por isso buscaremos sintetizar sua interpretação.

Para Secco, apesar da distância temporal e espacial, “o PT não esteve distante da trajetória Social Democrata desde o início”. Repetindo as fases desta, de “maneira concentrada”, surgiu de bases extra-parlamentares e socialistas, tornou-se progressivamente um partido a disputar eleições e se consolidar como oposição predominantemente parlamentar e na última fase, tornou-se o partido do governo cuja identidade socialista e nacionalista foi superada pela “tendência tecnocrata eivada dos vícios da política tradicional brasileira”.³⁰³ Concorde nesta medida, tanto com a tese da burocratização e “aburguesamento” dos dirigentes proletários, expressa em Michels; bem como a leitura de Przeworski, da subordinação do internacionalismo ao nacionalismo, da classe para o “povo”, da oposição da burguesia à sua aceitação, etc. Secco vai destacar preponderantemente a tendência à burocratização e dependência financeira ao parlamento e órgãos executivos (prefeituras, governos), o que destitui o papel dos núcleos de base e correntes organizadas (que passam a servir mais à divisão de cargos).

Contudo, “não queremos dizer que o destino estava dado em 1980. O proletariado que deu impulso ao PT é, para Marx, um elemento estrutural do capital e também sua negação.” Concordando com Pomar entre outros marxistas, o PT expressou esta dimensão, tanto da negação como da adaptação. Por isso, rejeita interpretações que busquem identificar a adaptação a um “natural” reformismo da classe trabalhadora.

Secco, buscou para explicar o processo de amoldamento (que também não estava “pré-destinado” à social-democracia clássica) através da análise dos ciclos de acumulação do capital globalizado, expostas no esquema das “ondas de Kondratiev”. O PT, diferentemente

³⁰³ SECCO, 2011, p. 259.

da social-democracia que conseguiu consolidar o “Estado de Bem-Estar”, nasceu em uma conjuntura recessiva de acumulação do capital, identificada na queda da taxa de lucros e ofensiva neoliberal a partir de 1979. O PT teve seu “transformismo” realizado de forma antecipada dada a conjuntura que nasceu, o que o levou a assumir posições moderadas frente à forte ofensiva de direita, frente à burocratização, frente à defensiva dos movimentos sociais e frente à indefinição estratégica.

Assim, uma certa determinação estrutural justificaria o processo petista e sua velocidade, mas o julgamento histórico dentro desta estrutura limitada não deixa de ser paradoxalmente positivo, sem deixar de expressar que o caminho não está fechado:

Assim, não podemos negar que Lula e o PT tiveram a capacidade de compreender as contradições sociais de seu tempo. Elas encontraram a forma na qual podiam se mover. É este é, no fim das contas, o método pelo qual elas são resolvidas segundo Marx. Ao menos até o instante em que o leito em que adormecem os conflitos se torne estreito demais para acomodá-los.³⁰⁴

Outra interpretação de destaque acentuado provém de um dos intelectuais, com atuação política no primeiro governo de Lula enquanto porta-voz da Presidência da República, **André Singer**.

André Singer retoma o conceito formulado pelo pai, Paul Singer, no início da década de 1980 para explicar as limitações de um projeto de ruptura no Brasil: o “subproletariado”. Esta fração da classe trabalhadora é constituída por uma “sobrepopulação superempobrecida”, constituindo numericamente metade da população econômica ativa. Esta fração tem origens na formação histórica brasileira, do passado escravocrata, uma população regionalmente localizada no Nordeste e Norte e que pelas limitações da estrutura econômica destas regiões, não consegue se incorporar à condição proletária. Não consegue articular-se formalmente em organizações sociais e política com pretensões à autonomia e desta forma é facilmente aproximada de políticas assistencialistas e conservadoras via Estado. Utiliza em analogia a explicação de Marx sobre as massas urbanas pauperizadas e sobre o campesinato, n’O Dezoito de Brumário,³⁰⁵ bem como a “questão meridional” de Gramsci para explicar as limitações da unificação italiana e da consolidação da hegemonia burguesa.³⁰⁶

³⁰⁴ SECCO, 2011, p. 266.

³⁰⁵ Para Marx, a base de apoio que garantiu a ascensão de Louis Bonaparte ao poder da França residia centralmente no campesinato, a “pequena-burguesia rural”. Uma classe que ao mesmo tempo não é classe, pois não consegue atingir uma organização nacional, não se manifesta coerentemente. Mesmo que numericamente superior ao proletariado urbano, o campesinato agia como “batatas” dispersas em um “saco de batatas”. MARX, 2000.

³⁰⁶ A “questão meridional” a que Gramsci se referia era relativa às desigualdades estruturais na sociedade italiana, geograficamente diferenciadas entre o norte – desenvolvido – e o sul – semifeudal. Esta desigualdade

Para Singer, há, claramente a partir de 2006, um realinhamento político brasileiro, uma separação política entre ricos e pobres, onde o “lulismo” emerge enquanto o encontro de uma liderança – a de Lula – com uma fração de classe, o subproletariado, que viu “na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara – um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem”.

Esta aliança, que foi responsável pela vitória eleitoral de 2006 (apesar do desgaste político causado pelo mensalão) e pela vitória eleitoral de 2010 da até então desconhecida Dilma Rousseff, teve seus principais pontos tecidos durante o primeiro governo e aprofundados no segundo: o combate à pobreza como carro chefe do governo, por meio da concessão de bolsas e da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo principalmente da metade mais pobre da sociedade, concentrada no Norte e Nordeste brasileiro, mas disseminada por todas as regiões do Brasil.

No segundo mandato, há uma continuidade e diminuição da desigualdade através da integração do subproletariado à condição proletária, via emprego formal – a formação da chamada “nova classe média”. Desta forma, defende o autor, a continuidade deste projeto político revela uma profunda reordenação de forças sociais e econômicas, e que este “projeto reformista moderado” apresenta-se enquanto a síntese da transição do PT da ideologia radical dos primeiros tempo ao PT “amigável ao capital”, permitindo a convivência dos princípios estabelecidos em sua fundação em 1980 aos do programa de governo de 2002.³⁰⁷

Para o autor, o PT expressou “duas almas”: o “espírito de Sion”, expresso no anti-capitalismo da fundação do PT no Colégio Sion em São Paulo em 1980, que para o autor vai perdurar até as eleições de 2002; e o “espírito de Anhembi”, expresso nas intenções aprovadas pelo Diretório Nacional do PT durante a campanha de 2002 que irão ser expressos no acordo com o capital através da “carta ao povo brasileiro”, mas que posteriormente irão aprofundar a “popularização” do partido, ou seja, sua aproximação com o eleitorado mais pobre. Apesar da “segunda alma” tornar-se dominante e de ter expulsado os “rebeldes” em 2003 (parlamentares que não votaram a reforma da previdência), para Singer, a primeira alma continua viva no PT:

Embora seja um equívoco desconhecer que o governo Lula cumpriu parte do programa original do partido ao estimular o mercado interno de massas, é verdade

levou a impasses, tanto durante a unificação italiana, como para pensar uma estratégia de ruptura socialista. Contudo, tinha uma funcionalidade ao regime capitalista, dado que o atraso do sul representava um mercado cativo e fonte de mão-de-obra barata. A massa camponesa do sul era ligada aos grandes proprietários rurais e incapaz de dar uma expressão centralizada às suas aspirações. Singer realiza então um paralelo com nossa “questão setentrional”, marcada pelas grandes propriedades rurais, pelo coronelismo e por grandes massas camponesas subordinada. SINGER, p. 41, 42.

³⁰⁷ SINGER, 2012.

que, desconectados de postura anticapitalista, os ganhos materiais conquistados levam à água para o moinho do estilo individualista de ascensão social, embutindo valores de competição e sucesso no lulismo. Enquanto o modelo de “redução de pobreza e manutenção da ordem” puder funcionar, alimentará o PT como “partido dos pobres” e, dentro dele, o espírito do Anhembi. O êxito eleitoral lhes augura dominação prolongada./ No entanto, aspecto peculiar do modo petista de vida até 2012, ao menos, é que o espírito do Anhembi, embora dominante, não suprimiu o do Sion: convivem lado a lado, como se um quisesse desconhecer a existência do outro. O PT nunca reviu as posições históricas. (...) O III Congresso do PT, em 2007, reafirmou que “as riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social” e que “o socialismo que almejamos só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção”. A resolução política do IV Congresso Nacional Extraordinário (realizado em setembro de 2011) sustenta que o partido deve “aprofundar seu compromisso com outra visão de mundo e com outro modelo de desenvolvimento, reafirmando a defesa da construção do socialismo.”³⁰⁸

A razão da convivência se deu pelo fato de que os dois mandatos de Lula formaram uma síntese contraditória das duas almas do PT: “Foi o fato de ter sido viável promover simultaneamente, políticas que beneficiam o capital e a inclusão dos mais pobres, com melhora relativa da situação dos trabalhadores”.³⁰⁹ Contudo, “é claro que a luta de classes perdeu o lugar de honra” e foi substituída “por um projeto nacional-popular, que não é incompatível com os interesses do capital”.³¹⁰ O retorno a um discurso nacionalista e popular como no pré-1964 é, para Singer, “irônico” para quem viveu o espírito anti-populista de Sion. Já, para o espírito de Anhembi, “com sua valorização neoliberal, parece até avançado”.

Desta forma, este autor parece destacar uma leitura similar a de Valter Pomar: que se o PT no “governo” girou à direita, ao pragmatismo e ao capital com um tímido reformismo social, o PT enquanto “partido” manteve-se vinculado à seu sentido original e mantém tendências de esquerda pelo “socialismo e a revolução”. Ou seja, tal como descrito por Sader inicialmente, se o governo Lula teve que aceitar o discurso dominante para chegar à vitória, mesmo assim haveria no governo do PT aspectos que retomam um “bloco progressista e popular”, o que também justificaria a manutenção da “esquerda” do “socialismo e da revolução” no partido disputando este bloco.

Assim, o mesmo dilema apresentado à Pomar parece revisitado por Singer: como defender uma leitura de esquerda no interior do partido que continua a tolher este pensamento; como combatê-lo sem ameaçar a “coalizão de classes” que esta esquerda é partícipe? Singer apresenta um argumento interessante. A tese central no final de seu livro tende a defender que o aumento das parcelas de trabalhadores formalizados pode abrir ao

³⁰⁸ SINGER, 2012, p. 120.

³⁰⁹ SINGER, 2012, p. 122.

³¹⁰ SINGER, 2012, p. 123.

Brasil possibilidades antes restritas para a o PT do espírito de “Sion” (que se vê tolhida frente ao conservadorismo do lulismo) ou para a esquerda fora do PT:

Se, em face do que foi o combate entre a esquerda e a direita nos anos 1980 e 1990, o embate soa como uma polaridade débil é porque são tempos de reformismo fraco. Mas, ainda que tênue, ele poderá colocar, se tiver a durabilidade prevista neste livro, as contradições brasileiras em degrau superior àquele que conteve a história do país até o início do século XXI.³¹¹

Um argumento, sem dúvidas, de suma importância para o exercício de prognóstico do Brasil nesta década e para o desenvolvimento da esquerda que rompeu com o PT, e que vê como demasiadamente “regressivo” o PT no governo federal na última década. Mesmo não sendo o objetivo central deste trabalho, sem dúvidas não é possível esquivar-se desta dinâmica que já vem sendo alertada por quadros petistas, como Márcio Pochmann em sua análise sobre a “nova classe média”, onde percebe uma inserção bastante conservadora do que considera ser a “nova classe trabalhadora”, cujos salários são ainda baixos e sem segurança a longo prazo.³¹²

3.2.2 Interpretação de agentes de rupturas de esquerda

Este segundo momento visa qualificar o debate apresentando intérpretes provenientes do PT mas que apresentam uma leitura crítica ao papel deste em uma estratégia de ruptura socialista com o capitalismo.

Iniciamos esta leitura com a obra de **Mauro Iasi**, ex-militante do PT e atualmente membro do PCB. Na obra, “Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consenso”, resultante de sua tese de doutorado (2005), Mauro Iasi irá fazer uma profunda digressão sobre a leitura marxista sobre a classe trabalhadora, de seu processo de construção às posições políticas que esta pode tomar. Do processo de formação, do indivíduo, ao grupo e à identificação de classe, o caminho percorrido não é simples. Sinteticamente, o argumento central é que se o proletariado é parte integrante do capital ele também pode se integrar moderadamente ao sistema e os esforços da burguesia caminham neste sentido.

Por isso, vai afirmar que a ideologia da sociedade é a ideologia da classe dominante, e conseqüentemente, também abarcando ou buscando abarcar os dominados. A validade da

³¹¹ SINGER, 2012, p. 221.

³¹² POCHMANN, 2012.

teorização marxista estaria em evidenciar que as contradições do modo de produção capitalista não comportam permanentemente a sustentação da ideologia dominante, que, por decorrência destas crises, apresentam-se como “falsa consciência”, como “mascaramento da realidade”.

Neste momento, a classe trabalhadora pode articular-se enquanto classe e afirmar um projeto distinto, de superação da dominação e conseqüentemente da sociedade de classes. Este caminho passa, evidentemente, pela própria organização da classe trabalhadora enquanto classe e do firmamento de suas organizações políticas, econômicas e culturais capazes de se afirmar enquanto o germe da nova sociedade. O caso soviético é claro neste sentido, já que coube aos “conselhos de operários, camponeses e soldados” (os soviets) afirmar-se enquanto novo poder da nova sociedade. Com a classe trabalhadora afirmando-se enquanto “classe” ela adquire um significado político de ruptura, que contudo, necessita passar pelo crivo da luta contra a outra classe que geralmente já se encontra sob formas mais organizadas e permanentes.

A decorrência da impossibilidade de ruptura leva à derrota da classe enquanto projeto alternativo que pode, então, metamorfosear-se para formas ideológicas próximas as que combatia em seu processo de afirmação enquanto classe. Daí a metamorfose da negação para o consenso, para o retorno à sua situação de agentes individuais dispersos ou de grupos organizados sob lutas importantes do seu ponto de vista momentâneo (uma consciência sindical), mas não de ruptura (consciência anticapitalista). Como destaca Iasi:

Não há outro caminho para a reprodução de uma certa consciência social do que a materialização desta consciência singular em contextos particulares pela mediação de seres humanos concretos e particulamente determinados. O movimento inercial dessa forma de consciência é a reprodução, e não a criação, pois nem toda a ação converte-se em práxis livre. A regra é o amoldamento, o consentimento, e não a ruptura.

Contudo, em tal regra, é em seu próprio movimento de “acomodação” que a consciência encontra as “arestas, contradições, inovações, rupturas e saltos de qualidade”:

Estabelecendo novas relações, os seres, igualmente, interiorizam novos valores que podem atuar de maneira complementar relativamente aos antigos ou produzir contradições que levam à revolta e à crise. Em determinadas condições esta revolta encontra os outros, tornando possível que uma pessoa veja no outro sua própria contradição. No contexto do grupo, podem-se formar uma identidade coletiva, uma ação coletiva que se tornam base para um salto de qualidade no processo de consciência que pode levar desde uma identidade coletiva imediata e presencial até formas de pertencimento coletivas mais abrangentes, até a consciência de classe.³¹³

³¹³ IASI, 2012, p. 520.

No “caminho da emancipação”, identificada pelo autor em Marx nos três fatores – capital, mercadoria e Estado – “uma classe pode parar em vários pontos do processo. Pode encontrar um ponto de equilíbrio, ainda que instável, dentro da ordem do capital”. Podem evoluir para “classe contra o capital, organizar-se como força política em luta contra o capital e encontrar a acomodação como uma das ‘instituições da sociedade civil’”, e , em certas condições, “impor uma derrota política a burguesia, vencer seu Estado e chegar ao poder político da sociedade, como por várias vezes se provou ser possível ao longo do século XX”.³¹⁴ Mesmo chegando a este ponto, não é o ponto final; pelo contrário, é o momento em que se abre um campo livre, mas onde mesmo aí pode-se retomar a inércia anterior. Cita a exemplo, a Revolução Inglesa com o acordo da burguesia com a monarquia ou mesmo da revolução russa que instituiu uma nova burocracia.

Mas este processo não pode ser simplesmente determinado sobre uma genérica exposição teórica. Elementos como a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal – que formataram um novo modelo de acumulação – devem ser entendidos como as formas de organização e luta da classe antagônica. As formas de organização e leituras que a classe produz sobre si e sobre os outros serão as ferramentas disponíveis para afirmar-se ou consensuar-se com o modelo de metabolismo social vigente. Este projeto e consciência são evidenciados antes de tudo em sua ação histórica, onde tomam sentido.

Desta forma, Iasi focou sua pesquisa sobre os principais documentos e resoluções dos Encontros e Congressos do PT, evidenciando nestas um crescente amoldamento ao capitalismo, reduzindo a luta “anti-capitalista” por uma leitura de crescimento econômico sob o princípio da justiça social, como foi constantemente referenciado nesta pesquisa. Evidente que o modelo de metamorfose não segue um círculo permanente em que se retorna às formas originais: “na verdade nunca voltamos às formas passadas, mas reencontramos elementos não superados em um novo patamar”.³¹⁵

Para Iasi o PT foi resultado de uma “claro momento de fusão de classe”, onde “transgrediu normas, subverteu regras, incomodou”, “ousou praticar formas que deveriam marcar as relações da sociedade projetada como futuro”. “Mas a efetiva superação da velha ordem exigia a conjuração de uma série de fatores históricos que não se apresentaram.” Exatamente quando o PT amadurecia, a classe do qual partiu suas bases, “já estava sofrendo uma enorme derrota pela ação do capital em sua reestruturação produtiva na própria base da

³¹⁴ IASI, 2012, p. 523.

³¹⁵ IASI, 2012, p. 518.

produção do valor”. Assim o PT entra em cena quando a classe trabalhadora está sendo derrotada mundialmente e onde as experiências socialistas estão ruindo. Contudo, ressalva: “Não são apenas as contingências externas que atuam sobre o fenômeno, mas as ações dos sujeitos diretamente envolvidos igualmente imprimem sua marca no produto final”.³¹⁶

Neste ponto, indica a debilidade dos militantes do PT em não superar a experiência anterior, “a definição precisa do caráter da revolução brasileira como uma revolução ainda do ciclo das revoluções democrático burguesas ou já como uma revolução socialista”. Assim, “as formulações originárias do PT intuem isso, mas não levam às últimas consequências as críticas à teoria das ‘etapas’ própria do universo do PCB”. Frente à derrota no campo do mundo do trabalho, ao invés de ser “a consciência do possível que mantinha a meta socialista apesar do momento prático de derrota”, “tornou-se a consciência da impossibilidade de ruptura”.

Neste sentido, concorda citando Adam Przeworski, quanto ao papel do partido em moldar a própria identidade da classe e de como, de formadores da consciência de classe, tornam-se os desmobilizadores desta: “ao se moldar pelo comportamento da classe em seu refluxo, o partido acaba por agir de volta e moldar a classe dentro dos limites deste refluxo”.³¹⁷

Sinteticamente o autor acorda com Przeworski quanto ao dilema da estratégia eleitoral dos partidos socialistas, que o levaram à incorporação de outros interesses (médios) e descaracterizavam a consciência distinta de classe. Neste sentido, os partidos social-democratas tornavam-se “representantes de toda a nação”, o que diluía a relação política em termos de classe e voltava a reduzi-la em termos de “indivíduo-nação”, o que torna as experiências muito parecidas.

Além disto, o paradigma keynesiano assumido pelos social-democratas torna-se incrivelmente próximo da “forma estranha de um ‘mercado interno de massas’”, como defendido no PT. Daí tornam-se identificados e governam junto aos que outrora eram chamados de “exploradores”.

Assim, entre o crescimento num mercado de dinâmica competitiva e a distribuição das riquezas, os social-democratas precisam crescentemente optar pela primeira, pela capacidade de gerar lucros para os capitalistas, apesar de manter discursivamente o tema da distribuição.

³¹⁶ IASI, 2012, p. 530-531.

³¹⁷ IASI, 2012, p. 534.

Esta seria, resumidamente a “armadilha” e “ilusão” social-democrata que o PT incorporou, apesar de negá-la de início.³¹⁸

Neste processo, o autor questiona o caráter de classe que o PT passou a assumir. Se os social-democratas colocavam-se na ilusão de continuar servindo às massas trabalhadoras, para Iasi esta ilusão se perdeu em algum momento no PT. Na leitura de Iasi, “trata-se, segundo nossa avaliação, de uma velha conhecida”, a “pequena burguesia”, que pode ser identificada na crescente autonomia do bloco dirigente do partido em edificar ao seu entorno uma “camada técnica”, de “operadores”, “funcionários capacitados e competentes para exercer sua função”, geralmente com formação na FGV ou na PUC-Rio, ou de novos operadores de mercado através da gestão dos fundos de pensão dos grandes bancos. Originalmente identificada em Marx no “18 de Brumário de Louis Bonaparte” :

Tratava-se de um projeto que acredita estar acima de tudo isto, pairando na neutralidade edificante da “nação”. Trata-se de um pequeno setor social espremido entre o capital e o trabalho e que teme a colisão das classes, exatamente por estar no meio dela. Trata-se de um setor social que gostaria de diluir o antagonismo de classes para finalmente resolver sua incapacidade crônica em superar sua heterogeneidade (que, uma vez projetada defensivamente para fora na sociedade, a vê como “pluralista”) e falta absoluta de coerência, o que a obriga sempre a oscilar entre a defesa da ordem do capital, ou, quando em perigo, radicalizar-se nos braços do povo.³¹⁹

Para Iasi parece haver uma aproximação evidente entre o caráter de pequena burguesia exposto em Marx e a direção geral da mudança vista no PT. A base social desta mudança é identificada “na *burocracia partidária e sindical* formada neste processo”,³²⁰ tomando por referência o controle de espaços estatais/parlamentares ou dos níveis mais elevados da estrutura sindical, que movem recursos consideráveis.

Para Iasi, a saída apresentada, para que seja possível uma ruptura com o capitalismo, deve ser buscada na construção urgente de uma crescente *intransigência*, tomada enquanto (citando Gramsci), “o predicado necessário do caráter”, e que “a intransigencia é não permitir que se adotem – para alcançar um fim – meios não adequados para o fim e de natureza diversa ao fim”.³²¹

Pode-se assim questionar o autor que entre a necessidade histórica e a vontade coerente e indeterminada dos sujeitos, há uma distância enorme, ainda mais para os que se situam na posição de explorados. Por outro lado, frente a limitação de “janelas abertas” para a

³¹⁸ IASI, 2012, p. 540-547.

³¹⁹ IASI, 2012, p. 555.

³²⁰ IASI, 2012, p. 559.

³²¹ IASI, 2012, p. 564.

ruptura socialista, a manutenção do horizonte de possibilidade socialista calcado sobre uma “vontade coerente” pode significar uma possibilidade maior de ruptura, e qualitativamente de consciência, assim que as trancas que mantém fechadas as janelas quebrarem sob o intenso vendaval das contradições históricas do capitalismo.

Em uma postura semelhante, **Cyro Garcia**, dirigente político do PSTU, irá destacar em sua pesquisa os elementos centrais da direção petista que levaram o “PT de oposição à sustentação da ordem”.

Enquanto porta-voz de uma das forças que são expulsas do PT em 1992, a antiga Convergência Socialista (atualmente PSTU), Garcia identificou a passagem do PT de um projeto anti-capitalista para um reformista de tipo “social-democrata” ainda em 1991. Deste, teria se transmutado progressivamente em um adpeto do tipo social-democracia europeia de “terceira-via”, ou seja, adepta de parte da ortodoxia neoliberal.

Neste processo, as vitórias na eleição de 1988, possibilitam a burocratização de diversos quadros dirigentes que tiveram que se incrustar no aparelho de Estado burguês, tanto nas administrações municipais como parlamentares. Esta situação, para o autor, foi agravada “quando diversos sindicalistas petistas assumiram postos dirigentes em organismos de gestão do capital financeiro, como o Conselho de Gestão do FAT, no BNDES,³²² ou nos fundos de pensão”. Neste último caso, foco do autor em sua pesquisa, foram de importante valia para o processo de privatizações de FHC, já que os fundos de pensão dos trabalhadores dos grandes bancos públicos serviam enquanto “formadores de capital para o mercado financeiro, contraditando o argumento falacioso que seu objetivo principal é garantir a aposentadoria de seus participantes”.³²³

Neste processo, os dirigentes que assumiam o papel de administradores em órgãos de gestão compartilhada com o capital, “se distanciam de sua classe de origem, passando a viver outra realidade, com altíssimos salários e outros privilégios, mas não chegam a conformar outra classe social”. Praticam, referenciando-se em Hobsbawm, uma “co-exploração” na medida em que tornam-se “co-empregadores de outros trabalhadores”. Tornaram-se assim, uma “aristocracia do trabalho”. Referenciando-se em Trotski, identificou estes agentes como uma burocracia voltada cada vez mais a defesa de seus próprios interesses – “daí seu peso nas reelaborações teórico-programáticas”.³²⁴ Corroborando com isto, houve mudanças na prática

³²² Fundo de Amparo do Trabalhador; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, respectivamente.

³²³ GARCIA, 2011, p. 217. Outra análise próxima ao papel destes agentes sindicais no mercado financeiro e no Estado cf. OLIVEIRA, 2006.

³²⁴ GARCIA, 2011, p. 218.

petista de financiamento de campanha, com crescente uso de recursos de grandes empresas e do “caixa-dois”.³²⁵

Para Garcia, longe das formulações de “revolução democrática”, que pregavam uma luta “anti-imperialista” e de “reforma agrária”, “o PT se transformou num partido de sustentação da ordem neoliberal, integrando-se totalmente ao capital”. Destacando que a ordem neoliberal levou a intensas resistências por parte dos explorados, tanto do movimento sindical, como do MST, citando as análises do historiador Eurelino Coelho, destaca que “o principal trunfo da esquerda do capital para disputar a hegemonia entre os demais setores da classe dominante é a sua condição de força hegemônica nas classes subalternas”. Assim, “o sentido de atuação do campo majoritário foi o de impedir que o descontentamento se organizasse com independência de classe e o de dirigí-lo para manifestações dentro da ordem”.³²⁶

Assim, com iniciativas de cerceamento do direito de greve, na transformação dos usineiros em “heróis”, Garcia destaca que o PT se transformou “num partido de retórica social-democrata, mas de uma prática neoliberal ortodoxa. Com certeza ainda terá vida longa enquanto aparato eleitoral, mas enquanto instrumento de luta dos trabalhadores já não existe mais”. Assim, destaca que o grande desafio dos movimentos sociais autônomos e independentes está em superar o ciclo de PT e abrir um novo ciclo na história do movimento dos trabalhadores no Brasil. Assim, o PT e a CUT precisam ser superados para o “novo” se afirmar.

Desta forma, para Garcia, o PT estaria longe de uma experiência social-democrata clássica, apesar de próximo da linhagem da “terceira via” apresentada nas últimas décadas e boa parte desta se deve à transmutação do grupo dirigente para uma “aristocracia operária” co-exploradora.

Por fim, destacamos a leitura do dirigente político e historiador **Roberto Robaina** e da ex-deputada **Luciana Genro**, ambos saídos do PT em 2003 (Luciana expulsa do partido na condição de parlamentar), em explicar “a falência do PT” e reafirmar “a atualidade da luta socialista”. Ambos fazem parte do Movimento Esquerda Socialista, que tem por origem o legado do “marxismo-leninismo” trotskista do Movimento Convergência Socialista.

³²⁵ Caixa dois consiste no repasse não declarado de recursos por empresas para candidatos, o que dificultaria a ligação de ambos em casos de favorecimento ilícito. É um meio ilegal de financiamento, mas que dominou e ainda domina a prática política dos grandes partidos políticos no Brasil.

³²⁶ Coelho apud. GARCIA, 2011, p. 221. Cita a exemplo, a atitude de dirigentes do PT em somar-se a denúncia do PSDB contra o MST, que este último em suas ações estaria prejudicando a campanha de Lula à presidência em 2002.

Através de uma exposição das lutas que se processaram no século XX, evidencia que o “falso socialismo” representado pela burocracia soviética ainda servia de referência a inúmeros militantes petistas e para os trabalhadores do mundo. Seu desmoronamento com as movimentações abertas em 1989 também levaram a derrocada da idéia de “socialismo” em nível mundial. Além disto, a social-democracia européia que havia articulado programas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores europeus também ruia frente a crise aberta na década de 1970. Assim:

Restauração e neoliberalismo. Tudo isso pesou na consciência das massas. Não havia mais modelo a seguir. O socialismo estava enterrado. Uma perspectiva superadora do capitalismo não passava de utopia.³²⁷

Apesar da referência contínua do marxismo nas forças trotskistas, para os autores parece evidente que a IV Internacional, apesar de um polo importante de manutenção do internacionalismo e da propaganda socialista, não logrou se tornar uma “alternativa de massas”.

Contudo, apesar de distantes de uma “situação mundial revolucionária com fortes partidos marxistas” a “ofensiva imperialista iniciada no final dos anos 70 deu lugar a um novo cenário de crescimento de polarização política e social entre as classes”. Cita-se a exemplo a crise dos trigres asiáticos de 1997, o levante zapatista de Chiapas no México e até manifestações anti-globalização em Seattle, nos EUA, além das movimentações sociais na Bolívia, Equador e Venezuela na América Latina. Antecipando a crise que se abre em 2008, identificam as limitações do atual cenário capitalista e as perspectivas que daí se abririam. Contudo,

A conclusão que vai se impondo é a seguinte: o projeto socialista não existe na consciência das massas, nem os trabalhadores avançados têm ferramentas como em seu momento foi a Terceira Internacional, mas o capitalismo perdeu aliados e não tem mais a confiança que tinha sobre si mesmo. Com a distância da revolução russa, a bancarrota do stalinismo e a crise da social-democracia abre-se um período novo, em que não há modelos previamente definidos, em que as massas terão que ir pautando as possibilidades da invenção de um futuro socialista para a humanidade.³²⁸

³²⁷ GENRO, ROBAINA, 2006, p. 30.

³²⁸ GENRO, ROBAINA, 2006, p. 40.

Ou seja, o “falso socialismo” que criou ilusões precisa ser superado através da consecução de novas lutas que superem a falta de perspectivas do período conservador das últimas décadas.

Identificam no trabalhismo inglês um caso paralelo para estudar o caso do PT. De partido reformista, o partido trabalhista inglês vai paulatinamente aderindo ao receituário neoliberal, atingindo o clímax durante o governo Blair. Neste sentido, dialogando criticamente com o historiador Eric Hobsbawm que identificava no trabalhismo as chances de se estabelecer e fortalecer uma solidariedade de classe nos trabalhadores ingleses, identificam que neste caso, como no PT: “foi o desenvolvimento do Partido Trabalhista que solapou a identidade de classe dos trabalhadores ingleses, não a falta de identidade de classe que enfraqueceu o trabalhismo”.³²⁹

Neste sentido, explicam a situação destes partidos enquanto um retorno às idéias de Berstein, da defesa da capacidade dos “socialistas” de poderem controlar e manejar as crises capitalistas em proveito dos trabalhadores. Contudo, o que explicaria a conversão dos trabalhistas ingleses ou ao PT no Brasil e a velocidade deste processo é a própria crise insolúvel do capitalismo dos últimos tempos:

O sistema capitalista hoje já não oferece mais espaço para concessões que criem a ilusão de que através de reformas graduais se possa chegar ao socialismo ou mesmo resolver os problemas e as necessidades básicas da classe trabalhadora e dos pobres. Já no primeiro governo trabalhista na Inglaterra isto se demonstrou difícil e as concessões feitas vieram acompanhadas de ataques aos interesses da classe, iniciando um lento e inexorável processo de decepção no seio da vanguarda lutadora. Agora estamos na época do capitalismo neoliberal. É a rapina do setor público em favor da acumulação capitalista. Não há sobras a serem distribuídas para a classe trabalhadora. Então, não há uma opção intermediária e a rendição é mais rápida, clara, e a experiência da classe também. Ou os governos se confrontam com o *establishment* capitalista, com o imperialismo, os mercados e as grandes corporações para fazer mudanças de interesse do povo, ou se rendem completamente a estes que deveriam confrontar. É o que fizeram Tony Blair e Lula, entre outros. De forma categórica e definitiva.³³⁰

Em “razões de uma traição”, Robaina e Genro identificam que a mudança fundamental no PT se operou “na análise das forças sociais capazes de operar uma transformação favorável aos interesses do povo”. Neste sentido, identificaram no núcleo dirigente do PT, a “estratégia da conquista de um governo de colaboração com setores da burguesia”. Quando assumiram o

³²⁹ GENRO, ROBAINA, 2006, p. 63. Ponto já indicado por Przeworski (1989), como vimos no primeiro capítulo.

³³⁰ GENRO, ROBAINA, 2006, p. 67.

governo federal, contudo, deram “o passo que faltava para uma alteração de sua natureza: de uma força com características ainda progressistas para uma formação política reacionária”.³³¹

Uma das razões facilitadoras do giro do núcleo dirigente, foi que a vitória eleitoral se deu “na ausência de um ascenso sustentado do movimento de massas”, ou seja, uma situação de forças desfavoráveis:

Então a chegada do metalúrgico Lula ao poder foi a prova de que os de baixo podem abrir caminhos, cavar espaços de representação política. Mas foi também a demonstração de que as classes dominantes sabem muito bem transformar estas vitórias do povo em grandes derrotas, manobrando, cooptando e mantendo inalterada sua dominação de classe, mesmo quando suas lideranças políticas estão desgastadas demais para ganhar a eleição. São especialistas na aplicação do princípio da Lampedusa: “mudar tudo para que tudo continue como está”.³³²

Em paralelo com a experiência da queda do muro de Berlim, reconhecem que por aqui “também milhões de pessoas partidárias de uma ideologia de esquerda ficaram perplexas e decepcionadas. Neste sentido, uma recomposição das forças de esquerda enfrenta grandes dificuldades e exigirá um período relativamente longo, embora logicamente indeterminado”. E concordando com uma leitura similar à apontada em Garcia, e evidenciando a confluência do período de desindustrialização do neoliberalismo:

uma razão estrutural esteve presente desde a origem do PT: a existência de uma emergente aristocracia operária, fraca, mas ainda assim com um nível de vida superior ao da maior parte dos trabalhadores, disposta a prosperar junto com o desenvolvimento das empresas, associando sua sorte ao progresso econômico das multinacionais aqui instaladas. Uma pressão material para uma linha de colaboração de classes.³³³

Interessante destacar a confluência entre as leituras de Iasi, Garcia e Genro & Robaina, tanto no destaque à aristocracia operária ou a um deslocamento “pequeno-burguês”. Além disto, é possível estabelecer o paralelo apresentado em Paulo Tumolo (cf. 2.3 desta dissertação) sobre os impactos da reestruturação produtiva sobre os trabalhadores, no sentido a um fechamento neocorporativista e ao fracionamento da classe entre uma minoria estável, com bons salários e com formação intelectual (“de centro”) e uma maioria de trabalho de baixo rendimento, de tempo parcial e sem perspectivas de estabilidade. Neste processo há o progressivo direcionamento das centrais sindicais para o “sindicalismo de resultados” – basicamente de recorte neocorporativista, bem como do partido que dá sustentação à CUT,

³³¹ GENRO, ROBAINA, 2006, p. 88.

³³² GENRO, ROBAINA, 2006, p. 91.

³³³ GENRO, ROBAINA, 2006, p. 94.

principal central sindical no Brasil. Além disto, há uma crise generalizada da representação sindical para a maior parte dos assalariados, agora localizados no setor de serviços.

Contudo, não objetam que este movimento pode ser um movimento próprio da classe trabalhadora sob a dominação capitalista. Mas infligem aos setores da classe ligados à burocracia sindical e partidária a responsabilidade e domínio sobre o giro político processado na classe trabalhadora. Afinal de contas, eles se tornaram lideranças no processo de luta e, tanto por isso como pelas escolhas frente à conjuntura adversa, levaram à classe ao movimento de inflexão sob o domínio burguês. Mesmo que garantidas melhorias substanciais a setores do subproletariado e do proletariado, a dominação ideológica continua sob uma lógica estritamente burguesa.

Obviamente o enfoque do trabalho centra-se na leitura das interpretações da metamorfose do PT. Contudo, se pode objetar lacunas nas leituras da esquerda nascida de rupturas com o PT, no sentido de não darem total explicação quanto a pequena quantidade de rupturas da base petista, tanto no movimento sindical e popular, e em explicar a consolidação da base de apoio remetida nas análises dos teóricos do campo petista (no caso, o fator “subproletariado”).

3.2.3 Interpretações do campo acadêmico

Apesar da evidente riqueza de significados e, apesar dos distintos posicionamentos, a confluência entre leituras a partir do PT ou de fora do PT, iremos apresentar também algumas leituras identificadas como próprias “do campo acadêmico”, apesar da simpatia e participação ou não destes para com o objeto pesquisado. O interessante é que algumas destas leituras se aproximam de leituras sob as quais realizamos um balanço crítico negativo no primeiro capítulo desta obra, o que imprime a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre o objeto e as teorias que o explicam.

A obra de **Margaret Keck**, “PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira” é uma obra paradigmática quanto ao esforço de sistematização histórica e conceitual da primeira década do PT. Apesar de não realizar um balanço de sua metamorfose – na época ainda não diagnosticável apesar da evidente indefinição do PT quanto ao seu futuro – ela serve para esboçar uma linha de interpretação sobre o partido no seu sentido de participação e papel no retorno à democracia política no Brasil. Mas seu julgamento inicial não deixa de averiguar um certo ceticismo quanto a seu

futuro ou à derrota quanto à consecução de seus objetivos, o que em parte explicam o crescente giro dado a partir de 1989:

Apesar da explosiva emergência do PT como um ator crucial no plano nacional nas eleições de 1988 e 1989, seu futuro permanece uma questão aberta. Ainda que o partido pretenda refletir uma evolução significativa da sociedade brasileira, ele continua, em certa medida, a falar no vazio. Ao mesmo tempo em que se viu impedido, por seu próprio projeto, de adaptar-se inteiramente ao seu ambiente político, ele não conseguiu, por outro lado, transformá-lo. Dez anos após o seu início, o PT continua a ser uma anomalia. Não obstante, sua sobrevivência e crescimento dão prova de que o Brasil está mudando tanto a partir das bases quanto a partir de cima.³³⁴

Para Keck, reafirmando elementos apresentados no início do capítulo, o PT constituía fato novo por diversas razões e que estabeleciam a centralidade de sua identidade política. Central, foi sua função de expressar os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera política e por constituir um partido internamente democrático, por que queria representar todos os membros e responsabilizarem-se perante eles seus pelos seus atos. O PT, neste sentido, superava preconceitos políticos elitistas e de *status* no Brasil, de que os trabalhadores eram incapazes de pensar e fazer política, negando a lógica elitista de conciliação ou acordos “de cima”. Além disto, buscava superar a lógica do populismo no Brasil.³³⁵

Apresentava-se “enquanto lógica de movimento e não de finalidades”, o que expressava o seu sentido na realização de uma cidadania antes muito limitada no Brasil. A lógica dos favores era substituída pela lógica da autonomia e das lutas sociais, democráticas e cidadãs. Contudo, perante a indefinição ideológica, havia um sério receio de o partido tornar-se um partido “social-democrata”, que “representa uma lógica legalista para com as reformas legislativas vindas de cima, sem envolver as massas organizadas na participação do processo de mudança política”. O contraste com a atualidade é evidente, pois é exatamente neste sentido que o PT passou a operar, como já vimos. O impacto do fim do socialismo soviético também impactou na leitura apresentada, pois apesar do “conceito radicalmente distinto de socialismo” que o PT possuía, “sérios dilemas persistiam”.

Além disto, frente à realidade brasileira, marcada pela profunda e crescente desigualdade social e pobreza, a autora questiona a leitura fundamentada na crença que o Estado poderia lidar com a reivindicação de igualdade frente ao imperativo de crescimento econômico. A autora percebe que o PT ficava entre a identificação do antigo populismo e do liberalismo, afirmando certos papéis do Estado, mas com a reafirmação do exercício de uma

³³⁴ KECK, 1991, p. 31.

³³⁵ KECK, 1991, p. 269-273.

democracia radicalizada e cidadã, e ao mesmo tempo afirmando o marco clássico do socialismo marxista.

Frente às contradições que se somavam, a autora afirma que “no processo altamente conservador de transição para a democracia, o PT foi uma anomalia, não só devido ao tipo de mudanças sociais que ele propunha, mas também pelas mudanças político-institucionais que ele representava”.³³⁶ Além disto, soma-se uma análise interessantes que poderão ajudar a entender melhor a complexidade que levou o PT a sua metamorfose:

...o crescimento do PT e do movimento sindical elevou os custos políticos de se adiar até depois de um período de transição indeterminado as questões da desigualdade e da distribuição de renda. Isso complicou a capacidade do regime de implementar uma política econômica dotada de autoridade. Na falta de um acordo, seja substantivo ou institucional, a respeito de o quanto os trabalhadores ainda teriam de esperar para que sua situação melhorasse, não havia razão, dada a experiência histórica destes, para que acreditassem nas novas promessas. Isso se complicou pelas sérias restrições econômicas sob as quais ocorreu a democratização brasileira, que fizeram com que as reivindicações substantivas levadas pelo PT e pelo movimento sindical fosse difíceis de atender sem medidas radicais de distribuição, o que, aos olhos das elites conservadoras no poder, poderia destruir o processo de transição./ Enquanto durasse este impasse, a possibilidade de o PT integrar-se plenamente à política institucional brasileira era muito baixa. (...) A dinâmica da transição conservadora era tal que sua principal esfera de oportunidade situava-se fora das instituições políticas e não dentro delas. (...) Ironicamente, (...) o partido acabou beneficiando-se dessa lógica polarizada que sempre rejeitara [com as vitórias eleitorais de 1988 e 1989]. Seu avanço dependerá da sua capacidade de catalisar um movimento que vá além da rejeição, rumo à construção, juntamente com uma sociedade civil mais complexa e organizada, de uma lógica diferente.³³⁷

Apesar do otimismo da autora quanto à construção desta sociedade civil a partir “de baixo”, o movimento de reestruturação produtiva e ofensiva neoliberal empurraram esta lógica a um sentido totalmente contrário ao que o PT esboçava.

Por outro lado, já em um balanço do PT após quase trinta anos de existência, os cientistas políticos **Rachel Meneguello** e **Oswaldo E. do Amaral** irão destacar que o PT ainda se oferece enquanto “novidade”, no artigo “Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil”.³³⁸

Para os autores, a indefinição ideológica original, não delimitada na lógica marxista, significa reconhecer que o PT não sofreu substanciais transformações neste sentido, já que o apelo democrático, popular e por justiça social – presentes desde a sua fundação – continuam presentes no partido.

³³⁶ KECK, 1991, p. 284.

³³⁷ KECK, 1991, p. 285.

³³⁸ MENEGUELLO, AMARAL, 2008.

Além do mais, central na análise dos autores, as formas de organização interna e distribuição de poder do partido, continuam a oferecer um “desafio a Michels”. A autora destaca a continuidade da existência de diversas tendências no interior apesar do predomínio da Articulação. Contudo, frente à “crise de representatividade” dos cidadãos para com a “política representativa”, o PT continua a oferecer-se enquanto alternativa:

É neste cenário que, mais uma vez, o PT se destaca. Sua trajetória de mudanças em direção a uma proposta inclusiva de amplas camadas sociais colocou-o na rota de formação de um grande partido de massas, que adequou-se às imposições da democracia de massas e do sistema político, com mudanças que desfiguraram apenas parcialmente seu perfil organizacional./ A tentação em identificar nas mudanças do PT as transformações da social-democracia européia é grande, mas precisa ser tratado com cuidado. A crescente autonomização das lideranças, a diminuição da importância das bases e a moderação no discurso em busca de maior competitividade eleitoral são algumas das semelhanças. No entanto, o partido, em nenhum momento, encontrou-se diante da necessidade de fazer concessões e rupturas com os referenciais da esquerda marxista, e sempre teve seu projeto socialista associado às perspectivas da democracia.³³⁹

Frente às pressões das transformações, os autores apontam, baseado nos dados de pesquisa de opinião com os delegados dos encontros e congressos do partido, que o partido reconhece as pressões exercidas pelo novo ambiente em que está inserido e as tensões deste.

Evidente que esta se destaca como uma leitura que suaviza as contradições do partido de seu momento de fundação, dos debates e rupturas operadas por parte da esquerda marxista, e tende a apresentar o PT como ainda portador de suas características iniciais. A leitura evidencia uma “naturalização” do amoldamento do partido ao sistema democrático e legal do Estado e estrutura social vigente. Isto possibilita a retomada e maior reflexão quanto as considerações críticas deste modelo, destacadamente próximo do “liberal” destacado nas interpretações de Lipset.

Além destas leituras, brevemente buscamos retomar um dos principais interlocutores do PT nesta pesquisa, o historiador e cientista social **Antonio Ozaí da Silva**. Sua trajetória enquanto indivíduo é interessante de ser destacada, pois desde os treze anos começa a vida como operário no ABC paulista, em 1974. Anos depois, torna-se dirigente nas greves da Saab-Scania no início da década de 1980, sendo demitido desta em decorrência das greves em 1982. Passou a trabalhar no sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e posteriormente retorna às fábricas.³⁴⁰ Realizando um trabalho autodidata, torna-se um historiador das tendências políticas identificadas aos trabalhadores no Brasil. Posteriormente,

³³⁹ MENEGUELLO, AMARAL, 2008, p. 20.

³⁴⁰ SILVA, 1987, p. 240.

passa para a carreira acadêmica e atualmente é professor no curso de Ciências Sociais da Universidade de Maringá.

Concordando em parte com as diretrizes à burocratização apresentadas na teoria das elites de Michels, mas fundamentalmente em Przeworski, sobre o papel fundamental das eleições e a participação na administração estatal, Silva destaca a correlação destas leituras com o processo de metamorfose do PT:

...o ato de administrar obriga o partido a negociar, a modificar sua orientação radical e assumir uma postura mais realista. Paulatinamente, os militantes envolvidos com a administração incorporam uma ‘ética de responsabilidade, em substituição ao ‘principismo’ da ética da convicção’. Neste processo, as posições anti-estatistas foram substituídas, ‘por uma abordagem bem mais afeita à institucionalidade e à negociação política’. Essa prática fortalece o poder de pressão do aparato institucional-parlamentar, condicionando cada vez mais a atuação partidária.³⁴¹

Em síntese, a prática do jogo institucional, prossegue Silva, apesar de o PT manter-se na “defesa dos excluídos”, cobra determinados compromissos e exige a “aceitação das regras do jogo” para realização de parcas reformas, induzindo à “domesticação” destas no sistema. O PT tornou-se uma variante – periférica – da social-democracia europeia:

Nascido enquanto alternativa de organização política dos trabalhadores inserida na tradição socialista e comunista, embora com inúmeros elementos de ruptura, o PT percorre, num contexto diferente, caminhos semelhantes à social-democracia clássica. Seu dilema, muito bem explicitado pelas disputas no seio da Articulação diz respeito à difícil dialética em ser governo e oposição; em pretender revolucionar a sociedade capitalista e administrá-la segundo o figurino burguês; em pretender defender uma parte da sociedade e administrar para todos; em ser um partido da ordem e contra a ordem.³⁴²

No processo de burocratização, é importante destacar, a base social do movimento sindical e popular, apesar de ter tensionado o partido no sentido de sua radicalização inicial, “também se mostrou susceptível à incorporação da política eleitoral e da burocratização. Quando isto não ocorreu, o avanço da estratégia eleitoral praticamente anulou a influência dos setores mais à esquerda nos movimentos social”. Assim, “o dilema foi superado. Nem reforma, e, menos ainda, revolução. A estrela revela sua cor conservadora”.³⁴³

³⁴¹ SILVA, 2003, p. 12.

³⁴² SILVA, 2003, p. 13.

³⁴³ SILVA, 2010, p. 187.

3.3 A crítica das interpretações da metamorfose do PT: os trabalhadores entre a negação e o consentimento

Como pode-se perceber, o PT sofreu transformações semelhantes as da social-democracia européia, apesar da distância espacial e temporal. O PT no governo trouxe, mesmo em seu fraco reformismo caracterizado como “social-liberal” ou “neodesenvolvimentista”, algumas melhorias substanciais para o proletariado e o subproletariado (se viu grandes parcelas deste último sendo incorporada a situação de trabalho “formal”), apesar de estar distante de uma ideia de “Estado de Bem-Estar”.

Os dados, grande parte propagandeados pela agencia governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), são incontestes em seus apontamentos gerais. A desigualdade absoluta medida através do índice Gini sofreu queda, que mesmo pequena, retorna a um patamar abaixo do período anterior e do período militar, o que é bastante substancial para o Brasil e para os estratos mais baixos da população.³⁴⁴ Por outro lado, segundo dados do próprio IPEA, a pequena diminuição da desigualdade acompanha em linhas gerais a leve redução de desigualdade que se operou no mundo na primeira década do século XX – dados puxados pelo crescimento economico de países emergentes de grande contingente populacional, como a China e a Índia e do próprio Brasil.³⁴⁵ Figuras importantes como de Marcio Pochmann, ex-presidente do IPEA durante o governo Lula, admitem que a diminuição da desigualdade não é acompanhado de reformas e investimentos estruturais capazes de garantir a sustentabilidade a longo prazo desta “inclusão”.

Para Pochmann o ciclo de crescimento da década de 2000 foi marcado por três fatores principais: a) avanço na formalização do trabalho assalariado e do salário mínimo; b) na concentração de empregos de baixa renda; c) no deslocamento dos postos da indústria para o setor de serviços. Alguns dados importantes corroboram esta leitura, já que 95% do total das vagas abertas foram de salários de até 1,5 salário mínimo e 59% no setor de serviços, de baixa qualificação. Para o autor, aqui estaria presente o resultado de grande parte das políticas sociais e de crescimento econômico do governo petista.

Contudo, Pochmann defende uma reflexão crítica sobre os limites inerentes a este modelo de desenvolvimento que, apesar de ter absorvido o excedente populacional da década

³⁴⁴ IPEA, 2012, p. 24.

³⁴⁵ “Após 30 anos de alta desigualdade inercial, o Gini começa a cair em 2001, passando de 0,61 a 0,539 em 2009. Ambos valores são muito próximos dos níveis observados no mundo perto daquelas datas. A escala das distâncias internas entre brasileiros é como uma maquete, similar àquelas observadas entre diferentes nações do mundo”. IPEA, 2012, p. 4.

anterior, apresenta sérias dificuldades em promover uma ascensão social consistente, com melhores salários, qualificação e políticas públicas sociais. Para o autor, a ascensão desta “nova classe trabalhadora” delineia uma nova realidade social no Brasil o que pode levar a distintas possibilidades políticas, ainda indefinidas.³⁴⁶

Apesar do questionamento ideológico ao conceito de “nova classe média”, que contrapõe ao de “nova classe trabalhadora”, é evidente que o PT também perdeu em si os marcos que definiam sua política para a “classe trabalhadora” e também contribuiu para uma inserção ideologicamente conservadora da “nova classe trabalhadora”, apesar de substanciarem a base do “lulismo”.³⁴⁷

Ou, como destaca o economista Plínio Arruda Sampaio Jr., em uma perspectiva crítica, o modelo econômico brasileiro continua repousando “na crescente exploração do trabalho – a verdadeira galinha dos ovos de ouro do capitalismo brasileiro”. Para tal, evidencia a gritante discrepância entre os ganhos de produtividade do trabalho e a evolução salarial: “Não à toa, a propaganda oficial omite o fato de que, no final do governo Lula, o salário médio dos ocupados permanecia praticamente estagnado no mesmo nível de 1995.”³⁴⁸ Recrudescer que o modelo econômico aplicado não modifica as bases estruturais que sempre mantiveram o Brasil dependente e fragilizado frente ao mercado internacional, o que pode tornar esta “inserção social” bastante limitada. Contudo, o modelo social-democrata europeu também possuía claros limites, expressos na crise da década de 1970 até a atualidade.

É possível então pensar o PT enquanto uma social-democracia? Importante destacarmos a síntese da literatura sobre a social-democracia apresentada por Lincoln Secco para realizar sua afirmação (que o PT tornou-se um tipo periférico de social-democracia), em que apresenta as características mais importantes desta:

1. Aceitação de que há uma zona cinzenta de interesses econômicos comuns entre os trabalhadores assalariados e os empresários: a acumulação do capital.
2. Substituição da proposta de estatização integral dos meios de produção pela regulação da produção capitalista via tributação e outros instrumentos de políticas públicas.
3. Compromisso com a distribuição de renda através da disputa política pela destinação do orçamento público.
4. Decisão de participar do processo eleitoral e renúncia à revolução.
5. Apelo eleitoral à maioria da população e não a uma classe especificamente.

³⁴⁶ POCHMANN, 2012.

³⁴⁷ Com declara o sociólogo Ruy Braga: “Não deixa de ser curioso que um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores tenha apagado conceitualmente a ‘classe trabalhadora’ de seus assuntos estratégicos”. BRAGA, 2010, s.p.

³⁴⁸ SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 3. Como destacam pesquisas recentes, o aumento do salário médio foi pífio: “Embora tenha apresentado uma tendência positiva no período recente, na comparação de 1995 e 2009, o salário real médio aumentou, no País, de R\$963,42 para R\$974,28”. CUNHA, VASCONCELOS, 2012, p. 117.

6. Substituição de militantes voluntários por uma base de profissionais assalariados pelo partido ou pelo Estado.³⁴⁹

Se o PT preenche todos os requisitos e pudermos caracterizar a atuação do PT enquanto uma social-democracia, ela deve ser entendida – e com isso suas limitações – enquanto inserida em um contexto internacional liberalizante e conservador, resultante do novo ciclo de acumulação capitalista iniciado mundialmente nas décadas de 1970 e 1980, chegando com fortes impactos na América Latina durante 1990. Este ciclo foi marcado sumariamente pela reestruturação produtiva – que levou os trabalhadores à defensiva – e pelo neoliberalismo – feição ideológica e política da ofensiva capitalista das últimas décadas.

Desta forma, é obvio que o PT ficou longe do keynesianismo representado pela social-democracia europeia, cujos traços gerais estavam sendo incorporados em todo mundo capitalista após a crise de 1929, inclusive nos Estados Unidos, pelo presidente Franklin Roosevelt; isso, sem falar no forte contraponto ideológico representado pelo leste europeu, o que garantia a concessão de maiores “sacrifícios econômico-corporativos” pelas burguesias para afastar a classe trabalhadora do perigo vermelho representado pelo leste europeu.

Já a reação conservadora do ciclo iniciado nas últimas décadas produz-se exatamente enquanto ofensiva ao modelo social-democrata e keynesiano. O PT, então, matura-se enquanto reação a este modelo, apesar de incorporá-lo e transmutá-lo para uma variante social-democrata nestas condições. Apesar da crise de 2008 aumentar a justificativa, por uma maior intervenção governamental na economia, ela se realiza em boa parte sob preceitos econômicos ortodoxos e sem rupturas/enfrentamentos com o mercado.³⁵⁰ Pelo contrário, é pensado em favorecimento deste como pré-condição para a partilha do bolo e a social-democracia clássica. Apesar do apelo constante ao socialismo, distanciou-se também deste para fortalecer o mercado e possibilitar a convivência dos interesses, mesmo que provisoriamente.

Então, o PT configurou-se enquanto uma forma de social-democracia e esta é nossa conclusão quanto ao caráter final da sua metamorfose. Contudo, cabe então projetar os elementos interpretativos estudados na social-democracia europeia, como realizamos no primeiro capítulo da presente dissertação, frente aos do PT, com destaque aos intérpretes acima estudados.

Destes, em resumo, podemos identificar nos agentes do PT (situados do centro político para a esquerda) uma leitura que busca legitimar a atuação do PT enquanto uma variante

³⁴⁹ SECCO, 2011, p. 254-5.

³⁵⁰ Para uma defesa da intervenção do Estado pró-mercado, cf. EVANS, 1993.

“democrática e popular” contemporânea (próxima ao que foi o PTB de outrora) ou social-democrata. Contudo, a diferença estaria que no PT não se processou ainda uma depuração dos elementos identificados com a esquerda socialista revolucionária (marxista) e por isso se processa uma dualidade. Apesar do PT ter sofrido uma metamorfose, com destaque ao partido no governo, defende-se que no interior do PT ainda se mantém discursivamente e em organizações os elementos do PT de outrora. Assim, garante-se a atuação destes no bloco “popular”, garantindo avanços mínimos, bem como o disputando politicamente. Assim, há o “PT governo”, e o “PT partido”.

Se é evidente o insucesso desta leitura frente ao poder do partido no governo e em como esse se tornou o PT em linhas gerais, defende-se que a atuação no governo garantiu a inserção de vários setores do subproletariado para o proletariado, garantindo assim superar limites estruturais que impediam o PT de ser revolucionário. A óbvia proximidade desta leitura com as teses clássicas do PCB não podem ser negadas, apesar de dissimuladas. Retomam assim o patamar das mesmas limitações da social-democracia europeia, ou mesmo, da limitação do bloco populista-trabalhista no Brasil, como vimos no Segundo Capítulo desta dissertação.

Estas limitações foram apontadas enquanto a adequação ao compromisso institucional-eleitoral, o “dilema eleitoral”, que crescentemente reduz o apelo de “classe” do partido e o reduz cada vez mais a um reprodutor de sua estrutura burocrática, como atestou recentemente uma de suas principais figuras históricas do PT, Olívia Dutra: “O PT está virando um partido de barganha como todos outros”. E prossegue:

...aprendemos mais com as vitórias do que as derrotas. Representamos uma enorme transformação para o povo brasileiro, mas há que se perguntar se conseguimos mudar substancialmente as estruturas do estado que promovem as desigualdades e injustiças no nosso país. Elas estão intactas, apesar de termos tido a oportunidade de estar no governo. O PT tem que ser parte de uma luta social e cultural agora, e não se dispor a ficar na luta por espaços e no afastamento dos movimentos sociais.³⁵¹

Já as leituras dos intérpretes de ruptura de esquerda ao PT consideram que a metamorfose foi acompanhada e é resultado de uma forte mudança ideológica frente à ofensiva conservadora, aliada a queda do muro de Berlim. Além disto, destacam que houve a formação, tanto pelo PT como pelo sucesso da ofensiva conservadora e derrota dos trabalhadores, de uma aristocracia operária somada à crescente tecnificação política

³⁵¹ Entrevista a Olívia Dutra. **Sul21**. (mídia digital), 26 out 2012. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/10/o-pt-esta-virando-um-partido-de-barganha-como-todos-os-outros-critica-olivio-dutra/>

incorporada pelos governos petistas, situados em um marco de classe e ideologia definidos enquanto da “pequena-burguesia”, buscando dirimir os conflitos das classes opostas. Para estes, o PT seria uma variante social-democrata próxima da terceira via européia, consideravelmente tecnocrática e adequando-se à estrutura conservadora impressa pela dominação burguesa.

Por fim, as leituras “acadêmicas” apresentadas aproximam o debate substancialmente dos termos descritos no primeiro capítulo, havendo sobremaneira uma determinação estrutural do processo visualizada pela inserção do PT enquanto agente político central da democracia, seu sucesso em apresentar-se enquanto “novidade” política, e te tornar-se rapidamente o centro da oposição política no Brasil. Além disto, há destaque para a proximidade destes fenômenos com os processos descritos em Michels, Lipset e Przeworski, atores já observados nesta pesquisa.

Aqui podemos retomar os argumentos apresentados anteriormente e debater as variáveis do processo. Inicialmente, com as interpretações próximas aos liberais, já apontadas criticamente no primeiro capítulo.

Assim, poderíamos considerar que o progressivo domínio do pragmatismo dos trabalhadores sob o PT, principal partido representante da esquerda no Brasil pós-ditadura militar, aliado à postura também progressivamente pragmática assumida pelo empresariado nacional³⁵² e sistema financeiro, não comprovam a tese fundamentada no liberalismo de Schumpeter e Weber expressa em Lipset?³⁵³ Ou seja, de que a evolução do capitalismo para a prática democrática – desde que tanto trabalhadores e burgueses aceitem regras comuns de ação política e econômica – leva à própria desestruturação do conflito e a agentes progressivamente diluídos da originária clivagem social de trabalhadores contra capitalistas para a realização da cooperação cidadã?

Por paradoxal que pareça, nossa resposta é contraditória. A tendência é verdadeira nas sociedades burguesas avançadas e recentemente nas periféricas (como o Brasil e sul da Europa). Mas a interpretação não é aceitável, pois como apontamos originalmente, seu fundo “liberal” expressa uma naturalização histórica destas relações e progressivo abandono do conflito fundamental (entre capital e trabalho) para outros conflitos e movimentos (gênero, imigração, ambiental – movimentos que sem dúvida são tão históricos quanto o capital e trabalho e por eles são clivados).

³⁵² Sobre a evolução política do empresariado nacional, cf. DINIZ, 2010.

³⁵³ Cf. Primeiro capítulo da presente dissertação. LIPSET, 1992.

Assim, frente à estrutura capitalista eivada de um permanente processo de acumulação, crise, reestruturação, acumulação, crise (ou seja, seu movimento próprio de crise estrutural), que para alguns teóricos assume proporções cada vez mais destrutivas e inviáveis, e que retoma e coloca permanentemente o conflito em termos de trabalho X capital, a teoria fundamentada no liberalismo coloca-se frente a impasses impossíveis.

Apesar disto, é correta a leitura que os agentes aceitando regras comuns e se “desradicalizando” podem assumir compromissos comuns e possibilitar a democracia (que impede o retorno dos atores radicalizados) – também, desde que pensados em uma situação econômica estável, mesmo que não permanente. Vimos como a teoria marxista apresenta desde suas origens resposta para este fenômeno, apesar na ênfase teórica na mudança, também apresentou os elementos centrais para pensar a estabilização do conflito de classe no capitalismo, sem, contudo, anulá-lo estruturalmente.

A tendência à burocratização e à rotina democrática – como expressa em Lipset parecem realmente se encaixar com a trajetória do PT, e desta forma expressam corretamente “tendências”. Contudo, a leitura dos autores parece tentar prestar uma “legitimidade” ao sistema capitalista em sua transição democrática. Ou seja, no momento em que ele possibilita a concessão de interesses corporativos capazes de realizar o consentimento da massa trabalhadora ao sistema de dominação, o que garante à realização de práticas “democráticas”. Mas é evidente que a contradição fundamental entre interesses, se sublimada, não desaparece.

Esta leitura tem proximidade e é expressa por Keck³⁵⁴ e Amaral & Meneguello no Brasil – no seu sentido à promoção e estabilização democrática, apesar do destaque constante das “diferenças” do PT, que faria “desafio a Michels”³⁵⁵ (o que é negado em praticamente todos outros autores, inclusive pelos do campo ligado ao PT) -, e também pela maioria dos outros intérpretes (de maneiras distintas) em relação à burocratização dos ex-trabalhadores, tanto no aparato político estatal como nos fundos de pensão públicos e gestão de grandes empresas privadas através destes fundos.

Desta forma, uma leitura próxima de nossa crítica às interpretações clássicas apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho, é vista predominantemente nos autores marxistas e em especial, Przeworski, quanto ao “dilema eleitoral” e, conseqüentemente, do papel dos partidos de “formadores” para “dissolvedores” da classe trabalhadora. Mas isto não é tudo. Vamos retomar os argumentos fundamentais.

³⁵⁴ Margaret Keck destaca que as greves, mais que a inspiração econômica, “pareciam inspiradas mais pela necessidade de testemunhar as aspirações operárias de liberdade, autonomia e direito a uma cidadania plena” (KECK, 1991, p. 81).

³⁵⁵ AMARAL, MENEGUELLO, 2008.

Lembremos que para Gramsci, a hegemonia pressupõe que sejam levados em conta interesses dos grupos sobre a qual a hegemonia será exercida, para que se forme um equilíbrio de interesses, um “compromisso”. Neste sentido, a classe dominante – ao exercer a hegemonia – precisa mostrar que está disposta a fazer sacrifícios de ordem “econômico-corporativa”, sob a condição de que estes não podem envolver o essencial, que é a própria dominação estrutural do processo de produção da vida social. Neste sentido, Gramsci oferece a explicação de que o capitalismo pode ser mantido sob condições democráticas e, conseqüentemente, a exploração pode ser mantida com o consentimento dos explorados. O PT, assim, após a estabilização do controle inflacionário pelo real – o que garantiu os dois mandatos de FHC – se tornou no Brasil o principal promotor do consentimento das massas à dominação burguesa.

Esta dominação, anteriormente, teve o forte embargo do PT durante a década de 1980 e 1990, que tinha sob si a vasta maioria dos movimentos sociais que impunham forte resistência pública às reformas neoliberais - o que não a permitia garantir uma hegemonia estável no Brasil. Por fim, a dominação burguesa acabou tendo no PT o seu principal promotor através de vias capazes de ampliar o consentimento através de substanciais bases materiais.

Criou-se assim, no Brasil, o que o sociólogo Francisco de Oliveira denominou de “hegemonia às avessas”: a impressão de que os dominados dominam o processo político, econômico e social, já que fisicamente são os oriundos da classe trabalhadora que estão no Estado e nas grandes empresas estatais, sem falar nos gigantescos fundos de pensão destas. O conceito de consentimento para Oliveira torna-se central para compreender esta nova hegemonia:

O consentimento sempre foi o produto de um conflito de classe em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas à sua imagem e semelhança. Esse é o núcleo da elaboração de Marx e Engels n' *A Ideologia Alemã*, que o pequeno grande sardo desdobrou admiravelmente. Está-se frente a uma nova dominação: os dominados realizam a “revolução moral” – derrota do apartheid na África do Sul; eleição de Lula e Bolsa-Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada.³⁵⁶

Este consentimento apresenta-se “às avessas” já que quem parece consentir são os dominadores, “que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista”. Desta forma, para

³⁵⁶ OLIVEIRA, 2007, p.5

Oliveira este processo revela a continuidade da exploração econômica desenfreada onde se tornou possível dar continuidade às reformas e medidas outrora combatidas pelas forças que compuseram o governo Lula. Ou seja, operou-se a hegemonia da classe dominante por quadros provenientes dos dominados e que anteriormente eram os principais atravancadores desta dominação. Resumindo, o esquema se resume no fato de que os dominados dominam pelos dominadores, garantindo, assim, a incorporação dos dominados à dominação consentida.

Para Ruy Braga é perceptível a continuidade de uma “Revolução passiva à brasileira”³⁵⁷ – a fórmula da modernização conservadora – onde os traços de modernização se baseiam na própria assimilação dos setores que até então eram catalisadores do dissenso social no Brasil e que agora são os responsáveis pela manutenção social através de tímidas reformas, mantendo e aprofundando a conservação do regime de acumulação capitalista.

Para Braga há uma continuidade na hegemonia afinada com características fundamentais do neoliberalismo implementados na década de 1990. Mas o faz, satisfazendo em grande parte às premissas gramscianas tanto de “conservação” - isto é, da reação “dos de cima” ao “subversivismo orgânico das massas” - quanto da ‘inovação’, ou seja, da incorporação de parte das exigências “dos de baixo”.

Neste sentido, o Bolsa Família, a ampliação do sistema universitário federal através das cotas, a concessão de bolsas de estudo no sistema privado, o impulso de “reformatização” do mercado de trabalho, o reajuste do salário mínimo acima da inflação, a retomada de alguns investimentos em infra-estrutura e moradia, sem falar no aumento do consumo das massas por meio de crédito são medidas que condizem com a “incorporação de exigências” – se não das do movimento organizado -, das de um difuso sentimento das massas após duas décadas de desemprego e redução salarial, dando destaque a consolidação de um “consentimento passivo”.³⁵⁸

Por outro lado, o próprio movimento organizado foi neutralizado pela reação conservadora da “hegemonia lulista”, já que os cargos no aparelho do Estado, nas empresas estatais e seus fundos de pensão, bem como a reforma sindical que aumentou o poder financeiro das centrais sindicais, gerou um “consentimento ativo” por parte de muitos militantes sociais “que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições

³⁵⁷ Cf. VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In. VIANNA, 2004.

³⁵⁸ Para uma apreciação mais elaborada destes elementos que corroboraram com a alta aceitação do governo Lula, cf. SANTOS, 2011.

adquiridas no aparato estatal”. Neste sentido, o lócus da hegemonia resultante deste processo parece ser exatamente o Estado.³⁵⁹

Em certa concordância com esta afirmação, para Luiz Werneck Vianna, o PT, assimilado às estruturas que outrora combatia (como o Estado, a CLT, a tradição do populismo, as alianças políticas com partidos tradicionais e subserviência ao mercado), deu continuidade à “revolução passiva à brasileira”, instituindo um “Estado de compromisso entre classes e frações de classes com interesses contraditórios entre si, que passam a ser processados no interior do governo e arbitrados, em casos de litígios, pelo vértice do poder executivo em estilo decisionista.” Estes conflitos, por sua vez, não se processariam mais na esfera aberta da sociedade civil e passariam a ser mediados e mitigados a partir de negociações realizadas no interior do Estado evitando radicalizações que pudessem comprometer o Estado de compromisso.³⁶⁰

Neste sentido, a grande diferença da construção do consentimento das décadas de 1930 pela incorporação tutelada da classe trabalhadora, via sindicalismo corporativo, é que ela se dá com muito uso da força em oposição ao consenso. Desta forma, explica Francisco de Oliveira, a presença constante de golpes militares ou tentativa de golpe (praticamente um cada três anos) desde 1930 até 1964, revela a incapacidade de uma classe exercer a hegemonia, no caso, a debilidade de uma classe burguesa nacional. Esta só irá se consolidar enquanto “classe unificada” com “dimensão nacional” no período pós-ditadura militar, com destaque na rearticulação pós-impeachment de Fernando Collor, precisamente no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Outro fator importante apontado pelo autor é que é a classe trabalhadora brasileira que primeiramente se “unifica” nacionalmente. Desta forma, “o que deu a possibilidade ao pacto dominante foi exatamente o susto de 1989. E, de outro lado, o fato de que a estabilidade adquirida rapidamente é a grande arma que o governo tem para articular o arco conservador.” O Plano Real materializa-se enquanto corolário desta estabilidade, que é a condição necessária para o exercício da hegemonia.³⁶¹

Contudo, então, como o pacto dominante é aceito pela população trabalhadora em geral? Neste sentido, aproximamo-nos do argumento de André Singer sobre o papel do “subproletariado” para se compreender a consecução da hegemonia neoliberal durante a década de 1990 e levada a cabo pelo governo do PT (com maior destaque no primeiro

³⁵⁹ Cf. BRAGA, 2010.

³⁶⁰ Cf. VIANNA, 2009.

³⁶¹ OLIVEIRA, 2001.

momento). Se amplos setores da classe trabalhadora organizada reagiram à implementação de políticas neoliberais durante a década de 1990, o subproletariado aceitou a ideologia do combate à inflação. Ao contrário dos sindicalizados, o subproletariado não tinha chance de recuperar com a greve o que a inflação lhes roubara de salário. Este setor também opta pela manutenção da ordem pois sua situação pauperizada não permite pôr em risco a sua já débil estabilidade. Oliveira endossa esta argumentação:

A população mais pobre transformou-se em conservadora. Pôr que? É preciso fazer a pergunta! Por que a experiência de mais de 20 anos de uma inflação avassaladora produziu na subjetividade popular um terror. Uma *pedagogia*, estamos numa *pós-graduação*. Trata-se de uma espécie de pedagogia que torna qualquer reforma, na verdade, uma inimiga da grande maioria da população. Esse é o grande trunfo com que a coalizão conservadora conta, ironicamente, paradoxalmente.³⁶²

Assim, é importante retomar o argumento anteriormente exposto por Przeworski:

Essa correlação objetiva entre a organização de uma sociedade como um sistema capitalista e os interesses dos capitalistas abre a possibilidade para o estabelecimento de um sistema hegemônico no qual a classe dos capitalistas passa a ser concebida como a personificação dos interesses universais e no qual os conflitos políticos tornam-se estruturados como conflitos acerca da realização de interesses materiais dentro dos limites do capitalismo. Organizado como uma democracia capitalista, o sistema hegemônico estabelece uma forma de compromisso de classes, no sentido de que nesse sistema nem o agregado dos interesses capitalistas individuais nem os interesses dos assalariados organizados podem ser violados além de limites específicos.³⁶³

Ou seja, tal como a social-democracia européia ofereceu um acordo com a burguesia desde que esta oferecesse contrapartidas à classe trabalhadora – desde que não “violados além de limites específicos”, assim o fez o Partido dos Trabalhadores no Brasil. Neste sentido, se operou, de um lado, o consentimento passivo das massas, construído sob a aparente concessão de interesses corporativos (a partir do Estado), o que garantiu os ganhos materiais ao subproletariado e à classe trabalhadora, e um consentimento ativo de grande parte das lideranças de movimentos, que participaram ativamente em um grau elevado da situação burocrática da organização partidária elevada ao cargo máximo do Estado brasileiro.

Se pensarmos a estrutura capitalista em sua tendência à estabilização democrática via concessão de “interesses econômico-corporativos”, vê-se que o PT surgiu em uma conjuntura fortemente desfavorável para uma ruptura socialista – já que o partido recém se formara sob a ainda reinante ditadura militar. Mas ao mesmo tempo, a conjuntura era limitada quanto à

³⁶² OLIVEIRA, 2001, p.55

³⁶³ PRZEWORSKI, 1989, p. 174.

capacidade do sistema oferecer benefícios às reivindicações dos trabalhadores, o que também explica o rápido crescimento e radicalismo do PT. A consciência sindical/econômica, como descrita em Lenin, não encontrava eco na estrutura capitalista brasileira, que não permitia concessões e se encaminhava para retomar uma ofensiva conservadora. O embate era evidente. Mas ambas as limitações criaram um dilema histórico interessante ao PT.

Apesar de a ditadura estar em crise, a “elite democrática” opta pela manutenção de uma saída conservadora frente à crise. Frente à constante luta dos trabalhadores durante a década de 80 – a década da inflação, do decréscimo no crescimento e na dívida externa – suas demandas contrastavam com a crise do sistema e sua luta passou a ser identificada não como a luta de “toda sociedade” (apesar desta identificação permanecer forte até 1989), mas a luta por seus “interesses econômico-corporativos” (principalmente frente ao “subproletariado” que via a inflação corroer sua capacidade de consumo e via o trabalhador formal e empregado como privilegiado frente à crise – este mesmo ameaçado pela reestruturação produtiva). Por isso a hegemonia neoliberal consolida-se com amplo apoio dos estratos mais pobres da sociedade (tendência esta retomada com diferenças no “lulismo”). Uma hegemonia regressiva, que manteve o aumento das desigualdades sociais no Brasil mas, que, frente à situação defensiva dos trabalhadores que não controlam os meios de produção, os grandes aparatos privados de hegemonia (mídia) e nem o Estado, não apresentava alternativas.

Por isso o “bloco popular” que o PT buscava construir não vinha a seu encontro, ficando este reduzido à classe trabalhadora formalizada e de rendimentos medianos, apesar do “susto” de 1989. Quando o PT chega ao encontro do “popular” é praticamente dando continuidade à boa parte da hegemonia neoliberal, apesar das mudanças que vão ser operadas e que exigem um estudo à parte e aprofundado sobre as transformações nesta hegemonia, apresentando tanto continuidades quanto mudanças (como vimos acima).

Se a dominação da produção pela burguesia também imprime uma dominação ideológica, os seus interesses dominantes buscarão se consolidar como os interesses de toda sociedade. Como a classe dominante brasileira conseguiu rearticular-se com Collor e posteriormente FHC, a luta dos trabalhadores sindicalizados e grevistas parecia aos olhos das massas subproletarizadas como a luta por interesses corporativos, e não de toda sociedade, que se deparava com a alta inflação e o baixo crescimento. Quando a burguesia respondeu aos “dominados” com o controle da inflação e retomada (mesmo que tímida) do crescimento e consumo, os trabalhadores organizados ficaram impotentes para formar um “bloco histórico” contra-hegemônico – apesar da disputa acirrada em 1989 e da manutenção de uma considerável oposição durante a década de 1990.

Neste sentido, é acertado concordar com Adam Przeworski quando este destaca a contribuição fundamental de Gramsci para explicar como as organizações de trabalhadores consentem à dominação, desde que estejam colocados mecanismos materiais para a promoção deste consentimento. Przeworski tentou equacionar isto no seu estudo sobre as “bases materiais do consentimento”.³⁶⁴

É importante lembrar que o conceito de consentimento é empregado para evitar uma pré-disposição psicológica que poderia ser associada ao conceito de legitimidade, pois não se apresenta como estado de espírito individual, mas enquanto “características pertinentes ao comportamento de organizações”. Não é uma predisposição automática, mas um consentimento das organizações de trabalhadores que “agem como se fossem capazes de melhorar suas condições materiais dentro dos limites do capitalismo”.³⁶⁵ Assim, não é possível reduzir o consentimento à mera dominação ideológica (cultural), mas devem-se buscar também as bases materiais deste consentimento – que expressam a forma como os dominadores desempenham aparentes “sacrifícios”, realizando os interesses momentâneos dos grupos subordinados:

Finalmente, a hegemonia somente pode ser mantida se for possível encontrarem-se soluções de compromisso dentro de limites bem definidos: o lucro não pode diminuir para um nível abaixo do “essencial” para a acumulação, mas também não pode ser tão grande a ponto de fazer com que os capitalistas pareçam estar defendendo interesses “particularistas”.³⁶⁶

Entretanto, isto não significa um “acordo” estabelecido *a priori*; ele é sempre construído *a posteriori*, pois se fundamenta na realização de alguma das expectativas e interesses imediatos dos dominados a partir dos lucros realizados pelos capitalistas. Desta forma, “a hegemonia consiste na exploração com consentimento”.³⁶⁷ Neste sentido, o autor questiona se é possível manter-se a acumulação capitalista reproduzindo-se permanentemente o consentimento, pois em Marx se estabeleceu que há uma tendência declinante na taxa de lucro dos capitalistas (resultando nas crises, onde geralmente o sistema precisa reestruturar-se produtivamente e politicamente). Ou seja, questiona se a acumulação contínua não gera crises de consentimento.

Para o autor, isto vai depender de quanto os assalariados são “economicamente militantes”. Ou seja, se a militância for “moderada” ou inexistir, é possível manter-se um

³⁶⁴ PRZEWORSKI, 1989 (Capítulo IV, *As bases materiais do consentimento*).

³⁶⁵ PRZEWORSKI, 1989, p. 174.

³⁶⁶ PRZEWORSKI, 1989, p. 164.

³⁶⁷ PRZEWORSKI, 1989, p. 178.

crescimento constante das taxas de lucro e dos salários. Mas se os trabalhadores forem “altamente militantes”, os salários podem subir durante algum tempo, depois decrescer ao nível original dado a queda na taxa de lucro dos capitalistas: “do ponto de vista distributivo, é concebível um sistema capitalista em que o consentimento é reproduzido em todas as épocas e onde a acumulação ocorre uniformemente”.³⁶⁸ Mas, “o conflito torna-se cooperativo se e somente se os salários forem formados a um nível legitimador e quando as condições políticas para uma acumulação socialista imediata estiverem ausentes.”³⁶⁹

Apesar de o autor tentar legitimar esta leitura com base em fórmulas econômicas (o que é possível), ela se esfacela frente à leitura da crise da década de 1970 ou frente à atual crise aberta em 2008 e que coloca para a Europa fortes tensões sociais. Se o capitalismo é um sistema que vive da sua “destruição criativa”, o conflito cooperativo encontra seus marcos delimitados nas crises de superprodução e de crise na taxa de lucros, o que imprime a necessidade de novas formas de produção, controle e dominação. Assim, consideramos correto não tratar o conflito na sociedade entre capital e trabalho apenas como um conflito distributivo, mas enquanto um conflito que emerge deste para conflitos políticos ao qual a história do capitalismo é cheia.³⁷⁰

Mas o argumento central na leitura de Przeworski é correto. Inclusive percebeu que se a classe realiza uma luta radicalizada por salários, mas sem conseguir romper com a estrutura de reprodução e dominação capitalista, o resultado será uma redução na taxa de lucros da burguesia e no crescimento (exatamente o que havia ocorrido em partes na crise da década de 1970),³⁷¹ dando margem para rearticulação burguesa e reforço da tese que os trabalhadores trabalham “contra a sociedade”, defendendo apenas seus interesses particulares (argumento que parece ter sido explorado pela burguesia contra o PT).

Desta maneira, é interessante retomar a tese apresentada por André Singer. A tese de Singer é plenamente aceitável pela evidência empírica. Uma das limitações da esquerda brasileira, organizada a partir do sindicalismo organizado ou de movimentos de profissionais liberais, de ascendência pequeno-burguesa (o MST, apesar de agregar setores subproletariado é basicamente um movimento formado a partir do que Marx chamava de “proletarização de

³⁶⁸ PRZEWORSKI, 1989, p. 180.

³⁶⁹ PRZEWORSKI, 1989, p. 187.

³⁷⁰ Basta pensarmos na ascensão do pensamento socialista no século XIX, no desenvolvimento das lutas operárias, das suas organizações políticas, da Comuna de Paris, da I e II Internacional, progredindo para a grande ruptura do século XX, que polarizou quase todo o século e que, mesmo com a superação e vitória capitalista frente à URSS, atualmente este movimento parece ainda garantir ressonância.

³⁷¹ Inclusive por que as organizações dos trabalhadores não possuíam mais o horizonte da ruptura sob o domínio da social-democracia.

setores médio, de pequenos burgueses”), foi a distância destas organizações e movimentos da realidade do “subproletariado”.

Este setor não se organiza em sindicatos, não se agrega ideologicamente, e geralmente se encontra na situação que Marx descreve como sendo do lumpenproletariado, aqui considerado, pela sua dimensão e sua situação estrutural enquanto “subproletariado”. E no Brasil este setor “subempobrecido” sempre teve estruturada sua vida nas expectativas clientelistas baseadas no sistema coronelista.

Como descreve Edson Nunes Leal, o clientelismo é uma das “gramáticas” políticas fundamentais do Brasil. É através dela que a maioria da população participa da política – ou seja, na troca pessoal, com laços de dependência, familiares e pessoais. O clientelismo é uma “gramática política”, uma relação social, baseada nos laços sociais de dependência e troca. Funda-se nas relações pessoais, familiares, típicas das sociedades agrárias. As trocas não impessoais, mas pessoais e tem laços em expectativas futuras. Baseia-se nas relações interpessoais de indivíduos, grupos e redes. O clientelismo assume o lugar de canal de comunicação e representação da sociedade e o Estado. É oposto à lógica de expansão capitalista e oposta ao universalismo de procedimento (impessoal).³⁷² Seria um traço não capitalista não eliminado pela expansão deste, mas que adaptou-se. A burguesia urbana também agregou este mecanismo de representação, comunicação e troca, fenômeno visível nas relações políticas entre burguesia, representantes políticos e Estado. Enquadra instituições pelo personalismo. Também é visto como uma maneira informal de regulação e amenização de conflitos sociais.

Esta lógica é parcialmente distante da lógica europocentrista em que se baseia boa parte das correntes políticas que reivindicam o marxismo, que enxerga a organização política através do modelo Europeu, baseado na díade sindicato-partido. Obviamente no Brasil contemporâneo esta díade assumiu proporções centrais para a política nacional como antes não vistas na história e isso se explica pela centralidade do PT na política nacional contemporânea, enquanto o “maior” partido – se não numericamente, passado pelo PMDB, qualitativamente, pelo número de parlamentares e cargos executivos em grandes cidades, estados e governo federal, ainda muitos provindos do sindicalismo. Contudo, este partido viu-se na eminência de reproduzir relações clientelistas com o s mais pobres a partir do Estado. Se isto garantiu uma autonomia maior dos mais pobres em relação aos poderes locais quanto da escolha política nacional – centrada no esquema do lulismo – por outro lado, reproduziu as relações que o PT destinava-se a combater, tanto do clientelismo como do populismo.

³⁷² NUNES, 2010.

E mesmo no marxismo se viu sínteses interessantes, como a teologia da libertação, atenta aos problemas dos mais pobres e miseráveis, bem como à evolução do movimento sem-terra e sindical. A Igreja, mesmo na sua atuação de esquerda, só era conseqüente quando estabelecia laços “clientelistas” com estes setores, basicamente através de ações de caridade. Mesmo assim, apesar das tentativas de militantes de impulsionar organizações formais de desempregados e sem-tetos, apesar de sucessos parciais, não conseguiam formalizar ou manter organizados por muito tempo. Isso se deve à natureza de incerteza estrutural que vivem estes setores e na necessária dependência secular à indivíduos ou organizações com capacidade de lhes oferecer “serviços” e formar uma estrutura de clientela capaz de manter sua sobrevivência enquanto indivíduos.

A explicação da relação entre a liderança de Lula reside na própria ligação individual de Lula com esta realidade, de retirante nordestino de família subempobrecida que ascende à condição operária, mas que progressivamente identifica a missão do partido para com os mais pobres e miseráveis da sociedade. Para estes, a ruptura sistêmica, nas condições de aumento das desigualdades sociais (como na década de 1990), é considerada uma possibilidade pior do que a criação de estruturas a partir da institucionalidade e hegemonia da classe dominante. É exatamente isto o que o PT fez, timidamente se pensado em termos de transformação estrutural, mas qualitativamente para as condições objetivas de vida destes largos setores populacionais.

Esta leitura é corroborada, como constata André Muller, pela tendência no Brasil de que os “partidos progressistas” transfiram a base de apoio eleitoral dos centros mais desenvolvidos economicamente (onde recebem apoio da classe organizada, setores médios) para os centros atrasados (nordeste, clientelismo, maior dependência ao Estado). Estes centros também se impõem politicamente ao governo dos partidos progressistas, contribuindo para a “direitização” destes. No caso do PSDB foi o PFL – com base essencialmente rural, de grandes figuras políticas tradicionais - e no PT o PMDB – partido gestado e com vida política essencialmente ligada ao Estado (fisiologismo).³⁷³ Isso leva a um acordo com Luiz Werneck Vianna que a expressão da hegemonia no Brasil reside centralmente no Estado e se realiza nele (o que explica a pouca dimensão e poder dos movimentos organizados na sociedade civil).³⁷⁴

³⁷³ MÜLLER, 2012.

³⁷⁴ VIANNA, 2004, 2009.

Como vimos, este pacto dominante com os mais pobres foi garantido também pelo domínio da inflação no Brasil, dado que sua redução significou por si só uma “concessão” aos olhos do subproletariado.

Daqui retiramos um elemento interessante, estrutural, que ao mesmo tempo distingue e aproxima a experiência do PT à da social-democracia clássica. O destaque de André Singer na incorporação de um elemento ausente no centro capitalista - lá seria a de uma crescente “classe pequeno-burguesa” -, mas grande em países periféricos, o subproletariado.

Importante destacar como o paradoxo, do excesso de “classes médias” nos países centrais e excesso de “subproletariado” nos países periféricos, tem um ponto em comum: refletem a dinâmica desigual mas combinada do capitalismo e serviram funcionalmente como elementos desagregadores de uma estratégia de ruptura pelos trabalhadores organizados. Paradoxalmente, uma pela situação de “conforto” estrutural e a outra pela situação de extrema dependência e “insegurança estrutural”, tornam-se elementos semelhantes e funcionais para o sistema manter-se e sua classe dominante exercer sua dominação.

Neste movimento, a classe trabalhadora perdeu seu referencial organizativo e político, diluindo-se na ampliação do “contrato social” apresentado pelo PT. Seus principais dirigentes tornaram-se governantes, assessores, técnicos, ou até mesmo lobistas e administradores de estatais e fundos de pensão – cuja lógica é operacionalizada pelo mercado. A classe voltou-se para o sindicalismo “neocorporativista”, limitado à negociação e disputa de mercado com os empresários, o que agrava a crise da representação sindical. No governo, seus antigos líderes buscam operar acordos e convencer os empresários que pagar melhor significa injetar mais capital no mercado – aumentando a circulação de mercadorias e com isso a possibilidade de acumulação – e ao mesmo tempo convencer os trabalhadores que não pode haver excessos nas exigências e as vezes é preciso abrir mão de algumas conquistas para manter outras.

Assim, é perceptível que há lacunas ao se explicar o processo de construção do consentimento no Brasil contemporâneo pela atuação do Partido dos Trabalhadores. A leitura da metamorfose da direção do PT para uma condição “pequeno-burguesa”³⁷⁵ – que se eleva acima da sociedade e busca desconstruir a polarização entre classes – encontra-se com a leitura de uma espécie distante bonapartismo contemporâneo,³⁷⁶ ou de populismo, onde Lula se eleva sobre as classes apoiado pelos “pobres”, em uma “política sem classe”, numa “hegemonia exercida às avessas”.³⁷⁷

³⁷⁵ IASI, 2012.

³⁷⁶ SINGER, 2012.

³⁷⁷ OLIVEIRA, 2006, 2007.

Contudo, é necessário lançar o questionamento, que não é simples, nem curto:

- Se a classe trabalhadora organizada sofreu importantes inflexões durante a constituição no novo ciclo de acumulação capitalista (calcado na reestruturação, no neoliberalismo), cujo resultado direto foi o neocorporativismo, a crise da representação sindical e a constituição de uma “aristocracia operária” (com destaque aos metalúrgicos e bancários) em oposição às largas parcelas de baixos salários ou de trabalho informal (e do subproletariado, alavancado por estas medidas), somada à derrota ideológica com a falência do socialismo do leste europeu (e a metamorfose da “vanguarda marxista”), o que a fez assumir uma política “de conviver com o capitalismo, buscando oferecer alternativas por dentro dele, baseada na crença de que é possível reformá-lo estruturalmente e, dessa forma, arrancar, através da negociação, benefícios para os trabalhadores”³⁷⁸, o PT enquanto partido e governo, não seguiu exatamente as linhas que refletem o movimento da classe em sua “derrota”, em seu movimento de “desfusão”?

Obviamente não temos como oferecer uma resposta direta e simples a tal questionamento, dada as variáveis e intensidade das transformações observadas, as quais o PT também foi um dos seus agentes centrais. Mas para este trabalho, parece ser plausível afirmar que o PT possui certa coerência – apesar da distância – com o quadro social de uma escolha política defensiva e derrotada por parte dos trabalhadores brasileiro, uma política de consentimento à dominação ao mesmo tempo em que se busca reformas que tragam alguns “benefícios para os trabalhadores”, escolha essa determinante e determinada pelas escolhas de sua “vanguarda política”. Desta forma, sim, ela é uma variante contemporânea da social-democracia, ao que podemos chamar de “social-liberal”, visto que ela se realiza sob o ciclo de acumulação hegemonicamente liberal, ou neoliberal, como queira se chamar.

Politicamente, para um teórico marxista, pensando sua atuação nos termos da classe trabalhadora, a escolha é simples. Eles não tem como colher benefícios mantendo-se dominada. Eles serão parcos, parciais, limitados e tenderão, provisoriamente, a reforçar o regime de acumulação já que ela se desmobiliza para aceitar o acordo. Sim, como Przeworski e a tradição intelectual marxista atestam, é verdade (apesar do primeiro ter também optado pela social-democracia frente à impossibilidade de horizonte de rupturas socialistas).³⁷⁹

³⁷⁸ TUMOLO, 2002, p. 132.

³⁷⁹ PRZEWORSKI, 1989. Em especial, o pós-escrito: “social-democracia e socialismo”.

Contudo, este esquema altamente intelectualizado – o que não significa que os trabalhadores comuns não possam o ter³⁸⁰ – funda-se em uma leitura estrutural de longo prazo. É preciso dirimir a leitura de longo alcance para aquela que percebe a classe como agente da ruptura mas também como agente da reprodução. Não como agente “voluntário”, mas como “classe desprovida de meios de produção” e que por isso tem a necessidade de vender a força de trabalho. E este processo se dá geralmente sob marcos ideológicos dominantes, sob um espectro individual.

Mas é exatamente neste processo que encontram-se as contradições mais ou menos diagnosticáveis, cujos momentos em que crescem fazem a classe sair da sua necessidade imediata – ameaçada pela insustentabilidade do capital - e projetar uma necessidade coletiva que supera a necessidade individual. Este caminho não é simples, é extremamente tortuoso, e o exemplo do PT, como da social-democracia e do “socialismo real” atesta isso. O PT, desta forma, mesmo sendo um partido cujos trabalhadores chegam ao poder e realizam mudanças parciais – porém significativas no imediato de muitos deste indivíduos da classe que foi “desdobrada”, que foi derrotada – é pois uma variante moderna da social-democracia.

Se o PT representa este processo, é claro que ele não se tornará o agente que realizará uma nova “fusão” da classe trabalhadora. Ele pode, debatendo-se sob a impossibilidade de manter sua sustentação no esquema do “lulismo” abrir brechas para esta possibilidade. Isso pode levar a situações limites como as vistas em 1964, talvez em um patamar superior e com diferentes desdobramentos dos que se tiveram lá. Como atesta um dos intelectuais do bloco petista:

É difícil que a direita consiga seduzir a base lulista. A não ser que o próprio PT se recuse a aprofundar suas políticas redistributivas. O lulismo traz certo conforto material sem instigar conflitos sociais. Mas paradoxalmente o seu limite será determinado pelo quanto a atual estrutura de classes poderá suportar um arranjo desses. Num momento de crise, em que alguém tiver que perder um pouco, o lulismo implode.³⁸¹

E esta “base lulista” nascida fundamentalmente da incorporação de amplos setores sociais do subproletariado para à formalidade do mercado de trabalho, abre precedentes

³⁸⁰ Pelo contrário, geralmente o têm de maneira muito mais significativa e “real”, fruto da experiência histórica direta ao qual o intelectual também é participe apesar do “campo intelectual” lhe garantir certa autonomia. Por isso é mais correto, como defende Przeworski, afirmar que a classe “consente” à dominação, para não confundir como “legitimidade”. Ele sabe que é dominado, mas precisa consentir frente à impossibilidade objetiva de organização e ruptura.

³⁸¹ Entrevista a Lincoln Secco, autor de *história do PT*. Por Daniel Golotav e Alexandre Carrasco. **Revista Fevereiro**. n.4, jan 2012. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com>, acesso em dez 2012.

próximos aos da base trabalhista do pré-1964, composta por trabalhadores geralmente egressos do meio rural.

Diferente daquela, presa a um ambiente extremamente hostil e tutelado – ao qual a “força” pesava mais que o “consenso” – esta nasce com poucos laços políticos, institucionais e clientelistas. Ela nasce enquanto fruto do processo de acumulação e legitima-se a partir desta ideologia. Mas assim que esta ideologia não conseguir mais sustentar as contradições da acumulação a que se objetiva, poderemos ver aí o germe de um relativamente novo processo de “fusão de classe”, onde a singela esquerda pós-PT, como a reivindicante esquerda petista (“do socialismo e da revolução”), poderão vir a cumprir um papel de destaque.

Caberá a primeira perceber este movimento e ligar-se a ele (tal como fizeram as organizações e militantes marxistas em 1980) e à segunda caberá a tarefa, talvez muito difícil, de desvincular-se totalmente do bloco de compromisso que o PT sustentou. E este processo parece tender a ser mais rápido do que parece, pois, como destaca o mesmo historiador:

Quando algo começa a interessar um historiador, todo mundo já desconfia que é algo acabado. E de certa forma, é verdade. Um ciclo do PT se fechou. Ele surgiu de movimentos sociais, cultivou um ideário radical, institucionalizou-se e chegou ao poder. Que mais podemos esperar dele senão ações para se perpetuar no governo federal? Convenhamos, o PT nos anos 1980 protagonizou a cena política brasileira fora do poder. Hoje, no poder, ele tende a conservar e não a mudar a sociedade. Quanto ao lulismo, a tese de André Singer também já faz parte da história. E digo isso como elogio.³⁸²

Mesmo que o ciclo do PT tenha sido fechado, o que não se pode ignorar é que na primeira fase de surgimento/consolidação do PT, os trabalhadores lograram atingir no Brasil um nível de consciência generalizado e radicalizado que poucos poderiam prever. Margaret Keck, em sua leitura, declara que o PT apresentava-se enquanto uma “anomalia” de seu tempo”.³⁸³

E o PT, paradoxalmente, nasceu no período em que se gestavam interpretações intelectuais e políticas, a partir do campo da esquerda e do marxismo, defendendo que havia ocorrido a superação da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora como elementos centrais para a compreensão da dinâmica das sociedades contemporâneas.³⁸⁴ Não só as

³⁸² Ibid.

³⁸³ KECK, 1991, p. 284.

³⁸⁴ Cf. PRIEB, 2005. Sobre este movimento, interessante lembrar-se de Florestan Fernandes, intelectual que participou da construção do PT e foi deputado federal pela legenda: “Como Lênin, desconfio dos intelectuais. Eles inventaram o cooperativismo, o socialismo, o anarquismo, o comunismo - mas existem intelectuais e intelectuais. Sem teoria não há revolução. No entanto, depois da derrota das revoluções de 1848-1850, Marx ironizou os extremistas, todos intelectuais, que se deitavam em seus sofás e maldiziam a revolução, que era impossível. E Lênin, um intelectual da cabeça aos pés - o "estrategista da revolução russa", segundo Trotsky -

contradisse como reafirmou a centralidade das teorias clássicas sobre a formação e desenvolvimento da classe trabalhadora, de sua luta e sua centralidade para a compreensão da política, tendo tido como parâmetro mais próximo a experiência da social-democracia.

Não é a superação do capitalismo, mas continua a nos informar, frente a isto, que “a luta continua”. Não somente enquanto um sopro de esperança, mas enquanto afirmação da necessidade de se entreverar pela realidade, entender as dificuldades e necessidades conjunturais, e na leitura e ação sobre suas contradições vividas, organizar a sua ruptura sem patrocinar e cair nos dilemas estudados: “é exatamente a vitória do capital no final do século XX que reatualiza a necessidade do socialismo no século XXI”.³⁸⁵

indicou repetidas vezes o quanto os intelectuais contribuíam para aburguesar o marxismo. Os "socialistas de cátedra" foram, como são em nossos dias os marxistas de cátedra, um perigo para os ritmos históricos oscilantes da luta de classes. De repente, homens como Gorz desabam e os marxistas de gabinete não sabem o que fazer com seus conhecimentos sobre Marx e Engels, a revolução russa, a revolução e a contrarrevolução sob o capitalismo monopolista da era atual, etc.” Florestan Fernandes (introdução) in. GENRO, 1987.

³⁸⁵ IASI, 2012, p. 565.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

_____. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALMEIDA, Gelson, R. de. A CUT e a mobilização popular na Constituição de 1988. In. **História e Luta de Classes**. Trabalhadores e suas organizações. N.5. Abr, 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARAÚJO, Angela M. C. (org.). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo**. Estado e trabalhadores no Brasil e Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Edições Sociais, 1998.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 2000.

BENSAÏD, Daniel. Um olhar sobre a história e sobre a luta de classes. In. BORON, Atilio; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Lenin ou a Política do Tempo Partido**. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/2366-lenin-ou-a-politica-do-tempo-partido>, acesso em maio de 2012.

BORON, Atilio; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998.

BOITO JR., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. In. **Crítica Marxista**, São Paulo, 2003, n.17, p.10-36.

_____. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Idéias**. Campinas, 2002, n.9, p.13-48.

BRAGA, Ruy. Movimento Sociais na Era Lula: hegemonia às avessas, pequena política ou revolução passiva à brasileira? In. **Revista Cult**. São Paulo, Set 2010, n. 148. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/07/movimentos-sociais/>, acesso em Jun 2012.

CARMO, Jefferson Carriello de. Algumas considerações históricas sobre o Estado e a Sociedade Civil em Antonio Gramsci depois dos cadernos do Cárcere. In. **Revista Ágora**. Vitória, n.5, 2007, p.1-15.

CIGNACHI, Henrique. **Os operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul: entre a radicalização e o consenso** (1917-1936). Monografia de Especialização. Santa Maria: UFSM, 2011.

CHESNAIS, François (et.all). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

COELHO, Roseli Martins. **Social-Democracia: formas e reformas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP e FESPSP, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo. **Alemanha 1918-1924**. Hiperinflação e Revolução. São Paulo: LCTE Editora, 2010.

_____. **Trotski Ontem e Hoje**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. Grandezas e limites do manifesto Comunista. In. **Fundação Lauro Campos**, 2008. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/665-grandezas-e-limites-do-manifesto-comunista>, acesso em Abr 2012.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

_____. A Época Neoliberal: Revolução Passiva ou Contra-Reforma? In. **Novos Rumos**. Marília (SP), vol.29, n.1, 2012, p. 117-126.

_____. A Democracia como Valor Universal. In. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Vol. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. In. **Anos 90**. Porto Alegre, n.10, dez. 1998;

_____. Experiência versus estruturas. Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – o que ganhamos? O que perdemos? In. **História - Unisinos**. São Leopoldo, n. especial (V Encontro Estadual de História), 2001.

CUNHA, Marina Silva da; VASCONCELOS, Marcos Roberto. Evolução da desigualdade na distribuição dos salários no Brasil. **Economia Aplicada**. n.1, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502012000100005&script=sci_arttext, acesso Jan 2013.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DEMIER, Felipe. Das lutas operárias às reformas reacionárias: uma proposta de periodização para a história do Partido dos Trabalhadores. In. **História e Luta de Classes**. Trabalhadores e suas organizações. N.5. Abr, 2008.

DEBATE SOCIALISTA. Novos caminhos para a esquerda. **Debate Socialista** - Revista teórica e política. Construindo o PSOL. Ano I, n. 0, jan 2005.

DEMOCRACIA SOCIALISTA. Democracia Socialista e Ditadura do proletariado. **Cadernos Democracia Socialista** (Secret. Unific. IV Inter.). Porto Alegre: Gráfica Sariema, out 1987.

DEUTSCHER, Isaac. **Trotski: o profeta banido** (1929-1940). Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DUVERGER, Maurice. **Ciência Política: teoria e método**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ENGELS, Fridrich. **Revolução e Contra-Revolução na Alemanha**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/revolucao/index.htm>, acesso em Jun 2012

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. In. **Lua Nova**. n.8-9. São Paulo, abr 1993.

FAUSTO, Bóris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FELIPE, Gilvan. **A guerrilha do Araguaia** (Brasil, 1966-1975). Dissertação de Mestrado. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle, 1993.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos trotskistas (1930-1960). In: **Cadernos AEL: trotskismo**. Campinas: Unicamp, v. 12, n. 22/23, 2005.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. In: **Lócus: Revista de História**. Juiz de Fora, n. 2, 2007.

FRANÇA, Teones. Escombros do muro de Berlim sobre o PT e a CUT. In. In. **História e Luta de Classes**. Trabalhadores e suas organizações. N.5. Abr, 2008.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**. Origem, projetos e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GENRO, Luciana; ROBAINA, Roberto. **A falência do PT e a atualidade da luta socialista**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol.3, ed.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IPEA. A década Inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. **Comunicado do IPEA**. n.155, set 2012.

JARDIM, Maria Chaves. **Fundos de Pensão no Brasil: Novo Ethos Sindical? In. Colóquio Saber e Poder. Focus, Unicamp, outubro de 2008. Disponível em:** <http://www.fe.unicamp.br/focus/textos/JARDIM%20%20Fundos%20de%20pensao%20no%20Brasil.pdf>, acesso em Jan 2012.

KECK, Margaret E. **A lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LAFARGUE, Paul. Recordações pessoais sobre Karl Marx. In. *Die Neue Zeit*, IX, 1890-1891, Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lafargue/ano/mes/marx.htm>, acesso jul 2012.

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 3.ed. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis, 1979.

_____. **Que Fazer?** Problemas cadentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEITE, Leonardo; TRENTO, Saulo. **Análise gráfica das votações da câmara dos deputados**. Disponível em: <http://polignu.org/projeto/camaraws/pca>, acesso em nov 2012.

LIMA, João Vicente R. B. **Marx. atualidade e controvérsia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

LIPSET, Seymour. Radicalismo ou Reformismo: as fontes da política da classe trabalhadora. In. _____. **Consenso e Conflito**. Ensaios de Sociologia Política. Portugal, Lisboa: Gradiva, 1992.

LISBOA, Roberto Borges. **A formação da convergência socialista durante a ditadura civil-militar no Brasil (1970-1980)**. Monografia. Santa Maria: UFSM, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. A Crise da Social-Democracia (folheto Junius, 1915). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/index.htm>, acesso em Mai 2012.

LÖWY, Michael. **Ideologia e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A teoria da Revolução no Jovem Marx**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

MACHADO, João. **O que foi o “Programa Democrático Popular” do PT?** Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/O%20que%20foi%20o%20PDP.pdf>, acesso em Jan 2013.

MANDEL, Ernest. **A Teoria Leninista da Organização**. Lisboa: Edições Antídoto, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: MartinClaret, 2002.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. Crítica do Programa de Gotha. In. MARX & ENGELS. **Obras Escolhidas**. Lisboa/Moscou: Edições Progresso, 1982. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>, acesso em Mai 2012.

_____. Introdução à Crítica da Economia Política. In. MARX, Karl. **Manuscrito econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MATTICK, Paul. Karl Kautsky. De Marx a Hítler. In. MATTICK (et. all.). **Karl Kautsky e o Marxismo**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1988.

MENEGUELLO, Rachel; AMARAL, Oswaldo E. do. Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. In. Brazilian Studies Programme. Oxford: University of Oxford, 2008. Disponível em: <http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/BSP-02-08%20Amaral%20O.pdf>, acesso em ago 2012.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UNB, 1982.

MORITZ, Maria L. R. F. **Vozes da Oposição** - os partidos de esquerda e o primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999). Tese Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MÜLLER, Gustavo A. A. Metamorfoses Ambulantes: um estudo sobre as bases eleitorais do PTB, MDB/PMDB, PSDB e PT. In. **VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política**. Trabalho Completo. 2012.

MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Thompson e com alguns de seus críticos. In. **Revista de História regional**. vol.2, nº2, inverno 1997, disponível em: <http://www.uepg.br/rhr/v2n2/sidnei.htm>, acesso em janeiro de 2007.

NOVAK, George. **Desenvolvimento desigual e combinado da sociedade** (1968). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/index.htm>, Acesso em 24 de jan. 2011.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil**: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OFFE, Claus. **Contradicções em el Estado del Bienestar**. Madri: Alianza Editorial, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. O Momento Lênin. **Novos estudos – CEBRAP**. 2006, n.75, pp. 23-47.

_____. Francisco de. Hegemonia às avessas. In. **Piauí**. São Paulo, Jan 2007, n.4. Disponível em: [HTTP://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-3/tribuna-livre/hegemonia-as-avessas](http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-3/tribuna-livre/hegemonia-as-avessas), acesso em Jun 2012.

_____. A hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In. FRIGOTO, G. e CIAVATTA, M. (org.). **Teoria e Educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PARANÁ, Denise. **Entre o Sonho e o Poder: a trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoino**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser; MARAVAL, José Maria; PRZEWORSKY, Adam. Reformas Econômicas em Democracias Recentes: uma abordagem Social-Democrata. In. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 36, n. 2, 1993, p.171-207.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **"Que a União Operária seja nossa pátria!"**: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.

PINTO, Celi Regina J. **Positivismo: um projeto político alternativo**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**. Taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais. In. **Estudos Cebrap**, n.3, 1971. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/as_classes_sociais.pdf, acesso em jul 2012.

PRIEB, Sérgio. **O Trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

PUHLE, Hans-Jürgen. Mobilizers and Late Modernizers: Socialist Parties in the New Southern Europe. In. NIKIFOROS, Diamandouros; GUNTHER, Richard (org.). **Parties, Politics, and Democracy in the new southern Europe**. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 2001.

REIS, Guilherme Simões. Uma proposta para mudar os rumos do debate sobre os partidos social-democratas. In. **I Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política**, Belo Horizonte, 2009.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Civil-Militar**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/31/a-ditadura-civil-militar-438355.asp>, acesso em ago 2012.

RIBEIRO JUNIOR, Amaury. **A privatária Tucana**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

RODRIGUES, Leoncio. Lenin: o Partido, o Estado e a Burocracia. In. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n.15, Out., 1988.

SADER, Eder. **O rumor de botas: a militarização da América Latina**. São Paulo: Pólis, 1982.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx: para uma crítica da filosofia política**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Brasil, de Getúlio a Lula**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>, acesso em dez 2012.

SAINT-PIERRE. Héctor Luis. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. Campinas, SP: Unicamp, 2004; BOBBIO, 1998, p.173.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Lula e sua herança. In. **Carta Capital**. São Paulo, 19 Jan 2011, n. 629, p. 18-25.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: <http://www.ordemlivre.org/>, acesso em Set 2011.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. (1978-2010). Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Antonio Ozaí da. **História das tendências no Brasil**. Origens, cisões e propostas. 2ªed. São Paulo, 1987.

_____. A Democracia Socialista (DS). In. **Revista Espaço Acadêmico**. n.2, julho de 2002. Disponível em: <http://www.espaçoacademico.com.br>, acesso mar 2012.

_____. Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação – PT). In. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 22, março de 2003. Disponível em: <http://www.espaçoacademico.com.br>, acesso mar 2012.

_____. O Socialismo e o III Congresso do PT. In. **Revista Espaço Acadêmico**. n.75. agosto de 2007. Disponível em: <http://www.espaçoacademico.com.br>, acesso mar 2012.

_____. A esquerda marxista e o PT (II): A Nova Esquerda (NE) e o Movimento por uma Tendência Marxista no PT (MTM-PT). In. **Revista Espaço Acadêmico**. n.89, out 2008. Disponível em: <http://www.espaçoacademico.com.br>, acesso mar 2012.

_____. A esquerda marxista e o PT (III): Força Socialista (FS) e Brasil Socialista (BS). In. **Revista Espaço Acadêmico**. n.94, mar 2009. Disponível em: <http://www.espaçoacademico.com.br>, acesso mar 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo** (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O Capital na era de luta de classes disciplinada. In. **Revista Novos Temas** (Instituto Caio Prado Jr.). n.3, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://fcojoseteixeira.blogspot.com.br/2011/12/o-capital-na-era-da-luta-de-classes.html>, acesso em Mai 2012.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck. A viagem (quase) redonda do PT. In. **Jornal de Resenhas**. São Paulo, julho de 2009, n.3, p.12-13.

_____. **A Revolução Passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. ed.2. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WEBER, Henri. **Marxismo e Consciência de Classe**. Portugal: Moraes Editores, 1977.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ZAIDAN FILHO, Michel. **PCB: na busca das origens de um marxismo nacional** (1922-1929). São Paulo: Global, 1985.